**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Veronica Rocha da Silva

# O bandeirismo não é apenas um tema do passado: bandeirantes, entradas e bandeiras na construção historiográfica no Curso de Bandeirologia (1946)

Rio de janeiro
2018

Veronica Rocha da Silva

# O bandeirismo não é apenas um tema do passado: bandeirantes, entradas e bandeiras na construção historiográfica do Curso de Bandeirologia (1946)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Prof.ª Dra. Márcia de Almeida Gonçalves.

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

S586 Silva, Veronica Rocha da.
O bandeirismo não é apenas um tema do passado: bandeirantes, entradas e bandeiras na construção historiográfica no Curso de Bandeirologia (1946) / Veronica Rocha da Silva. – 2018.
188 f.

Orientadora: Márcia de Almeida Gonçalves.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Historiografia – Teses. 2. Bandeirantes – São Paulo (SP) – Teses. 3. Memória – Teses. I. Gonçalves, Márcia de Almeida. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 930.2

Autorizo, somente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Veronica Rocha da Silva

**O bandeirismo não é apenas um tema do passado: bandeirantes, entradas e bandeiras na construção historiográfica do Curso de Bandeirologia (1946)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 19 de abril de 2018.

Banca Examinadora:

_____

Prof.ª Dra. Márcia de Almeida Gonçalves (Orientadora)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

_____

Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

_____

Prof.ª Dra. Angela Maria de Castro Gomes

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2018

**RESUMO**

SILVA, Veronica Rocha da. *O bandeirismo não é apenas um tema do passado:* bandeirantes, entradas e bandeiras na construção historiográfica no Curso de Bandeirologia (1946). 2018. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Este trabalho dissertativo visa analisar o material de divulgação intitulado Curso de Bandeirologia publicado em 1946. Oriundo de doze conferências públicas relacionadas ao tema das entradas e bandeiras, realizadas no mesmo ano, na cidade de São Paulo, o evento por situar-se em um novo momento político da história do país evidencia uma tentativa por meio de novas formas de divulgação, de repensar a imagem do bandeirante não apenas como um herói, mas como personagem responsável pelos primeiros passos da formação de diferentes estados brasileiros. O material contém os discursos de historiadores de renome nos estudos brasileiros: Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Virgílio Correa Filho, Joaquim Ribeiro e Afonso Arinos de Melo Franco, letrados reconhecidos no meio intelectual, que possuíam como característica em comum, trabalhos produzidos referentes ao tema das bandeiras. Para compreender e averiguar melhor os discursos proferidos neste material, o presente trabalho procura estabelecer uma contextualização do cenário político e intelectual das quais estes letrados estavam inseridos e o círculo de publicações que vigorava a partir da década de 1930, assim como, a apresentação dos autores que em 1946 fariam parte do material publicado buscando caracterizar a trajetória intelectual e acadêmica, as participações no meio político e os trabalhos produzidos referentes ao tema das bandeiras paulistas. O diálogo entre as hipóteses defendidas por estes intelectuais através de chaves temáticas como a formação do território, a relação entre bandeirantes, indígenas e jesuítas, e a imagem heroicizada do homem sertanista também fazem parte desta pesquisa com a finalidade de compreender as principais ideias proferidas no Curso de Bandeirologia. Para possibilitar o cumprimento dos objetivos desta dissertação, algumas fontes do período foram mobilizadas, com destaque para os noticiários dos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo que divulgaram as conferências durante toda a realização do evento.

Palavras-chave: Bandeirismo. Historiografia. Século XX. São Paulo. Memória.

**ABSTRACT**

SILVA, Veronica Rocha da. *The Bandeirismo is not just a theme of the past: bandeirantes, entradas* and *bandeiras* in the historiographical constructionin the *Curso de Bandeirologia* (1946). 2018. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

This dissertation paper seeks to analyze the promotion material entitled as *Curso de Bandeirologia,* published in 1946. Originally from twelve public conferences related to the theme of the *entradas* and *bandeiras,* performed in the same year in the city of São Paulo, the event, due to the fact of taking place in a new political moment of the country history, brings light up to a tentative, by means of a new way of promotion, of rethink the image of the *bandeirante* not only as a hero, but as the responsible character for the first steps of the different organization of the Brazilian States. The material contains the speeches of highly honored historians in the Brazilian studies: Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Virgilio Correa Filho, Joaquim Ribeiro and Afonso Arinos de Melo Franco, recognized literates in the intellectual field that presented as a common characteristic, produced work papers referent to the *bandeiras* theme. To better comprehend and verify the announced speeches in this material, the present academic paper intents to set a contextualization of the intellectual and political scene which these literates were insert in, the publication circles that prevailed from the 1930 decade, as the presentation of the authors that in 1946 were part of the published material, seeking to describe the intellectual and academic trajectory, the participation in the political scene and the paper works produced concern to the *bandeiras paulistas* theme. The dialogue between the defended hypothesis by these intellectuals through the thematic keys as the development of the territory, the relation between the *bandeirantes*, indians and jesuits, and the heroic image of the *sertanista* man are also part of this research with the objective of comprehend the mainly expressed ideas in the *Curso de Bandeirologia*. To make possible the achievement of the objectives of this dissertation, some sources of the period were investigated, with a special attention to the newspaper from Rio de Janeiro and São Paulo that promoted the conferences during all the event realization.

Keywords: *Bandeirismo*. Historiography. 20$^{th}$Century. São Paulo. Memory

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capa do material ilustrada por Belmonte..... 163
Figura 2 – Contra-capa do material de divulgação..... 164
Figura 3 – Ilustrações de página inteira que preenchem cada capítulo..... 165
Figura 4 – Outra característica: o uso recorrente de mapas para ilustrar a amplitude do percurso bandeirante no Brasil Colonial..... 166
Figura 5 – Mapa ilustrativo no capítulo de Virgilio Corrêa Filho sobre a formação das cidades..... 167
Figura 6 – A pose imponente do Bandeirante vigiando o alto da serra mineira..... 168
Figura 7 – O bandeirante na atividade de apresamento indígena..... 169
Figura 8 – Representação das negociações que ocorriam entre os chefes bandeirantes..... 170
Figura 9 – O bandeirante caminhando sobre o mapa do Brasil colonial..... 171

**SUMÁRIO**


**INTRODUÇÃO**..... 08

1 **O BANDEIRISMO E OS ESTUDOS BRASILEIROS À LUZ DAS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E CULTURAIS, NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**..... 15

1.1 **As Reminiscências da geração de 1870 nos estudos das primeiras décadas do século XX**..... 18

1.2 **O almanach litterario e a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**..... 22

1.3 **As iniciativas de Washington Luís e as comemorações do Museu Paulista**..... 32

1.4 **As décadas de 1930 e 1940: os paulistas buscam mapear o Brasil em busca da sua identidade regional**..... 43

1.5 **Novas mudanças permeiam a intelectualidade paulista**..... 55

2 **OS HOMENS DA HISTÓRIA: QUEM FORAM OS INTELECTUAIS PRESENTES NO CURSO DE BANDEIROLOGIA?**..... 60

2.1 **Afonso de Taunay: o historiador por vocação**..... 63

2.2 **Alfredo Ellis Júnior: o intelectual defensor de suas raízes**..... 70

2.3 **Sérgio Buarque de Holanda: o renovador das diretrizes bandeirantes**..... 78

2.4 **Virgilio Corrêa Filho: O Mato-grossense defensor da Bandeiras**..... 88

2.5 **Joaquim Ribeiro: o carioca de múltiplas funções**..... 97

2.6 **Afonso Arinos de Melo Franco: o Político e Letrado mineiro**..... 101

2.7 **José Carlos de Macedo Soares: o grande mediador político**..... 104

3 **A ECRITA DA HISTÓRIA NO CURSO DE BANDEIROLOGIA; NOVAS ABORDAGENS PARA UM TEMA DEVERASCONHECIDO**..... 111

3.1 **O evento: A organização, o público alvo e a repercussão nos meios de comunicação**..... 117

3.2 **O material de divulgação**..... 122

3.3 **Novos caminhos para a historiografia do bandeirismo**..... 124

3.4 **Os discursos que enriqueceriam o material de divulgação**..... 126

3.5 **A construção das cidades das Minas como contribuição para a formação do território brasileiro**..... 132

3.6 **A conflituosa relação entre bandeirantes, indígenas e Jesuítas**..... 136

3.7 **O discurso de heroicização do bandeirante paulista**..... 143
3.8 **Tradições e novas perspectivas**..... 149
3.9 **As Ilustrações de Belmonte presentes no material de divulgação**..... 154
**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**..... 163
**CONSIDERAÇÕES FINAIS**..... 172
**REFERÊNCIAS**..... 181

## INTRODUÇÃO

> Terá início no próximo dia 9 de maio no auditório da 'Escola Caetano de Campos', o Curso de Bandeirologia promovido pelo Departamento Estadual de Informações e patrocinado pelo Sr Macedo Soares, Interventor Federal.
> Farão uso das palavras, por ocasião da abertura desse interessante curso, o chefe do Executivo paulista e o professor Afonso D'Escragnolle Taunay, este para pronunciar a conferencia inaugural.[1]

O evento enunciado nas páginas do Jornal Folha da Manhã foi uma das iniciativas culturais realizadas pelo recente Departamento Estadual de Informações, que a partir daquele ano substituiria o antigo Departamento de Imprensa e Propaganda, um dos órgãos centrais do período do Estado Novo. O interventor Federal de São Paulo nomeado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra tinha como uma de suas principais medidas o incentivo às práticas culturais por todo o Estado, a partir da realização de eventos, o estímulo a concursos culturais e o resgate da história de São Paulo.

> [...] Tudo quanto possa interessar a respeito das nossas escolas, Prefeituras do Interior, ciências e artes, pesquisas folclóricas, como assuntos pertinentes à formação histórica de São Paulo; em suma, tudo quanto abranja os mais variados ramos do conhecimento, terá no novo Departamento um repositório tanto quanto possível opulento. E já as primeiras realizações nesse sentido deixaram antever o que será esse departamento, em futuro não muito remoto[2]

O Curso de Bandeirologia por situar-se em um novo momento político da história do país – fim do Governo de Getúlio Vargas e o retorno da democracia (1945) – evidencia uma tentativa, por meio de novas formas de divulgação, de reconstruir a imagem do bandeirante não apenas como um herói, mas como personagem responsável pelos primeiros passos da formação de diferentes estados brasileiros como São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Os intelectuais responsáveis pelas conferências não se utilizaram apenas da história como discurso, mas da sociologia, da geografia e do folclore, relacionando diferentes disciplinas como chaves importantes para a escrita da história. Os noticiários daquele período evidenciam a objetividade da direção do Departamento Estadual de Informações sob o comando de Honório de Sylos:

---

[1] CURSO de Bandeirologia. *Folha da Manhã*, São Paulo, 23 abr. 1946. Caderno único. p.10.

[2] TRASNFORMAÇÃO Oportuna. *Jornal de Notícias*, São Paulo, 19 Nov. 1946. Edição 000181, p.2.

> Com a palavra, o Sr. Honório de Sylos esclareceu que o objetivo do Curso era o de promover uma série de conferencias sobre a história do bandeirante paulista, a cargo de escritores e historiadores patrícios. A primeira dessas estaria a cargo do Sr. Afonso D'Escragnolle Taunay.
> Em seguida usou da palavra o interventor Macedo Soares, acentuando a utilidade do curso sobre o bandeirismo paulista.[3]

Nessa dissertação de mestrado, a análise sobre as intencionalidades específicas associadas ao evento não se darão majoritariamente pelos interesses políticos que essa criação possibilitava. A ênfase primeira será dada ao viés historiográfico por meio da qual a imagem do bandeirante foi reproduzida e ressignificada pelos intelectuais participantes do evento, sendo divulgada por instrumentos para sua validação e circulação na memória de determinada sociedade, a partir da publicação de material de divulgação, ao fim da realização do Curso de Bandeirologia.

O material publicado no final de 1946 obteve a função de registro das conferências e de uma propagação dos assuntos discutidos para além dos ouvintes presentes no evento. É importante destacar que das 12 conferências realizadas neste período apenas seis seriam publicadas no material de divulgação a ser analisado. Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Virgilio Corrêa Filho, Joaquim Ribeiro e Afonso Arinos de Mello Franco tiveram suas palestras selecionadas para o registro histórico e material do evento em detrimento de outros intelectuais participantes, que da mesma forma, possuíam relevante prestígio em meio à elite intelectual da época.

É possível afirmar que a publicação impressa acarretaria em dar materialidade a uma escrita da história que buscava trazer novas discussões ao tema das entradas e bandeiras. Os exemplos presentes neste material de divulgação são de grande valia para compreendermos a escrita da história bandeirante e principalmente por possibilitar a reflexão sobre as motivações para a realização do Curso de Bandeirologia, tema recorrente na historiografia das décadas anteriores, cujo evento pretende trazer novas abordagens a essas antigas discussões.

A tentativa de trazer novos ares para a historiografia do bandeirismo pode ser compreendida na justificativa do historiador, professor e folclorista carioca Joaquim Ribeiro sobre a importância de se estudar a cultura bandeirante. O autor fez uma crítica ao regime político anterior – Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) – por ter restringido durante esse período certos direcionamentos a pesquisa da cultura popular.

---

[3] SESSÃO sobre a instalação do Curso de Bandeirologia. *Folha da Manhã*, São Paulo, 15 maio. 1946. Caderno Único, p. 6

> Entretanto, durante muito tempo, as forças reacionárias conseguiram impedir que a ciência se voltasse para o aspecto popular da vida social.
> Com o advento da democracia, porém, o novo estado das coisas permitiu que tais preconceitos fossem afastados, e o Folklore surgiu como uma das novas ciências.
> Justamente por isso podemos repetir que o Folklore é, na verdade, uma ciência de vanguarda.[4]

Em meio ao modernismo na década de 1920 e no contexto das mudanças acarretadas pelo movimento político de 1930, diversos intelectuais produziram diferentes estudos sobre os mais variados assuntos. A busca pela "realidade brasileira" tornava-se um conceito-chave do período, abrangendo "Estudos Brasileiros" de história política e geografia que visavam reinterpretar o passado e diagnosticar impasses do presente, o que se refletiu no surto de coleções que começariam a existir na época, tematizando temas concernentes aos "problemas brasileiros". Coleções essas oriundas das editoras mais importantes do país e que ganharam grande visibilidade propiciada pela consolidação e expansão do mercado de livros.

Assim como argumenta Micheal de Certeau, o gesto que liga as ideias aos lugares é precisamente o gesto do historiador.[5] Encarar a história com uma operação faz-se necessário para compreender a relação entre um lugar (um meio, uma profissão), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). Segundo o historiador francês, é admitir que ela faz parte da realidade da qual pretende tratar, e que essa realidade pode ser apropriada enquanto atividade humana e enquanto prática. Na perspectiva de Certeau, a operação histórica resulta da combinação de um lugar social, práticas científicas e de uma escrita. A análise de premissas, muitas das quais o discurso não evidencia diretamente, permite dar contornos mais precisos ao que considera "as leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto".[6] "A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter; com efeito, obedece as regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas."[7]

Ainda de acordo com o historiador, toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Está submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função do lugar social que se instauram

---

[4] RIBEIRO, Joaquim. Problemas Fundamentais do Folklore dos Bandeirantes. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA, São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 108.

[5] CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Tradução: Maria de Lourdes Menezes.Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65.

[6] Ibid. p. 66.

[7] Ibid. p. 66.

os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.

A partir desses pressupostos, em diálogo com Certeau, considero importante a análise do contexto político intelectual no qual estes intelectuais estavam inseridos. O lugar social no qual estes intelectuais iniciaram suas carreiras acadêmicas, os debates a história do Brasil em voga naquele período, as redes de sociabilidade em que estes intelectuais circulavam, são aspectos de grande importância para compreendermos o cenário político e social que proporcionou os estudos produzidos pelos intelectuais citados, assim como o seu renome no cenário intelectual brasileiro.

Um dos focos da análise sobre o Curso de Bandeirologia se concentra no entendimento do cenário em que tal iniciativa estava inserida, assim como os significados da escolha dos intelectuais convidados para as conferências. Desde o final do século XIX o meio intelectual paulista estava voltado para a produção de publicações que propagassem os feitos de seus antepassados e a importância dos mesmos na formação política e econômica do país. O estímulo à produção de novos estudos direcionados para este tema davam-se a partir das próprias instituições como Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Academia Paulista de letras e o Museu Paulista. Além das motivações individuais, os intelectuais também buscavam o reconhecimento dentro das instituições das quais faziam parte, tanto em alçar seu nome entre os membros mais notáveis, quanto diante de seus pares.

Segundo Michael de Certeau[8], é impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição da qual ele se organiza. O público não é o verdadeiro destinatário do livro de história, mas sim os seus pares que o apreciam ou rejeitam segundo critérios científicos diferentes do público. Segundo o historiador francês, esses critérios científicos utilizados pelas instituições, organizam uma espécie de "polícia do trabalho" repleta de imposições, onde o livro historiográfico ao não ser recebido pelo grupo cairá na categoria de "vulgarização".

Desta maneira, um texto histórico resulta da operação que se situa num conjunto de práticas essenciais numa pesquisa científica. Um estudo particular apenas se legitima a partir da relação que mantém com outros contemporâneos, seu resultado individual inscreve-se

[8] CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.70.

numa rede cujos elementos dependem estritamente uns dos outros, e cuja combinação dinâmica forma a história num dado momento.[9]

Diante desta premissa, o objetivo desta pesquisa limitou-se a analisar, a partir dos três capítulos que se seguem, o conjunto de práticas que permearam a primeira metade do século XX até a realização do Curso de Bandeirologia. O primeiro capítulo intitulado *O Bandeirismo e os Estudos Brasileiros à luz das transformações políticas e culturais nas primeiras décadas do século XX* tem como proposta compreender o cenário político-intelectual em que os principais autores da historiografia sobre o bandeirismo estavam inseridos. Para tal tarefa, se fez necessário o entendimento de que essas novas formas de pensar o Brasil não surgiram apenas com a simples virada do século. Possuíram conexões com movimentos das últimas décadas do século XIX que já propunham um novo pensamento sobre o Brasil. Além disso, é impossível propor o estudo do contexto intelectual destes historiadores sem levar em consideração os movimentos culturais, as ações políticas e o surgimento do grande fluxo editorial vividos entre os anos de 1920 e 1940.

As primeiras décadas do século XX sofreram os desdobramentos de todas as nuances que começaram a se formar no século anterior. O movimento modernista de 1922 e o centenário da Independência do Brasil, assim como as políticas públicas criadas por Washington Luís na década de 1920 puderam nos remeter ao florescimento das primeiras sementes deixadas pelos intelectuais do século XIX.

Nas décadas de 1930/1940, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a busca pela "realidade brasileira" feita pelos escritores e intelectuais e o surto editorial das coleções de Estudos Brasileiros[10] também contribuiriam para a modificação da produção intelectual até então existente na época.

Em meados da década de 1940, com as mudanças que voltaram a ocorrer no cenário político do país, alterou-se mais uma vez a atuação da intelectualidade paulista que passou a ser incentivada a dar cor ao espírito de regionalidade, através de produções culturais como o Curso de Bandeirologia, ocorrido em 1946. O intuito a partir deste capítulo é enfatizar

---

[9] CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.71-72.

[10] De acordo com a historiadora Márcia de Almeida Gonçalves as coleções de Estudos Brasileiros constituíram-se em campos de conhecimento com fronteiras pouco definidas, que ocorreram entre as décadas de 1920 e 1950. Segundo a historiadora, os Estudos Brasileiros remetem a um amplo aspecto de autores e obras que, por caminhos e temáticas bastante variados, escolheram como objeto principal de suas reflexões questões referentes a análise da cultura e das sociedades brasileiras. (GONÇALVES, Márcia. A. Retratos Poliédricos do Brasil. (In:_____. *Em Terreno Movediço. Biografia e História na Obra de Octavio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 209.)

questões que consideramos fundamentais para o estudo da problemática que pretendemos apresentar. Para tal realização tornou-se necessário compreender o contexto político-cultural em que esta historiografia do bandeirismo esteve inserida.

O segundo capítulo intitulado *Os homens da História: quem foram os intelectuais presentes no Curso de Bandeirologia?*detém-se na apresentação dos autores que fizeram parte do material publicado a partir das conferências do Curso de Bandeirologia. Buscamos caracterizar, de forma resumida, a trajetória intelectual e acadêmica, as participações no meio político e os trabalhos produzidos referentes ao tema das bandeiras paulistas, proporcionando através deste capítulo um maior entendimento sobre a importância destes intelectuais em meio à historiografia bandeirante.

Este exercício torna-se válido na medida em que possibilita uma interpretação a respeito de questões referentes sobre o que escreveram e em que condições esses autores inseriram o repertório bandeirante em sua vida intelectual. Compreender o percurso de cada historiador individualmente nos evidencia que havia mais ligações, principalmente acadêmicas e políticas, do que visualizamos de forma conjunta. O percurso de cada um desses autores nos auxilia na compreensão do que de fato foi o Curso de Bandeirologia assim como nas motivações de José Carlos de Macedo Soares para escolher os intelectuais mencionados.

Interventor federal entre 1945-1947 e personagem de atuação política ativa durante as décadas de 1920 e 1930, Macedo Soares também merece a devida importância, pois a figura política, além de tornar-se um dos grandes e mais fortes fios condutores para a junção dos intelectuais presentes no evento, também desempenhou participação no desenvolvimento profissional e acadêmico de alguns desses autores.

O terceiro e último capítulo *A escrita da história no Curso de Bandeirologia: novas abordagens para um tema deveras conhecido* consiste na análise do discurso de cada autor através das temáticas mais abordadas entre os estudos das Entradas e Bandeiras na historiografia do bandeirismo tais como, a participação do bandeirante na formação do território brasileiro, a relação entre indígenas e bandeirantes no período colonial e a supradita imagem de heroicização do homem sertanista. O diálogo entre as conferências também é de suma importância para a compreensão das diferentes visões enunciadas pelos intelectuais presentes.

Os discursos dos intelectuais que integraram o material de divulgação, apesar de apresentarem certas discordâncias, possuem temáticas em comum, na qual discorrem – cada qual a partir do seu ponto de vista – sobre pontos chaves importantes na historiografia do

bandeirismo. A perspectiva de análise destes historiadores sobre essas temáticas será um dos pontos de destaque desta pesquisa.

O capítulo também apresenta como fonte pequenas notas sobre o Curso que foram publicadas nos principais jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, noticiando os dias e os horários das próximas reuniões[11]. Este material será utilizado para compreendermos a dinâmica do evento, a repercussão, e o público presente nas comunicações.

O objetivo deste capítulo é indagar sobre as novas experiências históricas que organizadores do Curso de Bandeirologia pretendiam transmitir a sociedade, já que, naquele período, a epopeia bandeirante já estava inserida como parte da memória histórica brasileira.

No que diz respeito à contribuição desta dissertação para a pesquisa acadêmica, acreditamos que possa receber tal valia, pois muitas obras até publicadas, como veremos ao longo dos capítulos, trazem a tona a desmistificação do herói bandeirante, porém não aprofundam seus estudos especificamente sobre o Curso de Bandeirologia, muito menos em uma relação historiográfica do mesmo com outras obras dos intelectuais participantes sobre o tema. Podemos afirmar que o Curso de Bandeirologia realizado quase no fim da primeira metade do século XX representou o reconhecimento dos intelectuais presentes como personagens mais que legítimos na importância histórica de São Paulo, ao contribuírem com seus trabalhos para elevar e divulgar a grandiosidade do Estado diante do país.

Como dito anteriormente, a realização do evento estava diretamente ligada a novas diretrizes que começavam a surgir no cenário político brasileiro. Não seria ingênuo afirmar que a intenção de reunir nomes consagrados da intelectualidade brasileira estava em demonstrar o quanto ainda havia algo a ser pensado sobre o período colonial e o papel do bandeirante na história. A democracia seria o espaço ideal para a discussão de novas questões sobre a história do país.

---

[11] Entre os periódicos que divulgaram o evento encontra-se: Jornal de Notícias (SP), Folha da Manhã (SP), A Manhã (RJ) e A Noite (RJ).

# 1 O BANDEIRISMO E OS ESTUDOS BRASILEIROS À LUZ DAS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E CULTURAIS, NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Durante as primeiras décadas do século XX, os dois principais centros urbanos brasileiros da época, Rio de Janeiro e São Paulo, vivenciaram diferentes acontecimentos que influenciaram diretamente na forma de viver e pensar destas sociedades. Os primeiros passos da República no Brasil, a expansão da indústria cafeeira, o estímulo à imigração no país, a Primeira Guerra Mundial, a deposição de Washington Luís no episódio então denominado Revolução de 1930. Estes fatores contribuíram para que um pequeno grupo de letrados passasse a "repensar o Brasil", em diálogo com movimentos intelectuais de fins do século XIX.

No alvorecer do século XX, a difusão e a crítica dos historicismos[12], principalmente na Europa, associou-se a debates sobre o conceito de memória coletiva e da definição de sociedade como um organismo ou totalidade.[13]Este processo tinha como característica o conhecimento do passado como premissa fundamental para o entendimento do presente e transformação do futuro.

No Brasil - mais especificamente em São Paulo– nas últimas décadas do século XIX, iniciava-se um debate político e intelectual sustentado pela convicção dos intelectuais paulistas de que ainda havia muito a fazer para que a província e depois estado ganhasse um papel proeminente no quadro nacional, concomitante à sua representação econômica. Uma série de esforços, segundo eles, seriam necessários não só no âmbito político como também no que se referia à projeção cultural artística e literária,entendida até, então, como a sombra da Corte.[14]

Deve-se considerar que, ligado aos diversos acontecimentos políticos ocorridos neste período, houve o surgimento de um ciclo de publicações que passaram a ser produzidas no Brasil, mais especificamente na Corte e na província paulistana.

---

[12] Compreende-se o conceito de historicismo como uma concepção da filosofia desenvolvida entre o fim do século XIX e início do século XX pelo filósofo alemão Wilhelm Dilthey (1833 - 1911).

[13] CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. 1º edição. Coimbra: Quarteto, 2001. p. 18.

[14] FERREIRA, Antonio Celso. *A Epopéia Bandeirante:* Letrados, Instituições, Invenção Histórica (1870/1940). 1º edição. São Paulo: Unesp, 2001. p.34.

A produção do Almanach Literário em 1876 pode ser considerada um dos primeiros passos pela busca de São Paulo em construir uma imagem ilustre dentro da história do Brasil. A inauguração do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo (IHGSP) em 1894 surgiria com o intuito de apresentar um novo olhar sobre a história, valorizando o feito dos paulistas e sua influência na história do país[15]. Os trabalhos publicados pela revista da agremiação foram, em grande maioria, repletos de exaltação à história paulista, sendo o movimento bandeirante um tema constante nos textos, elevando tais desbravadores à condição de heróis nacionais.

A abertura de espaços para a venda e circulação de livros também contribuía para uma expansão da cultura de produção de obras sobre os mais diversos assuntos. A inauguração da livraria Anatole Louis Garroux na capital paulistana em 1860 e sua consagração no meio letrado citadino faria parte desse primeiro momento de construção de uma intelectualidade própria que vivia São Paulo.[16]

Retornando ao período principal desta pesquisa, a primeira metade do século XX, estas ecoaram os desdobramentos de todas as nuances que começaram a se formar no século anterior. O movimento modernista de 1922 e o centenário da Independência do Brasil, assim como as políticas públicas criadas por Washington Luís na década de 1920 podem, sem dúvida, nos remeter ao florescimento das primeiras sementes deixadas pelos intelectuais do século XIX.

Washington Luís ao tornar-se prefeito de São Paulo desempenhou importante papel na construção de instituições, símbolos e monumentos que se associaram a ideias de força e pujança da nacionalidade, especialmente dos paulistas. Uma medida de grande alcance sobre a questão da memória regional e das tradições regionais foram as diversas ações realizadas no Museu Paulista[17] como a reorganização da instituição, o estabelecimento de seções históricas dedicadas à história nacional e à história de São Paulo. Como diretor da entidade, Afonso de

---

[15] MAHL, Marcelo Lapuente. O Paulista e o Outro: A Construção de Uma identidade Racial no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940). In: FERREIRA, Antonio Celso (Org.); MAHL, Marcelo Lapuente (Org.). *Letras e Identidades*: São Paulo no Século XIX, Capital e Interior. São Paulo: Annblume, 2008. p. 29.

[16] DAECTO, Marisa Midori. AnatoleLouis Garraux e o comércio de livros franceses em São Paulo(1860-1890*). Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, vol.28, n.55, jan. / jun., 2008. p.85-106.

[17] O Museu de História Natural foi inaugurado em sete de setembro de 1895 sob o cunho de marco representativo da Independência, da história do Brasil e paulista. No período do Centenário da Independência, em 1922, foi reforçado o caráter histórico da instituição. Formaram-se novos acervos, com destaque para a história de São Paulo. Informações obtidas no site da instituição: http://www.mp.usp.br/museu-do-ipiranga

Taunay[18] foi responsável por dar corpo às seções históricas e organizar as comemorações do primeiro centenário da Independência do país.[19]

Nas décadas de 1930/1940, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a busca pela "realidade brasileira" feita pelos escritores e intelectuais e o surto editorial das coleções de Estudos Brasileiros[20]modificaram o pensamento literário até então existente na época.

Ainda em meados da década de 1940, mudanças voltaram a ocorrer no cenário político do país alterando mais uma vez a atuação da intelectualidade paulista. O principal órgão cultural do estado – Departamento Estadual de Informações (DEI) - passou por novas iniciativas conduzidas pelo Interventor Federal José Macedo de Moraes, favorecendo o espírito de regionalidade, através de produções culturais como o Curso de Bandeirologia, ocorrido em 1946.

Este capítulo tem como proposta compreender o cenário político-intelectual em que os principais autores da historiografia sobre o bandeirismo estavam inseridos. Para tal tarefa, se faz necessário o entendimento de que essas novas formas de pensar o Brasil não surgiram apenas com a simples virada do século. Possuem conexões com movimentos das últimas décadas do século XIX que já propunham um novo pensamento sobre o Brasil. Além disso, é impossível propor o estudo do contexto intelectual destes historiadores sem levar em consideração os movimentos culturais, as ações políticas e o surgimento do grande fluxo editorial vividos entre os anos de 1920 e 1940.

---

[18] Filho de Alfredo Alfredo d' Escragnolle Taunay (1843-1899), mais conhecido pelo título de Visconde de Taunay que lhe foi concedido pelo Imperador D. Pedro II em 1889. Afonso de Taunay foi eleito sócio dos Institutos Históricos de São Paulo e do Rio de Janeiro em 1911, nomeado para o cargo de diretor do Museu Paulista em 1917 e em 1929 tornou-se imortal da Academia Brasileira de Letras. (ARAÚJO, Karina Anhezini de. *Um metódico à brasileira.* A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). 2006. 235 f. Tese (doutorado em história) - Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.)

[19] FERREIRA, Antonio Celso; LUCA, Tania Regina. O Tradicionalista Moderno. Washington Luís: Política, Espetáculo e letras Históricas. In: FERREIRA, Antonio Celso (Org.); MAHL, Marcelo Lapuente (Org.). *Letras e Identidades*: São Paulo no século XX, capital e interior. São Paulo: Annablume, 2008. p. 19.

[20] De acordo com a historiadora Márcia de Almeida Gonçalves as coleções de Estudos Brasileiros constituíram-se em campos de conhecimento com fronteiras pouco definidas, que ocorreram entre as décadas de 1920 e 1950. Segundo a historiadora, os Estudos Brasileiros remetem a um amplo espectro de autores e obras que, por caminhos e temáticas bastante variados, escolheram como objeto principal de suas reflexões questões referentes a análise da cultura e das sociedades brasileiras. (GONÇALVES, Márcia. A. Retratos Poliédricos do Brasil. In:_____. *Em Terreno Movediço. Biografia e História na Obra de OctavioTarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.p.209.)

## 1.1 As reminiscências da geração de 1870 nos estudos das primeiras décadas do século XX

Os anos de 1870 no Brasil foram marcados pelo início da crise do Império e pelo surgimento de um grupo de jovens letrados que promoveram o rompimento com o romantismo, que passava a ser visto como uma representação da base mental das instituições monárquicas.[21]

Autores como Silvio Romero e Machado de Assis fizeram parte ativamente da geração de 1870, considerada o momento de efervescência do discurso da modernidade. Para Silvio Romero, nos anos de 1870, um *bando de idéias novas* circulava no ambiente letrado brasileiro, movidas por uma nova compilação intelectual européia e assumindo uma ruptura temporal com os pressupostos do romantismo.[22]

De acordo com Daniel Pinha, esta geração visava decidir sobre o modo de apropriação do repertório científico europeu no debate brasileiro, inserindo as experiências humanas na nova ordem do mundo pautada nas classificações das ciências da natureza. Os cientificismos brasileiros buscavam promover um novo corte temporal, utilizando-se do determinismo, do materialismo, do darwinismo, do positivismo e do spenciarismo.[23]

> Há, portanto, aliado ao desejo de ruptura moderna, um sentimento, comum aos integrantes da nova geração, de que as mudanças se operam com base no novo repertório europeu e em adequação à agenda política brasileira.[24]

Para a historiadora Angela Alonso, a produção da geração de 1870 surgiu com a nova estrutura de oportunidades políticas, na conjuntura de cisão liberal e reforma conservadora, emergindo em meio a um debate já estruturado, cuja autoria de grande parte das publicações foi composta de figuras públicas com carreiras estabelecidas. “Essas obras traziam as marcas da tradição imperial tanto em suas formas estilísticas quanto em seu repertório.” [25]

---

[21] SILVA, Daniel Pinha. *Apropriação e recusa:* Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira na década de 1870. 2012. 215 f. Tese (Doutorado em história) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012. p.21.

[22] Ibid. 21.

[23] Ibid. p. 21.

[24] Ibid. p. 21.

[25] ALONSO, Angela. Teorias para a Reforma. In: _____. *Ideias em movimento*: A geração 1870 no Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.p.166.

O historiador Fábio Franzini argumenta que, desde as últimas décadas do século XIX, novas possibilidades de análise da formação social brasileira despontavam graças à geração de Silvio Romero e seus contemporâneos. Inseridos no quadro da economia capitalista global, e envolvidos pelas transformações estruturais por ela acarretadas, esses intelectuais afetados pelas novas doutrinas científicas estrangeiras sentiam-se aflitos com a questão de adequar ou não o Brasil à nova ordem mundial. Para isso utilizaram, nas palavras de Franzini: "como tábua de salvação a investigação da realidade nacional, a qual se dedicaram de diversas maneiras e em diferentes frentes, não raro confundidas umas com as outras".[26]

A geração de 1870 marcou a história da literatura brasileira com a tentativa de romper com os padrões literários até então vigentes. Seria de grande ingenuidade não acreditarmos que a força literária da geração de Machado de Assis e Silvio Romero não teria desdobramentos sobre as gerações de intelectuais posteriores a ela.

Segundo Heloisa Pontes, para entendermos a história do pensamento brasileiro nas décadas de 1930, 1940 e 1950 se faz necessário recuperar a "origem" desta preocupação em desvendar e estudar a realidade brasileira. A origem remonta à geração modernizadora de 1870, que produziu um pensamento novo sobre o país, através da junção da ciência emergente e da tradição literária brasileira. "Voltados para a Europa, mas de olho no Brasil: esta a marca – ou a sina? – dos intelectuais da geração de 1870." [27]

> O empenho em conhecer, desvendar, investigar e mapear o Brasil e sua realidade, assim como a tentativa de traçar simultaneamente os contornos da identidade nacional e da identidade social dos intelectuais brasileiros, inicia-se de maneira sistemática, com a geração de 1870. Ela deu origem a uma busca que tenderá a se renovar e ampliar, sob outras bases e pressupostos, nos anos 20 e se agudizará nos anos 30. Esses anos serão marcados pelo aparecimento de uma verdadeira enxurrada de "retratos" do país.[28]

De acordo com Marcelo Lapuente Mahl, entre os pressupostos aguçados por esta geração encontram-se também as discussões sobre as teorias raciais[29] e suas implicações para

---

[26] FRANZINI, Fábio. *A sombra das Palmeiras:* A Coleção Documentos e as transformações da Historiografia nacional (1936-1959). 2006. 308 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.p.32.

[27] PONTES, Heloísa. *Retratos do Brasil:* Um Estudo dos Editores, das Editoras e das "Coleções Brasilianas", nas Décadas de 1930, 40 e 50. BIB, Rio de Janeiro, n. 26, 1988. p. 57.

[28] Ibid. p. 57.

[29] De acordo com Marcelo Mahl, os pensadores paulistas da virada do século XIX viviam uma contradição recorrente, pois a condenação ao miscigenado vinda de grande parte dos teóricos raciais europeus contradizia a idéia de raça bandeirante construída a partir de tipos físicos dessemelhantes. Desta forma, para responder tal

a compreensão do Brasil que permearam a produção do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo entre os anos de 1894 e 1940.

> Uma boa parte das considerações relativas ao movimento bandeirante e ao povo paulista – temas fundamentais para os sócios do IHGSP – relacionaram-se francamente com as discussões que envolviam as temáticas raciais. Assim como muitos intelectuais brasileiros do período, os sócios do instituto conheciam as proposições cientificistas e tiveram que dialogar com elas.[30]

Ainda segundo Mahl, os estudos produzidos pelo IHGSP refletem as relações da intelectualidade brasileira com os paradigmas europeus do século XIX, oferecendo aos sócios da agremiação paulista, a base teórica que fortaleceria suas concepções sobre o povo e a história de São Paulo.

> As discussões sobre as teorias raciais e suas implicações para a compreensão do Brasil tiveram uma importância fundamental a partir da chamada "geração de 1870" que recebeu grande influência das idéias europeias não só no que diz respeito às explicações raciais, mas também as escolas literárias, com destaque para o Naturalismo, o simbolismo. Foi esta mesma geração de escritores e polemistas que acabou abrindo caminho para a consolidação de um campo intelectual no Brasil.[31]

No que diz respeito à década de 1920, o cenário deste período encontrava-se em franco processo de urbanização e industrialização característico da modernização que assolava os centros urbanos brasileiros, mais especificamente, Rio de Janeiro e São Paulo. De acordo com Heloísa Pontes, a modernidade atrelada à efervescência política e cultural do momento criou condições necessárias para que certos segmentos restritos das camadas médias pudessem produzir todo um conjunto de inovações e de experimentos até então inéditos na história brasileira.[32]

---

contradição, o caminho encontrado foi o de modificar as perspectivas oferecidas pelos teóricos cientificistas europeus a partir de realidades nacionais. (MAHL, Marcelo Lapuente. O Paulista e o Outro: A Construção de Uma identidade Racial no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940). In: FERREIRA, Antonio Celso (Org.); MAHL, Marcelo Lapuente (Org.). *Letras e Identidades*: São Paulo no Século XIX, Capital e Interior. São Paulo: Annblume, 2008.)

[30] MAHL, Marcelo Lapuente. O Paulista e o Outro: A Construção de Uma identidade Racial no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940). In: *Letras e Identidades São Paulo no Século XIX, Capital e Interior*. São Paulo: Annblume, 2008. p.35.

[31] Ibid. p.36.

[32] PONTES, Heloísa. *Retratos do Brasil:* Um Estudo dos Editores, das Editoras e das "Coleções Brasilianas", nas Décadas de 1930, 40 e 50. BIB, Rio de Janeiro, n. 26, 1988. p.58.

Como argumenta Márcia de Almeida Gonçalves, a reinvenção da história foi uma das faces assumidas pelas ações e propostas dos autores brasileiros que estiveram em contato com o modernismo. Fundar o novo, sob o discurso da modernidade, tornou-se um projeto amplo e multifacetado, presente nas manifestações que impregnaram o início do século XX na Europa.

> Fundar o novo e instaurar a descontinuidade, criar códigos estéticos que expressassem as contradições da modernidade veloz de carros, aviões, multidões e cidades. A premissa se inseriu, por seu turno, na crise de valores éticos e políticos que afetou homens de ciências, das letras e das artes dispostos a rever e conjugar criticamente certas heranças intelectuais dos Oitocentos: o cientificismo positivista, o naturalismo, o racionalismo, alargados em influencias a partir de 1870, e as perspectivas românticas, místicas, intuitivas, subjetivas, irracionais.[33]

Nesta conjuntura, segundo a historiadora, torna-se possível compreender o modernismo como paisagem intelectual marcada por uma cultura de consciência dividida.

Segundo Heloisa Pontes, foi apenas na década seguinte, após a Revolução de 1930, que essas experiências culturais deixaram de ser consideradas como transgressoras e tornaram-se um processo de normalização cultural. A realidade brasileira tornou-se um conceito-chave do período, abrangendo estudos brasileiros de história política e geografia que buscavam reinterpretar o passado e diagnosticar o presente, refletindo no surto de coleções que começariam a existir na época. Coleções essas oriundas das editoras mais importantes do país e que ganharam grande visibilidade propiciada pela consolidação e expansão do mercado de livros.

Apesar das diferentes nuances que indicam a influência das ações de 1870 nas gerações posteriores, é importante levar em consideração que as gerações não se sucedem de uma forma evolucionista. Como argumenta Angela de Castro Gomes, as tradições intelectuais vividas por cada época não são contínuas no tempo e variam de acordo com a área cultural e a disciplina de cada intelectual, convivendo e se superpondo.[34] As tradições intelectuais marcam o perfil de cada geração e por elas procuram demarcar-se. Segundo a historiadora: “as tradições exigem suportes ‘materiais’ que a noção de lugar de sociabilidade nos ajuda a

---

[33] GONÇALVES, Márcia. A. Retratos Poliédricos do Brasil. In: _____. *Em Terreno Movediço*. Biografia e História na Obra de OctavioTarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 233.

[34] GOMES, Angela Maria de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 43.

mapear e a dotar de um sentido subjetivo, uma 'convivência' que a memória comum irá registrar." [35]

## 1.2 O Almanch Litterario e a fundação do Instituto Histórico de São Paulo

Ainda nas últimas décadas do século XIX, o pequeno mundo letrado da província paulista começava a organizar-se rumo à consolidação da grande epopéia bandeirante como parte da história do Brasil.

Em 1876, o português José Maria Lisboa fundava o *Almanach Litterario de São Paulo*, onde, junto com seus pares – membros da elite letrada paulistana – encontravam-se envolvidos na tarefa da criação de uma imagem elevada de sua terra que repercutisse pelo país e que representasse uma auto-visão construtiva da coletividade regional.[36] O português transferido para a capital paulista em 1856, trabalhou inicialmente como tipógrafo cuja experiência o levaria ao jornalismo, no qual, tornar-se-ia o redator do *Correio Paulistano, da Gazeta de Campinas e Província de São Paulo.*[37]

De acordo com Antonio Celso Ferreira, o *Almanach Litterario*, surgia como o manifesto desejo de afirmação de uma identidade paulista de José Maria Lisboa e seu pequeno grupo de letrados em meio a um amplo processo de mudanças que se manifestavam naquele período na província.

Entre o lançamento do primeiro número em 1876 e a publicação do último volume em 1885, São Paulo passava por mudanças cruciais tanto no panorama físico e social quanto no político e cultural. A expansão da lavoura do café para outras regiões; o progresso na abertura de trilhos e ferrovias; a diminuição de terrenos desconhecidos no interior das províncias; especulação imobiliária; a instalação de fazendas; estradas e núcleos urbanos; crescimento populacional era esse o contexto em que São Paulo ganhava novos ideários políticos e filosóficos. Ainda de acordo com Antonio Celso Ferreira, os conteúdos apresentados por esses novos ideários possuíam o caráter de regeneração social, atualização política e impulso

---

[35] GOMES, Angela Maria de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.43.

[36] FERREIRA, Antonio Celso. *A Epopéia Bandeirante:* Letrados, Instituições, Invenção e Histórica (1870/1940). 1ed. São Paulo: Unesp, 2001.p. 35.

[37] Ibid. p. 35.

cultural e científico. A faculdade de Direito do Largo de São Francisco permaneceria desde 1828 como o núcleo de irradiação das ideias na província.[38]

Entre o período de 1875 e 1885, segundo o historiador, ainda se ouviam ecos das primeiras gerações boêmias e românticas. Os discursos e poemas abolicionistas da década de 1880 ainda traziam muito do repertório romântico, embora já estivessem cientes das tendências artísticas e filosóficas recentes, provenientes da reflexão letrada brasileira no final do século XIX.[39] O evolucionismo e positivismo passaram a moldar parte das convicções científicas e políticas do meio intelectual paulista.

> Nas duas décadas anteriores à proclamação do novo regime, contudo, o debate político e intelectual era nutrido pela convicção de que ainda havia muito a fazer para conferir a São Paulo um papel proeminente no quadro nacional, compatível com a sua pujança econômica. Para tanto, uma série de esforços seriam necessários, envolvendo não só ampliação do seu poder político, como também a sua projeção cultural – especialmente artística e literária – até então ofuscada pelo brilho da Corte.[40]

Nas velhas tradições e histórias sobre o país, a província paulistana passava longe do papel imbuído nos tempos atuais. Na história da pátria sua função havia sido apenas de um ponto de passagem, em contraste com o Rio de janeiro considerado o ponto decisivo na vida nacional, e junto à Bahia, desfrutavam a imagem de berço da cultura brasileira.

Nas palavras de Antonio Celso Ferreira: "Os heróis paulistas ainda não figuravam nas narrativas históricas nacionalistas, eles viriam num futuro próximo, como resultado de uma construção textual que apenas se iniciava." [41]

Os fundadores do Almanach tinham como público alvo homens eruditos, entretanto, dedicavam suas preferências aos empreendedores que surgiam rapidamente com a forte expansão da cafeicultura. Pessoas, segundo Celso Ferreira, de poucas raízes, novatas na terra e mal saídas das primeiras letras, das quais obtinham o conhecimento através da leitura rápida e, sobretudo, agradável.[42]

---

[38] FERREIRA, Antonio Celso. *A Epopéia Bandeirante:* Letrados, Instituições, Invenção e Histórica (1870/1940). 1ed. São Paulo: Unesp, 2001.p. 32.

[39] Ibid. p. 32.

[40] Ibid. p. 33.

[41] Ibid. p. 34.

[42] Ibid. p. 37.

Editado em oito volumes, entre 1876 a 1885, o sucesso do Almanach Litterario de São Paulo provinha da regularidade das publicações, da quantidade e diversidade das matérias publicadas e da presença de um número considerável de autores da época, além da circulação em grande parte da província.[43]O intuito de seus organizadores era elaborar um livro que despertasse o interesse do público, escrito apenas por paulistas, apresentando uma galeria das glórias do passado e do presente de São Paulo.

Os textos de natureza histórica representavam, segundo o historiador 29% do total distribuídos em diversas modalidades sobre assuntos em sua maioria regionais: notícias, memórias e curiosidades históricas faziam parte do conteúdo do Almanach, assim como alguns poemas e contos, trabalhos geográficos, lingüísticos e etnográficos.

Para o historiador, a publicação refletia os desejos e as visões dos grupos inseridos em um dado campo da sociabilidade, porém carentes de instituições formais para direcioná-los, traduzindo de maneira evidente o início de uma construção textual que alcançaria o ápice nas décadas seguintes, resultando numa história gloriosa de São Paulo.[44]

> No caso específico de São Paulo, as páginas do almanaque exemplificaram bem tal paisagem nebulosa em que ela se inseria, demonstrando uma incipiente especialização dos seus métodos e paradigmas teóricos, o ecletismo de suas formas narrativas, a aparição em diferentes áreas do conhecimento, bem como a ausência de profissionalização do setor.[45]

O autor salienta a hipótese de que a província não possuía até então instituições especializadas em pesquisa histórica e tampouco cursos superiores sobre o tema. O conhecimento histórico adquirido por esses homens das letras provinham dos cursos primário e médio ou da cadeira de História Universal oferecida no curso de Direito do Largo de São Francisco. Apesar da incipiência dos métodos, a história gozava de grande prestígio e atraía o interesse dos diferentes tipos de letrados como poetas, juristas, políticos, médicos, entre outros.

Entretanto, de acordo com próprio historiador, a conclusão de que a história abrigava-se sob o teto da literatura, não desconsidera que alguns esforços foram feitos na época para a

---

[43] FERREIRA, Antonio Celso. *A Epopéia Bandeirante:* Letrados, Instituições, Invenção e Histórica (1870/1940). 1ed. São Paulo: Unesp, 2001. p. 38.

[44] Ibid. p.60.

[45] Ibid. p. 46.

constituição de um campo próprio de saber, dotados de métodos e regras específicos.[46] Independente das posições políticas, os intelectuais paulistas julgavam imprescindível a contribuição do conhecimento histórico para o desenvolvimento de um perfil nacional. O Almanach por muitas vezes serviria como propaganda para os nomes dos historiadores paulistas que engrandeceriam o rol da historiografia brasileira.

> Sentindo-se colocados à margem do círculo das letras do Rio de Janeiro, onde o IHGB fulgurava como núcleo da historiografia brasileira, os intelectuais de São Paulo procuraram reagir, dedicando-se persistentemente à afirmação da própria identidade histórica regional. E ainda que buscassem liberta-se das lendas, das paixões e dos romances, foi com as asas dessa imaginação de puderam seguir.[47]

Movidos pelo sentimento de estarem à margem das instituições e dos movimentos intelectuais que ocorriam na Corte carioca, os homens das letras de São Paulo organizaram-se com o intuito de valorizarem os feitos paulistas dentro da história do Brasil, até então voltada para o Rio de Janeiro. A fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em 1894 seguia os moldes do IHGB e, de acordo com Danilo Ferreti, implicava um ataque à centralidade cultural da cidade do Rio de janeiro com o objetivo de transformar São Paulo em um pólo de saber não apenas paralelo, mas concorrente a agora capital da República.[48]

O Instituto Paulista foi inaugurado e teve como presidente honorário Prudente de Moraes, então as vésperas de sua posse como presidente da República.[49] Assim como ele, muitos dos membros fundadores do IHGSP participaram da criação do Almanach Literário de São Paulo. De acordo com Karina Anhezini, o intuito de José Maria Lisboa em criar uma imagem altiva de São Paulo a partir da construção de subsídios para uma história da identidade nacional, guiou - aliado à vinculação republicana - os objetivos do Instituto instaurando uma vinculação entre a história de São Paulo e a História do Brasil.[50]

---

[46] FERREIRA, Antonio Celso. *A Epopéia Bandeirante:* Letrados, Instituições, Invenção e Histórica (1870/1940). 1ed. São Paulo: Unesp, 2001. p. 44.

[47] Ibid. p. 48.

[48] FERRETTI, Danilo. *A Construção da paulistanidade.* Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). 2004. 377 f. Tese (doutorado em história social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 213.

[49] ARAÚJO, Karina Anhezini de. *Um metódico à brasileira.* A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). 2006. 235 f. Tese (doutorado em história) - Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006. p. 97.

[50] Ibid. p. 98.

Marcelo Lapuente Mahl argumenta que a exaltação da história paulista permeou os trabalhos publicados pelos escritores da agremiação, em sua maioria membros da elite política econômica e social do Estado. A multiplicação da riqueza do Estado a partir da expansão cafeeira resultou no fortalecimento de novas forças sociais, enquanto a capital paulista tornava-se o centro aglutinador de inéditas energias econômicas e políticas.[51]

Ainda segundo o historiador, com o advento da proclamação da República fortaleceu-se o papel político das elites de São Paulo que desfrutariam, até a década de 1930, de uma posição privilegiada na vida nacional. O IHGSP tornar-se-ia um dos principais pontos de convergências dessas forças políticas, além de local privilegiado para discussões sobre o passado, o presente e o futuro do país.

Danilo Ferreti argumenta que a criação do Instituto deve ser compreendida como parte de uma reforma cultural republicana que resultava da conjugação de uma "tríade fundadora"[52] e das propostas criadas pelo secretário de Estado do interior Cesário Mota Jr,[53] que incentivou a formação de outras instituições como o Museu Paulista e Escola Politécnica no mesmo período. O historiador acrescenta que o papel de Cesário Mota Jr representou o governo republicano, interessado em criar uma instituição que desse suporte e contornos mais precisos à identidade regional paulista a se produzir no período da propaganda.[54]

A agremiação seria marcada pela produção de um discurso histórico ainda não independente por completo de outros campos do saber, como o campo político e etnográfico. O critério utilizado para a admissão dos sócios voltava-se para as relações sociais e políticas do que para o mérito intelectual do candidato a cadeira.

---

[51] MAHL, Marcelo Lapuente. O Paulista e o Outro: A Construção de Uma identidade Racial no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940). In: FERREIRA, Antonio Celso (Org.); MAHL, Marcelo Lapuente (Org.). *Letras e Identidades*: São Paulo no Século XIX, Capital e Interior. São Paulo: Annblume, 2008. p. 30.

[52] O historiador se refere aos três criadores do IHGSP: Antônio de Toledo Piza, Domingos Nogueira Jaguaribe e Estevão Leão Bourroul utilizando-se da denominação dada por Lilia Schwarcz. (SCHAWARZCH, Lilia. *O espetáculo das raças.* Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Cia.das Letras, 1993.p. 125.)

[53] De acordo com Danilo Ferreti, Cesário Mota Jr era médico por formação e um republicano paulista dos mais combativos, tendo participado da fundação do Partido Republicano Paulista em 1873. Em 1892 foi colocado à frente da Secretaria do Interior pelo Presidente paulista Bernardino de Campos, implantando uma série de reformas culturais com o objetivo de dotar São Paulo de instituições de saber voltadas para o ensino. (FERRETTI, Danilo Zionni. *A Construção da paulistanidade.* Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). 2004. 377 f. Tese (doutorado em história social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.p.213.)

[54] Ibid. p. 214.

> Mas, diferentemente do IHGB, o Instituto não seria marcado pelo sentido político centralizador e monárquico. Muito pelo contrário, os objetivos do IHGSP eram exatamente opostos: além de procurar legitimar o novo governo republicano, ele seria uma instituição voltada a consolidar um discurso identitário regional, que já vinha sendo realizado informalmente há pelo menos duas décadas, assumindo assim um sentido de legitimação da ordem descentralizada e federalista.[55]

No que diz respeito ao âmbito federalista, Danilo Ferreti argumenta que o Instituto paulista estava inserido entre vários outros institutos históricos regionais que surgiram no período republicano, o que representava um processo de intensa federalização do discurso histórico, paralelo ao da vida política. Entretanto, esta federalização do discurso, não significava a negação de um cunho nacional elaborado pela monarquia centralizada, mas uma redefinição entre o regional e o nacional, objetivando a ênfase de cada Estado na construção do todo nacional.[56]

Para a historiadora Lilia Schawarzch, a funcionalidade dos institutos estava em construir uma história da nação, recriar um passado e solidificar mitos de fundação. Ordenar fatos buscando homogeneidades e eventos até então dispersos.

> Nesse caso, unificar a nação representava a construção de um passado que se pretendia singular, embora claramente marcado pelo perfil dos influentes grupos econômicos e sociais que participavam dos diversos institutos. Com uma composição social semelhante a das academias ilustradas européias, onde os sócios eram escolhidos antes de tudo por suas relações sociais, os diferentes centros produziram falas marcadamente regionais, apesar da pretensão totalizante.[57]

De acordo com Antonio Celso Ferreira, o surgimento destes institutos em outras regiões do país era desencadeado pela busca por superioridade intelectual e científica que ganhava espaço, aliado às já recorrentes lutas em torno dos interesses econômicos e projetos políticos divergentes ou mesmo de cargos no aparelho de Estado. A concorrência não se limitava apenas ao conflito entre Rio de Janeiro e São Paulo, o que se tornava evidente com a criação de diferentes institutos históricos estaduais surgidos na época. Segundo o historiador,

---

[55] FERRETTI, Danilo Zionni. *A Construção da paulistanidade.* Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). 2004. 377 f. Tese (doutorado em história social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 215.

[56] Ibid. p. 215.

[57] SCHAWARZCH, Lilia. *O espetáculo das raças.* Cientistas, instituições e questão racial no Brasil**.** São Paulo: Cia. das Letras; 1993. p. 99.

cada uma destas agremiações buscaria evidenciar as particularidades locais e sua versão da história pátria.[58]

No entanto, seria em São Paulo que essa disputa assumiria uma feição aberta de desafio:

> Os historiadores locais não ocultariam o propósito de abalar a história da nacionalidade, até então construída pelo IHGB, ambicionando reescrevê-la de ponta a ponta. No primeiro volume da revista do IHGSP, isso já era anunciado, sem disfarces: "a História viva de São Paulo é a própria História do Brasil" (RIHGSP, v.I, p.1895). No lugar dos heróis e eventos emoldurados pela historiografia do Império, ansiavam por entronizar novos vultos e acontecimentos, equivalentes às "grandes energias collimadas na epopéa inigualável" dos paulistas.[59]

Marcelo Lapuente Mahl fomenta a hipótese ao salientar que os trabalhos publicados pela Revista do IHGSP buscavam fortalecer uma cultura paulista que pudesse corresponder às exigências dos grupos que pretendiam manter e fortalecer suas posições na hierarquia social. Na procura pela história regional, projetavam-se nestes estudos as ações e pessoas que serviam de exemplos dignos para a história paulista, sendo o exemplo mais elucidativo as discussões sobre raça e o movimento bandeirante.[60]

O movimento bandeirante tornar-se-ia tema recorrente nas revistas da agremiação, elevando o homem sertanista à categoria de herói nacional, desbravador das fronteiras brasileiras e responsável por definir a imensidão territorial do país.

> Esse conjunto de imagens positivas do bandeirante acabou se tornando um ponto de apoio para as novas elites paulistas, que se colocavam como herdeiras desses míticos antepassados, descritos com adjetivos que interessavam aos sócios do instituto, auto-intitulados "modernos bandeirantes".[61]

Antonio Celso Ferreira aponta que a leitura da Revista do IHGSP entre os anos de 1895 a 1940 retrata perfeitamente o percurso da produção historiográfica e intelectual paulista

---

[58] SCHAWARZCH, Lilia. *O espetáculo das raças.* Cientistas, instituições e questão racial no Brasil**.** São Paulo: Cia. das Letras; 1993. p. 110.

[59] FERREIRA, Antonio Celso. *A Epopéia Bandeirante:* Letrados, Instituições, Invenção e Histórica (1870/1940). 1ed. São Paulo: Unesp, 2001. p. 110.

[60] MAHL, Marcelo Lapuente. O Paulista e o Outro: A Construção de Uma identidade Racial no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940). In: FERREIRA, Antonio Celso (Org.); MAHL, Marcelo Lapuente (Org.). *Letras e Identidades*: São Paulo no Século XIX, Capital e Interior. São Paulo: Annblume, 2008.p. 31.

[61] Ibid. p. 31.

num sentido mais amplo. Os historiadores preocupavam-se com a elaboração de artigos, biografias, genealogias, editoriais, conferências entre outras tipologias de texto, assim como a publicação de documentos antigos, comentados ou não, que consumiam um número razoável das páginas do periódico. Para o autor, o espaço reservado para divulgação destes documentos demonstra o apego dos intelectuais para com as fontes originais como inventários, testamentos, cartas e outros ofícios ligados ao poder público e à Igreja.

Ainda de acordo com o autor, o desejo de reunir documentos como parte do acervo do instituto integrava olhar historiográfico típico da época e que já pertencia à visão do Almanach de José Maria Lisboa. Entretanto, no Instituto eles passariam a ter um tratamento mais elaborado, apesar de continuarem a servir como atestado e enredos de situações históricas pressupostas.[62]Os documentos antigos constituíam suportes para uma edificação heróica atuando para a comprovação de enredos e tornando-os verossímeis.

Entre as áreas de conhecimento da revista, os estudos históricos predominavam de modo absoluto, não apenas pela quantidade de trabalhos especializados, como pela vasta série que recorre ao enfoque histórico sem construir estritamente um conjunto de especialidades.[63]As matérias específicas sobre os assuntos históricos empregavam um número expressivo de estudos aplicados relacionados a personagens ou contextos políticos, levantamentos documentais, cronologias e uma quantidade pequena de textos teóricos ou de preocupação historiográfica.

O historiador típico destes institutos era o homem erudito que transitava com fluidez por diferentes espaços intelectuais. O modelo ideal era do homem público, pesquisador sério, escritor de múltiplas habilidades e dotado de uma boa oratória.[64] Era nesse perfil que se enquadrava Afonso de Taunay dentro da nova geração que surgia no início dos anos de 1900.

Com o perfil do historiador ideal traçado, os escritos por eles produzidos eram apreciados a partir de diferentes critérios sem grandes sofisticações teóricas. Segundo Antonio Celso Ferreira, eles eram classificados pela finalidade do tipo de saber, os procedimentos necessários para a sua elaboração e o estilo de escrita desejado. “Rebuscados e eruditos, os

---

[62] FERREIRA, Antonio Celso. *A Epopéia Bandeirante:* Letrados, Instituições, Invenção e Histórica (1870/1940). 1ed. São Paulo: Unesp, 2001. p.117.

[63] Ibid. p. 118.

[64] Ibid. p. 24.

historiadores do IHGSP debruçaram-se sobre a história brasileira, paulista em especial, deixando ainda a entrever o velho gosto romântico pelo passado." [65]

A busca pelas origens feita pelos intelectuais da agremiação representava o investimento grupal na tradição, assim como a identificação subjetiva com o passado regional. Identificação esta que se tornava o porto seguro para a força proveniente da modernização que os cercava. Nesse contexto, determinados temas tornaram-se mais recorrentes:

> A demarcação de uma identidade regional exigia, por outro lado, o esforço para definir os contornos do território paulista, nele se localizando os centros urbanos propulsores. É assim que o estudo das cidades ganhou importância equivalente ao dos indivíduos, como se viu, aliás, nas páginas do almanaque de José Maria Lisboa. As cidades paulistas tornavam-se personagens, na geografia e na História, vindo ocupar um segundo lugar enquanto gênero de interesse.[66]

Nomes como Afonso de Taunay, Alcântara Machado, Paulo Prado entre outros, faziam parte do grupo de historiadores de renome entre os membros do instituto. A partir da década de 1920, ingressaram novos integrantes como Alfredo Ellis Júnior, Pedro Calmon e Roberto Simonsen, muitos ocuparam cadeiras nos cursos de História, Sociologia, Antropologia e Filosofia na Universidade de São Paulo. Havia aqueles que, apesar de eleitos, não participavam efetivamente da vida associativa da agremiação. Entre eles estavam Euclides da Cunha, Afonso Arinos de Melo Franco e Vicente de Carvalho.[67]

Como conclui Danilo Ferreti, o Instituto Histórico Geográfico de São Paulo não era uma instituição de saber alheia ao universo da política, muito menos marcada pela homogeneidade de posicionamentos. Ela assumiria o papel de institucionalizar as antigas representações do passado paulista, que vinham sendo produzidas desde o período anterior à crise do Segundo Império.[68] Na prática, as visões do passado dos republicanos adequavam-se às regras de verificação científica, o que significava, no período, se submeter à crítica documental histórica, desenvolvida pela Escola Metódica, então dominante[69].

---

[65] FERREIRA, Antonio Celso. *A Epopéia Bandeirante:* Letrados, Instituições, Invenção e Histórica (1870/1940). 1ed. São Paulo: Unesp, 2001. p. 125.

[66] Ibid. p. 130.

[67] Ibid. p. 106-107.

[68] FERRETTI, Danilo. *A Construção da paulistanidade.* Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). 2004. 377 f. Tese (doutorado em história social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 221.

[69] Escola surgida na Alemanha e posteriormente difundida pela academia francesa. Conhecida como Escola Metódica por estabelecer as bases do método de pesquisa na história.Os seus princípios fundamentais estão

A agremiação também seria marcada pela adição da base documental que faltava às interpretações dos anos 1870 e 80.[70] Segundo o historiador, nesse sentido foi de grande valia o papel desempenhado pelos documentos publicados pela revista e da iniciativa de Antônio Toledo de Piza, diretor do Arquivo Estadual e responsável pelo principal depositário de documentos do Estado. Toledo Piza teria incentivado a publicação de importantes conjuntos de fontes documentais sobre o período colonial das terras paulistas, principalmente sobre o século XVIII.

Antonio Celso Ferreira esclarece que o grupo de intelectuais reunidos pelo IHGSP tratava-se de um seleto e expressivo rol das letras paulistas das primeiras décadas do século, antes do advento do modernismo.[71] Nos fins dos anos 20 e início da década de 1930, este grupo seria estendido por alguns expoentes ou pessoas relacionadas a esses membros que também passariam a ingressar a agremiação, entre eles os críticos Sérgio Millet e René Thiollier.[72]

> Guilherme de Almeida, o poeta mais celebrado dos paulistas, não poderia faltar no grupo. Até mesmo Mário de Andrade, um primo pobre das Oligarquias, não só foi admitido em 1936, como serial eleito tesoureiro do instituto no dia seguinte.[73]

Como Karina Anhezini argumenta, resumidamente, podemos compreender que a história do Brasil nestas primeiras décadas do século foi escrita por advogados, médicos,

---

expostos em duas obras: o manifesto, escrito por Gabriel Monod, para lançar a Revista Histórica em 1876; e o manual de Langlois e Seignobos (1898).

[70] FERRETTI, Danilo. *A Construção da paulistanidade.* Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). 2004. 377 f. Tese (doutorado em história social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 222.

[71] De acordo com Eduardo Jardim de Moraes, durante os anos 20, o modernismo brasileiro se estabeleceu como uma discussão cujo tema central era a participação da esfera nacional na comunidade internacional, preocupação que deu ao movimento seu inconfundível tom universalista. O universalismo que caracteriza o movimento modernista se desdobrou em duas fases: durante a primeira (1917-1924), prevaleceu a idéia de uma inserção imediata da parte (Brasil) no todo (comunidade internacional); na segunda fase (a partir de 1924), o universalismo modernista propunha um acesso ao cenário mundial através da valorização do elemento nacional. O nacionalismo modernista foi, portanto, um momento da discussão sobre a participação no fórum amplo das "nações cultas". É este o pressuposto que torna possível a compreensão do projeto de elaboração de retratos do Brasil, presente nesse movimento. (MORAES, Eduardo jardim. *Modernismo revisitado*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, v. 1, n. 2. 1988. p. 220-238.)

[72] FERREIRA, Antonio Celso. *A Epopéia Bandeirante:* Letrados, Instituições, Invenção e Histórica (1870/1940). 1ed. São Paulo: Unesp, 2001. p.107.

[73] Ibid. p. 107.

jornalistas, políticos, diplomatas, engenheiros, entre outros,[74]que se dedicavam a letras históricas, porém formados em diferentes áreas do conhecimento. Muitos conciliavam a escrita da história com a formação original, outros abandonavam a profissão e tornavam-se historiadores de ofício, sempre carregando características de sua trajetória em seus estudos sobre o passado.

Estes historiadores por vocação escreveram a história do Brasil em diferentes Estados, sobretudo sob à tutela dos institutos históricos e das instituições de pesquisa que desde o século XIX vinham crescendo no Brasil como: Biblioteca Nacional, Museu Nacional, Museu Paulista, Academia Brasileira de Letras, Academia Paulista de Letras, dentre outros museus, academias e Institutos.[75] O principal espaço de divulgação das produções feitas por esses intelectuais eram o jornais e revistas, e os livros publicados em sua maioria editados na Europa, principalmente na França e em Portugal. Apenas nas décadas de 1910 e 1920 com aperfeiçoamento técnico passaram para as prensas das casas editoriais nacionais, primordialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

## 1.3 As iniciativas de Washington Luís e as comemorações do Museu Paulista

> Nos anos 20, as iniciativas para fundar o moderno se entrelaçaram, intimamente, à questão nacional. Antinomias e complementaridades entre valores universais e valores nacionais perturbaram o sono dos que insistiram na busca do moderno, interferindo na proliferação das polêmicas, na diversificação de posturas, em um ambiente de crise de valores éticos e políticos.[76]

O início da década de 1920 seria marcado por uma áurea de otimismo. Devido ao desenvolvimento econômico e político do Estado, argumentava-se que São Paulo merecia um lugar de vanguarda no conjunto nacional, tornando-se com isso um dos lugares que mais experimentou intensamente as maravilhas e crises da modernidade.[77]

---

[74] ARAÚJO, Karina Anhezini de. *Um metódico à brasileira.* A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). 2006. 235 f. Tese (doutorado em história) - Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006. p. 198.

[75] Ibid. p.200. Ver também: SCHWARCZ Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

[76] GONÇALVES, Márcia. A. Retratos Poliédricos do Brasil. In: _____. *Em Terreno Movediço*. Biografia e História na Obra de OctavioTarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 235.

[77] VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. Estudos Históricos. V.6, n°. 11, p. 89-112, 1993.

Como argumenta Mônica Velloso, São Paulo neste período alçava a posição de núcleo do progresso econômico e social, portanto sentia-se capaz de difundir a questão do moderno no pensamento brasileiro.

> Mais do qualquer outra região, o estado paulista vive diretamente, os impactos da imigração européia, com a expansão do café dando surgimento ao proletariado e subproletariado urbano. Em meio a este clima de intensa agitação social, política e intelectual nasce o movimento modernista, procurando expressar simbolicamente o fluxo da vida moderna.[78]

De acordo com a historiadora Márcia de Almeida Gonçalves, na década de 1920 os protagonistas da Semana de Arte moderna, em solo paulista, desejaram incluir o Brasil em um rol de nações que além de simbolizar a civilização, representavam também os paradigmas da modernidade.[79] O centenário da independência comemorado em 1922 viria a ser realizado sob uma chuva de questionamentos acerca do caráter nacional brasileiro por diversos letrados e artistas da época.

O movimento modernista na década de 1920 pode ser dividido em dois períodos. No primeiro momento, a tônica das declarações e das encenações objetivava "importar" o que melhor representasse o conceito de moderno. Nas palavras da autora: "bastando para alguns, acertar o 'atrasado relógio brasileiro ao relógio universal das nações cultas. '" [80] O segundo momento surge a partir de 1924, como um segundo caminho trilhado por aqueles "que decidiram, em linhas gerais, enxergar o alcance do mundo moderno pelo viés da mediação da entidade nacional." [81]

Numa visão geral, estes dois momentos definem, portanto, duas visões antagônicas sobre a nacionalidade. Mônica Velloso afirma que o primeiro emerge com o modernismo, baseado no critério temporal e voltada para contextualização histórica – visão esta defendida primordialmente por Mario de Andrade –. Já o segundo momento baseia-se no critério espacial, revelando uma preocupação com a geografia – este representado pelo grupo verde-amarelo de Cassiano Ricardo. Ainda de acordo com a autora, enquanto a última mantém

---

[78] VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. Estudos Históricos. V.6, n°. 11, p. 89-112, 1993.p. 4.

[79] GONÇALVES, Márcia. A. Retratos Poliédricos do Brasil. In: _____. *Em Terreno Movediço*. Biografia e História na Obra de OctavioTarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 200. p. 235.

[80] Ibid. p. 235.

[81] Ibid. p. 235.

presente e atualiza a tradição regionalista, a corrente encabeçada por Mario de Andrade procurava romper com essa perspectiva, apresentando novos instrumentos para repensar a nacionalidade.[82]

O segundo momento modernista também seria marcado pela projeção tomada ao tentar promover a reinvenção da história brasileira. O período entre os fins da década de 1920 e de 1940 evidenciaria um número expressivo de produções intelectuais sobre os mais diversos assuntos, explicitando a necessidade de compreender o país, a partir do deslocamento de explicações de cunho determinista, alçados pelos conceitos de clima, raça e miscigenação.[83]

Os estudos produzidos neste período caracterizavam-se como revisões criadoras de novos mitos, adquirindo o caráter de uma epopéia a glorificar a nação. Houve também os ensaios mais analíticos pautados e na pesquisa dos valores, hábitos e instituições formadores da cultura e das sociedades brasileiras, esboçando muitas histórias sobre a nação. Segundo Márcia de Almeida Gonçalves:

> Vale destacar, nesse sentido, para além da variedade de interpretações do Brasil urdidas pelos que respiraram as ambiguidades do ambiente intelectual modernista, o esforço de construir e de renovar a imaginação nacional a partir do que uma contraditória realidade brasileira configurava e lhes oferecia. As imagens da nação, sob olhares modernistas, fizeram valer a lógica da multiplicação, pondo em xeque a premissa de enxergar o Brasil a partir do que nele faltava. Em especial os trabalhos de natureza mais analítica, leituras de caráter imanente das fisionomias da sociedade brasileira, quiseram enxergar, com todas as suas contradições, "as caras do país".[84]

Diante do cenário modernista que surgia ainda no início da década de 1920, o meio político não estava à parte do movimento na busca pelas raízes nacionais, principalmente nas terras paulistas.

No que diz respeito ao papel dos historiadores do período no projeto de construção histórica regional, a socióloga Maria Isaura de Queiroz afirma que, nas primeiras décadas do século XX, as bandeiras tornaram a atrair a atenção dos estudiosos. O uso do sentido de retorno deve-se ao fato, de acordo com os argumentos da autora, de que a imagem do sertanista desbravador teria sido levantada pela primeira vez ainda no século XVIII nos

---

[82] VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. Estudos Históricos. V.6, n°. 11, 1993. p. 21.

[83] GONÇALVES, Márcia. A. Retratos Poliédricos do Brasil. In: _____. *Em Terreno Movediço*. Biografia e História na Obra de OctavioTarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 200. p. 236.

[84] Ibid. p. 237.

escritos de Pedro Tarques de Almeida Paes Leme (1714 – 1777) e Frei Gaspar da Madre de Deus (1714 – 1800). "Tais ingredientes estavam presentes nas obras dos dois historiadores citados, definindo o nome 'paulista'; o termo 'bandeirante' não existia ainda." [85]

Na análise da socióloga, as primeiras décadas do século XX teriam sido o momento no qual mais obras foram escritas sobre o bandeirismo paulista e cuja imagem do bandeirante ganhou contornos mais nítidos. Os principais autores dessa nova epopéia bandeirante caracterizavam-se por serem em sua grande maioria pertencentes às tradicionais famílias paulistas e seus trabalhos demonstravam - de forma explícita ou não – o orgulho da linhagem herdada[86]. Os autores de maior relevância neste período foram: Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Junior e José Alcântara Machado de Oliveira.

De acordo com Maria Isaura Pereira de Queiroz, as obras produzidas por esses autores não tinham finalidades unicamente laudatórias:

> [...] pelo contrário, os autores se empenhavam com afinco em desvendar a verdade histórica a respeito dos sertanistas, buscando para tanto a mais farta documentação possível; e entre os documentos estavam os estudos de Pedro Tarques e de Frei Gaspar da Madre de Deus. Estes últimos não parecem ter sido utilizados somente como fontes, mas também como inspiradores da imagem que se delineia nos trabalhos dos continuadores. Como eles, os historiadores do séc. XX proclamaram a importância e o valor dos filhos da terra, e demonstravam que o pioneirismo, o espírito de iniciativa a bravura do fazendeiro cafeicultor, desbravando as matas para a nova cultura, implantando estradas de ferro, buscando nova mão- de- obra, eram a continuação das virtudes que o bandeirante haviam possuído. [87]

Estes estudos publicados em sua grande maioria na década de 20 coincidiam com momento de triunfo de São Paulo, tanto econômica quanto politicamente. No sentido subjacente de seus trabalhos, vigorava a ligação estreita entre as qualidades dos bandeirantes e os predicados da elite paulista a qual pertenciam.[88] A autora afirma que a filiação parecia, aos olhos destes intelectuais, indiscutíveis, entre elas as virtudes da raça, que haviam permanecido através do tempo consolidadas nas atividades pioneiras e resultando no engrandecimento da nação.

---

[85] QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo Paulista de Vicissitudes de um imaginário. *Revista USP*, São Paulo, n. 13, p. 78-81, 1992.p.80

[86] Ibid. p.82.

[87] Ibid. p. 83.

[88] Ibid. p.84.

A história, que já havia ao longo do tempo sido inserida na produção cultural de São Paulo em almanaques, revistas e jornais, ingressava a partir desta década também no rol dos espetáculos públicos, disposta a atrair os segmentos à margem do discurso e buscando novas formas de coesão social. [89]

Sem diminuir a relevância da Semana de Arte moderna e de todo movimento modernista já citado[90], este capítulo se restringirá ao que se refere à década de 1920, e mais especificamente o ano 1922, ao primeiro centenário de independência, através das medidas tomadas pelo governador de São Paulo, Washington Luís, em relação às modificações feitas no Museu Paulista. Como argumenta Antonio Celso Ferreira, "o evento foi comemorado com toda pompa e estardalhaço e sob o patrocínio do governo estadual."

Segundo Silvia Lopes Raimundo, ao longo das primeiras décadas do século XX, políticos e intelectuais brasileiros iniciaram uma série de discussões ligadas à modernização e à organização social e espacial do país. Entre essas questões predominaram os debates acerca do caráter nacional, no qual a questão das identidades surgiu relacionada à formação territorial. O território nacional, de acordo com a autora, aparecia como um dos elementos construtores da memória coletiva.

A construção de uma memória, segundo a autora, está relacionada à identificação de símbolos e tradições nos quais a sociedade assimila e que estão impregnados de representações formuladas e difundidas por segmentos dominantes. Este fato torna de suma importância a recuperação da historicidade dos fatos e do conhecimento dos processos e dos atores que interferiram no trabalho de formalização de imagens exploradas até hoje. "Especialistas e ideólogos, historiadores, geógrafos e educadores, construíram a memória nacional, organizando as comemorações, as festas, definindo os heróis e as pessoas que deveriam ser lembradas." [91]

No início do século XX, a idéia de nação no Brasil formulou-se a partir do debate entre criadores de matrizes de identidade de caráter local-regional. Em São Paulo,

---

[89] FERREIRA, Antonio Celso. *A Epopéia Bandeirante:* Letrados, Instituições, Invenção e Histórica (1870/1940). 1ed. São Paulo: Unesp, 2001. p. 270.

[90] O texto de Mônica Velloso serve como referência para o entendimento mais aprofundado destes dois grupos modernistas e suas idéias em relação ao Brasil.

[91] RAIMUNDO, Silvia Lopes. Bandeirantismo e identidade Nacional: Representações geográficas do Museu Paulista. *Revista Terra Brasilis*, Rio de Janeiro. Vol. 6, p. 77-103, 2004. p. 1-18.

particularmente, o discurso regionalista, argumenta a autora, foi centrado na figura do bandeirante e utilizado como ponte entre o local e o nacional.

O ideário proposto nas primeiras décadas pelos paulistas foi decisivo na medida em que foi criada uma série de marcos simbólicos que produziram sentimentos, e que ao serem acolhidos pela população incorporaram a consciência regional/nacional.[92] A geografia também se tornaria uma das grandes colaboradoras para a inserção da ideia de São Paulo como berço da nação. A expansão territorial seria utilizada por grande parte destes historiadores como base para representações de um projeto nacional. O estudo do movimento das bandeiras no Brasil colonial seria utilizado como destaque da singularidade do habitante de São Paulo e de seu papel na conquista e na ocupação do território.

Ainda de acordo com Silvia Lopes Raimundo, as décadas de vinte e trinta testemunharam o processo de resgate e transformação dos primeiros colonos em símbolos do Estado de São Paulo. "A partir de então, este personagem da história paulista passou a frequentar o cotidiano dos nascidos no estado, nomeando praças, ruas colégios e clubes." [93]

Como afirma Amilcar Torrão Filho, no passado criado para São Paulo, os aventureiros, índios e imigrantes são incluídos, entretanto, os conflitos criados entre os vários grupos que formaram a sociedade paulista foram atenuados e dissolvidos em nome da construção de uma memória elitista da camada dominante. "Mais do que esquecer personagens de sua história, a memória construída sobre a cidade tentou aplacar os conflitos e as lutas que a formaram." [94]

Washington Luís foi um dos grandes incentivadores políticos na década de 1920 do uso da história como forma de enaltecer a grandiosidade regional de São Paulo. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo escreveu diversos trabalhos sobre a história da cidade e foi um dos principais responsáveis por toda remodelação sofrida pelo Museu Paulista, aliado ao presidente da instituição Afonso de Taunay.

De acordo com Antonio Celso Ferreira, o centenário de 1822 buscou integrar a "comunidade imaginária" paulista numa mesma representação, recorrendo a uma

---

[92] RAIMUNDO, Silvia Lopes. Bandeirantismo e identidade Nacional: Representações geográficas do Museu Paulista. *Revista Terra Brasilis*, Rio de Janeiro. Vol. 6, p. 77-103, 2004. p. 2.

[93] Ibid.p. 3.

[94] TORRÃO FILHO, Amilcar. *A sétima porta da cidade:* memória, esquecimento e ressentimento na História de São Paulo. *Revista História & Perspectivas*, São Paulo, v.1, n.31, p.127- 152. 200. p. 140.

dramatização do ato fundador da nacionalidade para despontar São Paulo como presença fundamental na história do país.[95]

> É assim que a solenidade, em sua vulgarização nas praças públicas, sintetiza com clareza exemplar o modelo épico que deu consistência à historiografia paulista do período. Modelo, diga-se de passagem, assumido sem reservas por seus idealizadores e atores, e exposto de diversas maneiras: nas figurações das esculturas ou pinturas exibidas, na retórica dos discursos proferidos ou nos seus modos de enredar a história, assim como na própria organização sequencial da comemoração.[96]

Além das solenidades em praças públicas, uma série de iniciativas foram promovidas, entre elas a reforma do Museu Paulista feita às pressas e na qual o seu diretor, Afonso de Taunay, organizou diversas seções comemorativas.

Inaugurado em sete de setembro de 1895 - quase concomitante à abertura do IHGSP – ambos representaram os passos para o caminho científico. Os responsáveis pela criação das duas instituições possuíam a mesma ideia de que as ciências, tanto as naturais como as humanas, poderiam exercer no desenvolvimento de São Paulo um papel de luminosidade. Entretanto, suas intenções estariam além de tal premissa: pretendiam fincar as tradições de uma região, as raízes de um povo em meio a todo processo de modernização que não parava de crescer. Para tal objetivo, era necessária a geografia, a etnografia e a história presentes no Instituto e no Museu.

De acordo com Lilia Schwarcz, a criação de um museu em São Paulo esteve associada, a princípio, a ideia de erguer um monumento grandioso em homenagem a independência. Em março de 1885 o projeto do arquiteto italiano Tommaso Gaudenzio Bezi foi aprovado por D. Pedro II como homenagem à emancipação. No entanto, a elite política local retardava seu apoio e contribuições a empreitada por não considerar um sentido prático para tal projeto. A obra devido a inúmeros contratempos foi concluída em 1890, porém o edifício permaneceu desocupado cumprindo apenas a função de monumento histórico, sem uma perspectiva científica mais delimitada. Apenas em 1893 o Museu do Ypiranga adquiriu as coleções pertencentes a Joaquim Sertório[97], composta por espécimes de história natural,

---

[95] FERREIRA, Antonio Celso. *A Epopéia Bandeirante:* Letrados, Instituições, Invenção e Histórica (1870/1940). 1ed. São Paulo: Unesp, 2001. p. 270.

[96] Ibid. p. 270.

[97] De propriedade do coronel Joaquim Sertório, a coleção tornou-se um museu privado na cidade de São Paulo, ganhando relevância na segunda metade do século XIX. As peças a ele pertencentes foram doadas ao governo paulista em 1890, tornando-se o embrião do acervo do Museu Paulista, que viria a ser inaugurado, em 1895, no

peças de mobiliário, jornais e objetos indígenas. Com a obtenção deste material o Museu Paulista foi inaugurado oficialmente em 1894.[98]

O Museu de História Natural foi inaugurado sob o cunho de marco representativo da Independência, da história do Brasil e paulista.[99] No centenário de tão importante evento para construção da nacionalidade brasileira, certamente a instituição teria o seu devido papel na reafirmação da participação de São Paulo na história da nação.

Afonso de Taunay foi nomeado diretor da entidade em 1917 e ao assumir recebeu de seu antecessor[100] a missão de preparar a instituição para as comemorações do Centenário de Independência em 1922. O historiador foi considerado "o transformador do Museu Paulista em um museu de história que, no entanto, não abandonou a história natural quando assumiu a direção deste Museu." [101] De acordo com Ulpiano Bezerra de Menezes, a mudanças feitas por Taunay representavam:

> Taunay nos anos 20 introduz nesse imaginário da independência a ideologia paulista (o projeto hegemônico de São Paulo na República Velha estava, então, sendo contestado). O bandeirante, associado à proeza da extensão do território e predecessor do tropeiro, do fazendeiro de café e do capitão de indústria, tem suas iconografia e ideologia gestadas no Museu Paulista.[102]

O autor argumenta que a presença do bandeirante demonstra a autonomia da história em relação a outras áreas de conhecimento do Museu. Além disso, segundo o autor, o Museu caracterizava-se por certo descompromisso com a história como forma de conhecimento, o

---

Monumento do Ipiranga. (CARVALHO, Paula Carolina de Andrade. O Museu Sertório: uma coleção particular em São Paulo no final do século XIX (primeiro acervo do Museu Paulista). *Anais do Museu Paulista História e Cultura Material*. vol. 22 no.2 São Paulo July/Dec. 2014.)

[98] SCHAWARZCH, Lilia. *O espetáculo das raças.* Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Cia.das Letras, 1993.p. 78-79.

[99] A premissa de marco da Independência e da História Nacional é difundida até os dias atuais pela própria instituição no site do Museu paulista disponível em: http://www.mp.usp.br/o-museu/historia-do-museu-paulista

[100] De acordo com Karina Anhenzini Araújo, Armando da Silva Prado (1880-1956) era advogado e ocupou a direção do Museu Paulista entre agosto de 1916 e fevereiro de 1917.

[101] ARAÚJO, Karina Anhezini de. *Um metódico à brasileira.* A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). 2006. 235 f. Tese (doutorado em história) - Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006. p.11.

[102] MENESES, Ulpiano. T. Bezerra. Museu Paulista. *Estudos Avançados*. São Paulo, vol.8 n. 22, p.573-578, Set /Dez., 1994. p.573.

que explicaria o fato do acervo museológico da instituição nunca ter sido utilizado com a finalidade de pesquisa histórica. Ciente de que esta não era função do Museu Paulista, Afonso de Taunay teria criado o arquivo histórico com um acervo numeroso sobre a cidade de São Paulo.

Prefeito da cidade naquele momento de remodelação do Museu paulista, Washington Luís conquistou ao longo de sua carreira a fama de político modernizador junto aos seus contemporâneos.[103] Durante sua permanência nos cargos executivos do Município, Estado e Governo Federal promoveu diversas reformas, tanto na educação pública quanto na ocupação simbólica dos espaços públicos como atividades esportivas e festivas. Ex- prefeito da capital e político eleito com uma plataforma de governo direcionada as novas classes, segundo Antonio Celso Ferreira, governador de São Paulo em exercício representava uma figura emblemática dos novos tempos.[104]

No centenário de Independência, o então governador do Estado esteve à frente de toda a programação que incluía além das representações em praças públicas, cerimônias em vários órgãos: Instituto Histórico, Tribunal de Justiça, estabelecimentos de ensino superior, escolas secundárias e primárias, igrejas e lojas maçônicas.[105]

Ainda como prefeito da cidade de São Paulo, Washington Luis aliado a Afonso de Taunay – seu velho conhecido das reuniões do IHGSP- estabeleceu a reorganização do Museu Paulista, formando duas seções históricas: uma dedicada à história nacional e outra exclusivamente a São Paulo.[106]

O projeto permitiu a visualização ao público do museu de retratos, esculturas, placas painéis, marcos, armas, porcelanas, códigos antigos, mapas, ânforas, ou seja, um amplo e diferenciado acervo, cuidadosamente arranjado de acordo com as prescrições de Taunay. De acordo com Antonio Celso Ferreira, tais objetivos teriam uma finalidade:

---

[103] FERREIRA, Antonio Celso; LUCA, Tania Regina. O Tradicionalista Moderno. Washington Luís: Política, Espetáculo e letras Históricas. In: FERREIRA, Antonio Celso (Org.); MAHL, Marcelo Lapuente (Org.). *Letras e Identidades*: São Paulo no século XX, capital e interior. São Paulo: Annablume, 2008. p.15.

[104] FERREIRA, Antonio Celso. *A Epopéia Bandeirante:* Letrados, Instituições, Invenção e Histórica (1870/1940). 1ed. São Paulo: Unesp, 2001. p. 272.

[105] Ibid. p. 272.

[106] FERREIRA, Antonio Celso; LUCA, Tania Regina, op.cit. p.19.

> A montagem tinha um fim preciso: apresentar a história nacional a partir de uma perspectiva que atribuía lugar privilegiado a São Paulo, erigido a condição de berço da nacionalidade, e fazia o bandeirante personagem central do enredo. Ao percorrer o hall, a escadaria monumental, o salão nobre, que abriga o famoso quadro de Pedro Américo, e as quase duas dezenas de salas, os visitantes do Museu-palácio refaziam o caminho percorrido pela nação, dos seus primórdios a independência. A exibição assemelhava-se a um livro texto, pedagogicamente construído em linguagem alegórica, que deveria ser lido, compreendido e assimilado por homens e mulheres comuns.[107]

Como argumenta Fernando Catroga, um monumento, consistindo originalmente um traço do passado e sendo de forma consciente ou involuntária deixado em determinado espaço, só terá o papel de ressuscitador de memórias se não limitar-se a perspectivas gnosiológicas e frias, e se for mediado pela afetividade e pela partilha comunitária com outros, citando-o:

> Na verdade, nas suas enunciações mais afectivas, o diálogo entre o presente e o passado, que a anamnese pressupõe, quase anula o distanciamento entre o sujeito e o objecto e constitui, mais do que uma prática frívola e egóide, um acto cordial e comunitário, um *re-cordare com*, isto é, um *co-memorar*, o que leva a que a memória deva ser dita na linguagem pública, colectiva e instituinte do rito, pois comemorar é sair da autarquia do sujeito (manifestação potencialmente patológica) e integrar o eu na linguagem comum das práticas simbólicas e comunicativas.[108]

A partir desta perspectiva deve-se considerar as preocupações de Afonso de Taunay em não tornar as novas seções uma simples repetição museológica, mas que permitisse um contato diferenciado do público com a história de São Paulo e consequentemente com a memória do passado.

Karina Anhezini de Araújo afirma que, para que essas transformações ocorressem na organização do instituto, foram necessários além dos incentivos públicos, a escrita de uma história a partir da escolha de temas, de personagens, de recortes temporais, bibliografias e documentos. [109] Essas escolhas seguiram uma determinada forma de operar e ler as fontes e a bibliografia, e interpretá-las de acordo com as experiências passadas a partir daquele presente. Para a historiadora, o princípios da moderna crítica histórica, as influências do pai, a relação

---

[107] FERREIRA, Antonio Celso; LUCA, Tania Regina, op.cit. p. 20.

[108] CATROGA, *Fernando. Memória, História e Historiografia.* 1ed. Coimbra: Quarteto, 2001.p. 25.

[109] ARAÚJO, Karina Anhezini de. *Um metódico à brasileira.* A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). 2006. 235 f. Tese (doutorado em história) - Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006. p. 21.

de amizade com Capistrano de Abreu[110], a participação nos institutos históricos de São Paulo e Rio de Janeiro, contribuíram para que Taunay concluísse com êxito as transformações do Museu Paulista, planejadas e apoiadas pela política de Washington Luís.

Portanto, podemos concluir que as ações produzidas pelo político no centenário de Independência ensejavam elevar o ufanismo paulista através de grandes exibições de civismo, e no que se refere ao Museu Paulista, a utilização de um espaço consagrado para propagar o culto ao passado e o elogio à tradição.

Vale salientar que Washington Luís não estava inserido neste processo de propagação de uma identidade regional apenas como figura política, responsável pelas verbas que garantiam a realização dos projetos. O político fazia parte da elite letrada paulista da época, em sua maioria bacharéis formados no Largo de São Francisco ou médicos e politécnicos que almejavam postos políticos que garantissem sua presença nas redes de sociabilidade, além de pertencerem a entidades culturais renomadas como a Academia Paulista de Letras e o próprio IHGSP.[111]

Whashington Luís publicou alguns trabalhos na revista do Instituto, onde era sócio desde 1901. No entanto, de acordo com Antonio Celso Ferreira e Tania Regina de Luca sua maior contribuição historiográfica foi o patrocínio e incentivo à publicação das fontes de histórias dos tempos coloniais. Ainda como prefeito da cidade de São Paulo em 1914, propiciou a edição das *Atas e Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo*, e já como governador do Estado, em 1920, determinou a impressão dos *Inventários e Testamentos do 1º Cartório de Órfãos da Capital*, relativos aos séculos XVI e XVII. Estes documentos serviram como fonte para diversos estudos produzidos posteriormente[112], fundamentais para a compreensão do passado colonial paulista.

---

[110] Capistrano de Abreu foi o grande mentor intelectual de Afonso de Taunay durante o processo de pesquisa sobre o período colonial. Em 1939 Afonso de Taunay narrou aos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ao receber a presidência honorária da instituição, como o historiador Capistrano de Abreu tornou-se um elemento decisivo diante de suas escolhas historiográficas. (ARAÚJO, Karina Anhezini de. *Um metódico à brasileira.* A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). 2006. 235 f. Tese (doutorado em história) - Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.)

[111] FERREIRA, Antonio Celso; LUCA, Tania Regina. O Tradicionalista Moderno. Washington Luís: Política, Espetáculo e letras Históricas. In: FERREIRA, Antonio Celso (Org.); MAHL, Marcelo Lapuente (Org.). *Letras e Identidades*: São Paulo no século XX, capital e interior. São Paulo: Annablume, 2008. p. 23.

[112] Entre os estudos produzidos podemos citar a obra Folclore dos Bandeirantes (1946) de Joaquim Ribeiro, na qual o autor reserva um dos capítulos a análise dos *Inventários e Testamentos publicados* em 27 volumes entre 1920 e 1924.

Entretanto, como salienta Maria Isaura pereira de Queiroz, até este período, a imagem do bandeirante como símbolo manteve-se restrita ao âmbito dos intelectuais interessados pela história da sua região, ou de escritores vivendo intensamente uma renovação literária, grupo que representava uma minoria de letrados em meio a uma população cada vez mais volumosa do Estado. De acordo com a socióloga, a função simbólica do bandeirante parecia fadada a encerrar-se nos livros, porém com o advento da Revolução de 1932, o símbolo bandeirante foi projetado para outros níveis sociais, modificando suas funções.

## 1.4 As décadas de 1930 e 1940: os paulistas buscam mapear o Brasil em busca da sua identidade regional

De acordo com a historiadora Angela de Castro Gomes são muitas as dificuldades para apontar o que compôs a contribuição histórica até o início da década de 1940 devido ao fato de que as distinções disciplinares não serem claras. A autora esclarece que:

> No Brasil, [...], as décadas iniciais do século XX parecem ter sido cruciais para o desenvolvimento desse processo no campo das chamadas humanidades. Os historiadores são um bom exemplo de produtores culturais em um amplo espaço do conhecimento, envolvendo biologia, etnologia, folclore, lingüística e geografia, além da História. Eles escrevem sobre a história da geografia ou geografia da História, produzem textos sobre flora e fauna brasileiras, estudam línguas indígenas e "olham" etnograficamente festas religiosas e populares, além de serem filósofos e literatos.[113]

Um dos intelectuais do período que se enquadra no perfil destacado pela historiadora é o escritor carioca Joaquim Ribeiro. O escritor, ensaísta, conferencista, teatrólogo; folclorista e professor do Colégio Pedro II, Joaquim Ribeiro, filho do consagrado João Ribeiro, foi autor carioca que publicou diversas obras sobre os mais diferentes temas, entre eles literatura, filologia, história e um dos assuntos que mais possuía apreço: o folclore nacional.

Como grande estudioso da cultura popular brasileira, Joaquim Ribeiro publicou diferentes trabalhos e tornou-se grande defensor da importância dos estudos bandeirantes ao afirmar que, o bandeirismo não era apenas um tema do passado, mas, sobretudo, extremamente valioso para a pesquisa e interpretação retrospectiva.[114]

---

[113] GOMES, Angela Maria de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.75.

[114] RIBEIRO, Joaquim. Problemas Fundamentais do Folclore dos Bandeirantes. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946. p.107.

Joaquim Ribeiro, assim como outros intelectuais deste período, transitavam por áreas diferenciadas de conhecimento.. Muitos intelectuais possuíam um perfil eclético, proveniente de formações diversas, predominante até a década de 1950 e que tiveram suas ideias divulgadas nas séries de coleções de estudos brasileiros que surgiram a partir da década de 1930. "Escritores/editores, literatos/jornalistas foram tipos algo comuns que apontavam para a inexistência, naquele momento, da figura, típica nos meios acadêmicos de hoje, do especialista *stricto sensu*." [115]

Heloísa Pontes salienta que o trânsito entre esferas culturais distintas era praticado com frequência por estes intelectuais. Contemporâneos a uma indústria cultural embrionária e diante da ausência de campos profissionais definidos, estes intelectuais voltavam-se para o Estado por considerá-lo espaço privilegiado dos aspectos referentes à questão nacional. Atrelado a isso, os intelectuais formados no interior dos setores de produção do saber da época – Academia de Letras, Institutos Históricos e Geográficos, faculdades de Direito e Medicina, Ciências Sociais e Educação - dirigem-se para o mercado editorial, que como dito anteriormente, expandiu no início da década de 1930 e progrediu nas décadas posteriores.[116]

Angela de Castro Gomes destaca a importância em se observar o "quando" e "em que" circunstâncias os textos históricos neste período foram produzidos. Segundo ela, em muitos casos, as publicações foram resultado de um longo processo oriundo tanto de um cuidadoso planejamento, quanto pelo estímulo dos fatos imprevistos. Entretanto, em ambos os casos, o autor já estaria em sua fase de maturidade profissional e intelectual, "são políticos e diplomatas famosos, professores e jornalistas reconhecidos que vão escrever sobre a História do Brasil." [117]Esses autores são ainda, de acordo com a historiadora, homens que conservam uma paixão pela pesquisa em arquivos e bibliotecas.

A década de 1930 foi uma das mais produtivas da história brasileira no que se refere à produção intelectual.[118] Os pensadores brasileiros viviam um momento de criatividade intelectual não sendo nem mesmo esgotada após a implantação do Estado novo. De acordo

---

[115] GONÇALVES, Márcia. A. Retratos Poliédricos do Brasil. In: _____. *Em Terreno Movediço*. Biografia e História na Obra de OctavioTarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 214.

[116] PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das "Coleções Brasilianas", nas Décadas de 1930, 40 e 50. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 56-89, 1988. p. 56.

[117] GOMES, Angela Maria de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 76.

[118] CARVALHO, José Murilo. Prefácio. In: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. p. 10.

com José Murilo de Carvalho, o regime ditatorial de Getúlio Vargas que perdurou até 1945, possuía suas peculiaridades no que diz respeito ao campo intelectual e artístico. O Ministério da Educação e Saúde seria colocado nas mãos de Gustavo Capanema, que nomearia como chefe de seu gabinete Carlos Drumond de Andrade. Para o historiador, o movimento que levou Vargas ao poder, embora não possa ser definido sociologicamente como revolução, provocou sem sombra de dúvida, o que denominou de "pentecostes cívico".[119]

> Como que iluminados pelo espírito público, muitos brasileiros começaram a pensar o Brasil e a escrever o que pensavam. A renovação cultural começara, é fato, na década de 1920, mas então se concentrar do campo da literatura. Agora mesmo os literatos como Plínio Salgado e Cassiano Ricardo, enveredaram pelo ensaio e mesmo pela militância política.[120]

O historiador esclarece que, independente das vertentes ideológicas dos intelectuais da década de 1930, os ensaios produzidos naquele período possuíam primordialmente uma natureza política e social.

Sendo um fato previsível ou não, a verdade é que a revolução de 1930 colocou um fim a uma república que viria a ser considerada velha e trouxe consigo um caminho de incertezas.[121] A urgência de construir-se o *novo* para satisfazer os anseios da nação, representava para o heterogêneo grupo político que se instalava no poder, o dever de reorganizar o Estado como forma de legitimar sua vitória, o que foi feito através de muitas disputas políticas e conflitos.[122] Fábio Franzini argumenta que, para os intelectuais, o conhecimento e a análise da "realidade brasileira" permaneceria como referência para ação, agora segundo ele, favorecidos por sua própria realidade, em pleno momento de mudança.[123]

---

[119] CARVALHO, José Murilo. Prefácio. In: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. p. 11.

[120] Ibid. p. 11.

[121] FRANZINI, Fábio. *A sombra das Palmeiras:* A Coleção Documentos e as transformações da Historiografia nacional (1936-1959). 2006. 308 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.p. 80.

[122] Não é a proposta deste trabalho adentrar no processo histórico acerca da Revolução de 1930, por isso foram utilizadas apenas algumas leituras complementares que destacassem a posição dos intelectuais diante das transformações políticas da década.

[123] FRANZINI, op. cit. p. 81.

> Nesse processo, junto aos autores agora imbuídos de interpretar o Brasil, também os editores desempenharam papel fundamental, não apenas por exercerem a imprescindível tarefa de converter manuscritos em livros, mas ainda por desdobrar-lhes o sentido, à medida que reuniram e organizaram muitos deles em conjuntos maiores, as coleções. Utilizado por vários selos, este recurso respondia a uma dupla necessidade: por um lado, a de manejar a ampliação e a diversificação de suas próprias atividades, evitando que obras dotadas de certa especificidade temática se dispersassem em meio à variedade de gêneros disponíveis aos leitores; por outro, a de fazer valer sua já mencionada "função social" e marcar a posição no debate público amplificando, pela força simbólica do conjunto, o alcance das ideias contidas em cada volume.[124]

Para a historiadora Márcia de Almeida Gonçalves, sem minimizar o devido valor das posições políticas nas produções intelectuais e dos vínculos de favorecimento de alguns escritores com as ações de Getúlio Vargas, a autora supõe que o ambiente intelectual dos anos 30, no âmbito das cidades que ascenderam com a modernização urbano-industrial, foi afetado por essas transformações políticas apenas no que diz respeito ao que elas puderam interferir sobre a criação, mesmo que incipiente de um mercado de bens simbólicos. A palavra impressa, na forma de livros e periódicos variados, expandia as possibilidades de ganhos materiais para os produtores e consumidores deste tipo de publicação.[125]

Os caminhos de sustento material, segundo a historiadora, ainda em muitos aspectos dependentes dos empregos públicos passavam a se diversificar com a expansão do mundo editorial. Este novo cenário animaria a vida intelectual no eixo Rio- São Paulo, no qual se concentravam as principais livrarias e editoras das décadas de 1930 e 1940. "Em um ponto, as histórias desses livreiros e editores – diferentes e específicas – confundiram-se: todos quiseram fundar um mundo dos livros, em suas dimensões mercadológica, profissionalizante e culturalmente autônoma." [126]

De acordo com Heloísa Pontes, nos anos 30 o mercado editorial no país sofreria uma modificação substancial. Isto se deve ao fato do crescimento na edição de livros entre o eixo Rio - São Paulo entre 1930 e 1936, alcançando a porcentagem de 600% de livros produzidos a

---

[124] FRANZINI, Fábio. *A sombra das Palmeiras:* A Coleção Documentos e as transformações da Historiografia nacional (1936-1959). 2006. 308 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.p. 82.

[125] GONÇALVES, Márcia. A. Retratos Poliédricos do Brasil. In: _____. *Em Terreno Movediço*. Biografia e História na Obra de OctavioTarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 215.

[126] Ibid. p. 216.

mais que a década anterior. Para a autora, naquela época ninguém haveria de discordar que uma indústria editorial brasileira acabara de surgir em meio à revolução varguista.[127]

É neste cenário de expansão do mercado editorial de livros, cujo interesse pelo Brasil se renovava e de acirramento do debate ideológico, que surgem coleções direcionadas a apresentarem o debate político da época[128]e outras voltadas a desvendar as perspectivas mais variadas sobre a realidade brasileira.

Algumas coleções abririam espaço para a discussão de questões políticas e sociais, com um apelo mais ideológico do que erudito. Porém, outras coleções escolheriam um caminho à margem da política chamando a atenção dos intelectuais brasileiros. *A Brasiliana*, lançada em 1931 pela Companhia Editora Nacional e dirigida pelo educador Fernando de Azevedo, surgiria naquele contexto, aponta Fábio Franzini, como uma reação à mentalidade retórica que turvava o saber sobre o Brasil e diluía o pensamento crítico a seu respeito.[129] A coleção enfatizou a publicação de autores conhecidos e novos, nacionais e estrangeiros, trabalhos originais e reeditados sem perder o apelo à história. Este era o discurso que a própria Companhia Editora Nacional propagava:

> A 5ª serie, que figura na Biblioteca pedagógica Brasileira com o título de "Brasiliana", é a mais vasta e completa coleção e sistematização, que se tentou, até hoje, de estudos brasileiros. Esta serie compõe-se de ensaios sobre a formação histórica e social do Brasil; de estudos de figuras nacionais e de problemas brasileiros (históricos, geográficos, etnológicos, econômicos, etc.); de reedições de obras raras e de notório interesse de traduções de obras estrangeiras sôbre assuntos brasileiros.[130]

Apesar do discurso mais abrangente da editora, segundo Heloísa Pontes, as análises de cunho historiográfico ocupavam o cerne da coleção. Constituíam uma espécie de paradigma pelo qual se movia o pensamento social da época destacando-se de maneira distinta dos

---

[127] PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das "Coleções Brasilianas", nas Décadas de 1930, 40 e 50. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 56-89, 1988. Disponível em: http://www.anpocs.org. Acesso em: 30 dez. 2016. p. 59.

[128] Heloísa Pontes destaca as Coleções *Azul* elaborada pela editora Schmidt a partir de 1932 e a *Problemas Contemporâneos* editada em 1934 pela José Olympio. Ambas segundo a autora, com um forte cunho integralista.

[129] FRANZINI, Fábio. *A sombra das Palmeiras:* A Coleção Documentos e as transformações da Historiografia nacional (1936-1959). 2006. 308 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 85.

[130] Trecho retirado da contra-capa do volume 258 publicado em 1948. Ver em: JÚNIOR, Alfredo Ellis. *Meio século de Bandeirismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.

demais gêneros, principalmente nas produções biográficas e nos ensaios de interpretação sobre o Brasil. O destaque das análises historiográficas seria resultado do movimento de "redescoberta do Brasil" em voga, preocupados em desvendar os aspectos mais diversos da história do país, ganhando ênfase ao longo do percurso editorial da *Brasiliana.*

> As análises historiográficas, nas décadas de 30 e 40, ocupam uma posição destacada, perfazendo respectivamente 25% e 27% dos livros editados no período. O que se explica pelo movimento de "redescoberta" do país, produzido em grande parte pelo pensamento social da época que reintroduziu, a partir de novas chaves analíticas, o debate sobre a questão da cultura e da identidade nacional.[131]

No que se refere à historiografia do bandeirismo, poder-se-ia destacar as presenças de Afonso de Taunay e Alfredo Ellis Junior entre os trabalhos divulgados durante o início da década de 1930 e meados de 1940 pela coleção.

Alfredo Ellis Júnior, nascido em 1896, paulista formado pela faculdade de Direito de São Paulo, como vimos anteriormente, foi um dos membros o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a partir da década de 1920, integrou o movimento verde-amarelo[132], além de colaborar com vários órgãos de imprensa paulistas e cariocas. O escritor, além da profissão de advogado, também se tornou reconhecido como historiador. Ocupou a cátedra de História da Civilização da Faculdade de filosofia da USP, sendo nomeado diretor em 1939.[133]

O escritor paulista teve seis livros editados pela Brasiliana, tornando-se de acordo com Heloísa Pontes um dos autores mais publicados pela coleção. As obras publicadas são: *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano* (1934), *Os Primeiros Troncos paulistas e o cruzamento euro-americano (1936),* A *Evolução de economia paulista e suas causas* (1937), *Feijó e a primeira metade do século XIX* (1940), *Os Capítulos da História Social de São*

---

[131] PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das "Coleções Brasilianas", nas Décadas de 1930, 40 e 50. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 56-89, 1988. p. 87.

[132] O movimento verde-amarelo ganhou força a partir de 1925 como uma das vertentes do modernismo. De acordo com Danilo Ferreti, este assumiria a dianteira nas iniciativas da intelectualidade perrepista, aliando embate estético por um modernismo ultranacionalista à defesa do situacionismo político. Normalmente analisado exclusivamente sob o ponto de vista literário, o grupo verde-amarelo é descrito como composto pela tríade Menotti Del Picchia, Plínio Salgado e Cassiano Ricardo, além de Cândido Mota e eventualmente Alfredo Ellis Jr. (FERRETI, FERRETTI, Danilo. *A Construção da paulistanidade.* Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). 2004. 377 f. Tese (doutorado em história social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 341.)

[133] PONTES, op.cit. p. 87.

*Paulo* (1944), *Meio Século de Bandeirismo* (1948).[134]Das seis publicações boa parte tratam-se das questões coloniais referentes ao período das Bandeiras paulistas, enquanto outras referem-se ao desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo.

A biografia do regente Diogo Antônio Feijó merece destaque, pois sua reedição publicada na coleção foi lançada no mesmo ano da primeira edição como informa o próprio volume das Brasilianas. A obra é uma reedição do livro *Feijó e sua Época* publicado pela Universidade de São Paulo, na série de boletins editados pela cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Segundo o próprio informativo da Editora Companhia Nacional[135], a biografia mereceu tamanha importância por não haver na época outro trabalho acessível sobre a vida do regente. Os dois volumes de Eugenio Egas[136], nos quais Alfredo Ellis em muito se baseou, estavam esgotados, e o clássico livro de Octávio Tarquínio de Souza só seria publicado em 1942.

O diretor do Museu Paulista (1917-1945) e imortal da Academia Brasileira de Letras a partir de 1929, Afonso de Taunay, considerado o historiador das bandeiras[137] também obteve seu espaço na Companhia Editora Nacional. O autor publicou três livros pela coleção de estudos brasileiros entre eles: *Visitantes do Brasil Colonial (séculos XVI- XVIII* (1933); *O Rio de Janeiro de Atanho: impressões de viajantes estrangeiros* (1942) e a tradução *de A segunda Viagem do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (1822)* de Auguste de Saint-Hilaire, publicado em 1932.

Percebe-se que apesar de neste período Afonso de Taunay já se tratar de um intelectual renomado e reconhecido como um grande estudioso do bandeirismo paulista, as obras por ele publicadas na coleção referem-se aos relatos de viajantes estrangeiros ao Brasil, outro assunto

---

[134] As informações referentes às obras publicadas foram retiradas do acervo digital *Brasiliana Eletrônica* da universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Disponível em: http://www.brasiliana.com.br

[135] Informações retiradas do volume 189: ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Feijó e a primeira metade do século XIX*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1940.

[136] Eugenio Egas (1863-1956) foi parlamentar, historiador, um dos fundadores da Academia Paulista de Letras em 1909 e ingressou no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo no mesmo ano. Em 1913, Eugenio Egas lançou o livro intitulado "O Monumento de Diogo Antonio Feijó (Sua historia – Sua execução – Festas inaugurais)", onde narrou toda a história do monumento ao Regente Feijó. Ver em: www.al.sp.gov.br/acervo-historico

[137] A historiadora Karina Anhezini Araújo utiliza o termo para destacar a imagem de Afonso de Taunay como um dos historiadores responsáveis pela cristalização da imagem do bandeirante.

de grande interesse do historiador, no qual teve publicado cerca de quinze livros com esse teor.[138]

De acordo com Fábio Franzini, a Brasiliana tinha como proposta alargar o alcance do saber específico, até então restrito aos domínios do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, dilatando-o duplamente tanto por torná-lo acessível, quanto por dar a oportunidade de abrir-se a outras visões sobre o passado nem todas contíguas ao IHGB. Para ele ambos os fatores favoreceram a rápida consolidação da coleção enquanto empreendimento editorial.[139]

Entretanto, é valido ressaltar que o sucesso da coleção teve suas particularidades. No caso da Brasiliana, especificamente, a sua recepção junto aos intelectuais adquiriu grande prestígio, em contrapartida, para o grande público, não pareciam ter desenvolvido o mesmo interesse.

Heloísa Pontes ressalta que uma das características comuns as coleções de estudos brasileiros é que, ao mesmo tempo em que se tornam um dos espaços privilegiados para a vinculação do pensamento da época e cumprem um papel importante no mundo editorial, não garantiam as editoras que a implementaram um lucro significativo. Se o lucro direto não era o principal foco das editoras, o "lucro indireto" através do reconhecimento e aproximação junto ao meio intelectual, artístico, literário e editorial da época compensaria a continuidade das coleções.

> Os editores, através dessas coleções, parecem afirmar a sua "missão", específica na medida em que o trabalho de editar, por ganhar um sentido cultural mais amplo, torna-se um dos principais canais de difusão, ampliação e consolidação da cultura brasileira.[140]

De acordo com Fabio Franzini, apesar do desacerto entre públicos e o reflexo nos lucros, a Brasiliana seguiu firme como projeto dentro da Companhia Editora Nacional que

---

[138] Entre os quinze livros publicados podemos destacar: A *segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo- 1822* (1932); *Visitantes do Brasil colonial – século XVII- XVIII* (1933); *Visitantes do Primeiro Império* (1934); *O Rio de Janeiro de antanho: Impressões de viajantes estrangeiros* (1942); *Monstros e monstrengos do Brasil: ensaio sobre a zoologia fantástica brasileira nos séculos XVII e XVIII* (1933)

[139] FRANZINI, Fábio. *A sombra das Palmeiras:* A Coleção Documentos e as transformações da Historiografia nacional (1936-1959). 2006. 308 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 87

[140] PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das "Coleções Brasilianas", nas Décadas de 1930, 40 e 50. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 56-89, 1988. Disponível em: http://www.anpocs.org. Acesso em: 30 dez. 2016.p. 68.

visava comprometer-se antes com o lucro simbólico do que com o lucro financeiro.[141] No entanto, a partir de 1936 ela não seria mais a única: a livraria Editora José Olympio lançaria a sua própria coleção intitulada *Documentos Brasileiros.*

A *Documentos Brasileiros,* entre 1936 e a década de 1980, abrigou mais de duzentos títulos em sua coleção. Porém, sua época áurea restringiu-se entre os anos de 1940 e 1960 quando tornou-se o principal veículo de difusão das mais importantes reflexões sobre o passado e o presente do país.[142] Este era um papel deveras importante, pois a mesma, como vimos, não estava sozinha  na linha editorial voltada para este segmento.

> Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Octávio Tarquínio de Souza, Afonso Arinos de Mello Franco e Pedro Calmon; Luis Viana Filho, João Camilo de Oliveira Torres e Lúcia Miguel Pereira; Francisco de Assis Barbosa, Luis da Câmara Cascudo e Affonso d' Escragnolle Taunay. Não se trata de um time de futebol, é evidente, mas nem por isso esses nomes deixam de formar uma seleção: uma seleção de autores, que longe de se limitar aos 11 citados, deu forma e vida a um dos mais marcantes projetos editoriais brasileiros e que, ao fazê-lo, muito contribuiu para mudar as formas de se escrever, ler e pensar a história entre nós – a Coleção Documentos Brasileiros, da Livraria José Olympio editora.[143]

A coleção até 1959 foi gerida por dois diretores. Entre os anos de 1936 e 1939, pelo já reconhecido no cenário intelectual brasileiro Gilberto Freyre, e a partir de 1939, por Octávio Tarquínio de Souza consagrado por suas biografias históricas. Após o falecimento de Tarquínio no final de 1959, a direção permaneceu vaga por quase dois anos passando a ser ocupada em 1962 por Afonso Arinos de Mello Franco.

Ainda de acordo com Franzini, a concepção da Coleção Documentos Brasileiros, portanto, expressa muito do espírito da época, e em particular, dos interesses e ideais patrióticos de seu editor. Porém, não foi apenas esse o único fator seguido por José Olympio. O seu tino para os negócios também o auxiliou desde a idealização do projeto, a começar pela escolha de Gilberto Freyre para a direção. Para o historiador, sua sólida formação intelectual asseguraria "a avaliação criteriosa dos títulos a serem lançados, e por extensão, a solidez e a identidade da própria coleção." [144] Para Gilberto Freyre a oportunidade de dirigir uma coleção

---

[141] FRANZINI, op.cit. p. 87.

[142] FRANZINI, Fábio. *Escrever textos, editar livros, fazer história:* a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.9, p. 24 – 45, jan./jun. 2013.

[143] Ibid. p.26.

[144] Ibid. p. 28

como esta lhe permitia assumir o papel de legitimador de outros autores, não deixando de aproveitá-lo em prol de seus próprios interesses intelectuais.[145]

Segundo Heloísa Pontes, a diferença entre a *Documentos Brasileiros* e a *Brasiliana* concentra-se na regionalidade, onde a primeira estaria mais ligada ao campo intelectual carioca e nordestino, enquanto a segunda priorizava acompanhar mais de perto o movimento intelectual e cultural de São Paulo, o que justificaria o aumento da relevância dos trabalhos sociológicos, estrito senso, ao longo de suas trajetórias.

O primeiro livro a ser publicado pela coleção foi *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda em 1936. O historiador viria a ser o quarto escritor mais publicado pela Documentos Brasileiros com três obras. Além da já citada, também foram publicadas *Caminhos e Fronteiras* (1957) e *Visão do Paraíso (os Motivos Edênicos no Descobrimento e na colonização do Brasil)* em 1959.

No que diz respeito a estudos direcionados a historiografia do bandeirismo, a coleção da Livraria José Olympio Editora também cedeu espaço para algumas publicações entre elas uma que consagraria diante das obras referentes ao tema.

*A Marcha para o Oeste* de Cassiano Ricardo foi publicada em sua primeira edição em 1940, no qual o autor apresenta uma representação romantizada do bandeirante, defendendo a imagem de herói paulista cuja ação beneficiou o desenvolvimento e expansão da capitania de São Vicente. No amparo a conservação da imagem do homem bandeirante o mesmo alegava que havia uma ligação congênita entre o herói e o bandido. Para ser herói este, era obrigado a ser bandido, precisando contar com a indulgência dos santos. "O santo perdoa o bandido que há no herói".[146] Assim, Cassiano Ricardo considerava que todo conquistador era uma dualidade entre herói e bandido, não fugindo o bandeirante desta dialética. Um morava no outro por força de uma mutação de valores determinada por fatores sociais. Se o bandido triunfava, seria herói e perdoado; se perdesse, ficaria apenas com o status de bandido.

Considerava o julgamento da obra bandeirante como cruel e um erro grave de apreciação. Dizer que o bandeirante foi cruel, segundo ele, sem conhecimento de técnica por ele empregada na conquista, chegava ser um absurdo. Supondo que o bandeirante realmente tenha sido cruel, tal crueldade teria sido mínima comparada com outros episódios de crueldade humana realizados pelos conquistadores da América espanhola e pela Santa

---

[145] Ibid. p. 28.

[146] RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste- influência da "Bandeira a formação social e política do Brasil.* 4ºed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1970. p.274.

Inquisição. “Enquanto Pizarro empregava a sua cavalaria contra os indígenas, os indígenas empregavam a sua cavalaria contra os bandeirantes na conquista do oeste”.[147]

Outra obra publicada pela coleção sobre a questão do bandeirismo foi *Folclore dos Bandeirantes* em 1946, escrita por Joaquim Ribeiro. Como dito anteriormente, durante as primeiras décadas do século, um dos temas a ser estimulados em meio a busca pela realidade brasileira foi o folclorismo sendo produzidos diversos trabalhos sobre o referido assunto.

A trajetória dos estudos de folclore no Brasil ganhou destaque entre as décadas de 1930 e 1940. De acordo com Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, entre seus pioneiros estavam autores como Sílvio Romero (1851-1914), Amadeu Amaral (1875-1929) e Mário de Andrade (1893-1945), entre outros. Na década de 1930, Mário de Andrade estimulou as pesquisas sobre o folclore ao procurar conhecer e compreender em estreito diálogo com as ciências humanas e sociais então nascentes no país. Para ele, o folclore, expressão da nossa brasilidade, ocupava um lugar decisivo na formulação de um ideal de cultura nacional.[148]

Joaquim Ribeiro esclarece que sua obra obedeceu a um plano de estudos previamente traçado por ele, com o propósito de estabelecer um retrato fiel e exato do que chamava de “vida infra-histórica brasileira”.[149] Segundo o autor carioca, não era possível conhecer o tradicionalismo nacional sem a análise espiritual e material do bandeirante. “A ‘Paulistânia’[150] era uma das células fundamentais da formação do Brasil.” [151]

Suas intenções ao publicar este livro seguiram duas motivações: trazer ao bandeirismo uma contribuição bibliográfica, que, de acordo com Joaquim Ribeiro, faltava às pesquisas que surgiam na época referente ao tema, e dar ao folclorismo – temática que ao autor tinha grande apreço - um estudo indispensável à compreensão de nossas tradições populares.[152]

Mesmo com apenas um livro publicado pela coleção, a publicação rendeu ao escritor carioca convites para participar de diferentes eventos, tamanho o prestígio em fazer parte dos

---

[147] Ibid. p. 282.

[148] CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Entendendo o Folclore e a Cultura Popular. *Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular*. Rio de Janeiro, p. 1-5, mar, 2002.

[149] RIBEIRO, Joaquim. *Folklore dos Bandeirantes.* Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1946. p. 13.

[150] Joaquim Ribeiro utiliza o termo “Paulistânia” em referencia ao termo Romênia, utilizado para designar o mundo romano. “Paulistânia” designa o espaço vital dos antigos paulistas.

[151] RIBEIRO, op.cit. p.14.

[152] Ibid. p.14.

estudos brasileiros, entre eles o Curso de Bandeirologia, que reuniu os mais importantes historiadores e especialistas sobre o período das bandeiras paulistas como Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Júnior e Sérgio Buarque de Holanda.

Em meio às transformações que o país vivia entre as décadas de 1930 e 1940, a Documentos Brasileiros consolidou-se como um marco da intelectualidade também em mutação. Porém, no fim da década de 1950, a coleção já indicava certo esgotamento da sua fórmula de sucesso. Novos interesses surgiam no mundo intelectual brasileiro, novos espaços de produção de circulação de ideias como as universidades brotavam como um novo canal de comunicação, e o mercado editorial passara por redefinições, deixando a generalização rumo a segmentação.[153]

De acordo com Heloísa Pontes, a supremacia desfrutada por essas coleções nos anos 30 e 40 perdera-se na década de 1960 devido ao movimento de consolidação das ciências sociais e da criação de novos paradigmas explicativos da realidade e de novos projetos editoriais. Um dos exemplos dessa nova linha editorial é a coleção *Corpo e Alma do Brasil* dirigida por Fernando Henrique Cardoso.

> Pouco a pouco, a coleção Documentos Brasileiros e a própria Editora José Olympio vão perdendo sua hegemonia: no caso da primeira, junto à intelectualidade; no caso da segunda, junto ao mercado. Por mais que resistissem, e ambas resistiram muito a incontáveis dificuldades, parecia que o tempo de sua atuação civilizadora, tal como idealizado pelo editor, já havia passado. Seu papel fora cumprido.[154]

Partindo da concepção de que a prática historiográfica vai além da função da pesquisa e da escrita presente na dimensão da autoria, como autores escrevem textos, não livros[155], se considerarmos que é por meio dos livros que se chega aos textos, é possível concluirmos que as condições de recepção de uma obra estão diretamente ligadas ao seu suporte[156]. Como enfatiza o historiador norte-americano Robert Darton, os livros não possuem limites

---

[153] FRANZINI, Fábio. *A sombra das Palmeiras:* A Coleção Documentos e as transformações da Historiografia nacional (1936-1959). 2006. 308 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 41.

[154] Ibid. p. 42.

[155] DARNTON, Robert. *Discourse and diffusion.Contributions to the History of Concepts.*Number. [S.I. ]: Number 1, v. 1, March, 2005. pp. 21-27.

[156] FRANZINI, Fábio. A História presente e a História ausente nos Volumes da Coleção Documentos Brasileiros (1936-1959*).* In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH RIO, 13., 2008, Seropédica - RJ. *Anais Eletrônicos*, Seropédica: ANPUH, 2008. p. 2.

linguísticos, nacionais ou interpretativos, porém pertencem a circuitos de comunicação que funcionam seguindo modelos homogêneos por mais complexos que sejam. Desta forma, como argumenta Fábio Franzini: "os historiadores podem mostrar que os livros não se limitam a relatar a história: a 'fazem' – e a fazem o tempo todo, poderíamos completar."[157]

É esta a função estabelecida pelas Brasilianas durante as décadas de 1930 e 1940: complementar o ciclo de vida de um circuito de comunicação que vai do autor ao editor, ao impressor, distribuidor, ao livreiro e ao leitor. Por influenciar o autor tanto antes quanto depois do ato da escrita, o leitor completa o circuito. Um autor pode usar seu trabalho para rebater críticas sobre sua obra anterior, ou prever reações que serão causadas pelo texto. Ele se dirige a leitores implícitos e escuta a resposta de resenhistas explícitos. Assim, o circuito se completa.[158]

## 1.5 O ano de 1946: novas mudanças permeiam a intelectualidade paulista

No meados década de 1940, novos rumos voltam permear o cenário político brasileiro e consequentemente o mundo de intelectuais paulistas. Com a queda de Getúlio Vargas em 1945, São Paulo sobre o decreto do Novo presidente da República Dutra passa a ser provisoriamente de responsabilidade do Interventor Federal José Carlos Macedo Soares que deveria gerir o estado até a posse do novo governador em 1947.

Macedo Soares destacou-se, acima de tudo, como figura chave da institucionalização do saber geográfico, que nos anos 30 avançou sob a dupla direção da abertura dos primeiros cursos universitários de geografia (USP e UDF) e da criação de instituições estatais de atividades e pesquisa geográficas. Além de implementar o programa da "Marcha para Oeste"[159], fruto da interpretação varguista do mito bandeirante, ainda assumiu a presidência de instituições que veiculavam um saber mais aos moldes tradicionais, como era o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que presidiu de 1938 a 1941, e da Academia Brasileira de Letras, a partir de 1942, tornando-se figura chave do ambiente intelectual

---

[157] Ibid. p. 2.

[158] Baseado no conceito de Ciclo de Comunicação dos Livros de Robert Darton. (DARTON, Robert. *A Questão dos Livros: Passado Presente e Futuro.* São Paulo: Companhia das Letras. p. 190.)

[159] A imagem do bandeirante também seria recorrida no programa "Marcha para o Oeste", um amplo planejamento que visava acompanhar as políticas governamentais voltadas para a integração do território brasileiro.

durante o Estado Novo. Ao longo desse processo, incentivou a criação de ciclos de discussão, conferências e simpósios sobre temas geográficos, como etapas de divulgação de conhecimentos e articulação de profissionais, fundamental para a disciplinarização da geografia.[160]

A importante figura política foi um dos grandes responsáveis pela fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sendo este o primeiro diretor da instituição. Fundado em 1938, em pleno governo Vargas, o instituto tinha como função garantir respostas seguras e regulares a uma série de questões recorrentes na história do país: Como era o Brasil? Quantos e quem eram os brasileiros? Onde estavam? Como viviam e se movimentaram?[161]

Segundo Angela de Castro Gomes, a atuação do IBGE se basearia em uma orientação técnica mais precisa e unificada para todo o Brasil, buscando acompanhar a diretriz política do governo fundamentada na centralização do poder do Estado, que combatia o federalismo das unidades estaduais, considerado exacerbado na primeira fase da república. O IBGE propiciou duas grandes iniciativas tomadas pelo Estado Novo no início da década de 1940, entre elas a criação de novos territórios[162] e a oficialização de uma divisão regional do Brasil.[163]

Como parte integrante do regime democrático a partir de 1945, as iniciativas tomadas por Macedo Soares direcionaram-se para mudanças referentes ao Departamento Estadual de Informações (DEI), principal órgão cultural do Estado Novo. De acordo com Danilo Ferreti, mais que do que acabar com a censura, o Interventor Federal teria o dever de indicar medidas efetivas que possibilitassem as mudanças necessárias de postura. Tais medidas vieram através

---

[160] FERRETTI, Danilo. Lições do Passado Bandeirante no "Curso de Bandeirologia": Taunay e Sérgio Buarque de Holanda (1946). In: SEMINARIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 3., 2009, Ouro preto. *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?*. Ouro Preto: Edufop, 2009. p.1-9.

[161] GOMES, Angela Maria de Castro. Através do Brasil: O território e seu povo. In: GOMES, A.M.C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (coord). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002. p. 176.

[162] De acordo com a historiadora de Angela de Castro Gomes, a imagem do bandeirante também seria recorrida no programa "Marcha para o Oeste", um amplo planejamento que visava acompanhar as políticas governamentais voltadas para a integração do território brasileiro. Ainda segundo a historiadora, a figura do bandeirante, em particular do paulista, foi elevada a condição de grande herói da nacionalidade, vinculando-se a uma política de conquista efetiva do espaço geográfico brasileiro.

[163] GOMES, op.cit. p. 177.

do incentivo ao estudo de temas paulistas, da divulgação de uma imagem positiva do Estado e do apoio as instituições culturais que o sustentavam antes do regime varguista.

> Pode-se considerar que a interventoria, por meio do DEI, no espaço do ano de 1946, capitaneou uma breve política identitária de reabilitação do paulistanismo, após o período sentido por muitos como tendo sido de ocupação "militar" e "estrangeira" de São Paulo.[164]

Em artigo publicado no Jornal de Notícias em novembro de 1946, fica claro o quanto as mudanças ocorridas no antigo Departamento de Imprensa e Propaganda[165] – DIP - vinham satisfazendo não só o meio intelectual, mas como a imprensa como um todo. Como percebe-se no artigo, a sensação era de que a liberdade de pensamento voltara a reinar não só em São Paulo, mas em todo o país.Uma das sobrevivências mais aborrecidas do Estado Novo foi sem dúvida, o DIP.

> Todo aquele que gosta de pensar livremente, em nosso país, não pronuncia sem engulhos aquela cabulosa abreviatura do famigerado Departamento de Imprensa e Propaganda.
> [...]
> Pois bem; o Dip se converteu mais tarde, uma vez restaurada a democracia. No Dni, isto é, Departamento Nacional de Informações e os seus filhotes regionais em Departamentos Estaduais de Informações, abreviadamente Dei. Suas funções consistem em veicular as notícias oficiais, sem nenhum papel coercitivo sobre os órgãos de imprensa. As diversas secções passaram a funcionar sob orientação inteiramente nova, sendo que tudo isso é a apenas um compasso de espera para um ulterior, e já elaborada, reestruturação, transformando-se finalmente em Departamento de Cultura, sem perda do caráter informativo.[166]

O DIP fundado em 1939, havia se tornado grande censor da imprensa brasileira. A partir da criação do departamento, todos os serviços de propaganda e publicidade dos

---

[164] FERRETTI, Danilo. Lições do Passado Bandeirante no "Curso de Bandeirologia": Taunay e Sérgio Buarque de Holanda (1946). In: SEMINARIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 3., 2009, Ouro preto. *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?*. Ouro Preto: Edufop, 2009. p. 4.

[165] DIP tinha como principais objetivos centralizar e coordenar a propaganda nacional, interna e externa, e servir como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas; organizar os serviços de turismo, interno e externo; fazer a censura do teatro, do cinema, das funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa; estimular a produção de filmes educativos nacionais e classificá-los para a concessão de prêmios e favores; colaborar com a imprensa estrangeira para evitar a divulgação de informações nocivas ao país; promover, organizar e patrocinar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, assim como exposições demonstrativas das atividades do governo, e organizar e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo. Ver em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip

[166] TRASNFORMAÇÃO Oportuna. *Jornal de Notícias*, São Paulo, 19 Nov. 1946. Edição 000181, p.2.

ministérios, departamentos e estabelecimentos da administração pública federal e entidades autárquicas passaram a ser executados com exclusividade pelo órgão, que também organizava e dirigia as homenagens a Vargas, constituindo o grande instrumento de promoção pessoal do chefe do governo, de sua família e das autoridades em geral. O DIP tornou-se o órgão coercitivo máximo da liberdade de pensamento e expressão durante o Estado Novo e o porta-voz autorizado do regime.[167]

Em relação ao incentivo a estudos de temas paulistas, o agora Departamento Estadual de Informações, prestou auxílio financeiro a uma série de pesquisas, realizadas por diferentes departamentos da USP e da Faculdade Livre de Sociologia e Política, naquilo que pode ser considerado, como afirma Ferreti, um embrião do financiamento público estadual da pesquisa acadêmica. Outras medidas tomadas sobre o incentivo a instituições auxiliaram o fortalecimento daquelas dedicadas ao cultivo do discurso da "paulistanidade", como por exemplo,a doação de um novo prédio para servir de sede à Academia Paulista de Letras. Ainda segunda o Jornal de notícias, em 1946:

> [...] Tudo quanto possa interessar a respeito das nossas escolas, Prefeituras do Interior, ciências e artes, pesquisas folclóricas, como assuntos pertinentes a formação histórica de São Paulo; em suma, tudo quanto abranja os mais variados ramos do conhecimento, terá no novo Departamento um repositório tanto quanto possível opulento. E já as primeiras realizações nesse sentido deixaram antever o que será esse departamento, em futuro não muito remoto.[168]

Ainda de acordo com Danilo Ferreti, a promulgação de uma nova constituição em 1946, contribuiu para tentativa de reabilitar a compatibilidade entre culto nacional e culto regional, já que o nacionalismo do Estado Novo havia eclipsado o discurso regionalista. Com isso, a volta de um discurso regional teria que ser feita em outras bases e adequada a um centralismo acentuado.[169]

O regime Varguista havia estabelecido uma estratégia de combate ao regionalismo considerado negativo, concentrado nas oligarquias locais que defendiam seus méritos

---

[167] ARAÚJO, Rejane. DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda. *Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil.* CPDOC – FGV. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP.

[168] TRASNFORMAÇÃO Oportuna. *Jornal de Notícias*, São Paulo, 19 Nov. 1946. Edição 000181, p.2.

[169] FERRETTI, Danilo. Lições do Passado Bandeirante no "Curso de Bandeirologia": Taunay e Sérgio Buarque de Holanda (1946). In: SEMINARIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 3., 2009, Ouro preto. *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?*. Ouro Preto: Edufop, 2009. p. 5.

particulares - até mesmo com ameaças de separatismo – os interesses gerais da nação. Segundo Angela de Castro Gomes, na ótica estado novista, era necessário constituir um novo tipo de regionalismo, de âmbito positivo e nascido na própria centralização do regime autoritário. Ainda de acordo com a historiadora, a proposta era produzir um reagrupamento de estados e territórios, preservando os fatores da geografia física e humana do país e respeitando os limites políticos- administrativos então existentes.[170]

Esta estratégia não tinha como objetivo a extinção dos Estados, mas de vulnerar o federalismo na sua tradição política autonomista, vista pelo regime estado novista como desagregadora. O uso do poder central da nomeação de chefes de governo estadual e a proibição do uso de bandeiras e hinos dos estados forma algumas das medidas tomadas.

É nesta perspectiva que se realiza o Curso de Bandeirologia, sendo o resultado da culminação de um processo de restauração de um discurso de identidade regional que se afirmava agora menos pelo seu caráter de exceção e mais de construção do todo nacional.[171] Como destaca o Jornal paulista:

> Releva notar que o Dei, em sua fase preparatória, está desempenhando um papel muito importante nesse setor, pois é para ele que se dirigem os visitantes ilustres, nas ciências, artes e letras, sem mencionar o Curso de Bandeirologia instituído sob seus aspúcios com um êxito para além de toda expectativa.
> Em suma, dada a excelente estruturação que se está processando naquele departamento, a fim de ajustá-lo às novas funções, está-lhe reservado o mesmo papel que o Departamento Municipal de Cultura vem desempenhando, com a vantagem de expandir-se numa esfera muito mais vasta, pois levará o seu influxo benefício, no campo das ciências, letras e artes, a todo o Estado.[172]

---

[170] GOMES, Angela Maria de Castro. Através do Brasil: O território e seu povo. In: GOMES, A.M.C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (coord). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002. p. 179.

[171] FERRETTI, Danilo. Lições do Passado Bandeirante no "Curso de Bandeirologia": Taunay e Sérgio Buarque de Holanda (1946). In: SEMINARIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 3., 2009, Ouro preto. *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?*. Ouro Preto: Edufop, 2009. p.5.

[172] TRASNFORMAÇÃO Oportuna. *Jornal de Notícias*, São Paulo, 19 Nov. 1946. Edição 000181, p.2

## 2 OS HOMENS DA HISTÓRIA: QUEM FORAM OS INTELECTUAIS PRESENTES NO CURSO DE BANDEIROLOGIA?

Como vimos no capítulo anterior, o cenário político-intelectual das primeiras décadas do século XX, no qual os principais autores da historiografia do bandeirismo estavam inseridos, contribuíram em grande medida para o amplo número de publicações sobre o tema que surgiram naquele período. As posições políticas variadas diante do regime político que vigorava no país, também vieram a contribuir para a busca por se singularizar através da escrita da história no processo de reconhecimento dos agentes que atuaram na formação do território nacional, possibilitando também o desenvolvimento econômico.

Cabe ressaltar que não foram apenas os intelectuais paulistas que recorreram à imagem heróica e desbravadora do bandeirante como forma de salientar os méritos de sua região na história da formação do Brasil como nação. Em Mato Grosso e em Minas Gerais, intelectuais como Virgílio Corrêa Filho e Afonso Arinos de Mello Franco, mobilizaram em seus trabalhos a trajetória do homem sertanista pelo interior do Brasil, na busca do tão cobiça do ouro, fomentando o surgimento de cidades.

Além disso, haviam aqueles movidos pelo ímpeto de completar a pesquisa inacabada de seus antecessores. E esse foi o caso do historiador e folclorista carioca Joaquim Ribeiro que deixou claro em seus estudos sobre a cultura popular bandeirante sua inquietação, partindo do que considerava como lacuna no trabalho do mestre Silvio Romero.[173]

Como podemos perceber, a imagem do bandeirante em dado momento da historiografia passou os limites dos interesses paulistas e tornou-se objeto de reafirmação histórica de outras regiões e por diferentes motivos passou a ingressar na história do país de maneiras distintas.

Em paralelo a estes novos discursos que surgiam sobre ao papel do bandeirante na construção territorial da nação, consagravam-se intelectualmente aqueles cujos laços paulistas os moviam a escrever sobre a história de São Paulo e enaltecer a importância de seus antepassados. Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Júnior e Sérgio Buarque de Holanda tiveram suas carreiras como intelectuais construídas e consolidadas nas primeiras décadas do século

[173] Em sua obra *Folklore dos Bandeirantes* publicada em 1946, um dos principais argumentos de Joaquim Ribeiro para a escolha do tema teria sido o estudo superficial feito por Silvio Romero em *Estudos sobre a Poesia Popular* publicado em 1888.

XX. Em suas obras, o bandeirante foi uma temática que interferiu em seus reconhecimentos entre historiadores brasileiros da época.

A proposta deste capítulo detém-se na apresentação dos autores que em 1946 fariam parte do material publicado a partir das conferências do Curso de Bandeirologia: Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Júnior, Virgilio Corrêa Filho, Afonso Arinos de Melo Franco, Joaquim Ribeiro e Sérgio Buarque de Holanda. Buscamos caracterizar, de forma resumida, a trajetória intelectual e acadêmica, as participações no meio político e os trabalhos produzidos referentes ao tema das bandeiras paulistas, proporcionando através deste capítulo um maior entendimento sobre a importância destes intelectuais em meio à historiografia bandeirante.

Este exercício torna-se válido na medida em que possibilita uma interpretação a respeito de questões referentes sobre o que escreveram e em que condições esses autores inseriram o repertório bandeirante em sua vida intelectual. Compreender o percurso de cada historiador individualmente nos evidencia que havia mais ligações, principalmente acadêmicas e políticas, do que visualizamos de forma conjunta. O percurso de cada um desses autores no auxilia na compreensão do que de fato foi o Curso de Bandeirologia assim como nas motivações de José Carlos de Macedo Soares para escolher os intelectuais mencionados.

O interventor federal em São Paulo (1945-1947) e personagem de atuação política ativa durante as décadas de 1920 e 1930, Macedo Soares, também merece a devida importância, pois a figura política, além de tornar-se um dos grandes e mais fortes fios condutores para a junção dos intelectuais presentes no evento, também interferiu na trajetória profissional e acadêmica de alguns desses autores.

De acordo com o preceito de Micheal de Certeau[174], é impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição da qual ele se organiza. O público leitor não é o único destinatário do livro de história. Os pares que o apreciam ou rejeitam, segundo critérios científicos diferentes do público leitor, tornam-se decisivos para o autor. Segundo o historiador francês, esses critérios científicos utilizados pelas instituições, organizam uma espécie de "polícia do trabalho", repleta de imposições, onde o livro historiográfico ao não ser bem recebido pelo grupo cairá na categoria de "vulgarização".

Desta maneira, um texto historiográfico resulta da operação que se situa num conjunto de práticas essenciais numa pesquisa científica. Um estudo particular apenas se legitima a partir da relação que mantém com outros contemporâneos, seu resultado individual inscreve-

[174] CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

se numa rede cujos elementos dependem estritamente uns dos outros, e cuja combinação dinâmica forma a escrita da história num dado momento.[175]

> O livro ou artigo de história é, ao mesmo tempo, um resultado e um sintoma do grupo que funciona como um laboratório. Como o veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou a ressurgência de uma "realidade" passada. É o produto de um lugar.[176]

Dentro desta análise, Capistrano de Abreu[177] foi um das grandes responsáveis por promover uma renovação temática no que se refere à escrita da história do Brasil, no alvorecer do século XX. Reconhecido como um marco renovador da historiografia, Capistrano influenciou grande parte da produção historiográfica naquele momento. Sua perspectiva sobre a história representou um elemento decisivo para a escolha de muitos historiadores da época como Alfredo Ellis Júnior, Afonso de Taunay, Alcântara Machado entre outros.[178]

Diante disto, o objetivo deste capítulo destina-se ao entendimento das redes de sociabilidade, nas quais estes autores estavam inseridos, destaque para os debates acerca de estudos sobre as entradas e bandeiras e a relação destes intelectuais entre si. A começar pela tríade paulista mais famosa da historiografia da época: Alfredo Ellis Júnior, Afonso de Taunay e Sérgio Buarque de Holanda.

---

[175] CERTEAU. CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.71-72.

[176] Ibid. p.72.

[177] De acordo com Rebeca Gontijo, apaixonado por arquivos e pela busca de documentos, Capistrano de Abreu foi um abnegado estudioso das línguas indígenas e da geografia brasileira. Também se dedicou às traduções, revisões e anotações de textos, assim como à investigação do período colonial, com destaque para os séculos XVI e XVII. Pesquisou e incentivou estudos sobre temas até então pouco explorados, como a festa, a família, os indígenas, as bandeiras e as minas. Fez parte de uma geração de pesquisadores formados pela prática do ofício, interessados em "redescobrir o Brasil" através do estudo de suas particularidades, representadas principalmente pelos costumes e pela natureza do país. Livros de sua autoria, publicados em vida, foram: *O Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI* (1883); *Capítulos de história colonial* (1907); e *Rã-txa Hu-ni-ku-i – A língua dos caxinauás do Rio Ibuaçu, afluente do Murú* (1914), premiado pelo IHGB em 1917. (GONTIJO, Rebeca. *História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu.* HISTÓRIA, SÃO PAULO, v.24, N.2, P.159-185, 2005). Ver também: GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano. Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador.* Niterói, 2006. Tese (Doutorado em História) – ICHF, UFF, 2006.

[178] ARAÚJO, Karina Anhezini de. *Um metódico à brasileira.* A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). 2006. 235 f. Tese (doutorado em história) - Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006. p.72.

## 2.1 Afonso de Taunay: o historiador por vocação

De acordo com Karina Anhenzini, produzida em vários momentos da primeira metade do século XX, a narrativa heróica de São Paulo tem como marca um historiador por vocação: Afonso de Escragnolle Taunay[179]. Nascido em 1876 na região da atual cidade de Florianópolis – Santa Catarina, Taunay era filho de Cristina Teixeira Leite, filha dos Barões de Vassouras, e de Alfredo d'Escragnolle Taunay (1843-1899), que tornou-se conhecido pelo título de Visconde de Taunay, concedido pelo imperador D. Pedro II em 1889.Assim como grande parte do grupo de letrados provenientes de sua geração Taunay teve em sua vida intelectual e acadêmica muitas aberturas devido ao sobrenome e à tradição de sua família, principalmente em sua entrada nos Institutos Históricos, como vimos no capítulo anterior.

Engenheiro civil de formação pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1900, mudou-se, no mesmo ano, após a morte do pai, para São Paulo, onde exerceria função na Escola Politécnica de São Paulo. Em 1907, Taunay adquiriu espaço em meio às famílias tradicionais paulistas após casar-se com Sara de Souza Queiroz.[180]Seu contato com a escrita da história veio a partir de sua ida para São Paulo e de sua relação de amizade com o abade do Mosteiro de São Bento, D. Miguel Kruse, que lhe convidou para lecionar na Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, em 1908.

Em 1912, Taunay tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Segundo Anhezini, a relevância assumida pela trajetória do pai de Taunay pode ser considerada como justificativa da aceitação de um professor-engenheiro como sócio dos dois principais Institutos Históricos da época.[181] Além da entrada nos institutos, no mesmo ano, o historiador tornou-se professor catedrático da Escola Politécnica de São Paulo. De acordo com a historiadora, não foi por mero acaso que tais indicações ocorreram no mesmo ano. Elas foram o resultado da projeção paulatina que o engenheiro de formação escalou no meio intelectual.[182]

---

[179] ARAÚJO, Karina Anhezini de. *Um metódico à brasileira.* A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). 2006. 235 f. Tese (doutorado em história) - Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006. p.12.

[180] Ibid. p. 12.

[181] Ibid. p. 20.

[182] Ibid. p. 99.

> Ao se tornar professor catedrático, inaugurar uma disciplina histórica no ensino superior — empreendimento ainda novo em São Paulo e, portanto, cercado de propaganda — e publicar um romance histórico, Taunay se lançaria na disputa pelas vagas de sócio dos Institutos com importantes credenciais para a época. No IHGB assumiu em 1912 a cadeira de sócio correspondente e no IHGSP a de sócio efetivo.[183]

O romance histórico citado por Karina Anhezini e que o auxiliou nos ingressos aos institutos históricos trata-se do trabalho *Chronica do tempo dos Philippes* e, em razão do esforço da pesquisa, foi considerado suficiente para a sua aceitação nas instituições, apesar do caráter de exceção, já que pelo regulamento de ambos, apenas seriam eleitos autores com trabalhos científicos nas áreas de história e geografia. A obra é considera o marco do ingresso do engenheiro civil nos caminhos da história.[184]

Ainda de acordo com a historiadora, ao ser recebido no IHGSP em 5 de julho de 1912, Taunay reafirmou os objetivos do instituto e se apresentou como um autor disposto a colaborar na construção do tema principal da história de São Paulo: a expansão territorial do Brasil como obra dos sertanistas da capitania de São Paulo[185]. Esse enfoque mudaria a abordagem até então em voga na historiografia, voltada para a ampliação do território como consequência dos feitos da Coroa portuguesa, perspectiva essa seguida através da obra *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen, publicada entre 1854 e 1857, pela Editora E. & H. Laemmert. Em seu discurso de posse como sócio efetivo, Taunay expôs os seus planos para a elaboração de trabalhos futuros direcionados para questão paulista na expansão da fronteiras territoriais. Segundo Anhezini:

> O tom épico adotado por Taunay em seu discurso de posse credenciava-o para a construção de uma História, não coincidentemente, adequada ao roteiro já definido pelos seus novos consórcios no mundo das letras paulistas. A ênfase na "obra titânica da dilatação e da conquista do território" pelos paulistas ocupou o restante do discurso em que Taunay procurou destacar os principais episódios que mais tarde, compuseram os onze volumes de sua grande obra: a *História Geral das Bandeiras Paulistas*. Foi essa a forma escolhida por Taunay para ingressar no Instituto de São Paulo. Ele mostrou já naquele momento aos pares que sua intenção não era apenas a de colaborar com a publicação de alguns artigos na Revista do IHGSP, mas sim de participar ativamente das decisões e realizações que caracterizaram o instituto como o local privilegiado da construção da "epopéia bandeirante".[186]

---

[183] ARAÚJO, Karina Anhezini de. *Um metódico à brasileira.* A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). 2006. 235 f. Tese (doutorado em história) - Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006. p.99.

[184] ARAÚJO, Karina Anhezini. Como se escreveu a história do Brasil nas primeiras décadas do século XX. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 21, n. 34, p.474-483, julho, 2005. p. 475.

[185] ARÁUJO, op.cit. p. 100.

[186] Ibid. p. 102.

Os compromissos nesses estabelecimentos, de acordo com Karina Anhenzini possibilitaram um contato de Taunay com as temáticas privilegiadas do período, além de possibilitar um espaço de discussão próprio para o desenvolvimento destes assuntos e a publicação de textos[187]. Desta forma, em 1914 e 1915, o agora historiador, publicaria dois estudos sobre aqueles que intitulava como os primeiros historiadores do bandeirismo: Pedro Tarques e Frei Gaspar Madre de Deus.[188]

Conforme visto no capítulo anterior, Maria Isaura Queiroz argumenta que Taunay iria compor o grupo de autores das primeiras décadas do século XX que passariam a empenhar-se com afinco em desvendar a verdade histórica a respeito dos sertanistas, buscando o maior número possível de documentações, entre eles os estudos de Pedro Tarques e Frei Gaspar. Ainda segundo a autora, estes dois últimos não teriam sido utilizados apenas como fontes, mas como inspiradores da imagem que se delineia nos trabalhos que surgiram em abundância nesse período:

> Como eles, os historiadores do século XX, proclamaram a importância e o valor dos filhos da terra, e demonstravam que o pionerismo, o espírito de iniciativa, a bravura do fazendeiro cafeicultor, desbravando as matas para nova cultura, implantando estradas de ferro, buscando nova mão-de-obra, eram a continuação das virtudes que os bandeirantes haviam possuído.[189]

Segundo Karina Anhezini, os dois trabalhos produzidos por Afonso de Taunay, contribuíram para apresentar suas aproximações iniciais do tema que o consagraria no cenário político e intelectual: a narrativa da "conquista do Brasil pelos brasileiros". Esta temática significaria uma mudança importante no viés historiográfico da época, principalmente sobre o tipo de história que se queria produzir a respeito do Brasil.

Quando passou a integrar os institutos ainda em 1912, Taunay já estava inserido nas possibilidades de escrita da história do Brasil e já havia sido orientado por Capistrano de Abreu quanto ao tema que se deveria dedicar em suas pesquisas. De acordo com Karina Anhezini, Capistrano sempre esteve presente na trajetória intelectual de Afonso de Taunay

---

[187] ARAÚJO, Karina Anhezini. Como se escreveu a história do Brasil nas primeiras décadas do século XX. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 21, n.34, p.474-483, julho, 2005. p. 476.

[188] De acordo com Maria Isaura de Queiroz, Pedro Tarques (1714-1777) e Frei Gaspar da Madre de Deus (1714-1800) são considerados os historiadores mais antigos que estudaram as entradas e bandeiras no século XVIII. Em seus trabalhos intitulados *Nobilarquia paulistana, genealogia das principais famílias de São Paulo* e *Memória para a História da Capitania de São Paulo* indicavam a formação de uma imagem lendária do sertanista desbravador, rebelde e conquistador. (QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo Paulista de Vicissitudes de um imaginário. São Paulo: Revista USP 13, 1992.)

[189] QUEIROZ, op.cit. p. 83.

como professor e mentor. Taunay conviveu com Capistrano entre 1884 e 1885 quando o mesmo foi "explicador particular" de seu tio materno Francisco José Teixeira Leite e depois entre 1888 e 1889, quando os pais de Taunay decidiram que ele se apresentaria perante as bancas de preparatórios para prestar os exames de Corografia e História do Brasil do Colégio Pedro II e, portanto, precisava de professores para lhe ensinar os conteúdos dessas disciplinas.[190]

Em 1902, em visita a Capistrano de Abreu, Taunay confessou o seu desejo de percorrer os caminhos da escrita da história. Nesse momento, Capistrano orientou seu discípulo que se dedicasse ao estudo das bandeiras. Esse acontecimento, considerado pelo próprio Taunay como um ato fundador em sua trajetória, foi narrado por ele aos seus pares intelectuais tanto em cartas quanto, especialmente, em discursos de ingresso ou consagração institucional. Foi um episódio contado diversas vezes para traçar sua trajetória intelectual e definir sua inserção historiográfica.[191]

Esses fatos indicam o lugar das filiações e afinidades através dos aconselhamentos dos considerados mais "sábios" e mais antigos dentro das instituições, quanto à indicação dos estudos dos assuntos que lhes pareciam de maior importância. De acordo com Certeau, uma obra de valor em história é aquela que pode ser situada num conjunto operatório e que representa um progresso com relação ao estatuto atual dos "objetos" e dos métodos históricos. Ligada ao meio no qual se elabora, tornam possíveis, por sua vez, novas pesquisas.

A importância de Capistrano de Abreu na escrita da história de Afonso de Taunay, como dito anteriormente, sempre esteve presente nos discursos do intelectual que relembrava com orgulho a interferência do mestre em seus direcionamentos nos trabalhos como historiador. Em 1939, quando eleito presidente do IHGSP, narrou aos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ao receber a presidência honorária da instituição, as motivações que o levaram a escolha historiográfica pelo tema das bandeiras paulistas:

---

[190] ARAÚJO, Karina Anhezini de. *Um metódico à brasileira.* A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). 2006. 235 f. Tese (doutorado em história) - Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006. p.72.

[191] Ibid. p. 74.

> Se você está em São Paulo e quer escrever história, aconselhou-me certa vez o meu querido e saudosíssimo mestre Capistrano de Abreu, faça uma coisa: estude as bandeiras"[192]
> - Mas isto, isto é muito trabalhoso demais, - objetei-lhe – A vida de um homem não dá para tanto.
> -Você ainda é moço e quem não tem coragem não amarra canhembora no mato, segundo afirma um prolóquio de minha terra, retrucou-me o mestre cearense, em rude comparação de seu feitio de sinceridade absoluta.
> -Preferiria algum assunto mais fácil, menos extenso e mais à mão, por exemplo, o período dos Capitães-Generais.
> -Aí se agastou o autoritário amigo, apaixonado da franqueza e da ausência derebuços:
> - É mais fácil e mais à mão, com efeito! E assim também mais facilmente conseguirá você dar uma demonstração de rara ininteligência! Deixará um episódio máximo dos nossos anais, máximo e quase virgem na consolidação de seus fastos, para cuidar de uma relação quase sempre de meros atos burocráticos de um período de depressão e decadência. Parabéns pelo brilhantismo da escolha!
> -Deixou-me tão rude franqueza abalado ao desperdir-me, em meados de 1902, da visita feita no Rio de Janeiro a quem tão categoricamente se exprimia. [193]

A carta mostra os aconselhamentos de Capistrano para o seu até então discípulo Taunay:

> A sua idéia de escrever uma história dos capitães-generais de S. Paulo é simplesmente infeliz. Que lembrança desastrada a de preferir um período desinteressante, quando a grande época dos paulistas é o século XVII! Deixe este encargo ao... ou ao... Isto lhes vai a calhar. Que encham as páginas da *Revista* com tão desenxabido assunto. Reserve você para si o melhor naco, deixe os miúdos para quem deles gostar.[194]

De acordo com Karina Anhezini, quando escreveu esta carta Capistrano iniciava a escrita de *Capítulos da História colonial*, encomendada pelo Centro Industrial do Brasil em 1905. Os planos de Taunay em escrever a história dos capitães-gerais reforçava o percurso seguido por Varnhagen, deixando o mestre Capistrano desapontado. Entretanto, convencido de que poderia ser um caminho auspicioso, o historiador por vocação alteraria suas diretrizes, envolvendo-se com a história das bandeiras.

---

[192] TAUNAY, Afonso. Discurso de posse na Presidência Honorária do Instituto. *RIHGSP*, v.37, p.10-11, 1939 apud ARAÚJO, Karina Anhezini. *Como se escreveu a história do Brasil nas primeiras décadas do século XX*. Varia História, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34: Julho 2005. p. 478.

[193] Carta de Capistrano de Abreu a Afonso Taunay, dia de S. Bertoldo e S. Columbado [1904?]. In: RODRIGUES, José Honório. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, p.276 apud ARAÚJO, Karina Anhezini. *Como se escreveu a história do Brasil nas primeiras décadas do século XX*. Varia História, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34: Julho 2005.p.478.

[194] Ibid. p. 478.

> "Comecei a obedecer ao mestre, a me introduzir numa camisa, não de onze, mas de cento e dez varas, que é a ventilação dos fastos bi-seculares do epos[195] bandeirante", rememorava no discurso de posse em que retraçou sua própria trajetória conferindo a Capistrano o lugar de mestre, orientador, tanto das escolhas de temas quanto da abordagem de grande parte de sua produção.[196]

Ainda de acordo com a historiadora, o ponto de partida da trama de Taunay estava vinculado a seguinte questão: o Brasil começara a se formar a partir de São Paulo no século XVI? "Esta questão é desenvolvida capítulo após capítulo com a inserção gradativa de elementos e argumentos que procuram responder à interrogação e, sobretudo, provar a tese apresentada em tal indagação." [197]

Os trabalhos *São Paulo nos primeiros anos* (1920) e *São Paulo no século XVI* (1921) são considerados inaugurais em uma sequência de publicações, de pesquisas sistemáticas sobre as histórias da cidade de São Paulo, que revelaram o perfil da sociedade paulista nos inícios do povoamento, com suas bases econômica, social, política administrativa e também cultural. [198]

O primeiro trabalho proveniente de seus artigos no periódico Correio Paulistano, a partir de 1917, teve como base o aproveitamento extensivo das Atas e Registros da Câmara de São Paulo publicada sob a iniciativa de Washington Luís. Já em *São Paulo no século XVI*, Taunay reservou-se à produção jesuítica. Segundo Laima Mesgravis, o historiador cruzou a documentação municipal com as preciosas cartas jesuíticas.[199]

De acordo com Karinha Anhezini, entre as diferenças das duas obras encontra-se os autores contemporâneos que Taunay utilizou para compor o segundo texto. Enquanto, em *São Paulo nos primeiros anos* ele citou informações e opiniões de Capistrano de Abreu, Orville Derby, Teodoro Sampaio, Padre Pablo Pastells, Cândido Mendes, Artur Neiva e Washington Luís, em *São Paulo no século XVI* somaram-se a estes autores Benedito Calixto, Ricardo Gumbleton Daunt, Brasílio Machado, Basílio de Magalhães, Eduardo Prado, Alberto Rangel,

---

[195] Variação de Epopéia. Gênero épico. Fonte utilizada: https://www.dicio.com.br/epos.

[196] ARAÚJO, op.cit. p. 478.

[197] ARAÚJO, Karina Anhezini. *Como se escreveu a história do Brasil nas primeiras décadas do século XX.* Varia História, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34: Julho 2005.p. 479.

[198] MESGRAVIS. Laima. Prefácio. In: TAUNAY, Afonso de Escragnolle. *São Paulo nos primeiros anos:* ensaios de reconstituição social; São Paulo no século XVI: história da Vila Piratininga. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

[199] Ibid. p. 4.

Barão de Studart e José Veríssimo. Ainda segundo a historiadora, em *São Paulo no século XVI*, o enfoque voltado para os hábitos e costumes continuou presente, mas ao se debruçar sobre a produção das cartas jesuíticas, outras faces da história de São Paulo foram privilegiadas.[200]

Laima Mesgravis afirma que, a história da cidade de São Paulo seria continuada por Taunay em outras obras sobre o século XVII, XVIII e primeira metade do século XIX, entre elas as biografias de Bartolomeu de Gusmão e a de Fernão Dias Paes. O Período Bandeirista, segundo a autora, foi contemplado com a *História das Bandeiras Paulistas*, e completado com a publicação de documentos que mandou copiar nos arquivos de Sevilha, referentes à visão castelhana do avanço português para o oeste. Em 1924, iniciou a publicação da referida obra que resultaria em sete volumes com o patrocínio do governo do Estado.

De acordo com a historiadora Karina Anhezini a obra tinha como características:

> A primeira frase da tão planejada *História Geral das Bandeiras Paulistas* trazia algo que era de se esperar: "Não é uma obra de síntese que o leitor tem sob os olhos". Estava anunciado aí nas primeiras palavras das quase cinco mil páginas seguintes o tipo de trabalho que o leitor encontraria pela frente. Era uma História que se pretendia geral e trazia pela primeira vez esta indicação no título, mas isto não se contrapunha à idéia divulgada e defendida de monografia conscienciosa. A História geral se referia à pretensão de compor um mosaico da História das bandeiras a partir de peças variadas, cobrindo, com todos os pormenores possíveis, cada pedacinho daquele recorte temático, no espaço e no tempo, com a interpretação das provas documentais que naquele momento se avolumavam.[201]

Ainda de acordo com Karina Anhezini, outra característica da grande obra da vida de Afonso de Taunay foi a reunião de argumentos e perífrases maiores do que em qualquer outra obra do autor, que validariam sua tese de que São Paulo foi o propagador dos bravos sertanistas que desbravaram o Brasil. Para  a conclusão de tal tarefa, o autor precisou dialogar com a produção referente ao assunto que se disseminava naquele período. As páginas da obra eram fundamentadas pelos argumentos dos autores mais reconhecidos da época sobre o tema das bandeiras. "Na busca pela verdade moderna que se contrapõe à mentira, Taunay agrupou

---

[200] ARAÚJO, Karina Anhezini de. *Um metódico à brasileira.* A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). 2006. 235 f. Tese (doutorado em história) - Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006. p. 154.

[201] ARAÚJO, Karina Anhezini de. *Um metódico à brasileira.* A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). 2006. 235 f. Tese (doutorado em história) - Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006. p.160.

os ‘erros’ e os ‘acertos’ dos mais diversos autores, apresentando extensos balanços bibliográficos da produção do período” [202].

*A História Geral das Bandeiras Paulistas* consagra Afonso de Taunay como legítimo historiador das bandeiras e homem de letras. Diretor do Museu Paulista desde 1917, o trabalho pode ser considerado o resultado final de quase duas décadas de pesquisa, da publicação sobre a história colonial de São Paulo e de sua participação nos principais centros acadêmicos daquele período.

A trajetória intelectual de Afonso de Taunay denota que, apesar das diferentes nomeações adquiridas durante a vida, o autor não recebeu a alcunha de teórico da história. Como denomina Karina Anhenzini, Taunay foi um historiador por vocação, de ofício, um prático da história que aprendeu o fazer o historiográfico com o cotidiano,[203] assim como a maior parte dos homens de letras de sua época. Ao ser orientado pelo mestre Capistrano de Abreu sobre os temas que deveriam ser prioritários na escrita da história, o historiador tornou o seu caminhar sobre os estudos históricos uma busca assídua de documentos preocupando-se com os novos rumos da historiografia brasileira.[204]

Em 1946, ano em que o Curso de Bandeirologia foi realizado, Affonso de Taunay aposentou-se aos setenta anos de idade, passando a direção do Museu Paulista a Sérgio Buarque de Holanda. Nesta conjuntura, o historiador já tinha prestígio mais do que suficiente para recebera honraria de presidir a conferência de abertura do evento.

## 2.2 Alfredo Ellis Júnior: o intelectual defensor de suas raízes

Diferentemente da trajetória seguida por Afonso de Taunay, voltada para a pesquisa massiva de documentos e a participação intelectual dentro das grandes instituições de São Paulo e do país, Alfredo Ellis Júnior pode ser considerado um letrado cuja veia política orientava as diretrizes de sua historiografia. Como argumenta Diogo da Silva Ruiz, o historiador de origem tradicional paulista agia como um “intelectual-letrado” [205] ao amparar

---

[202] Ibid. p. 166.

[203] ARAÚJO, Karina Anhezini. *Como se escreveu a história do Brasil nas primeiras décadas do século XX*. Varia História, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34: Julho 2005. p. 481.

[204] Ibid. p. 481.

[205] De acordo com a hipótese defendida pelo historiador, as categorias “intelectual-letrado” (aquele cuja formação fundamenta-se na tradição bacharelesca), e “letrado-intelectual” (o homem acadêmico e

em sua formação as experiências políticas e jurídicas, assim como em procedimentos de pesquisa "que lhe garantissem a cientificidade de suas pesquisas e em suas narrativas históricas".[206]

Grande parte de sua produção acadêmica, principalmente as ligadas à história de São Paulo, possuem como arcabouço as diversas situações políticas vividas nas primeiras décadas da república no Brasil. Como vimos no capítulo anterior, à ascensão de Getúlio Vargas ao poder na década de 1930, repercutiu diretamente no cenário intelectual paulista, devido ao fato de que grande parte deste seleto grupo de letrados possuírem participação efetiva na vida política, como no caso de Alfredo Ellis Júnior. Divergências surgiram em meio a estes intelectuais que acabaram divididos entre os que apoiavam as ações do governo Varguista e os que eram contrários ao novo cenário vivido pelo Brasil.

De acordo com Diogo da Silva Roiz, Alfredo Ellis Júnior se colocaria no papel de conhecedor dos fatos e participante direto do contexto político vivido naquele período, exercendo a função de político (como membro do Partido Republicano Paulista – PRP), historiador, além de juiz do processo ao torna-se defensor da causa paulista, baseando-se em sua formação como bacharel em direito. Com este conjunto de instrumentos políticos e metodológicos, o historiador paulista pretendia demonstrar a posição do estado de São Paulo junto á nação em 1930.[207]

> Para isso, destacaria a importância do bandeirante e da cruzada civilizatória promovida pela lavoura do café, como fatores primordiais, ainda que em momentos distintos, e que tornariam a "locomotiva do país". Mas em função dos acontecimentos fatídicos de 1930, e após 1932, os sujeitos e os feitos "grandiosos" da história de São Paulo estavam sendo esquecidas. Por esse motivo era fundamental se voltar para o passado e rever a escrita da história de São Paulo.[208]

---

pesquisador profissional presente nas universidades a partir da década de 1950) servem para dimensionar a reconfiguração dos espaços de sociabilidade, quanto dos campos e hábitos dos indivíduos e dos grupos, entre os anos de 1930-1950. Ainda de acordo com Diogo Ruiz, Alfredo Ellis Júnior estaria inserido no primeiro grupo, enquanto Sérgio Buarque de Holanda faria parte da segunda denominação. (ROIZ, Diogo da Silva. *A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual":* projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). 2013. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013).

[206] Ibid. p. 144.

[207] ROIZ, Diogo da Silva. Os projetos de escrita da história de Alfredo Ellis Júnior e Sérgio Buarque de Holanda: uma guerra de idéias no mundo dos letrados de São Paulo nos anos 1930 e 1940. *Revista de Teoria da História*, Mato Grosso do Sul, UFGD, Ano. 5, n.10, p. 10-46, dez., 2013. p. 26.

[208] Ibid. p. 26.

Por conseguinte, ainda segundo a tese do autor, os lugares e as formas de ação de Alfredo Ellis Júnior, nos anos de 1930, buscavam restaurar uma posição de São Paulo junto à nação, revendo a história para que a participação da população fosse possível tanto no processo de recuperação política e econômica quanto na autonomia do estado junto à nação.[209]

Para compreendermos melhor, todo este empenho de Alfredo Ellis Júnior na defesa da história paulista faz-se necessário um breve resumo de sua biografia. Nascido no berço da elite política e social paulista, o historiador nasceu em 1896 na fazenda de café Santa Eudoxia, no interior de São Paulo. Da origem materna, era herdeiro de uma das famílias mais tradicionais do estado - os Cunha Bueno - e do pai, o senador da república Alfredo Ellis[210], recebeu a veia política e o nome que lhe abriria portas no cenário político do estado.

Assim como na vida de Taunay, a figura paterna teve forte presença na trajetória de Alfredo Ellis Júnior. Desde a adolescência o historiador paulista vinha sendo preparado pelo pai para sucedê-lo nas alas do partido.[211]Após a conclusão do ciclo ginasial, embarcou com o pai rumo à Europa, viagem que considerou um dos ensinamentos mais marcantes deixados pelo senador[212]. Após o regresso, ingressou no curso jurídico da Faculdade de Direito de São Bento, formando-se em 1917. Exerceu por pouco tempo o ofício de advogado, dedicando parte da sua vida profissional ao emprego de professor de história em escolas de São Paulo. Entre os anos de 1925 e 1930 foi deputado estadual em duas legislaturas, sendo a última interrompida pelo governo provisório de Getúlio Vargas.[213]

Segundo Danilo Ferreti, sua admissão no jornal *Correio Paulistano* era quase certa - devido mais uma vez a forte prestígio do pai - sendo a interferência de Taunay em 1923 uma

---

[209] Ibid. p. 26.

[210] De acordo com Danilo Ferreti, o senador Alfredo Ellis era um típico representante da elite paulista nos últimos anos do império. Estudou engenharia nos Estados Unidos na década de 1870, tornando-se um importante produtor de café. Foi fundador do PRP e membro da comissão executiva do partido entre 1893-1894. Como senador da república, foi ativo defensor dos interesses da cafeicultura e um dos idealizadores do Instituto do Café. (FERRETTI, Danilo. *A Construção da paulistanidade.* Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). 2004. 377 f. Tese (doutorado em história social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 346).

[211] Ibid. p. 346.

[212] WERNECK, Luana Aguiar. *Imprensa, partido e Universidade:* a trajetória intelectual de Alfredo Ellis Júnior. 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

[213] ROIZ, Diogo da Silva. Usos do passado e escrita da história*:* o bandeirante e a história paulista em Alfredo Ellis Jr. *(1932-37).* Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 45, n.1, p.183-199, Abr. 2011. p. 188.

mera formalidade. No periódico que representava o órgão oficial do governo do estado de São Paulo, o historiador teve contato com os maiores nomes do meio letrado paulista, escritores como Menotti de Picchia, Cassiano Ricardo, Plínio Salgado e o próprio Taunay – que viria ser de grande influência em sua carreira profissional.

Ainda segundo o historiador, antes mesmo de ser admitido no grupo de intelectuais perrepistas, Ellis Jr. já esboçava o seu interesse pela a história de São Paulo. Em 1922, apresentava o estudo *Ascendendo na História de São Paulo* no Centro Paulista do Rio de Janeiro, no qual já explicitava o seu comprometimento com a interpretação republicana do passado paulista.

Por meio de sua participação no *Correio Paulistano*, Ellis Jr. aproximou-se do grupo verde-amarelo.[214] Em paralelo aos estudos sobre a história de São Paulo, inseria-se no debate racial e imigrantista, traçando contornos de uma interpretação racial da formação paulista. Adaptado à tradição liberal do perrepismo, o historiador paulista tomou como seu principal interlocutor o conservador e adepto das teorias raciais Oliveira Vianna[215], a quem refutou em *Raça de Gigantes* - considerada sua principal obra – publicada em 1926 pela Editora Helios.[216] Danilo Ferreti argumenta que em sua versão original[217] Ellis Jr. esforçou-se em

---

[214] Como vimos em nota do capítulo anterior, os verde-amarelos era o grupo composto pelos paulistas Plínio Salgado, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia, Cândido Mota Filho e Alfredo Éllis. Ao longo da década de 1920, o grupo formara a vertente conservadora do movimento modernista. Para eles, o ingresso do Brasil na modernidade implicava o rompimento radical com toda herança cultural européia e era através do jornal *Correio Paulistano* que o grupo defendia as suas idéias. Na década de 1930, o grupo se dividiu em dois movimentos distintos: o integralismo e o bandeirismo. Rompendo com o grupo de origem, Plínio Salgado fundou em 1932 a Ação Integralista Brasileira. Liderado por Cassiano Ricardo, o bandeirismo reuniu o restante do grupo, que recebeu ainda o apoio de mais alguns intelectuais paulistas. O movimento tinha como proposta o fortalecimento do Estado, posicionando-se contra o comunismo e o fascismo. Ver em: *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Dossiê Arte e Cultura. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/ArteECultura/VerdeAmarelos

[215] Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951) publicou, aos 37 anos, seu primeiro livro, concluído dois anos antes: *Populações Meridionais do Brasil*. Sua trajetória, até este momento, incluía a formação em ciências jurídicas e sociais, em 1905 e a docência de Direito Judiciário e Penal e de Direito Industrial, desde 1916, na Faculdade de Direito de Niterói. Mais tarde, Oliveira Vianna viria ocupar, ainda, diversos cargos na burocracia estatal. Tratava-se de um dos mais reconhecidos intelectuais brasileiros da Primeira República, um homem que tinha exercido uma função chave no primeiro período do governo Vargas e um dos pioneiros dos estudos sociológicos brasileiros. "Vianna havia conhecido em vida o sucesso intelectual, porém, em seus momentos derradeiros, havia sido alvo de constantes críticas." Trecho retirado da tese de doutorado de Gisele Venâncio Martins, intitulada: *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883- 1951),* Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

[216] FERRETTI, Danilo Zionni. *A Construção da paulistanidade.* Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). 2004. 377 f. Tese (doutorado em história social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. p.347.

[217] A segunda versão de Raça de Gigantes foi publicada em 1936 e teria o título reformulado para *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano.*

reafirmar na obra a validade da visão republicana do passado paulista contestada por Oliveira Vianna.

> Neste livro Ellis Jr. sistematizava a tradição historiográfica republicana, fundindo as contribuições dos autores da propaganda republicana e do IHGSP. De forma que, se existe um livro representativo não somente da visão de história dos republicanos paulistas, mas mesmo do conjunto de seu ideário, este livro é Raça de Gigantes.[218]
> [...]
> Em Raça de Gigantes, Ellis Jr atestava a capacidade do tipo paulista e sua propensão a vencer todos os obstáculos que lhe foram apresentados, conferindo a mais elaborada argumentação científica à tradicional autoestima da elite paulista. Ao apresentar os fatores seletivos que segundo a metáfora do alambique, usada pelo próprio autor, "depuraram" a raça paulista, Ellis Jr. abordava o aspecto social do tipo bandeirante.[219]

No campo da historiografia, Ellis Júnior também atribuiu a um grande mestre o papel de destaque em sua escrita da história. Em sua passagem no Colégio São Bento ainda como jovem aluno, a figura de Afonso de Taunay lhe marcaria por toda a vida.[220]Na década de 1920, quando começava a trilhar caminhos da história, com os primeiros trabalhos publicados em livros e através de periódicos como correspondente do Correio Paulistano, sua aproximação com Taunay expandia-se para além de uma simples relação entre professor e ex-aluno. Diogo Roiz em sua tese de doutorado destaca que as correspondências trocadas por eles neste período evidenciam uma interlocução entre mestre e aprendiz em fase de conquistar sua autonomia intelectual.[221]

> [...] como nos mostra a missiva de 23 de novembro de 1923, na qual AEJ se referindo ao "prezado amigo Dr. Taunay", e agradecendo-lhe pelos conselhos e por sua amizade. Dava-lhe mostras do resultado de seu trabalho. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*, que deu "umas 250 a 300 páginas iniciadas [...] do Brasil dividido pela linha de Tordesilhas", e que o Correio Paulistano "deveria, publicar ainda, trez a quatro artigos, pertencentes ao livro". Ademais, perguntava ao amigo em "que pé estava a sua publicação de História das Bandeiras? Acho que se o meu

---

[218] FERRETI, op.cit. p. 347.

[219] FERRETTI, Danilo Zionni. *A Construção da paulistanidade.* Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). 2004. 377 f. Tese (doutorado em história social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.p.350.

[220] ROIZ, Diogo da Silva. *A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual":* projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). 2013. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. p. 241.

[221] Ibid. p. 241.

> [...] amigo conversar diretamente com Dr. Washington, será mais fácil do que o fazer por intermédio das secretarias internas."[222]

A relação de confiança entre Taunay e Ellis. Jr era tão forte, que o então presidente do Museu Paulista, teria pedido auxílio ao discípulo para que interferisse junto ao pai, o senador Alfredo Ellis para que levasse ao Senado o pedido de subvenção para subsidiar as reformas e a expansão do Museu Paulista em 1922.

> Tomo a liberdade de enumerar a V. Ex. estas linhas depois de uma longa conversa que tive o prazer de entreter com seu filho e meu distintissimo aluno Dr. Alfredo Ellis Junior, conversa que provavelmente elle já referiu a V. Ex. Disse-me que certamente veria V. Ex., com bons olhos a transformação por que passou o Museu Paulista tomando uma feição absolutamente nacionalista, nelle se celebrando os grandes feitos e os grandes vultos da História brasileira, especialmente de S. Paulo.[223]

De volta ao campo político, Ellis Júnior, em 1932 – devidamente inserido na política paulista após dois mandatos como deputado –, participou ativamente das revoltas contra a federação, como voluntário da Liga da Defesa Paulistana, que defendia a liberdade e a volta da autonomia para o estado de São Paulo. Após sair ferido fisicamente e abalado psicologicamente com a derrota da Liga, o historiador ainda viria a enfrentar perseguições em seguida aos desdobramentos do acontecimento. Enquanto lutava para não ser exilado, retornou ao magistério lecionando no Liceu Pan-Americano e no Ginásio Paulistano e escreveu livros didáticos.[224]

Antes da Revolução Constitucionalista, o historiador como argumentamos anteriormente, já havia escrito *Ascendendo na história de São Paulo* publicado em 1922, além de *Novas Bandeiras e novos bandeirantes* e *Alguns paulistas do século XVI e XVII* no mesmo ano, sendo os dois últimos resultados de sua apresentação no Congresso Internacional de História da América no Rio de Janeiro. Ainda durante a década de 1920, o autor publicou obras consideradas importantes em sua carreira intelectual como: *O bandeirismo paulista e o*

---

[222] Ibid. p. 241.

[223] Carta de Afonso de Taunay ao senador Alfredo Ellis, de 26 de novembro de 1922**.** Arquivo Permanente Museu Paulista/Fundo Museu Paulista (APMP/FMP), 1ª entrada, pasta 117 apud ROIZ, Diogo da Silva. *A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual":* projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). 2013. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. p. 237.

[224] ROIZ, Diogo da Silva. Usos do passado e escrita da história*:* o bandeirante e a história paulista em Alfredo Ellis Jr. (1932-37). *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 45, n.1, p.183-199, Abr. 2011.p.188.

*recuo do meridiano* em 1924, *Raça de gigantes* em 1926 e *Pedras Lascada*s em 1928. Ao longo dos anos 1930 e 1940, Ellis Júnior faria um movimento dinâmico em suas obras, revendo e reformulando seus textos dos anos 20.

Em 1938, Ellis Júnior ingressou como professor interino da cadeira de *História da Civilização Brasileira* no curso de Geografia e História da Faculdade de Ciências e Letras da USP. A função anteriormente exercida por Afonso de Taunay, entre os anos de 1934 e 1938, seria considerada o início de um momento fértil na produção histórica do historiador paulista, na qual ampliaria seus temas de pesquisa[225]. De acordo com Diogo Roiz, no ano seguinte o historiador paulista se tornaria o catedrático da cadeira, ao ser aprovado em concurso por meio da tese *Meio século de bandeirismo*. Neste trabalho, Ellis Jr. apresentava novos estudos sobre a documentação oficial, ainda segundo Roiz, complementando-a com análises anteriores, tal como expressaria em seu subtítulo: "novas pesquisas na documentação arquival paulista, de publicação oficial, comparadas com conhecimentos anteriores". [226]

A tese partia de uma pesquisa detalhada sobre as relações do homem com o meio ambiente durante o período de 1590 a 1640, de forma a constatar como foi constituído o perfil étnico e racial do homem planaltino no início do processo de colonização da Capitania de São Vicente. Baseado em hipóteses levantadas em outras obras publicadas na década de 1930, na qual o bandeirantismo dos séculos XVI e XVII havia sido movido pela falta de outros meios de subsistência do homem sertanista, que sem outra saída, recorreu ao apresamento e ao comércio de indígenas para o Nordeste açucareiro e ao serviço de busca por minérios

---

[225] Alguns trabalhos produzidos na historiografia atual, como a dissertação de mestrado de Luana Werneck Aguiar, apontam que, Ellis Jr. ingressa no campo acadêmico num momento de transição historiográfica, em que não só a história tradicional está sendo preterida pela história das estruturas (Escola do Annales), mas com a inclinação à profissionalização e às regras do ofício do historiador, seus estudos assumem um tom mais científico, voltados para uma escrita da história e perdendo a característica de homem das letras. Entretanto, para Fábio Franzini, apesar da nuance de mudança que começara a surgir no final da década de 1950, com o aumento da institucionalização acadêmica e da sintonia com outros circuitos de produção do conhecimento histórico, o viés científico sempre esteve presente nos estudos produzidos a partir da década de 1930. Os estudos publicados nas coleções Brasilianas possuíam a preocupação em fundamentar seus trabalhos não em reconstruções ou especulações superficiais, e sim em comprovações respeitáveis a seu respeito. Segundo o autor, numa palavra, tratava-se de afirmar o conhecimento *científico* sobre o Brasil, elaborado por *especialistas* que davam "vida" aos documentos para juntá-los "à história social do brasileiro". Ver em: FRANZINI, Fábio. *A sombra das Palmeiras: A Coleção Documentos e as transformações da Historiografia nacional (1936-1959).* Tese de Doutorado. São Paulo: USP. 2006.
_____. *A História presente e a História ausente nos Volumes da Coleção Documentos Brasileiros (1936-1959).* XIII Encontro de História Anpuh Rio. 2008. p. 1-9.

[226] ROIZ, Diogo da Silva. *A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual":* projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). 2013. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.p. 256.

solicitados pelos reinóis, Ellis Jr, escreveu mais um capítulo da história dos bandeirantes de São Paulo.[227]

A hipótese de *Meio Século de Bandeirismo* seria um dos principais fundamentos da conferência realizada em 1946 no Curso de Bandeirologia. Na segunda metade do século XVI, apesar do plantio de açúcar ter se iniciado na capitania vicentina, esta não prosperou frente ao desenvolvimento do Nordeste no mesmo tipo de produção. O Nordeste, grande vencedor da disputa pela produção açucareira na colônia, exerceu uma forte influência sobre os rumos de São Vicente. "Para produzir açúcar, o Nordeste tinha precisão de vários elementos. Um deles, que faltasse ou fosse diminuído, a produção não se faria ou seria minguada." [228]

Devido à necessidade de uma fonte que fornecesse o fator M (Mão de obra) de acordo com o ritmo da produção de açúcar, houve o estímulo à atividade de apresamento indígena na Capitania de São Vicente, que não tendo outra fonte de riqueza tornou-se o principal fornecedor da mão de obra escrava para a região nordeste. Entretanto, o autor deixa claro que tal atividade não foi um fenômeno voluntário do bandeirante vicentino, muito menos motivado apenas por um espírito de aventura e heroísmo. Mas um ato pré-determinado pelas péssimas condições econômicas da terra em que habitava, obrigando-o à prática do apresamento como forma de sobrevivência. De acordo com a hipótese do historiador:

> Assim, a única mercadoria que poderia ser produzida pelo Planalto, era o escravo índio e a única maneira de o produzir era o apresar. Daí, o apresamento, que teve como base única a necessidade econômica e jamais um ânimo aventuroso qualquer. Por outro lado, a única região brasileira a poder realizar o apresamento era o Planalto piratiningano, por vários motivos.[229]

Entre esses motivos estavam: a localização avançada no sertão; o domínio espanhol tendo suprimido as fronteiras e facilitado a penetração; a fixação na região do planalto das ordens jesuíticas; a necessidade do Nordeste de mão de obra e finalmente, não ter tido o planalto outra fonte de renda ou exportação.

Considerado um intelectual de ideias conservadoras, o historiador obteve uma longa e ativa trajetória política que necessitaria de muito mais linhas desse capítulo. Entretanto, como

---

[227] Ibid. p. 256.

[228] ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *O Bandeirismo na Economia do Século XVII*. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, p.63.

[229] Ibid. p.67.

objetivo desta análise é compreender o percurso historiográfico do autor em relação ao bandeirismo paulista, conclui-se que a metodologia utilizada pelo autor era proveniente dos discursos dos institutos históricos dos quais fez parte. Uma escrita que prevalecia centrada nos grandes feitos e no ato de relembrar a importância da memória bandeirante como estímulo para o desenvolvimento econômico e para as batalhas políticas que enfrentavam os paulistas da década de 1930.

Sua participação efetiva no periódico *Correio Paulistano* também contribuiu para o percurso historiográfico assim como o político. As relações criadas com importantes nomes da intelectualidade na época presentes na redação do periódico possibilitaram a abertura de novos caminhos no cenário acadêmico.

O bandeirante na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. recebia o papel de figura representativa da configuração histórica da identidade do povo paulista. A figura simbólica seria apresentada como o sobrevivente das adversidades econômicas de sua região, que esquecido pelas autoridades da Coroa Portuguesa, buscou com as próprias mãos os seus meios de sobrevivência, justificando a extrema violência exercida contra índios e jesuítas. O bandeirante representaria a determinação a ser seguida pelo povo paulista para a continuidade do seu desenvolvimento, econômico, político e social.

## 2.3 Sérgio Buarque de Holanda: o descobridor de novas diretrizes bandeirantes

Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) nasceu em São Paulo, porém diferentemente de seus contemporâneos anteriormente citados, não possuiu suas origens familiares no seio das elites brasileiras. Filho de um funcionário público do Estado de São Paulo e professor da Escola de Farmácia e Odontologia, Buarque de Holanda cresceu, no que podemos considerar nos tempos atuais, numa família de “classe média” com estilo de vida modesto, porém tendo todos os subsídios necessários para o conforto da mesma.

Diante disso, pode-se perceber que Sérgio Buarque de Holanda não obteve no sobrenome do pai um passaporte para suas primeiras participações no cenário intelectual, assim como Taunay e Ellis júnior. Muito menos teve na figura paterna o referencial em sua trajetória profissional como tiveram os colegas de profissão. O autoritarismo paterno, que lhe

implicou numa rotina militarista na infância, fez com que os posicionamentos do pai tornassem um caminho a ser questionado, e em seguida negados pelo historiador.[230]

Ao ter berço paulista, assim como Alfredo Ellis Júnior, e a mesma formação acadêmica - ambos seriam bacharéis em direito - Sérgio Buarque acabaria seguindo outros trilhos que o levariam na vida adulta a diretrizes políticas e historiográficas diferentes das defendidas por Ellis Jr. Ao contrário do historiador perrepista, que teve como base uma formação no campo e pelo interior do estado de São Paulo, a formação de Sérgio Buarque deu-se nos centros urbanos de São Paulo e do Rio de Janeiro. [231] Ainda jovem, aos 19 anos, mudou-se com a família para a Capital carioca, retornando para São Paulo apenas em 1946 – ano da realização do Curso de Bandeirologia – para receber das mãos de Afonso de Taunay o cargo de diretor do Museu Paulista. Como salienta o historiador Diogo Roiz:

> Os 25 anos que passou no Rio foram fundamentais para ele, pois, além de formar-se em Direito, também foi lá que teve as primeiras experiências no campo da pesquisa histórica e da crítica literária, quando foi assistente na Universidade do Distrito Federal (UDF). Ao lado dessa experiência, deve-se notar Sérgio sempre esteve próximo das discussões efetuadas em São Paulo, especialmente, aquelas proporcionadas pelos modernistas. A experiência acumulada nessas duas capitais irá marcá-lo em sua trajetória, tanto que suas obras viriam a demonstrar isso em diversas passagens.[232]

No Rio de Janeiro, conciliou a Faculdade de Direito com o trabalho nas redações de diversos jornais cariocas como o *Rio-Jornal e O Jornal*, em ambos publicou textos de crítica literária, iniciando a carreira que exerceria até o final da década de 1920.[233] A faculdade também lhe renderia duas grandes amizades: Prudente de Moraes Neto e Afonso Arinos de Mello Franco. Com o primeiro obteve ajuda para lançar sua própria revista, cujo título foi *Estética*, em 1924. A partir dela, os dois amigos puderam ampliar seus canais de

---

[230] ROIZ, Diogo da Silva. *A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual":* projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). 2013. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.p. 13 -14.

[231] ROIZ, Diogo da Silva. *A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual":* projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). 2013. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. p. 14.

[232] Ibid. p. 14.

[233] COSTA, Marcos Antonio Silva. *Biografia Histórica: A trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos de 1930 e 1980.* 2007. 225 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007. p. 24.

sociabilidade, entrando em contato com jovens escritores de diferentes regiões do país como Pedro Nava, Carlos Drummond de Andrade, Gilberto Freyre e Câmara Cascudo.[234]

A década de 1920 seria um período de grandes descobertas políticas e intelectuais para o jovem Sérgio Buarque de Holanda e que contribuíram para a construção de sua trajetória como historiador. Em 1926, após se formar na Faculdade de Direito, afastou-se da crítica literária e passaria os próximos dois anos longe do Rio de Janeiro, lecionando e escrevendo para jornais em Cachoeira de Itapemirim no Espírito Santo. Retorna a capital da república em 1928, onde efetuou alguns trabalhos. Entretanto, seria no convite feito pelos Diários Associados, em junho de 1929, para cobrir os acontecimentos na Alemanha, Polônia e Rússia, como enviado especial, que ocorreu a guinada definitiva do crítico literário para o historiador.[235]Como ressalta Marcos Costa: "Esses anos entre 1922 e 1928 foram determinantes, mas os dois anos seguintes, 1929 e 1931 seriam decisivos nesses que, poderíamos considerar, seriam os anos de aprendizagem de Sérgio Buarque de Holanda." [236]

No entanto, o autor deixa claro: "A passagem para a historiografia no início dos anos 1930 não foi um começo absoluto nem uma causa primeira e mecânica, essa experiência dos anos 1920 certamente havia sido, na sua formação, uma sementeira de grandes mudanças." [237]

Na Europa teve a oportunidade de entrevistar intelectuais como o escritor Thomas Mann e na Universidade de Berlim, frequentou o curso do historiador alemão Friedrich Meinecke. O contato com a sociologia alemã, principalmente a de Max Weber, exerceria ao longo de sua carreira forte influência, sobretudo em seu livro *Raízes do Brasil*.[238]

---

[234] NICODEMO, Thiago Lima. Sérgio Buarque de Holanda e a Dinâmica das Instituições Culturais no Brasil 1930–1960. In: MARRAS, Stelio. (Org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda.* São Paulo: EDUSP, 2012. p. 109-132.

[235] COSTA, Marcos Antonio Silva. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. Escritos Coligidos: Livro I, 1920-1949. Marcos Cota (org). São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 11.

[236] Ibid. p. 35.

[237] COSTA, Marcos Antonio Silva. *Biografia Histórica: A trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos de 1930 e 1980.* 2007. 225 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007.p. 26.

[238] Ibid. p. 44.

Marcos Costa argumenta que, nos textos que produziu na Alemanha, na qual escrevia artigos explicando o Brasil para os alemães,[239] é possível identificar o momento em que, na carreira de Sérgio Buarque, ocorre a mudança de crítico literário para historiador:

> [...] primeiro pela própria mudança de seus interesses, a passagem da literatura para a história, e a descoberta, portanto, de uma outra forma de expressar a sua veia crítica e; segundo, a descoberta da filosofia, da sociologia e da historiografia alemãs que lhe daria um método com o qual o autor poderia utilizar de instrumento para trilhar esse novo caminho que surgira no seu horizonte. Entre esses autores, poderíamos destacar as influências de Weber e Simmel como as mais significativas.[240]

Ainda segundo o autor, na Alemanha, Sérgio Buarque começou a sistematizar o seu pensamento sobre a história do Brasil, surgindo questões a respeito sobre o que ainda insistia em não vir à luz em nossa evolução social. Ao retornar ao Brasil, após a Revolução de 1930, retomou os trabalhos como jornalista e engajou-se nas campanhas contra guerra e o fascismo quando surgiram no país os movimentos antifascistas. Em 1936, publicou *Raízes do Brasil*, como visto no capítulo anterior, o primeiro livro publicado pela *Coleção Documentos Brasileiros*.

De acordo com o historiador Thiago Nicodemo, fator que contribuiu para o despertar das pesquisas que produziram *Monções* (1945) e posteriormente, *Caminhos e Fronteiras* (1957) teria sido a viagem de Sérgio Buarque aos Estados Unidos em 1941. Convidado para participar de palestras em instituições como Wyoming e Universidade de Chicago, o autor também realizou pesquisas na Library of Congress e teve passagem por Nova Iorque.[241]

Durante a década de 1930, começam a despertar nos meios acadêmicos norte-americanos o interesse por estudos sobre o Brasil e outros países do Continente. De acordo com a historiadora Márcia de Almeida Gonçalves, o crescente interesse nos espaços acadêmicos norte-americanos, foi uma espécie de faceta correlata da efetivação do pan-americanismo e da confluência de circunstâncias internacionais que, temporariamente, ofuscaram o brilho europeu nos estudos sobre a América. Estes acontecimentos

---

[239] De acordo com o autor, havia um grande interesse da Alemanha naquele período em conhecer o Brasil para estreitar as relações comerciais entre os dos países. A Sérgio Buarque foi dada a tarefa, pela Embaixada Brasileira em Berlim, de escrever e "traduzir" o Brasil para os Alemães.

[240] COSTA, op.cit. p. 38.

[241] NICODEMO, Thiago Lima. Sérgio Buarque de Holanda e a Dinâmica das Instituições Culturais no Brasil 1930–1960. In: MARRAS, Stelio. (Org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda.* São Paulo: EDUSP, 2012. p.113.

incrementaram o êxito de iniciativas datadas de períodos anteriores como a reunião do primeiro Comitê de Estudos Latino-Americanos, sob os cuidados do Conselho de Pesquisas em Ciência Social Norte-Americano em 1935. Em 1936, o comitê editava o primeiro volume de *Handbook of Latin American studies* e, em 1939, era criada a Fundação Hispânica, vinculada á Biblioteca do Congresso, tendo o Brasil em sua jurisdição[242].

De acordo com o historiador Robert Wegner, o ambiente criado por esse interesse e as questões por ele suscitadas contribuíram de certa forma para as redefinições da reflexão de Sérgio Buarque.[243]O convite para a viagem aos Estados Unidos, segundo o autor, surgiu em meio a esta promoção dos "valores pan-americanos", na qual Sérgio Buarque partiu como representante do Ministério da Educação, ao ocupar o cargo de chefe da seção de Publicações do Instituto Nacional do Livro. Ainda de acordo com Robert Wegner:

> O ponto que é necessário sublinhar diz respeito à possibilidade dessa visita aos Estados Unidos ter permitido a Sérgio Buarque um contato mais continuado com a historiografia americana num momento em que esta se preocupava em produzir reflexões sobre os países latino americanos.[244]

Entretanto, Wegner salienta que, não se deve implicar o contato com as teses americanas como fator prioritário para as possibilidades explicativas de Sérgio Buarque sobre a conquista do oeste na História do Brasil. Muito menos se deve esquecer, da tradição já formada de estudos sobre o bandeirismo, iniciada por Capistrano de Abreu, no qual, o intelectual paulista nutria grande admiração.[245] Nas palavras de Robert Wegner: "Na verdade, é algo secundário descobrir se Sérgio Buarque começou de fato a interessar-se pelo tema das bandeiras a partir de seu contato com a discussão americana. Havia uma produção brasileira sobre o assunto suficiente para despertar seu interesse." [246]Para o autor, o que merece ser destacado é a posição adotada por Sérgio Buarque dentro do debate da historiografia americana, no qual permitiu uma mudança na forma de pensar a relação entre tradição ibérica

---

[242] GONÇALVES, Márcia de A. Retratos Poliédricos do Brasil. In:_____. *Em Terreno Movediço. Biografia e História na Obra de Octavio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.p. 222.

[243] WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste. A Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 72.

[244] WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste. A Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p.78.

[245] Ibid. p. 91.

[246] Ibid. p. 91.

e modernização. É necessário analisar como o interesse pela tese da fronteira foi manifestado em seu retorno ao Brasil e aparece em suas obras sobre conquista do Oeste.

Ainda em 1936, Sérgio Buarque dá inicio a outro capítulo importante em sua vida: a entrada no funcionalismo público. Contratado para lecionar na recém fundada Universidade do Distrito Federal em 1937, assume a direção do serviço de patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) concebido por Mario de Andrade. Com o fim da Universidade em 1939, começou a trabalhar no Instituto Nacional do livro.[247]

Em 1944, Sérgio Buarque é transferido para a Biblioteca Nacional onde passa a trabalhar na Divisão de Consultas. De acordo, com Thiago Nicodemo, a estabilidade adquirida com o novo cargo e a facilidade de acesso ao material, possibilitou a intensidade do estudo e das pesquisas do paulista.[248] Além da ascensão em cargos públicos, o historiador também destaca o papel do autor como mediador de círculos de sociabilidade como um dos principais pontos de sua trajetória intelectual:

> O elemento chave para compreensão de sua trajetória intelectual no Rio de Janeiro foi a ascensão, sua e de muitos de seus amigos, a cargos públicos diretivos em instituições culturais em meados dos anos 1930. Não é exagerado afirmar que seu lugar social como intelectual é plasmado em função de seu papel como mediador de círculos de sociabilidade entre Rio de Janeiro e São Paulo.[249]

Sua relação coma historiografia bandeirante começa na década de 1940, quando inspirado pela sociologia alemã de Georg Simmel e pela historiografia Francesa de Marc Bloch e Lucien Febvre iniciará o projeto de vasculhar os personagens secundários, os fatos até então avaliados como sem importância pela historiografia como costumes, cultura e modos de vida. [250] Segundo Marcos Costa, no texto *Capelas Antigas de São Paulo*, publicado em 1941 na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Rio de Janeiro, Sérgio Buarque já demonstrava o empenho nos estudos referentes aos "meandros obscuros da História do Brasil,

---

[247] NICODEMO, Thiago Lima. Sérgio Buarque de Holanda e a Dinâmica das Instituições Culturais no Brasil 1930–1960. In: MARRAS, Stelio. (Org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda.* São Paulo: EDUSP, 2012. p. 111-112.

[248] Ibid. p. 114.

[249] NICODEMO, Thiago Lima. Sérgio Buarque de Holanda e a Dinâmica das Instituições Culturais no Brasil 1930–1960. In: MARRAS, Stelio. (Org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda.* São Paulo: EDUSP, 2012. p.114.

[250] COSTA, Marcos Antonio Silva. *Biografia Histórica:* A trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos de 1930 e 1980. 2007. 225 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007. p. 18.

sobretudo de São Paulo." [251]Ainda segundo o historiador, as fontes utilizadas para elaboração do texto são as mesma que servirão como base para a escrita de Monções: *As Atas da Câmara de São Paulo, os inventários e testamentos*, a *Coleção De Angelis, os* documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, além de relatos de viajantes.[252]

Logo após a publicação de Monções, ele já teria outros planos em mente. *Caminhos e Fronteiras* tornar-se-ia o seu próximo projeto e teria como proposta uma expansão da visão da história do Brasil vista em *Monções.* O objetivo era aprofundar e lapidar a metodologia de análise dos vestígios da história por meio da escolha de novos objetos de estudo.[253] Marcos Costa afirma que, a partir do aproveitamento de um texto publicado em 1939, intitulado com o mesmo nome, surge o primeiro capítulo da obra publicada em 1957, com o título de *Veredas de pé posto*. Outros textos publicados das décadas de 1940 e 1950 viriam a complementar grande parte da obra.

De acordo com Thiago Nicodemo, *Monções* e *Caminhos e Fronteiras* tratam da formação de uma dinâmica social intensa impulsionada pela expansão do território na América portuguesa a partir de São Paulo colonial, processo que resultou na fundação e colonização de povoados como o de Cuiabá.[254] O historiador enfatiza:

> Enquanto *Monções* enfoca a expansão ocorrida principalmente no século XVIII para fins comerciais a partir de redes fluviais, *Caminhos e Fronteiras* se concentra nas entradas e bandeiras dos séculos XVI e XVII. Trata-se de estudos muito menos abrangentes do que seu primeiro ensaio, concebidos em diálogo com a vanguarda da ciência histórica do período na medida trabalham na reconstituição da dimensão quotidiana da vida dos agentes, levando em consideração a cultura material, hábitos, alimentação, indumentária; incluindo também a dimensão da produção agrícola e manufatureira, costumes e universo de crenças.[255]

Ainda segundo o historiador, de forma geral, a ideia base de *Raízes do Brasil*, na qual a formação nacional resulta na adaptação de formas europeias no território americano seria testada e aprimorada no estudo específico dos bandeirantes e monçoeiros. De acordo com a

---

[251] Ibid. p. 19.

[252] Ibid. p. 19.

[253] COSTA, Marcos Antonio Silva. *Biografia Histórica:* A trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos de 1930 e 1980. 2007. 225 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007.p. 20.

[254] NICODEMO, Thiago Lima. Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista História da Historiografia*,Ouro preto, n. 14, p. 44-61, abril, 2014. p. 51.

[255] Ibid. p. 52.

sua premissa, a história dirigida por esses personagens permite observar como o ímpeto aventureiro típico do colonizador vai se firmando em formas sociais características. A população inicialmente originada dos colonizadores incorporada com a população nativa adaptou-se aos seus modos de vida em seus mais diferentes aspectos, como hábitos alimentares, aproveitamento dos caminhos e trilhas, além de técnicas de navegação fluvial. [256] Na tese de Sérgio Buarque, a sociedade que resultou dessas interações no Planalto Paulista, foi efeito do descuido dos propósitos da Metrópole, que visavam ao enriquecimento rápido através de gêneros alimentícios no mercado europeu.

Em 1946 – um ano após a publicação de Monções – o historiador paulista retorna em definitivo para São Paulo depois da nomeação como diretor do Museu Paulista. De acordo com Danilo Ferreti, Afonso de Taunay aos 70 anos de idade, aposentou-se e Sérgio Buarque recebe o cargo aos 44 anos de idade. Na análise do historiador, a transição era dotada de uma forte representação simbólica:

> Trata-se de um ato que pode ser tomado como dotado de um forte caráter simbólico, uma verdadeira transmissão de posto no universo historiográfico paulista, com repercussões no brasileiro. Ainda que não tenha deixado de trabalhar e publicar, Taunay passava a Sérgio Buarque a direção de uma das mais prestigiadas instituições guardiãs da memória regional.[257]

Como afirma Thiago Nicodemo, ainda no Rio de Janeiro, Sérgio Buarque vinha obtendo papel importante na resistência do Estado Novo, principalmente na fase final em meados da década de 1940. O historiador contribuiu para a organização do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, promovido pela Associação Brasileira de Escritores. Idealizado por Mario de Andrade que morreria quinze dias após o evento, o congresso tinha como objetivo, além do manifesto político publicado contra o regime ditatorial, reivindicar condições mínimas para a especialização e autonomização do campo intelectual, como a normatização da legislação sobre direitos autorais.[258]

---

[256] Ibid. p. 52.

[257] FERRETTI, Danilo. Lições do Passado Bandeirante no "Curso de Bandeirologia": Taunay e Sérgio Buarque de Holanda (1946). In: SEMINARIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 3., 2009, Ouro preto. *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?*. Ouro Preto: Edufop, 2009. p. 1.

[258] NICODEMO, Thiago Lima. Sérgio Buarque de Holanda e a Dinâmica das Instituições Culturais no Brasil 1930–1960. In: MARRAS, Stelio. (Org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda.* São Paulo: EDUSP, 2012. p. 115.

Criada em 1942, a Associação Brasileira de Escritores- ABDE - representou a primeira iniciativa formal de alguns intelectuais de usar frutos positivos do associativismo corporativista dos anos 30 contra os excessos do autoritarismo político do Estado Novo. Sérgio Buarque foi um dos fundadores da Associação junto a Octávio Tarquínio de Souza – primeiro presidente da associação-, Oswald de Andrade, Mario de Andrade, Sérgio Millet, entre outros. Segundo Márcia de Almeida Gonçalves:

> O nome escolhido para a agremiação profissional imputava ao termo "escritores" uma indicação da fisionomia da época; incluía todos os que procuravam viver da palavra escrita, em suas variadas materializações: o romance, o ensaio sociológico, a crítica literária, a biografia, a poesia e a história.[259]

O I Congresso de Escritores esteve entre uma das iniciativas da Associação, que segundo Márcia de Almeida Gonçalves:

> Diríamos que o Congresso permitiu publicizar divergências e polaridades que, havia muito, interferiam nas tomadas de posição desses intelectuais preocupados com seus espaços de profissionalização e com a configuração de uma ordem política pautada na existência de princípios produtores da liberdade de expressão e criação, frente às ingerências da censura e dos cerceamentos estatais.[260]

Quando nomeado diretor do Museu Paulista, Sérgio Buarque já havia conquistado o renome mais que necessário para torna-se um substituto à altura de Taunay, tanto em sua participação política quanto pelo seu arcabouço intelectual que já lhe rendia generosos frutos após *Raízes do Brasil.*

A indicação para a direção da instituição veio através de Paulo Duarte[261] que recomendou diretamente a José Carlos de Macedo Soares - atual interventor federal no Estado de São Paulo - e seu velho conhecido desde a Revolução de 1924[262]. De acordo com Diogo Roiz, em meio aos tramites para assumir a diretoria do Museu, Sérgio Buarque recebeu o

---

[259] GONÇALVES, Márcia de Almeida. In:_____.*Em Terreno Movediço. Biografia e História na Obra de Octavio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 219.

[260] GONÇALVES, Márcia de Almeida. In:_____.*Em Terreno Movediço. Biografia e História na Obra de Octavio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p.220.

[261] Paulo Duarte (1899-1984) foi um dos principais articuladores da política cultural em São Paulo na década de 1920. Teve papel fundamental na realização da Universidade de São Paulo e na Escola Livre de Sociologia e Política, antes de ser exilado com o golpe de 1937.Com a queda do Estado Novo, regressou ao Brasil em outubro de 1945 e reassumiu suas funções como redator-chefe de O Estado de S. Paulo e professor na Faculdade de Filosofia da USP. (NICODEMO. Op.cit. p. 114).

[262] Ibid. p. 115.

convite de Honório de Sylos – organizador do evento junto com Macedo Soares - para realizar uma das conferências do Curso de Bandeirologia.[263]

> Tenho o prazer de reiterar os termos do ofício abaixo, que lhe enviamos recentemente: Deseja este Departamento promover a realização, a partir do próximo dia 22 de Abril, de um ciclo de doze conferências quinzenais, que constituirão um curso amplo de "Bandeirologia", sob o alto patrocínio do Exmo. Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Interventor Federal no Estado, o qual deverá pronunciar o discurso de solene instalação do curso. Como o ilustre patrício verá pela anexa relação de conferências – constituída de grandes expressões do pensamento brasileiro – caberá ao eminente escritor dissertar sobre "As monções", razão por que vimos consulta-lo sobre a possibilidade de nos honrar com sua aquiescência ao presente convite.
> O D. E. I. pretende remunerar o trabalho de cada conferêncista na base de Cr$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), reservando-se, porém, a faculdade de, oportunamente, editar os trabalhos em volume a ser prefaciado pelo Senhor Embaixador Macedo Soares.
> Muito me penhoraria, assim, uma resposta em que Vossa Senhoria tivesse a bondade de informar, para nossa orientação, qual a data que julga mais conveniente para sua conferência.
> Renovo-lhe os meus cordiais cumprimentos.[264]

Sérgio Buarque de Holanda teve em sua trajetória intelectual um discurso aberto a novos questionamentos, se comparado as diretrizes seguidas por Afonso de Taunay e Alfredo Ellis Júnior. Mesmo obtendo a mesma admiração do colega perrepista pelo ex-professor de História do Colégio São Bento, do qual também foi aluno, e tendo o mesmo certa influência em seus primeiros passos como intelectual – o autor publicou o seu primeiro artigo no Correio Paulistano aos 18 anos de idade por interferência de Taunay – o viés seguido por Sérgio Buarque para repensar a história de São Paulo se distanciaria das ideias defendidas pelos dois historiadores.

Vinculado inicialmente ao Movimento Modernista da década de 1920, a proximidade pelo partido comunista no mesmo período, o contato com as teorias sociológicas européias na década de 1930 e as norte-americanas em 1941, possibilitaram pensar o Brasil de uma forma mais aberta, que em diálogo criativo com os debates sobre reinvenções para a história do Brasil, pondo em xeque a mitificação de heróis nacionais e a exaltação das elites brasileiras para evidenciar a importância do Brasil. Como argumenta Diogo Roiz:

---

[263] ROIZ, Diogo da Silva. *A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual":* projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). 2013. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. p.144.

[264] Ofício de Honório de Sylos a Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, 6 de março de 1946, 3p. Siarq-Unicamp, Vp 38 P1, p. 1 apud ROIZ. Op.cit. p. 145.

> Assim, enquanto Ellis Jr. procurou demonstrar os laços que uniam os paulistas daquele presente histórico, aos seus antepassados bandeirantes, Sérgio Buarque, parece que, ao contrário, preocupar-se-ia muito mais em indicar as mudanças nas rotinas de trabalho: no tipo de empreendimento efetuado pelas bandeiras e pelos bandeirantes do século XVII, pelas monções no XVIII, ou pelos tropeiros e fazendeiros de café no XIX.[265]

De acordo com Robert Wegner, a elevação à categoria de herói, normalmente vinculada às características bandeirantes era contestada por Sérgio Buarque de Holanda. Sua intenção incluía reavaliar a imagem elevada do bandeirante, predominante entre os intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Ainda segundo o historiador, o fato de um discurso em dissonância com os principais argumentos sobre a historiografia do bandeirismo na época estar inserido em meio às conferências realizadas no Curso de Bandeirologia, se justifica pelo fato de que, muitas vezes, ideias em conflito convivem lado a lado e que as pesquisas e interpretações de Sérgio Buarque nem sempre deviam ser aceitas ou compreendidas de imediato.[266]

## 2.4 Virgilio Corrêa Filho: o Mato-grossense defensor da Bandeiras

Membro de família tradicional mato-grossense, nascido em 1887, passou a infância em Cuiabá e aos 15 anos de idade - assim como era costume entre as famílias abastadas dessa época - foi mandado ao Rio de Janeiro para completar seus estudos[267]. Segundo relatos do próprio historiador, até completar o curso de Engenharia na Escola Politécnica Federal, nos momentos de folga, era assíduo frequentador da Biblioteca Nacional, no qual obteve os primeiros contatos com as obras de Silvio Romero, Taunay e José de Alencar.

> Passada uma hora, não mais, recolhia-me à Biblioteca Nacional onde se acha a Escola de Música. Destinava também uma hora para as leituras literárias, a principiar de Alencar e Macedo. Sucessivamente, li Silvio Romero e História da Literatura Brasileira, Taunay e os autores portugueses mais afamados, também os

---

[265] ROIZ, Diogo da Silva. *Os projetos de escrita da história de Alfredo Ellis Júnior e Sérgio Buarque de Holanda:* uma guerra de idéias no mundo dos letrados de São Paulo nos anos 1930 e 1940. *Revista de Teoria da História*, Mato Grosso do Sul, UFGD, Ano. 5, n.10, p. 10-46, dez., 2013. p. 18.

[266] WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste.* A Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: UFMG, 2000.p. 14

[267] FRANCO, Gilmara Yoshihara. A *construção da identidade Mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho – 1920-1940*. 2007. 134 f. Dissertação (mestrado em História, Região e Identidades) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007. p. 48.

> românticos, A. Herculano, Garret, como os da fase naturalista, Eça Queiroz, alternando Camilo.[268]

Em 1915, já formado em engenharia, Virgílio regressou a Mato Grosso a convite do então presidente do estado Gal Caetano de Albuquerque para assumir a Repartição de Terras em Cuiabá. Devido aos conflitos políticos entre elites locais, Virgilio desistiu de assumir o cargo para qual foi nomeado. Após o ocorrido, o mato-grossense decidiu trabalhar na fazenda do pai em Baía das Pompas, até o início de 1919, quando foi nomeado professor do Liceu Cuiabano e, logo depois, da Escola Normal.[269] No mesmo ano, em encontro com D. Aquino Corrêa[270] - naquele momento o governador do estado – o convidou novamente para assumir a Repartição de Terras.

Segundo Gilmara Yoshihara Franco, o encontro mudaria não só os planos – já que estava decidido a voltar para o Rio de Janeiro devido à baixa remuneração como professor - mas também revelou sua aptidão para o mundo das letras.[271] Enquanto trabalhava na Repartição de Terras, D. Aquino deu-lhe a tarefa de escrever uma memória sobre Mato Grosso como parte das comemorações do Centenário de Independência. Com a elaboração da obra *Mato-Grosso*, publicada em 1922, Corrêa Filho fez sua estréia no meio historiográfico. O trabalho lhe renderia espaço nas cadeiras do recém criado Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso (1919) cuja fundação, assim como de outros institutos históricos brasileiros,

---

[268] CORRÊA, Samuel A. A. (org). Recordações Inéditas de Virgilio Corrêa Filho em seu Centenário, Rio de Janeiro: s/ed, 1987. p. 41.

[269] FRANCO, op.cit. p. 49.

[270] D. Aquino nasceu em Cuiabá-MT, no dia 2 de abril de 1885. Em 1904, seguiu para Roma, matriculando-se na Academia de Santo Tomás de Aquino e na Universidade Gregoriana, doutorando-se nas duas instituições. Retornou ao Brasil em 1909, chegando a Cuiabá em 1910. No campo da política, assumiu a Presidência do Estado de Mato Grosso, em 1917, com apenas 32 anos, quando o momento político exigia um governante ponderado e com feições apartidárias, daí seu período governamental ter sido qualificado de conciliador. Durante seu governo criou o Brasão de Armas de Mato Grosso, inaugurou o serviço de iluminação elétrica da Capital, introduziu os primeiros automóveis em Cuiabá, comemorou o bicentenário de fundação da Capital; instalou o Instituto Histórico de Mato Grosso (08/04/1919), instituição que presidiu por trinta e sete anos. Foi elevado ao posto de Arcebispo de Cuiabá, pelo Papa Bento XV, aos 16 de abril de 1922, quando contava com 37 anos de idade. (ACADEMIA DE LETRAS DE MATO GROSSO. *Biografia de Francisco de Aquino Correa.* Disponível em: http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-4/71-d-francisco-de-aquino-correa.)

[271] FRANCO, Gilmara Yoshihara. A *construção da identidade Mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho – 1920-1940*. 2007. 134 f. Dissertação (mestrado em História, Região e Identidades) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007. p. 49.

como vimos no capítulo anterior, teve o intuito de eleger heróis e acontecimentos do passado, como forma de modelar a construção de um futuro de progresso.[272]

Em 1926, a vida pessoal de Corrêa Filho sofreu uma nova mudança. O intelectual partiu para o Rio de Janeiro novamente. A alteração dos rumos do escritor ocorre devido aos acontecimentos políticos sucedidos em Mato Grosso no mesmo ano. Segundo Gilmara Franco, após o governo apaziguador de D. Aquino em 1921, o clima de instabilidade, amenizado durante o governo do religioso, volta a existir na cena política local. O governo de Pedro Celestino Corrêa da Costa (1922 -1926), sogro de Virgílio Corrêa Filho, seria marcado por diversas disputas internas.

Ainda de acordo com a historiadora, Virgílio relata em suas memórias que, pela vontade de seu sogro, e então governador, ele próprio seria o nome indicado para o próximo mandato. No entanto, para atender as demais lideranças mato-grossenses, Pedro Celestino acabou cedendo às pressões, e em razão disso formou-se uma chapa consensual liderada por Mário Corrêa da Costa. Depois de eleito, o novo governador promoveu uma verdadeira devassa com relação à gestão anterior, da qual Virgílio ocupava cargo de destaque: Secretário Geral de Governo. Essa desavença tornou-se pública, por meio de um debate político pelos jornais, com réplicas e tréplicas entre os envolvidos. Em meio a toda esta conturbada situação, Corrêa Filho decidiu deixar Mato Grosso.[273] Gilmara Franco acrescenta que, 1926 tornou-se um divisor de águas na vida pessoal e profissional de Corrêa Filho. A data marca o fim do ciclo de uma produção historiográfica fértil e dá início a outro ciclo agora no Rio de Janeiro.[274]

Ainda de acordo com a historiadora, de volta à capital da República trabalhou na Companhia de Saneamento de Mogi das Cruzes, segundo ele, enfrentando sérias dificuldades financeiras, mas, tempos depois, graças à reputação e aos reconhecimentos conquistados pelos seus trabalhos como historiador, bem como pelas vinculações com personalidades políticas, Corrêa Filho passou, gradativamente, a integrar instituições oficiais de produção de saber, entre as quais o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB (1931) e o Conselho Nacional de Geografia – CNG (1939), passando, assim, a viver, do trabalho de escritor.

---

[272] Ibid. p. 16.

[273] FRANCO, Gilmara Yoshihara. A *construção da identidade Mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho – 1920-1940*. 2007. 134 f. Dissertação (mestrado em História, Região e Identidades) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.p. 111.

[274] Ibid. p. 110.

Corrêa Filho teria como característica em sua trajetória intelectual a participação nestas instituições oficiais de saber. Segundo a historiadora, a participação lhe permitiria trazer ao público em geral, a quantidade e a qualidade da história regional:[275]

> Conhecida a dimensão e a relevância de sua escrita, a leitura de sua obra sob a perspectiva historiográfica, possibilita verificar o que ficou incrustado nas entrelinhas. É possível, também, descortinar uma realidade que identifica Corrêa Filho como parte da intelectualidade brasileira que, no período da Primeira República e no Estado Novo, trabalhou em prol da construção de um sentimento de nacionalidade, e que, de inúmeras formas, contribuiu para a edificação de uma pertença regional e nacional, necessárias à conformação da história do Brasil, no período republicano.[276]

Este sentimento de nacionalidade, afirma a autora, no que diz respeito a escrita da história mato-grossense, teve início com os historiadores ligados ao IHGMT, na Primeira República, no qual a o tema sobre a história da formação da fronteira ganhou destaque assim com em outros institutos históricos pelo país. Para os escritores mato-grossenses o tema teria um duplo sentido: estava ligada à construção da nação e ao regionalismo. Desta forma, no momento em que a historiografia dedicou-se a recuperar o passado de Mato Grosso, nas três primeiras décadas do século XX, o tema da formação da fronteira adquiriu grande importância histórica e simbólica.[277]

No que se refere a Corrêa Filho, um dos intelectuais de destaque no instituto, a produção sobre o tema fronteira adquiriu um capítulo a parte dentro de sua obra. Seu discurso uniu dois níveis de construção identitária, a primeira vinculava a fronteira com um projeto identitário de nação, enquanto a segunda ligava a fronteira ao projeto de uma pertença regional.[278]Vinculado ao discurso da fronteira surge o bandeirante como instrumento primordial para expansão e conservação dos domínios brasileiros. Na história de Mato Grosso o personagem irá ganhar status de precursor do cidadão mato-grossense, que devido a sua valentia, moldou a sociedade local. Segundo Gilmara Franco, para Correa Filho, os

---

[275] Ibid. p. 50.

[276] Ibid. p. 50.

[277] FRANCO, Gilmara Yoshihara. A *construção da identidade Mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho – 1920-1940*. 2007. 134 f. Dissertação (mestrado em História, Região e Identidades) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007. p. 70.

[278] Ibid. p. 71.

bandeirantes caracterizavam-se como um povo audaz que ao desafiar os rudes sertões iniciaram a colonização de Mato Grosso:

> Assim, sob a aura de "heróis camonianos", Corrêa Filho qualifica os bandeirantes com toda uma carga simbólica, identificando-os como *desbravadores, homens audazes, capazes de desafiar os perigos impostos pelo sertão bravio*, enfim, homens que tiveram a competência de enfrentar todas as dificuldades de seu tempo para "cumprir uma missão": distender os limites do território nacional.[279]

A historiadora ainda afirma que a carga simbólica da imagem do bandeirante nas representações sobre o início da colonização de Cuiabá e Mato Grosso foi também utilizada nos monumentos, símbolos e festividades cívicas do estado como nas comemorações do bicentenário de Cuiabá em 1919[280]. De acordo com Lylia da Silva Guedes Galleti, vistas em conjunto, essas manifestações representam os investimentos, de forma consciente, de refazer laços de solidariedade e de coesão social, fornecendo pontos de apoio simbólicos em torno dos quais se elaboram os elementos de uma identidade comum a todos os mato-grossenses.[281]

Lylia Garreti considera *Mato Grosso* a primeira obra de peso sobre a história da região, no qual Corrêa Filho apela ao orgulho dos mato-grossenses por descender da linhagem bandeirante, símbolo que marcaria todas as manifestações do período. O apelo ao orgulho e as tradições, os redimiria da imagem de povo incivilizado que permeava o pensamento de outras regiões do país sobre os confins de Mato Grosso até o século XIX, segundo Corrêa Filho:

> Muito nos importa conhecer o que fizeram nossos avós na luta sustentada em dois séculos com os mais díspares elementos. De tal linhagem não há motivo de nos envergonharmos de proceder. Antes nos sobejam razões para nos ufanarmos de descender dos sertanistas, que integraram a base física da nacionalidade brasileira, e dos continuadores, que lhes herdaram a impavidez sem par a que devemos o devassamento de nossos sertões.[282]

---

[279] Ibid. p. 81.

[280] O evento do Bicentenário de Cuiabá, ocorrido em 1919, de acordo com a tese de Odemar Leotti, foi constituído como tentativa de superação da crise política local pela qual passava os setores políticos partidários e sua disputa pelo mando do Estado, na recém fundada república. "O bicentenário pode ser entendido como o ponto de chegada de toda movimentação no sentido de implantação e consolidação da nação republicana em Mato Grosso, em sua tentativa de inserção no projeto de reerguimento da nação pela via da modernização do interior." É nesse contexto de comemorações em que é fundado no mesmo ano o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. (LEOTTI, Odemar. *Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT:* relações de poder, escrita, política, cientificidade e a invenção do mato-grossense moderno (1895 a 1934). 2013. 263 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Lessa, São Paulo, 2013.)

[281] GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Mato Grosso:* O estigma da barbárie e a identidade regional. *Revista Textos de História*, Brasília. v. 3, n. 2, p. 48-81,1995. p.70.

[282] CORRÊA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso.* Rio de Janeiro: Brasílica, 1939. p.5 apud GALETTI, op.cit. p.71.

Como dito no capítulo anterior, a utilização do símbolo bandeirante nas primeiras décadas do século XX tornou-se o elemento principal das produções historiográficas em São Paulo, principalmente as que se referiam ao IHGSP. Segundo Lylia Garreti, desta forma, os intelectuais mato-grossenses contaram neste período com a colaboração dos intelectuais paulistas que dedicavam-se à memória e história do bandeirantismo.

> Ser herdeiro do sangue e das tradições bandeirantes não apenas redimia a imagem negativa do mato-grossense, conectando-o com um passado épico da história da nação, como também assegurava a Mato Grosso, no futuro, a mesma grandeza de São Paulo, cujo progresso e civilização eram atribuídos às qualidades raciais de seu povo, descendente direto dos bandeirantes.[283]

De acordo com Gilmara Franco, a escrita de Corrêa Filho colaborou para o reforço do aspecto de grandiosidade da ação bandeirante. Ao atribuir as Entradas e Bandeiras o viés de empreitada épica ou missão histórica, o autor modifica a imagem do bandeirante, de um simples preador de índios para um civilizador do sertão.[284]A personificação do bandeirante acabou, segundo a historiadora, servindo de respaldo para as ações dos chamados defensores fronteiriços, as quais teriam a missão de garantir os territórios recém-conquistados aos luso-brasileiros. "Os defensores fronteiriços aparecem explicitamente, como sucessores dos bandeirantes e assim acabam corroborando realmente o sentido de missão à atuação dos bandeirantes." [285]

Após a publicação de *Mato Grosso* em 1922, Corrêa Filho percorreria em definitivo o caminho da história, dedicando-se a produção de outros estudos sobre a história de Mato Grosso. No prefácio de *Monografias Cuiabanas*, publicada em 1925, Lylia argumenta que o escritor sintetiza a ideia presente naquela época de que as elites abastadas ocupavam lugar de destaque como representações de identidade nacional, herdeira do sangue bandeirante, que começou a se formar nos primeiros anos de colonização de Mato Grosso.

---

[283] GALETTI, op.cit. p.72.

[284] FRANCO, Gilmara Yoshihara. A *construção da identidade Mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho – 1920-1940*. 2007. 134 f. Dissertação (mestrado em História, Região e Identidades) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.p. 82.

[285] Ibid. p. 82.

> Outrora, desenvolveu-se-lhe a evolução em ambiente diverso segregado do resto do Brasil, como sucederia a uma colônia remota. Povoaram-no, de começo, os bandeirantes em maioria paulistas; mas em breve, do conúbio daqueles tipos díspares, de vária procedência, que a ambição do ouro ajuntava, gerou-se a nova estirpe dos 'cuiabanos', que invadiu a história. Foram eles os obreiros máximos do desenvolvimento da capitania que por toda parte recebia o influxo do seu esforço. Avantajou-se-lhes de tal forma o prestígio, que sombre ou qualquer referência aos demais conterrâneos, assimilados à sua grei.[286]

Outras obras do autor sobre a mesma temática foram: *As Raias de Mato Grosso* (1925/26), *Augusto Leverger*: *o bretão cuiabanizado* (1941), *Luis de Albuquerque*: *o fronteiro insigne* (1941) e *Pedro Celestino*:*"o guia dos mato-grossenses"* (1945). Gilmara Franco considera que estes trabalhos deram forma a uma identidade regional ancorada numa valorização histórica de Cuiabá, onde a construção da "cuiabanidade" matogrossense denota um desses traços identitários. Nas palavras de Corrêa Filho:

> A feiúra da memória sobre Mato Grosso estimulou-me a empreender, gratuitamente, outros ensaios diferentes às coisas do Estado, valendo-me das pesquisas que realizava para facilitar o desempenho do cargo.
> A temporada que passei em Cuiabá evidenciou-se fecunda por vários aspectos. Além dos filhos, quatro, que lá me floriram o lar, a produção literária avultou sobremaneira com as "Raias de Mato Grosso" – 4 volumes -; " Notas à Margem" – "Monografias cuiabanas" (ao todo seis), bem como obras avulsas e apontamentos que se desdobrariam, de futuro em novos escritos. [287]

A partida do escritor para o Rio de Janeiro o colocou em contato com a elite do pensamento histórico brasileiro da época. Entretanto, o autor não perderia o estilo da escrita que marcara seus trabalhos anteriores. Ainda de acordo com a historiadora, Corrêa Filho passou a desenvolver trabalhos com o objetivo de servir aos propósitos do programa cultural promovido por Getúlio Vargas, porém mesmo de longe continuou trabalhando no sentido de integrar a história de Mato Grosso à história nacional, seguindo o modelo de escrita em voga naquele momento.[288]

Durante o período do governo Vargas (1930-1945) ocorreram uma série de ações que visavam fortalecer e redimensionar o nacionalismo brasileiro. Os principais órgãos

---

[286] CORRÊA FILHO, Virgílio. *Monografias cuiabanas* — questões de ensino. São Paulo: Cia. Gráfica Monteiro Lobato, 1925. p. 6 apud GARRETI, op.cit. p. 74.

[287] CORRÊA, Samuel A.A. (org). *Recordações Inéditas de Virgilio Corrêa Filho em seu Centenário*, Rio de janeiro: s/ed, 1987. p.79.

[288] FRANCO, Gilmara Yoshihara. A *construção da identidade Mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho – 1920-1940*. 2007. 134 f. Dissertação (mestrado em História, Região e Identidades) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007. p. 113.

responsáveis por tais ações foram o Ministério da Educação e Saúde e o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. Entre as medidas incentivadas por Gustavo Capanema – nomeado Ministro da Educação e da Saúde em julho de 1934 – estavam o uso das biografias como referencial para o estudo dos grandes personagens da história[289]. O estímulo ao uso desse tipo de literatura tinha como objetivo formar valores morais e cívicos valendo-se de exemplos do passado. [290]

De acordo com Gilmara Franco, em meio a esse rol de produções, estão as biografias escritas por Virgilio Corrêa Filho, nas quais o autor buscou exaltar seus heróis. Ainda segundo a autora, em meio as suas obras biográficas destacam-se três com um significado especial, já que representam uma imagem desejada de passado. Os textos correspondem ao relato das vidas de Augusto Leverger[291], Luís de Albuquerque[292] e Pedro Celestino[293] que

---

[289] As décadas de 1930 e 1940 foram cenário de uma epidemia biográfica e uma renovação da biografia. Os intelectuais empenhados em revigorar a literatura e a história nacional, dispostos a circunscrever o campo dos estudos brasileiros, compreenderam a revisão da biografia como mais um aspecto necessário entre as estratégias de atualizar análises sobre a realidade nacional. Alguns intelectuais brasileiros acreditavam que vultos eminentes da história e da produção literária poderiam ter suas vidas apresentadas a partir de uma perspectiva humanizadora tornando-se uma pedagogia de vida a instruir leitores sobre os saberes da nação brasileira. (GONÇALVES, Márcia. A. Retratos Poliédricos do Brasil. In: _____. *Em Terreno Movediço*. Biografia e História na Obra de OctavioTarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 26.)

[290] FRANCO, Gilmara Yoshihara. A *construção da identidade Mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho – 1920-1940*. 2007. 134 f. Dissertação (mestrado em História, Região e Identidades) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007. p. 114.

[291] Augusto João Manoel Leverger nasceu em1802 na cidade de Saint Malo, na França, e faleceu em Cuiabá/ Matogrosso em 1880. Mas conhecido como Barão de Melgaço, como militar, participou das guerras do Prata, foi o organizador do Arsenal de Marinha de Mato Grosso e chefiou, na cidade de Melgaço, a resistência brasileira à invasão paraguaia, quando da guerra contra aquele país. Na biografia de Corrêa filho o autor afirma que, sobretudo, como hidrógrafo que se destacou, deixando numerosas memórias, plantas, diários e roteiros de navegação, que não apenas lhe abriram as portas do IHGB, como sócio, em 19 de outubro de 1848, como serviram de base ao levantamento do mapa hidrográfico daquela província. (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Biografia de Augusto João Manoel Leverger*. Disponível em: https://ihgb.org.br.)

[292] Luís Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1739-1797) foi nomeado governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, por Carta Patente de 3 de julho de 1771. Nos 16 anos que administrou Mato Grosso, fez um imenso trabalho visando ao seu desenvolvimento e à consolidação das fronteiras. Organizou o censo da população; instituiu o Tribunal de Justiça; estudou a ligação hidrográfica entre as bacias do Prata e Amazônica. (BIOGRAFIA de Luís Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1739-1797). Disponível em: http://portalmatogrosso.com.br m.br)

[293] Pedro Celestino Correia da Costa nasceu no município de Chapada dos Guimarães (MT) em 1860. Ao longo de sua extensa carreira política exerceu diferentes cargos. Inicialmente foi presidente da Câmara Municipal de Cuiabá e duas vezes deputado estadual. Foi eleito senador em 1918, mas renunciou para assumir pela segunda vez o governo de Mato Grosso no dia 22 de janeiro de 1922, sucedendo a dom Francisco de Aquino Correia. Em 1927 foi pela segunda vez eleito para o Senado Federal. Em 1930 apoiou em Mato Grosso a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República e, com a vitória da Revolução de outubro, teve seu mandato interrompido. Era sogro de Corrêa Filho. (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE

constituem segundo o autor a tríade mato-grossense representando os períodos colonial, imperial e a fase republicana da história regional.

No final da década de 1930, Corrêa Filho relatou que ao assistir a inauguração dos serviços de Coordenação Geográfica, posteriormente transformada em Conselho Nacional de Geografia, foi convidado pelo então diretor, Engenheiro Leite de Castro para cuidar do Dicionário Geográfico produzido pela instituição. Em suas memórias narra com orgulho que sua escolha foi feita pessoalmente pelo embaixador Macedo Soares.“Contou-me que apresentada ao Embaixador Macedo Soares uma lista de três nomes para a escolha de quem deveria nomear para o novo grupo, prontamente apontou o meu que lhe merecia as preferências.” [294]

O escritor justificou a aproximação com Macedo Soares como resultado de sua participação na política de Mato Grosso, sempre mesmo que a distância, prestando serviço aos interesses políticos da sua região. Em novembro de 1939, Corrêa Filho além da função de Assistente Técnico do C.N.G, tomou posse da chefia da Seção de Documentação da mesma instituição revelando a boa impressão que causou em Macedo Soares.

> Indiretamente, os trabalhos gratuitos que executei em prol de Mato Grosso, inclusive o último, quando servi de Assessor ao Interventor Pires, depois de prestar serviço análogo a Leônidas de Matos e Maciel, credenciaram-me para missão oficial, que me garantiu estabilidade na vida, em rumo diferente, à sombra do C.N.G., que me aproximou do Embaixador Macedo Soares.[295]

Em janeiro de 1940, ao assumir a presidência do IHGB, Macedo Soares concedeu o cargo de 2° secretário da instituição ao mato-grossense. Três anos mais tarde, após a morte do escritor e jornalista Max Fleiuss[296], Corrêa Filho foi nomeado pelo Embaixador, primeiro secretário do Instituto Histórico. Esses fatos demonstram que apesar de não fazer parte de uma elite política oriunda dos grandes centros, havia um interesse por parte do escritor, em consolidar seu nome em meio às instituições nacionais, tanto em demonstrar através dos seus

---

HISTÓRIA COMTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). *Biografia de Pedro Celestino Correia da Costa*. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br.)

[294] CORRÊA, Samuel A.A. (org). *Recordações Inéditas de Virgilio Corrêa Filho em seu Centenário*, Rio de Janeiro: s/ed, 1987.p. 96.

[295] CORRÊA, Samuel A.A. (org). *Recordações Inéditas de Virgilio Corrêa Filho em seu Centenário*, Rio de Janeiro: s/ed, 1987. p. 96.

[296] Virgílio Corrêa Filho viria a publicar uma biografia sobre o escritor em 1944 pelo IHGB.

trabalhos a devida importância das regiões centro-oeste do país na construção da nação, quanto de fazer parte de um espaço de influência não só intelectual, mas também político, defendendo os interesses de seu estado natal.

## 2.5 **Joaquim Ribeiro: o carioca de múltiplas funções**

Nascido em 1907, Joaquim Ribeiro trazia no nome a herança da literatura brasileira. Filho de João Ribeiro, um dos historiadores mais importantes da segunda metade do século XIX, o intelectual dedicou-se desde jovem a percorrer a mesma trajetória vivida pelo pai. Estudou no Colégio Pedro II – no qual o pai foi catedrático da cadeira de História do Brasil e trabalhou ao lado de nomes como Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha, formou-se assim como João Ribeiro na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Teria chegado a exercer função de promotor no estado do Paraná, porém dedicou grande parte da sua vida a lecionar no Colégio Pedro II e outros educandários.[297] Joaquim Ribeiro tornou-se um grande defensor das tradições do colégio, pois afirmava que a instituição contribuíra para a preservação da memória de seu pai, e, por conseguinte, a de sua família.[298]

De acordo com Nayara Galeno do Vale, assim como a trajetória intelectual do pai, Joaquim Ribeiro, atuou como historiador, filólogo e folclorista. Após a morte de João Ribeiro dedicou-se à preservação de sua memória, buscando apoio para reeditar publicações esgotadas e para publicar estudos inéditos.

> A partir do relato memorialístico de seu pai, da reedição de suas obras e da publicação de obras póstumas, Joaquim Ribeiro requeria para si uma "herança" simbólica e um capital simbólico que poderia ser usado ulteriormente, como no caso do concurso[299] para o Colégio Pedro II.[300]

---

[297] Informação retirada da nota de falecimento do autor publica em 1964 no jornal Correio da Manhã. Joaquim faleceu aos 57 anos vítima de um infarto.

[298] VALE, Nayara Galeno. O "reitor catedrático" ou o "catedrático reitor": Pedro Calmon e o Colégio Pedro II. In: SEMINÁRIO FLIMUNENSE DE PÓS-GRADUANDOS EM HISTÓRIA, 4., São Gonçalo, 2006. *Anais IV Seminário Fluminense de Pós-Graduandos em História- 2016 - UERJ/ UFFP*. Rio de Janeiro: ANPUH, 2016. p.1906. Ver dissertação de mestrado: VALE, Nayara Galeno do Delgado de Carvalho e o ensino de História: livros didáticos em tempos de reformas educacionais (1931-1946). 2011 200 f. Dissertação (mestrado em História Social). IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de janeiro, 2011.

[299] O concurso, no qual autora se refere trata-se da vaga para cadeira cátedra do Colégio Pedro II na década de 1950. Os principais concorrentes de Joaquim Ribeiro neste concurso foram Pedro Calmon e Mecenas Dourado.

[300] VALE, op.cit.1906.

Como visto no primeiro capítulo, em 1946 Joaquim Ribeiro publicou o livro intitulado *Folklore dos Bandeirantes* pela coleção *Documentos Brasileiros* da Editora José Olympio. Suas intenções ao publicar este livro seguiram duas motivações: trazer ao bandeirismo uma contribuição bibliográfica, que de acordo com Joaquim Ribeiro, faltava às pesquisas que surgiam na época referente ao tema, e dar ao folclorismo – temática pelo qual o autor tinha grande apreço - um estudo indispensável à compreensão de nossas tradições populares.

A falta de referências bibliográficas sobre o estudo da cultura popular bandeirante foi um dos fatores que impulsionaram Joaquim Ribeiro a escrever sobre o Folclore Bandeirante. Segundo ele, a brecha deixada por Silvio Romero desde 1888 com a publicação de *Estudos sobre a Poesia Popular*, ainda estava em aberto e fazia-se necessário completá-la. No prefácio de seu livro, o autor carioca justificou a escolha de seu tema pela ausência de um estudo especializado relativo à cultura popular do período das bandeiras paulistas em meio à vasta bibliografia que emergia na época sobre a temática bandeirante:

> Foi, justamente, pelo amor que dedico às coisas do folklore nacional, que resolvi, com perdoável ousadia, preencher essa lacuna. Sei bem as dificuldades que tive de enfrentar, mas nem por isso desanimei no meu propósito.[301]

A obra de Silvio Romero, como o nome já apresenta, é um estudo sobre diferentes aspectos da história da cultura popular brasileira: poesia, cantos, costumes, cantigas e antigas histórias. Como mencionado anteriormente, o escritor sergipano assim como João Ribeiro e Machado de Assis fizeram parte ativamente da geração de 1870, considerada momento de efervescência de discursos sobre a modernidade. Apesar da pequena crítica à superficialidade de Silvio Romero ao tratar do folclore bandeirante, fica evidente na obra de Joaquim Ribeiro sua influência, ao tratar a cultura popular, de características provenientes da geração de 1870.

Devemos levar em consideração, que a obra foi escrita quase cinquenta anos após a publicação de Romero e que provavelmente outras tentativas na direção desses estudos foram feitas, porém certamente, Joaquim Ribeiro não as considerava ainda a altura da importância do tema. O escritor carioca citou algumas tentativas de pesquisas produzidas referentes ao folclore bandeirante, porém sempre com um tom de crítica, como se esses trabalhos permanecessem inacabados:

---

[301] RIBEIRO, Joaquim. *Folklore dos Bandeirantes*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1946. p. 13.

> Nada mais registra Silvio de Almeida[302] que possa interessar ao folklorista. E é desoladora a sua conclusão: "o nosso Folklore é escasso com relação aos bandeirantes".
> Posteriormente, Gustavo Barroso, no livro "Ao som da viola", admite, ao estudar os ciclos temáticos, um "ciclo dos bandeirantes".
> [...]
> Acho que devem ser evitadas essas generalizações desarrazoadas. Nunca houve bandeirantes no norte e é deturpar a verdade histórica querer fundi-los com penetradores nortistas.[303]

É válido ressaltar que a obra de Joaquim Ribeiro não se restringiu apenas a pesquisa sobre a existência da poesia e os cantos populares dos homens das bandeiras. *Folklore dos Bandeirantes* foi dividida em três grandes tópicos cada um com vários capítulos[304]sobre diferentes aspectos da história e da cultura do bandeirismo. Contudo, o que vem de encontro à hipótese de Silvio Romero refere-se ao décimo terceiro capítulo da obra.

Em *Cantos Populares* o folclorista carioca apresenta suas hipóteses sobre a lacuna deixada por Silvio Romero sobre a Poesia Popular Bandeirante:

> Silvio Romero, todavia, com aquela admirável visão com que sabia distinguir os veios preciosos da alma popular, levantou a hipótese da existência de um "ciclo dos bandeirantes". Lá nos seus "Estudos sobre a poesia popular", no capítulo IX trata de um "ciclo provável dos bandeirantes".
> Esta hipótese de Silvio Romero foi, na verdade, a primeira tentativa feita para o estudo do folklore das bandeiras. Embora parcial, pois só se refere à poesia, tem, contudo, o mérito indiscutível de ser o primeiro estudo sobre o assunto.[305]

O Capítulo IX citado por Joaquim Ribeiro intitula-se *As modinhas e lundus. Literatura de cordel, o Peregrino da América, o ciclo provável dos Bandeirantes.* Silvio Romero neste capítulo argumenta que as modinhas brasileiras, que na época dizia-se serem de origem portuguesa, seriam a forma bárdica de nossa poesia popular. Canções de autores conhecidos que inseridas no lirismo tradicional do povo espalharam-se, tornando-se quase anônimas.[306] O escritor, no entanto, salientava que as modinhas por mais que parecessem interessantes não deveriam ser confundidas com a genuína poesia popular.

---

[302] A crítica refere-se à apresentação do filólogo e folclorista Silvio de Almeida ao Primeiro Congresso de História Nacional onde apresentou sua tese intitulada "Cancioneiro dos bandeirantes".

[303] RIBEIRO, op.cit. p.121.

[304] O primeiro tópico, A *vida Espiritual do Bandeirante* possui catorze capítulos. O segundo intitulado *A Vida material do Bandeirante* apresenta quatro capítulos, assim como o ultimo tópico denominado de *Dialetologia Bandeirante*.

[305] RIBEIRO, Joaquim. *Folklore dos Bandeirantes*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1946. p. 120.

[306] ROMERO, Silvio. *Estudos sobre a Poesia Popular.* Rio de Janeiro: José Mindlin. 1988. p.339.

Além disso, o autor fez uma crítica ao fato dos romances musicais franceses vêem tomando o espaço das modinhas na cultura brasileira:

> E assim; a corrente estrangeira, especialmente a franceza, vae suffocando pouco a pouco o que nos resta de feição própria; tornamo-nos uma caricatura achavascada e misera, com escândalo dos poucos que protestam e grande prazer dos francelhos de todos os generos.
> A poesia brazileira, si pretende ser alguma cousa de vivido e real, deve voltar a beber a fonte popular.
> A imitação do péssimo realismo Francez só póde produzir aleijões.[307]

Foi pela busca das tradições dispersas de nossa nacionalidade em contraponto as influências estrangeiras, que Silvio Romero dedicou este capítulo a resgatar as tradições populares perdidas em nossa história, entre elas a poesia popular bandeirante. Para Romero, assim como a Guerra dos Holandeses, a dos Mascates e dos Palmares, "as correrias dos bandeirantes", deve ter sido utilizada como fonte de inspirações de cantos tradicionais e anônimos. Entretanto, em sua pesquisa não foi possível obter a constatação desse fato. Como explica o autor:

> Fizemos, há mezes um apello aos paulistas e unica resposta que recebemos foram estas palavras de alguém d'alli;
> [...]
> Creio, porém, que nada conseguirá. Consultei um velho amador de antiguidades litterarias, o Dr. Paulo do Valle, e este declarou-me não lhe constar haver cousa alguma nesse sentido. Declarou-me também que nunca ouviu falar em semelhante cousa nesta província; e é convicção sua que os Bandeirantes jamais tiveram canções próprias, porque eram gente que mais tratava de descobrir ouro do que importa- se de poesia. Até esta data nada appareceu aqui na Provincia; por isso creio que seu appello foi infructífero.[308]

Silvio Romero acreditava apesar da falta de constatações, que houvera em São Paulo ou em regiões vizinhas uma corrente de poesia popular, que os feitos dos bandeirantes tenham sido cantados, pois sobre suas ações: "correu a descoberta e colonização do interior do Brazil, e que foram os espiritos mais autonomicos e emprehendedores dos nossos tempos coloniais." [309] "Nossa inducção recebeu, por enquanto, na pratica um desmentido. Conversamos, porém,

---

[307] Ibid. p. 341.

[308] ROMERO, Silvio. *Estudos sobre a Poesia Popular.* Rio de Janeiro: José Mindlin. 1988. p.352.

[309] Ibid. p. 352.

em pé o problema e mantemos nosso apello. Talvez futuros investigadores confirmem as nossas suspeitas.” [310]

Segundo Joaquim Ribeiro, apesar do apelo de Romero aos investigadores paulistas, todas as pesquisas nesse sentido foram improdutivas. Entretanto, apesar do resultado negativo, o escritor sergipano jamais teria renunciado a sua hipótese. Para o escritor carioca, na pesquisa do folclore bandeirante não se deve procurar “gestas heroicas”, como supunha Romero. O que estava provado até então, é que as modas foram divulgadas na zona das bandeiras. “Os bandeirantes cantavam a ‘moda’, que ainda sobrevive no folklore caipira.” [311] De acordo com Joaquim Ribeiro, ao analisar a moda tal como era apreciada ainda no início do século XX no interior do país, podia se aproximar daquilo que era cantado pelos paulistas no período das bandeiras.

De acordo com Diogo Ruiz, o convite feito a Joaquim Ribeiro para integrar o grupo de conferencistas do Curso de Bandeirologia foi realizado antes da publicação de *Folklore dos Bandeirantes.* A obra viria a ser publicada no final de 1946, enquanto sua participação no evento foi realizada no dia 4 de outubro do mesmo ano. Entretanto, seria ingênuo afirmar que a notícia sobre os estudos realizados por Joaquim Ribeiro para a supradita obra não tenham causado o interesse dos organizadores do curso. Como veremos no próximo capítulo, o conteúdo da conferência realizada pelo folclorista carioca foi fundamentado nos conceitos e nas hipóteses presentes em *Folklore dos Bandeirante*s.

## 2.6 Afonso Arinos de Melo Franco: o político e letrado mineiro

Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990) nasceu em Belo Horizonte, e de acordo com certa tradição de intelectuais das primeiras décadas de 1900, cresceu no seio de uma família aristocrática mineira, ligada diretamente ao poder regional e nacional, desde o período do Império. Entre os séculos XIX e XX, vários membros de sua família ganharam destaque em diferentes cargos políticos como senadores, deputados, diplomatas e escritores. Formado em Direito no Rio de Janeiro, o mineiro produziu uma obra vasta de ensaios, memórias,

[310] Ibid. p. 352.

[311] RIBEIRO, Joaquim. *Folklore dos Bandeirantes*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1946. p. 122.

críticas, discursos, conferências, obras de história, direito e economia.[312] No cenário político destacou-se como ministro das Relações Exteriores do Governo Jânio Quadros.

De acordo com a historiadora Alessandra Soares Santos, o grande desafio em compreender a trajetória intelectual de Afonso Arinos está no desconhecimento do pensamento histórico do político pela produção acadêmica e da sua compreensão do processo histórico brasileiro. Segundo ela, a bibliografia sobre sua historiografia não é só escassa, mas tendem a enfatizar a imagem do político em detrimento da sua escrita da história.[313]

Entretanto, antes de iniciar sua carreira política na década de 1940, o autor publicou uma série de ensaios históricos que o inseriram entre as referências intelectuais da década de 1930. Posteriormente, Afonso Arinos considerou estes trabalhos superficiais e arbitrários, pois neles havia flertado com o racismo e o nazismo, demonstrando desapreço pela cultura brasileira, o liberalismo, pela República e a democracia.

Na década de 1930, Afonso Arinos mostrava-se um crítico ferrenho da elite intelectual brasileira, pois segundo ele, não estariam preservando devidamente a "tradição brasileira". Segundo a historiadora, Afonso Arinos sentia-se chocado com os artistas do movimento modernista da década anterior, que ousaram romper com uma tradição acadêmica e elitista cultivada desde Império. Após dez anos do movimento, o autor teria constatado que sua desconfiança nos valores do passado foi sua consequência mais desastrosa.[314]

Em sua dissertação de mestrado[315], a historiadora divide a trajetória historiográfica de Afonso Arinos em três momentos. O primeiro refere-se à década de 1930, na qual o autor mostra uma face mais reacionária, onde busca preservar a base agrária da economia e as práticas sociais e políticas das elites imperiais. O Estado Novo veio a atender parcialmente o seu anseio por mudanças, pois teria afastado através da força, "os impulsos subversivos" que emanavam do povo. No segundo momento, o marco principal seria o ano de 1944, no qual

---

[312] REIS, José Carlos. *Afonso Arinos de Melo Franco e o medo da emergência do Monstro da lagoa brasileira*. Lócus Revista de História. Juiz de Fora, vol. 9, nº 2, 2003. p. 10.

[313] SANTOS, Alessandra Soares. Identidades Nacionais e Cultura Popular na Historiografia de Afonso Arinos. *Saeculum- Revista de História*, João Pessoa, n.29, p.463-478. jul./dez. 2013.

[314] SANTOS, Alessandra Soares. Identidades Nacionais e Cultura Popular na Historiografia de Afonso Arinos. *Saeculum- Revista de História*, João Pessoa, n.29, p.463-478. jul./dez. 2013. p.469.

[315] SANTOS, Alessandra Soares. *Afonso Arinos Historiador: Uma Identidade para as elites Brasileiras.* 2006. 194 f. Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2006.

após liderar o Manifesto dos Mineiros[316] deu sua entrada em definitivo à vida política. O mineiro deu início ao projeto de construção de sua imagem pública e publicou duas importantes obras históricas: *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil e Homens e Temas do Brasil.* A terceira fase compreende as obras publicadas nas décadas de 1960 e 1970, período da ditadura militar, no qual, Afonso Arinos foi afastado da política e este cenário o influenciou na sua percepção do contexto brasileiro.

Detendo-se ao recorte temporal desta pesquisa, entre fins da década de 30 e a década de 1940, Afonso Arinos dedicou-se a ensaios e conferências cujo tema remetia à história de Minas Gerais, principalmente o surgimento das cidades após a descoberta do ouro na região. O autor defendia que a Escola Mineira caracterizou a fase mais importante de todo o Império Lusitano no século XVIII. Este surto cultural seria resultado da descoberta e início da exploração do ouro em Minas, ainda no fim do século XVII.[317]

Em princípio de 1938, Afonso Arinos ministrara em Montevidéu, por iniciativa do governo uruguaio, um curso sobre História Econômica do Brasil. Foram proferidas três conferências publicadas posteriormente, pelo Ministério da Educação e Saúde, dirigido por Gustavo Capanema. Com o título de *Síntese da História Econômica do Brasil*, a segunda conferência teve como assunto a criação de gado e o ciclo da mineração. Outra série de conferências professadas em 1941, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o intelectual mineiro abordou o aspecto material assumido pelo processo histórico do desenvolvimento civilizador em nosso país. Mais tarde essas conferências seriam editadas também pelo Ministério da Educação e Saúde gerando a obra já citada, *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil.*

Em 1944, em palestra na Universidade de La Plata na Argentina, Afonso Arinos dissertou sobre a literatura do século XVIII a partir de Escola Mineira. Como destaca, Afonso Arinos de Melo Franco Filho em prefácio da coletânea Rosas de Ouro:

> Na palestra, Arinos mostra a qualidade e abundância da vida cultural em uma capitania nascida no sonho e na esperança dos que, "de fato, nunca pensaram em outra coisa senão nisto: as jazidas de ouro, as montanhas de prata, o lago das

[316] Manifesto divulgado em outubro de 1943 por membros da elite liberal de Minas Gerais, defendendo o fim da ditadura do Estado Novo e a redemocratização do país. Entre seus 92 signatários incluíam-se Virgílio de Melo Franco, Pedro Aleixo, Milton Campos, Artur Bernardes, Afonso Arinos de Melo Franco, Adauto Lúcio Cardoso, Adolfo Bergamini, Afonso Pena Jr., Alaor Prata, Bilac Pinto, Daniel de Carvalho, José de Magalhães Pinto, Mário Brant e Odilon Braga. Ver em: http://cpdoc.fgv.br

[317] ARINOS FILHO, Afonso. Prefácio In: FRANCO, Afonso Arinos de Melo Franco. *Rosas de Ouro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 13.

> esmeraldas", desembocando na conspiração da inconfidência e na "chama que urgia sufocar: a chama da liberdade."[318]

Para Diogo Roiz, a escrita da história de Minas Gerais por Afonso Arinos se circunscreveu mais à produção jornalística, do que propriamente obras que publicou no período, no campo da história. Entretanto, seriam tais análises que contribuíram diretamente para o modo que veria o bandeirante naquele período: como o formador de cidades, desbravador de fronteiras e conquistador do território que formou o Brasil.[319]

Afonso Arinos também se dedicou a produções líricas sobre a história das Minas Gerais, no qual o bandeirante tornar-se-ia figura importante. Entre elas, podemos destacar: *Roteiro Lírico de Ouro Preto*, publicado em 1937, e *Dirceu e Marília*,em 1932, que segundo Afonso Arinos Filho seria antepassado direto da conferência realizada em 1946 no Curso de Bandeirologia, no qual o autor abordou sobre a sociedade bandeirante das Minas.

## 2.7 José Carlos de Macedo Soares: o grande mediador político

Durante o percurso desta pesquisa, esteve presente em muitos dos fatos analisados o nome de José Carlos de Macedo Soares, tanto no planejamento e organização do Curso de Bandeirologia, quanto nos ciclos de sociabilidade em que estavam inseridos os intelectuais citados. Macedo Soares foi figura atuante no cenário político brasileiro desde meados da década de 1920 até 1950, tornando-se reconhecido por seu papel de conciliador nos conflitos políticos, principalmente a partir da Revolta Constitucionalista em 1924.

Devido à importância de sua participação nos meios políticos e sua forte presença nos meios intelectuais, como vimos anteriormente, foi presidente das principais instituições do saber do período como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Academia Brasileira de Letras, é de grande contribuição para este capítulo abordar a trajetória do interventor federal de São Paulo entre os anos de 1945 e 1947 e sua relevância nas redes de sociabilidade que se formaram nas décadas de 1930 e 1940.

---

[318] ARINOS FILHO, Afonso. Prefácio In: FRANCO, Afonso Arinos de Melo Franco. *Rosas de Ouro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 14-15.

[319] ROIZ, Diogo da Silva. *A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual":* projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). 2013. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.p. 165.

Nascido na cidade de São Paulo em 6 de novembro de 1883, filho de José Eduardo de Macedo Soares e de Cândida Azevedo Sodré de Macedo Soares. Assim como grande parte dos intelectuais mencionados, Macedo Soares também tinha em suas origens a participação no cenário político brasileiro e no seio da elite paulista. Seu pai, empresário e professor, foi fundador do ginásio que levou o sobrenome da família na capital paulista. Do lado materno descendia de família de tradição na vida política e cultural do país. Seu avô paterno, Joaquim Mariano de Azevedo Soares (1809-1898), foi um importante fazendeiro no estado do Rio de Janeiro.

Três de seus irmãos também seguiram a trajetória política, assim como José Carlos de Macedo Soares. José Cássio de Macedo Soares, médico, foi deputado federal pelo Partido Constitucionalista de São Paulo (1935-1937), José Roberto de Macedo Soares foi embaixador no Uruguai entre 1945 a 1951 e José Eduardo de Macedo Soares foi jornalista, fundador do Diário Carioca e deputado federal pelo Rio de Janeiro em três legislaturas consecutivas. [320]

Macedo Soares realizou seus estudos na cidade de São Paulo cursando o primário na Escola Modelo Caetano de Campos e o secundário no Ginásio da Capital até o ano de 1901. Formou-se em bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1905. Depois de formado, foi nomeado professor de Economia política e Ciência das Finanças no curso superior da Escola de Comércio Álvares Penteado, em São Paulo, tornando-se na mesma época diretor do Ginásio fundado por seu pai.

No campo político, sua atuação de destaque inicia-se em 1909 com a participação na Campanha Civilista iniciada com a finalidade de promover à candidatura de Rui Barbosa a presidência da República, em oposição ao Marechal Hermes da Fonseca.

Casou-se, em 1910, com Matilde Melchert da Fonseca, descendente de tradicional família de Itu (SP). Após o casamento, passou a administrar as empresas da família de sua mulher, adquirindo grande prestígio entre os industriais e comerciantes paulistas. Em 1923, tornou-se presidente da Associação Comercial de São Paulo.[321]

Obteve relevante atuação nos acontecimentos que configuraram a Revolta de 5 de julho de 1924, em São Paulo. Sabendo do levante, imediatamente, informou ao presidente do Estado, Carlos de Campos, sua solidariedade. Reuniu a diretoria da Associação Comercial e

---

[320] KELLER, Vilma. *José Carlos de Macedo Soares*. Dicionário Biográfico online. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-carlos-de-macedo.

[321] ACERVO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. *Biografia de José Carlos de Macedo Soares*. p.41-45. Disponível em: www.al.sp.gov.br/acervo-historico/publicacoes/sumario/guia/document8.pdf

publicou uma nota de repúdio ao levante, conclamando as "classes conservadoras" a apoiarem o governo do Estado. Com a ofensiva das forças rebeldes, Carlos de Campos e seu secretariado abandonaram a capital paulista no dia 9 de julho. Com receio dos prejuízos que a continuação da luta poderia trazer à vida econômica da cidade, os membros da Associação Comercial, tendo Macedo Soares à frente, procuraram as autoridades municipais. Um dos resultados deste encontro foi a constituição da Guarda Municipal. Tendo em vista que a população paulistana também enfrentava o bombardeio infligido pelas forças federais, foi organizada uma comissão, da qual Macedo Soares fazia parte, para lutar pelo imediato cessar-fogo.[322]

De acordo com Vilma Keller no Dicionário Biográfico da Fundação Getúlio Vargas, em 4 de agosto de 1924, Macedo Soares foi chamado a prestar depoimento sobre a sua participação no movimento revolucionário e detido. Após meses na prisão, foi liberado e partiu em exílio para a Europa. Em maio de 1925, ocorreu o julgamento dos paulistas envolvidos no levante de 1924. Macedo Soares e Firmiano Pinto[323] não responderam ao processo, sendo incluídos entre aqueles que visaram prestar serviços a coletividade.[324]

Ainda segundo Vilma Keller, seu exílio durou cerca de três anos e durante sua estadia em Paris publicou dois livros: o primeiro chamava-se *Justiça à revolta militar de São Paulo*, no qual, dissertava sobre os episódios da revolta de 1924. O segundo livro publicado em 1927 intitulava-se *O Brasil e a Sociedade das Nações* e criticava a saída do país da referida organização.[325]

No retorno ao Brasil, participou da Aliança Liberal e foi secretário da Justiça no Governo Provisório instalado em São Paulo pela Revolução de Outubro. Desde a campanha da Aliança Liberal, iniciada em 1929, Macedo Soares mostrou-se grande entusiasta da

---

[322] Ibid. p. 41-42.

[323] Fimiano Pinto (1861-1938) foi o quinto prefeito da cidade de São Paulo e era filho de famílias tradicionais da cidade de Itu e de Porto Feliz.Em1882, formou-se pela Faculdade de Direito da Cidade de São Paulo. Sua vida profissional teve início exercendo o cargo de Juiz Municipal da Cidade de Limeira. Participou da Intendência Municipal da Cidade de São Paulo entre os anos 1890 e 1898. Firmiano também foi Secretário da Agricultura, Secretário da Fazenda do Estado e eleito Deputado Federal por São Paulo. Convidado diretamente por Washington Luís, para ser seu sucessor na Prefeitura da Capital, foi eleito por esmagadora maioria exercendo como 5º Prefeito da República o mais alto cargo municipal de 1920 a 1926. (BIOGRAFIA de Firmiano Morais. Disponível em: http://www.saopauloinfoco.com.br/firmiano-morais)

[324] KELLER, Vilma. José Carlos de Macedo Soares. Dicionário Biográfico online. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-carlos-de-macedo.p.4.

[325] Ibid. p. 4.

candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Em janeiro de 1930, hospedaria o candidato da Aliança Liberal em sua casa, iniciando uma amizade que duraria por muitos anos.[326]

O Partido Democrático de São Paulo (PD), fundado em 1926, foi promotor do movimento aliancista que era contrário à candidatura de Júlio Prestes à presidência da República; candidatura essa apoiada pelo então presidente Washington Luís e pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Júlio Prestes venceu as eleições presidenciais em março de 1930, quando se intensificaram as articulações políticas com vistas à deposição de Washington Luís. Em São Paulo, o PD centralizou a conspiração que se engendrava.[327]

Após a revolução deflagrada em 1930, e que ocasionou a deposição de Washington Luís, realizou-se uma reunião na casa de Macedo Soares com os dirigentes do PD para decidir a primeira formação do secretariado revolucionário. Soares foi nomeado Secretário do Interior. Entretanto, em razão de divergências com o interventor do Estado, João Alberto Lins de Barros, todo o secretariado acabou demitindo-se. O período em que atuou o secretariado tornou-se conhecido como "o governo dos 40 dias".[328]

No ano de 1932, ele exerceu várias funções diplomáticas na Europa, entre as quais a de embaixador extraordinário do Brasil em Roma, nas homenagens prestadas à memória do general Giuseppe Garibaldi. Ainda em 1932, retornou ao Brasil, mas não chegou a tomar parte da Revolução Constitucionalista que teve início em 9 de julho daquele ano, em São Paulo. Em janeiro de 1933, participou da formação da Chapa Única por São Paulo Unido, coligação constituída para concorrer às eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, que seriam realizadas em maio daquele ano. Ele foi um dos líderes dessa coligação, desempenhando um papel de mediador entre os políticos paulistas e o chefe do Governo Provisório. Realizadas as eleições constituintes, a Chapa Única por São Paulo Unido elegeu 17 de seus 22 candidatos. Macedo Soares obteve 12.000 votos.[329]

---

[326] Ibid. p. 4.

[327] ACERVO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. *Biografia de José Carlos de Macedo Soares*. Disponível em: www.al.sp.gov.br/acervo-historico/publicacoes/sumario/guia/document8.pdf. p.42.

[328] KELLER,Vilma. José Carlos de Macedo Soares. Dicionário Biográfico online. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-carlos-de-macedo.p.4

[329] ACERVO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. *Biografia de José Carlos de Macedo Soares*. Disponível em: www.al.sp.gov.br/acervo-historico/publicacoes/sumario/guia/document8.pdf. p.43.

Após a constituinte de 1934, Macedo Soares foi indicado por Vargas ao cargo de Ministro das Relações Exteriores. Neste período, estava filiado ao Partido Constitucionalista de São Paulo, fundado em fevereiro de 1934. Em 1935, Macedo Soares acompanhou Getúlio Vargas em viagem oficial à Argentina. Em Buenos Aires, entre outros compromissos, Macedo Soares presidiu as negociações que selaram a paz entre Bolívia e Paraguai, que lutaram durante três anos em torno da questão do Chaco.[330]

O ano de 1937 trouxe Macedo Soares para o centro das tensões políticas do país. De acordo com o acervo histórico da Assembléia Legislativa de São Paulo, em janeiro de 1937, deixou o Ministério das Relações Exteriores e embarcou para os Estados Unidos como representante do Brasil na posse de Roosevelt em seu segundo mandato presidencial. Em maio de 1937 foi indicado por Vargas para a pasta da Justiça. Sua primeira providência como ministro foi soltar 408 presos políticos sem processo formado, envolvidos no levante comunista de 1935. Essa medida ficou conhecida como "macedada".

Em junho de 1937, o governo solicitou ao Congresso Nacional a renovação do Estado de Guerra, que vigorava desde março de 1936. Contudo, uma reunião entre Macedo Soares e lideranças da Câmara dos Deputados e do Senado resolveu que não haveria prorrogação. No entanto, em fins de setembro de 1937, oficiais do Exército criaram um pretexto para o golpe de estado. Divulgou-se um suposto plano comunista para a tomada do poder no país (Plano Cohen). Nesse mesmo dia, numa reunião com Vargas, Macedo Soares e outros membros do governo, ficou decidida a decretação do Estado de Guerra. Foi apresentada, então, ao Congresso uma mensagem do governo, assinada por Macedo Soares, que solicitava a autorização para a decretação do mesmo. Foi assim criada a Comissão Executora do Estado de Guerra integrada por Macedo Soares e membros das Forças Armadas.[331]

De acordo com Vilma Keller, às vésperas do golpe de Estado, em 5 de novembro, Macedo Soares pediu demissão do cargo de ministro da Justiça, alegando problemas de saúde. No dia 9, Francisco Campos tomou posse como novo titular da pasta e no dia 10 foi instaurado o Estado Novo, abolindo os partidos e fechando o Congresso Nacional.[332]

---

[330] Ibid. p.43

[331] ACERVO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. *Biografia de José Carlos de Macedo Soares*. Disponível em: www.al.sp.gov.br/acervo-historico/publicacoes/sumario/guia/document8.pdf. p.44.

[332] KELLER, Vilma. José Carlos de Macedo Soares. Dicionário Biográfico online. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-carlos-de-macedo. p.13.

Após a instauração do Estado Novo, Macedo Soares mudou-se para o Rio de Janeiro, sendo eleito no dia 30 de dezembro do mesmo ano, membro da Academia Brasileira de Letras. Nos anos seguintes, o ex- Ministro de Vargas trilharia no plano intelectual a mesma relevância e prestígio vividos em sua trajetória política. Em 1938, o Instituto Nacional de Estatística, que presidia, incorporou o Conselho Brasileiro de Geografia, passando a denominar-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Macedo Soares se manteve na presidência do novo órgão até 1951 e criou a Comissão Censitária Nacional, que promoveria os censos de 1940 e de 1950.[333]

Em 1939, Macedo Soares tornou-se presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, após ter ocupado sua vice-presidência, sendo posteriormente nomeado seu presidente perpétuo. Nesse mesmo ano, entrou como membro da Comissão Brasileira para a Codificação de Direito Internacional, onde permaneceu até 1945. Em 1942, foi eleito presidente da Academia Brasileira de Letras, tendo sido reeleito no ano seguinte.

Após a deposição de Getúlio Vargas pelas forças militares em 1945, foram nomeados novos interventores federais nos estados, em sua maioria elementos do poder judiciário, com instruções para serem imparciais nas próximas eleições. Macedo Soares seria nomeado Interventor Federal de São Paulo e exerceria o cargo até 1947.

Segundo Luciene P. Carris Cardoso, em julho de 1951, realizou-se nas salas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro uma sessão especial da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro[334] em homenagem ao embaixador José Carlos de Macedo Soares. Participaram da cerimônia, diversas personalidades, a exemplo de Rodrigo Otávio Filho, representando a Academia Brasileira de Letras, Mário Augusto Teixeira de Freitas, um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o General Cândido Rondon e o Almirante Dods worth Martins, então presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.[335]

Ainda de acordo com a historiadora, Macedo Soares também participou de outras associações científicas e culturais brasileiras e estrangeiras, como a Academia Internacional

---

[333] ACERVO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. *Biografia de José Carlos de Macedo Soares*. Disponível em: www.al.sp.gov.br/acervo-historico/publicacoes/sumario/guia/document8.pdf. p. 44.

[334] Ver em: Luciene P. Carris Cardoso. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*: identidade e espaço nacional (1883-1909), Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

[335] CARDOSO, Luciene P. Carris. José Carlos de Macedo Soares e as instituições da Era Vargas: os casos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz*. Londrina: ANPUH, 2005. p.3-4.

de Diplomacia, da Ordem dos Advogados de São Paulo, da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnografia, do Liceu Literário Português, da Academia Brasileira de Filologia e da Academia Paulista de Letras, do Instituto Histórico y Geográfico del Uruguai, da Academia Uruguaya de Letras, da Academia Argentina de Letras, da Academia das Ciências de Lisboa, da Real Academia de História de Portugal e da Sociedade de Geografia e Lisboa, entre outras.[336]

Na área acadêmica, a partir do final da década de 1950, desempenhou a função de professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, tendo exercido o posto de diretor em ambas as instituições. Além de receber o título de Doutor Honoris Causa de diversas universidades nacionais e estrangeiras.[337]

O célebre político e intelectual publicou diversas obras ao longo de sua trajetória, entre elas: *Psicologia e Pedagogia* (1912), O *imposto único – georgismo e valorização imerecida* (1916), *Falsos troféus de Ituzaingó* (1920), *A borracha – estudo econômico e estatístico* (1928), *As eleições presidenciais nos Estados Unidos* (1929), *Fronteiras do Brasil colonial* (1939), *Conceitos de solidariedade continental* (1939), *Fontes da Igreja Católica no Brasil* (1924).

---

[336] Ibid. p. 4.

[337] KELLER, Vilma. José Carlos de Macedo Soares. Dicionário Biográfico online. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-carlos-de-macedo.p.17.

# 3 A ESCRITA DA HISTÓRIA NO CURSO DE BANDEIROLOGIA: NOVAS ABORDAGENS PARA UM TEMA DEVERAS CONHECIDO

> Realizar-se-á no próximo dia 14, às 16 horas, no auditório da Escola Normal "Caetano de Campos" a conferencia inaugural do Curso de Bandeirologia, promovido pelo Departamento Estadual de Informações, falando o Sr. Afonso. E. Taunay sobre o tema "O Bandeirismo e os caminhos do Brasil".
> O interventor federal Sr. Macedo Soares presidirá a reunião e proferirá o discurso de abertura do Curso.[338]
>
> A sessão foi aberta pelo orfeão da Escola Normal "Caetano de Campos", que executou o hino nacional. Em seguida, um conjunto vocal, sob a regência do maestro Dr. Chiara, executou vários números musicais.[339]

Como vimos ao final do primeiro capítulo, o evento, foco de análise desta pesquisa, foi resultado de algumas das iniciativas tomadas pelo órgão do Estado de São Paulo responsável pelo caráter informativo e pelas ações culturais do governo paulista. A partir das notas publicadas nos jornais daquele período, percebe-se que muitas eram as dúvidas após o fim do Estado Novo, em 1945, sobre a continuidade dos Departamentos Estaduais de Informações – DEI – pois questionava-se que, mesmo com as reformas sucessivas ocorridas após o fim do regime de Vargas, o antigo Departamento de Imprensa e Propaganda não deixava de ser uma raiz do Estado Novo que perdurava dentro do sistema democrático restabelecido.

> É nesta ultima fase de suas sucessivas reformas que devemos apreciar o primitivo instrumento de opressão e propaganda do Estado Novo. Muitos pediram que o mesmo fosse extinto, sem maiores formalidades, o que até certo ponto deixava de ser razoável. Tratava-se de uma excrescência do Estado Novo, teimando em subsistir dentro da República já restaurada.
> Mas, grande número de funcionários burocráticos e técnicos, se acham agrupados no DEI: por outro lado, um sem número de iniciativas úteis foram aventadas aqui em São Paulo, tais como festas comemorativas com feição cultural, conferências, cursos, torneios, interessando a todas as camadas. O futuro governo já em pleno regime legal sob as vistas de uma Assembleia Legislativa, encontrará no Departamento Estadual de Cultura, ou que outro nome tenha, um aparelho cuja utilidade não pode ser discutida. Tudo quanto possa interessar a respeito das nossas escolas, Prefeituras do Interior, ciências e artes, pesquisas folclóricas, bem como assuntos pertinentes à formação histórica de São Paulo; em suma, tudo quanto abranja os mais variados ramos do conhecimento, terá no novo Departamento um repositório tanto quanto possível opulento.[340]

---

[338] ABERTURA do Curso de Bandeirologia. *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 maio. 1946. Caderno único, p. 11.

[339] SESSÃO sobre a instalação do Curso de Bandeirologia. *Folha da Manhã*, São Paulo, 15 maio. 1946. Caderno único, p. 6.

[340] TRANSFORMAÇÃO Oportuna. *Jornal de Notícias*, São Paulo, 19 Nov. 1946. Edição 000181, p. 2.

Entretanto, assim como demonstra o artigo acima, o repertório de iniciativas culturais anunciadas pelo Departamento comandado por José Macedo Soares traria entusiasmos a respeito de que o órgão, agora ferramenta da República, contribuiria efetivamente com novos incentivos para a produção cultural e histórica de São Paulo. A proposta do Curso de Bandeirologia receberia uma aceitação positiva de alguns dos principais órgãos de imprensa:

> Organizado pelo Departamento Estadual de Informações, está sendo realizado nesta capital um Curso de Bandeirologia.
> O Curso de Bandeirologia compõe-se de uma série de conferências culturais, tendo sido iniciado pelo historiador brilhante que é o Sr. Afonso de Taunay.[341]
> [...]
> A obra cultural do D.E.I.,conduzida pelo diretor geral daquele organismo, o jornalista Honório de Sylos,continua a merecer aplausos de todos os quadrantes políticos. O Departamento acaba de criar um concurso interessante e inédito, para animar a imprensa escolar, atribuindo prêmios valiosos aos melhores periódicos feitos por estudantes dos cursos secundários e primários. O Curso de Bandeirologia desenvolve-se e alcançou invulgar sucesso a última conferencia realizada em 4 de outubro, pelo Sr. Joaquim Ribeiro, sob o lema "Folclore Bandeirante".[342]

O evento foi realizado entre os meses de maio e dezembro de 1946, em sua grande parte na Escola Normal Caetano de Campos. A escolha deste espaço como palco principal para a realização das conferências não seria por mero acaso. A instituição de ensino possui um grande valor histórico para a cidade de São Paulo. Fundada em 1846, a Escola Caetano de Campos foi a primeira escola normal da capital paulista e tinha como missão a formação de professores primários. Em 1894, foi transferida para um prédio reformulado na Praça da República, no qual hoje reside a Secretaria Estadual de Educação. Caetano de Campos[343],

---

[341] CURSO de Bandeirologia: Uma série de Conferências culturais em São Paulo – O Sr. Sérgio Buarque de Holanda falou sobre as Monções. *A Manhã (RJ*), Rio de Janeiro, 1 ago. 1946. Edição 01528, p. 5.

[342] A NOITE, Rio de Janeiro, 1 out. 1946. Edição 12379, p. 11.

[343] Antônio Caetano de Campos (1844-1891) formou-se pela Escola de Medicina da antiga Corte, em 1867, participando como cirurgião da armada na Guerra do Paraguai. Em 1870, transferiu-se para São Paulo, exercendo a profissão de médico e professor. Seu nome foi indicado a Prudente de Moraes para dirigir a Escola Normal em 1890. O médico Caetano de Campos foi diretor da Escola Normal de São Paulo, entre 1890 e 1891, lecionando na cadeira de Biologia e administrando a modelar escola, deu nova orientação ao ensino. Teve forte influência na lei de 27 de 12 de março de 1890, que instituía a reforma da Escola Normal e a convertia em escolas modelos, as escolas preliminares anexas. Quando o prédio da nova escola ficou pronto em 1894, a Escola modelo anexa à escola Normal foi denominada Escola "Caetano de Campos" em homenagem ao seu idealizador. Somente em 1946 , tanto a Escola Normal, como a Escola modelo tornaram-se o Instituto de Educação Caetano de Campos. (ACADEMIA DE MEDICINA DA SÃO PAULO. *Biografia Antônio Caetano de Campos*. Disponível em: academiamedicinasaopaulo.org.br. / ACERVO DA ESCOLA CAETANO DE CAMPOS. *Biografia de Antônio Caetano de Campos*. Disponível em: http://www.caetanodecampos.com.br/diretores-e-professores-biografias.)

sendo diretor da Escola Normal entre 1890 e 1891, ainda quando a escola não estava na Praça da República, criou uma escola-modelo anexa à Escola Normal, a escola primária.[344]

Outras locações também foram utilizadas para a realização do evento. Entre elas, o salão nobre do DEI, onde foram proferidas as conferências de Joaquim Ribeiro, Paul Venorden Shaw e Cassiano Ricardo, e a Biblioteca Municipal de São Paulo, na qual ocorreria a palestra de Sérgio Milliet.

Durante o período das conferências, pequenas notas sobre o curso eram publicadas nos principais jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, noticiando os dias e os horários das próximas reuniões[345]. Este material será utilizado, neste capítulo, para compreendermos a dinâmica do evento, a repercussão, e o público presente nas comunicações.

É importante destacar mais uma vez que das conferências realizadas neste período apenas seis seriam publicadas no material de divulgação a ser analisado. Os autores presentes no capítulo anterior: Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Virgilio Corrêa Filho, Joaquim Ribeiro e Afonso Arinos de Mello Franco tiveram suas palestras selecionadas para o registro histórico e material do evento em detrimento de outros intelectuais participantes, que da mesma forma, possuíam relevante prestígio em meio à elite intelectual da época. Infelizmente, não foi possível evidenciar as regras utilizadas no processo de seleção dos textos, entretanto, pode-se entender que as escolhas tenham sido feitas de acordo com o tema abordado pelos intelectuais presentes.

Se o objetivo do Departamento Estadual de Informações consistia em trazer novas nuances para um assunto já deveras discutido, é possível que a prioridade dos idealizadores do evento estivesse em registrar os discursos referentes a estudos recentes sobre o tema. Como no caso, de Sérgio Buarque de Holanda, cujo livro *Monções* havia sido publicado no ano anterior e Joaquim Ribeiro, o qual a obra *Folklore dos Bandeirantes*, seria publicada também em 1946.

Outra hipótese, vista no segundo capítulo dessa dissertação, estaria na preocupação em destacar a importância do antepassado paulista na formação do território brasileiro e na

---

[344] A construção do prédio da Praça da República destinado à formação de professores primários e a uma Escola Modelo que servisse de exemplo para grupos escolares em multiplicação no estado desde a Proclamação da República, correspondia ao grande interesse que os republicanos paulistas manifestavam pela expansão da instrução primária e pela formação de professores aptos a assumir a tarefa de ensinar. Filhos e filhas, seguidos de netos e netas de propagandistas da república, foram matriculados na escola instalada no novo prédio.Informações retiradas do site da Escola Caetano de Campos: www.iecc.com. br.

[345] Entre os periódicos que divulgaram o evento encontra-se: Jornal de Notícias (SP), Folha da Manhã (SP), A Manhã (RJ) e A Noite (RJ).

construção de outras cidades brasileiras. Para isto, era de fundamental importância a participação de intelectuais oriundos de outras regiões do país, que reafirmassem o papel crucial do homem bandeirante nas origens de sua terra natal. Esta conjectura justificaria as escolhas de Virgilio Corrêa filho e Afonso Arinos na publicação comercializada no fim de 1946. Tal afirmativa pode ser evidenciada a partir de um dos noticiários:

> O Curso de Bandeirologia promovido pelo Departamento Estadual de Informações teve prosseguimento ontem ás 18 horas com uma conferência proferida pelo Sr. Virgilio Correia Filho, no auditório da Escola "Caetano de Campos".
> [...]
> Fazendo a apresentação do conferencista, falou o Sr. Afonso Taunay, que discorreu sobre a sua contribuição para o conhecimento de todos os fatos ligados às bandeiras e sua significação na história pátria.[346]

A escolha da conferência de Afonso de Taunay como abertura do material, contudo, dispensa justificativas. O nome do mestre Taunay traria o tom de prestígio ao material de divulgação, além de atrativo para o futuro público leitor. Infelizmente, o material publicado não possui introdução, nem informações que contribuam para um melhor entendimento destas questões. De acordo com o convite destinado a Sérgio Buarque de Holanda por Honório de Sylos[347], havia a intenção de que o material fosse prefaciado por Macedo Soares, o que de fato não ocorreu. Nas palavras de Taunay, sua presença demarcava uma espécie de campo de estudos:

> Só se justifica a fixação de minha procedência dentre o grupo dos escolhidos para a sequencia das nossas palestras pela prioridade cronológica dentre os meus eminentes contemporâneos que versaram e versam os assuntos do sertanismo.
> O tema da palestra que me foi confiado tão vasto é, como ninguém ignora, que pode servir de escopo a larga serie de conferencias em condições de constituir dilatado curso universitário.[348]

Entre os assuntos abordados no supradito material, alguns ganham destaque nas diferentes palestras proferidas. Temas como formação do território, relação do bandeirante com o indígena e a imagem heróica de aventureiro e desbravador, são recorrentes em algumas das conferências publicadas. Diogo Ruiz argumenta que o discurso das conferências pode ser

---

[346] A FASE construtiva do Bandeirismo deriva da Mineração. Conferencia pronunciada ontem pelo Sr. Virgilio Corrêa Filho sobre o "Bandeirismo na Formação das Cidades". *Folha da Manhã*, São Paulo, 15 jun. 1946. Caderno único, p. 5.

[347] Ver no capítulo II, página 76 desta dissertação.

[348] TAUNAY. Afonso de. O bandeirsmo e os primeiros caminhos do Brasil. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA, São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 8.

dividido em dois grupos: Taunay, Virgilio Corrêa Filho, Afonso Arinos, Alfredo Ellis e Joaquim Ribeiro visualizaram de forma positiva e complacente o papel do bandeirante no desbravamento dos sertões, enquanto Sérgio Buarque de Holanda, seguindo as pistas e as críticas de Capistrano de Abreu e de José de Alcântara Machado, concebeu uma imagem bandeirante a partir do aspecto da pobreza e da dependência que tinham com os nativos e da fragilidade de opções nos caminhos que eram trilhados pelas bandeiras paulistas. De acordo com a tese do historiador, o material ao invés de apresentar uma narrativa linear entre as seis conferências publicadas, dividia-se entre essas duas perspectivas paralelas, muito embora fosse perceptível a hegemonia de uma sobre a outra.[349]

Como vimos no capítulo anterior, Robert Wegner afirma que tais contrastes nas abordagens do mesmo material podem ser justificadas pelo fato de que nem sempre as interpretações de Sérgio Buarque deveriam ser aceitas ou compreendidas de imediato. Para Wegner, tais observações demonstram possíveis dificuldades para a difusão da interpretação do intelectual paulista, a despeito de seu reconhecimento como historiador.[350]

Diante dos argumentos dos historiadores, podemos acrescentar que os discursos dos intelectuais presentes no material de divulgação apesar de apresentarem certas discordâncias possuem temáticas em comum, na qual discorrem – cada qual a partir do seu ponto de vista – sobre pontos chaves importantes na historiografia do bandeirismo. A perspectiva de análise destes historiadores sobre essas temáticas serão a ponto de destaque desta pesquisa.

A proposta deste capítulo consiste na análise do discurso de cada autor através das temáticas mais abordadas entre os estudos das Entradas e Bandeiras na historiografia do bandeirismo, a saber: a participação do bandeirante na formação do território brasileiro, a relação entre indígenas e bandeirantes no período colonial e a supradita imagem de heroicização do homem sertanista. O diálogo entre as conferências também é de suma importância para a compreensão das diferentes visões enunciadas pelos intelectuais presentes.

Como salienta Fernandez Sânchez Costa, a cultura é a forma que uma sociedade interpreta, transmite e transforma a realidade. Desta maneira, a cultura histórica é o modo concreto e peculiar por meio do qual uma sociedade se relaciona com o seu passado. Ela é

---

[349] ROIZ, Diogo da Silva. *A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual":* projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). 2013. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. p.154.

[350] WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste. A Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 16-17.

definida pelo conjunto de recursos e práticas sociais através dos quais os membros de uma comunidade interpretam, transmitem, objetivam o seu passado.[351]

O objetivo deste capítulo é indagar sobre adequações e possíveis inovações acerca da historiografia do bandeirismo os organizadores do Curso de Bandeirologia pretendiam transmitir a sociedade, realizando publicização específica da temática. Naquele momento, a epopeia bandeirante já estava inserida como parte da memória histórica brasileira, como demonstra Afonso de Taunay:

> Recordar o que bandeirantismo representa é praticar grave desatenção para com meu tão culto auditório. Bastar-me à alegar que sua área varrida de mais de dez milhões de quilômetros quadrados recobre o Brasil e ainda grande superfície da América espanhola. Rememorar a parte que dele cabe às jornadas dos paulistas já não mais seria desatenção senão suma injuria.
> [...]
> Ainda muito está por se fazer a historia dos caminhos do Brasil, muito embora alguns testamentos dignos e grande nota se hajam realizado, a começar pelo mestre que apontou a importância da exegese deste capítulo importantíssimo de nossos fastos: Capistrano de Abreu.[352]

Como ainda argumenta Sanchez Costa: "Es impossibleacceder al pasado encuanto que pasado. Para aproximarnos a él devemos representarlo, hacerlo presente a través de uma relaboración sintética e creativa" .[353] O Curso Bandeirologia pode ser considerado sem dúvida uma dessas práticas de representar um passado já conhecido, mas que precisava ser mais uma vez relembrado, desta vez, por sua significância nacional. Novos meandros surgiam em meio à nova situação política do país, e era necessário reascender uma imagem que representasse as dificuldades sofridas e os frutos dessa empreitada que deveriam prosseguir agora em um regime democrático. Para certas abordagens, como argumentamos nos capítulos 1 e 2, o bandeirante representava a figura emblemática que possibilitou, através de seus esforços e de sua coragem, o desenvolvimento posterior da colônia em nação produtora de café e, ao longo dos séculos, no progresso industrial e modernizador. Em tempos de mudanças, e de

---

[351] O texto em língua estrangeira é: "La cultura es el modo en que una sociedad interpreta, transmite y transforma la realidad. La cultura histórica es el modo concreto y peculiar en que una sociedad se relaciona con su pasado." (COSTA, Fernando Sanchez. *La Cultura Histórica*. Una Aproximación deferente a La Memória Colectiva. *Revista Pasado y Memoria*, Espanha, n.8, p.267-286, 2009. p.277.)

[352] TAUNAY. Afonso de. O bandeirsmo e os primeiros caminhos do Brasil. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA, São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 8.

[353] Trecho correspondente na tradução é: "É impossível acessar o passado como aconteceu. Para aproximarmos dele devemos representá-lo, torná-lo presente através de uma reelaboração sintética e criativa." (COSTA, op.cit. p.277.)

incertezas, como as que se configuravam no ano de 1946, urgia burilar as significações associadas ao bandeirante.

## 3.1 O evento: a organização, o público alvo e a repercussão nos meios de comunicação

Como dito anteriormente, o Curso de Bandeirologia obteve a duração de sete meses, sendo distribuídas as conferências entre o período de maio a dezembro de 1946. De acordo, com a divulgação nos jornais daquele período, foram doze as conferências enunciadas sob o patrocínio do DEI, as quais seguiram a seguinte ordem:

1 – Conferência de Abertura: Afonso de Taunay – *O Bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil* – realizada em 14 de maio às 16:30 da tarde.

2 – Virgílio Correa Filho – *O Bandeirismo na Formação das Cidades* – realizada no dia 14 de junho às 18 horas.

3 – Sérgio Buarque de Holanda – *As Monções* – proferida em 16 de julho às 20:30.

4 – Pedro Calmon – *O Bandeirismo na Unidade Nacional* – em 2 de agosto às 21 horas.

5 – Alfredo Ellis Júnior – *O Bandeirismo na Economia do século XVII* – em 29 de agosto às 21:00 horas.

6 – Afonso Arinos de Melo Franco – *A sociedade bandeirante das Minas* – em 12 de setembro ás 21 horas.

7 – Joaquim Ribeiro – *Problemas fundamentais do Folklore dos bandeirantes* – em 4 de outubro no horário das 17:00 horas.

8 – Sérgio Millet – *Vida e Morte do bandeirante* – em 11 de outubro às 17:30.

9 – Tito Lívio – *Os últimos Bandeirantes*–em 12 de novembro às 16:30.

10 – Feliz Guizard Filho – *Os Bandeirantes do Vale do Paraíba* – em 27 de novembro às 17 horas.

11- Paul Venorden Shaw – *O Bandeirismo e as grandes revoluções modernas* - em 5 de dezembro às 17 horas.

12 – Cassiano Ricardo – *A Bandeira na Formação Política e Social do Brasil* – em 12 de dezembro às 17 horas.

De acordo com a pesquisa de Diogo da Silva Roiz[354], somou-se a esta lista duas conferências também realizadas no evento: Antonio Batista Pereira com o tema *A cidade de São Paulo na história do bandeirismo* e Rodolfo Garcia sob o título: *Alexandre Gusmão e o Tratado de 1750.* Não há indícios dos dias e os horários destas conferências nos jornais consultados nesta pesquisa, por isso utilizaremos como referência de informação a tese do historiador.

Ainda de acordo com Diogo Roiz, no dia de cada apresentação estava agendada a participação de um presidente da sessão que possuía função de acompanhar o conferencista. Em sua grande maioria eram homens que ocupavam posições de comando no estado de São Paulo ou ligados a instituições culturais e de pesquisa.[355] Em notícia publicada no jornal *A Manhã* do Rio de Janeiro, evidencia-se a participação do brigadeiro Armando Araribóia[356], comandante da 4º zona aérea como presidente da mesa conferida por Alfredo Ellis Jr.

> A sessão organizada para essa conferência foi presidida pelo brigadeiro do Ar. Armando Arariboia, comandante da 4ª Zona Aérea, que se achava ladeado entre outras pessoas, pelos Srs. Honório de Sylos, Diretor Geral do DEI; representante do Sr. Secretário da Educação: Desembargador Afonso José de Carvalho, e professor Alfredo Ellis Júnior.[357]

Ainda de acordo com o periódico, Afonso de Taunay fez as honras de presidente da mesa de Sérgio Buarque de Holanda, seu antigo discípulo e recém substituto na direção do Museu Paulista:

---

[354] A tese de doutorado defendida em 2013 com o título *A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual": projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959),* pelo historiador Diogo da Silva Roiz serve de contribuição para informações pertinentes sobre a realização do evento.

[355] ROIZ, Diogo da Silva. *A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual":* projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). 2013. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.p. 147.

[356] Armando de Sousa e Melo Araribóia (1898-1975), nascido em Santa Catarina, em 1943 foi encarregado de chefiar a Diretoria de Pessoal do Ministério da Aeronáutica, na qual permaneceu de abril a agosto de 1945. Nesse mesmo ano passou a exercer o comando da IV Zona Aérea (IV ZA), sediada em São Paulo, recebendo aí, em outubro de 1945, a patente de brigadeiro-do-ar. Informações retiradas do acervo biográfico do Cpdoc. (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA COMTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). *Biografia de Armando de Sousa e Melo Araribóia* (1898-1975). Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arariboia-armando-de-sousa-e-melo. Acesso em: 18 out. 2017.)

[357] CURSO de Bandeirologia. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 1 set. 1946. Edição 0155, p. 6.

> A sessão realizou-se na Escola "Caetano de Campos" presidida pelo Sr. Afonso de Taunay, estando representados o Interventor Federal, secretários de Estado e presentes os Srs. Honório de Sylos Diretor do D.E.I., acadêmico Cassiano Ricardo, Cecil Cross, Cônsul Geral dos Estados Unidos, inúmeros intelectuais, jornalistas e destacadas figuras da sociedade paulistana.[358][359]

Os noticiários sobre o evento também demonstram que Afonso de Taunay foi figura presente em algumas das mesas realizadas. Segundo as notícias publicadas, Taunay obteve presença nas palestras proferidas por: Sérgio Buarque de Holanda, Virgilio Corrêa Filho e Pedro Calmon. Em texto publicado por Honório de Sylos no Diário Carioca[360], o presidente do D.E.I. afirma que Afonso de Taunay já fazia parte do copyright do Departamento de Informações, ao lado de nomes como Menochi Dell Pia, Alfredo Ellis Jr., entre outros membros da intelectualidade paulista, o que justifica sua participação efetiva na realização do evento.

Outro aspecto a ser analisado, refere-se ao fato de que em toda a ação comunicativa quatros elementos são primordiais para a formação de uma cultura histórica[361]. Estes aspectos constituem em um emissor, uma mensagem, um meio e o receptor. Até aqui, vimos que entre os objetivos dos organizadores do Curso de Bandeirologia estava o de transmitir a sociedade um discurso de importância cultural e histórica do atual governo democrático e de demonstrar como o pioneiro bandeirante ainda permanecia como símbolo maior do quanto o Estado de São Paulo havia contribuído para formação e o desenvolvimento do país. Os jornais daquele período tornaram-se espaço recorrente para a divulgação deste evento que buscava trazer novos ares a história regional e nacional.

Entretanto, como argumenta Sanchez Costa, na esfera cultural de uma comunidade, há pessoas e instituições que possuem um papel ativo – de configuradores de uma cultura histórica - e outras que adquirem uma função passiva – receptores. Apesar desta distinção não ser nítida, segundo o historiador, o significado de um texto ou mensagem depende da interpretação do leitor ou receptor para concluir o seu desfecho.[362]

---

[358] CURSO de Bandeirologia: Uma série de conferências culturais em São Paulo – O Sr. Sérgio Buarque de Holanda falou sobre as Monções. *A Manhã*, Rio de Janeiro. 1 ago.1946. Edição 01528, p. 5.

[359] A notícia originalmente foi publicada em 27 de julho de 1946 pela sucursal do jornal A Manhã em São Paulo.

[360] RESPOSTA ao Estado de São Paulo: Carta enviada aquele matutino pelo Departamento Estadual de Informações. Transcrito em: Diário Carioca, Rio de Janeiro. 29 mai. 1946. Edição 05498, p. 8.

[361] COSTA, Fernando Sanchez. *La Cultura Histórica*. Una Aproximación deferente a La Memória Colectiva. *Revista Pasado y Memoria*, Espanha, n.8, p.267-286, 2009. p. 278.

[362] Ibid. p. 284.

Um indicativo presente nos noticiários da época aponta que as conferências eram abertas ao público e possuíam entrada franca, o que evidencia que a proposta dos organizadores do evento era fazer do Curso um acontecimento histórico-cultural que obtivesse a presença da sociedade e que as conferências servissem de instrumento de aprendizado sobre as origens do povo paulista.

> Em prosseguimento do Curso de Bandeirologia, será realizado no dia 4 de outubro próximo, às 17 horas, no salão nobre do Departamento Estadual de informações, a conferência do Sr. Joaquim Ribeiro, sobre o tema "Folklore Bandeirante". A entrada será franca.[363]
> [...]
> Em prosseguimento do Curso de Bandeirologia que está sendo promovido pelos auspícios do Departamento Estadual de Informações, realizar-se-á hoje, às 16:30 horas no auditório da Escola "Caetano de Campos", a conferênciado Sr. Tito Lívio Ferreira, sob o tema "Os últimos bandeirantes". A entrada para essa conferência será franca".[364]
> [...]
> A conferencia seguinte, a realizar-se no dia 12 do corrente, será sobre o tema "A bandeira na formação social e política do Brasil", pelo Sr. Cassiano Ricardo. A entrada é franca.[365]

Contudo, o que se percebe a partir das linhas publicadas por estes periódicos é que um público com características específicas foi de fato o principal ouvinte das comunicações realizadas.

> O Curso de Bandeirologia que se vem realizando em São Paulo, sob os auspícios do Departamento de Informações, que representa uma das iniciativas felizes do Sr. Honório de Sylos, continua a despertar a atenção de todas as classes culturais bandeirantes, que acompanham com interesse o programa de conferências confiadas a nomes mais prestigiosos da intelectualidade brasileira.[366]
> [...]
> Ontem, em prosseguimento ao Curso, que tanto vem apaixonado os círculos sociais e intelectuais de São Paulo, realizou-se mais uma conferencia, a cargo do escritor Sérgio Buarque de Hollanda que falou sobre as "Monções" [367]

---

[363] CONFERENCIAS – Folklore dos Bandeirantes. *Jornal de Notícias*, São Paulo. 27 set. 1946. Edição 00139, p. 4.

[364] CONFERENCIAS – Os últimos bandeirantes. *Jornal de Notícias*, São Paulo, 12 nov. 1946. Edição 000176, p. 5.

[365] CURSO de Bandeirologia. *Jornal de Notícias*, São Paulo, 20 nov. 1946. Edição 00182, p. 5.

[366] CURSO de Bandeirologia – "o Bandeirismo na Unidade Nacional". *A Noite*, Rio de Janeiro. 2 ago.1946. Edição 12328. p. 4.

[367] CURSO de Bandeirologia: Uma série de Conferências culturais em São Paulo – O Sr. Sérgio Buarque de Holanda falou sobre as Monções. *A Manhã (RJ)*, Rio de Janeiro, 1 ago. 1946. Edição 01528, p. 5.

Apesar das dificuldades em estabelecer o público alvo que o Curso de Bandeirologia atingiu durante os sete meses de apresentações, o que podemos concluir é que os principais ouvintes das conferências eram figuras importantes do meio social como jornalistas, políticos e intelectuais, pessoas que faziam parte do círculo político-social do qual os organizadores e os conferencistas faziam parte e que possuíam interesses não apenas culturais sobre o tema das bandeiras, mas a finalidade de prestigiar os seus pares. Como aponta Alfredo Ellis Jr. na abertura de sua conferência:

> Foi a grande generosidade do meu querido amigo Honorio de Sylos que me foi tirar da minha modesta profissão de mestre escola, em que eu estava arquivado por entre velhos documentos, relatando capítulo do passado a dezena de jovens que se renovam cada ano.
> Por isso, vim com minhas toscas palavras, enfadar a êste augusto e seleto auditório.[368]

Outra nuance que nos leva a esta perspectiva está nos horários das comunicações. Apesar de o espaço utilizado tratar-se de uma Escola Normal, o horário das conferências – em sua maioria no período da tarde e da noite – nos evidencia que os alunos secundaristas e jovens estudantes não eram o foco principal que o evento destinava a atingir. Ou seja, apesar da abertura para que diferentes segmentos da sociedade participassem do evento, ao que tudo indica, os ouvintes das conferências constituíam-se em grande parte, de pessoas vinculadas ao círculo da elite política e intelectual paulista. Tal expectativa, no entanto, se modifica em relação ao público leitor do material de publicação, como veremos mais adiante.

De acordo com Sanchez Costa, o Estado, mesmo em regimes totalitários, não é capaz de controlar por completo nem monopolizar a cultura histórica dos cidadãos. Muitos outros agentes participam da configuração das representações sociais do passado, entre eles recebem destaque os profissionais de história.[369]Ainda de acordo com o argumento do historiador, história e memória são dois elementos que configuram de forma conjunta, ainda que distintamente, a cultura histórica. São duas aproximações válidas e interrelacionadas sobre o passado que formam de distintas maneiras e de diferentes níveis a consciência histórica dos membros de uma determinada sociedade.

---

[368] ELLIS JUNIOR. Alfredo Ellis. O Bandeirismo na Economia do século XVII. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA, 1946, São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 55.

[369] COSTA, Fernando Sanchez. La Cultura Histórica. Una Aproximación deferente a La Memória Colectiva. *Revista Pasado y Memoria*, Espanha, n.8, p.267-286, 2009. p. 279.

Partindo deste pressuposto, o discurso produzido pelos historiadores e intelectuais tanto na realização das conferências quanto na publicação do material de divulgação teria a função de reavivar e transmitir uma memória histórica a um alcance em que o Estado por si só não poderia impetrar. É importante salientar que nesta perspectiva, o Estado tinha a finalidade de promotor e não de controlador cultural. A proposta do Estado, na figura do Interventor Federal Macedo Soares, era de realizar uma série de ações culturais que movimentasse os círculos sociais de São Paulo e que reavivasse a memória histórica dos cidadãos.

Para isto, seria necessário tanto o auxílio dos meios de comunicação e periódicos que possuem também um papel de destaque no sistema da cultura histórica -como podemos analisar na intensa divulgação do evento – quanto da legitimação do discurso a partir da relevância intelectual que os convidados do Curso de Bandeirologia possuíam perante a sociedade.

## 3.2 **O material de divulgação**

Ainda segundo o autor espanhol, a cultura histórica adota e se serve de diversos formatos, entre eles, os livros de temática histórica. Manuais de textos escolares contribuem decisivamente para construir a consciência histórica dos jovens[370]. Segundo a nota no Diário Carioca em 26 de maio de 1946, entre as ambições de Honório de Sylos a respeito do Curso de Bandeirologia estava a de publicar um material para fins pedagógicos destinado a um público estudantil. “Essas lições serão, depois, enfeixadas em volumes que o Departamento Estadual de Informações oferecerá à mocidade de São Paulo.” [371]

Em nota publicada no ano seguinte, em 1947, pelo jornal paulista Folha da Manhã, a publicação do material de divulgação foi citada entre uma das edições produzidas pelo D.E.I.:

> O D.E.I, através de sua Divisão de Turismo e Expansão cultural, vem editando, regularmente, preciosas publicações sempre magnificamente apresentadas, como é o caso de “Adeus ao Brasil”, de Samuel Putnam, e “Curso de Bandeirologia, de diversos autores, com desenhos de Belmonte.[372]

---

[370] COSTA, Fernando Sanchez. La Cultura Histórica. Una Aproximación deferente a La Memória Colectiva. *Revista Pasado y Memoria*, Espanha, n.8, p.267-286, 2009.p. 280.

[371] RESPOSTA ao Estado de São Paulo: Carta enviada aquele matutino pelo Departamento Estadual de Informações. Transcrito em: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 29 maio. 1946. Edição 05498, p. 8.

[372] FOLHA DA MANHÃ, São Paulo, 16 nov.1946. Caderno único. p. 1.

Os desenhos do renomado cartunista Belmonte[373], ilustrando as páginas do Curso, também nos serve de evidência para compreender que um dos objetivos de Honório de Sylos era transformar o material em um instrumento didático para estudantes, talvez em fase secundarista, ou estudantes já ingressos nas universidades e apreciadores da história nacional.

No discurso de parte destes intelectuais percebe-se a preocupação em propor questões que pudessem refletir nos estudos de estudantes de história e pesquisadores. Na conferência de Taunay, o historiador se refere aos futuros historiadores da história de São Paulo:

> Eis, em largos traços, o que me ocorre sugerir ao futuro historiador do Caminho do Mar, trecho inicial e capital dessa gloriosa via bandeirante. E julgo que não é desacertado recordar nesta rápida palestra, com certa extensão, uma série de características da existência dessa via de penetração gloriosa que ligava o litoral atlântico a outro caminho tão notável quanto ela, mas de extensão incomparavelmente maior e leito de natureza totalmente diverso: o Tietê, primeiro dos caminhos brasileiros que andaram, se me é permitido aduzir a famosa compara cão pascaliana[374]

Alfredo Ellis Jr. aconselhava aqueles que pretendiam mergulhar futuramente na história que devam seguir como um apóstolo da verdade respeitando tudo o que ela a conduza:

> Penso que o historiador pode desejar, com indisfarçável veemência, um determinado acontecimento histórico. Esse historiador, porém, para ser digno dessa qualificação deve, precisa e é imperioso que seja rigorosamente honesto e devoto cultor da verdade histórica. Sim porque não se poderia exigir para um historiador a qualidade super-humana de um rigoroso indiferentismo! E do homem e da mais íntima essência humana tomar interesse em assunto que cuida. Mas, o que se pode e se deve determinar de modo imperioso é que quem queira ser historiador, proceda como um apóstolo da verdade, respeitando tudo o que ela a conduza.[375]

Para Sérgio Buarque de Holanda, um dos benefícios deixados pelas Bandeiras e Monções encontra-se na lição de sabedoria deixada pelas audaciosas peregrinações em busca do metal precioso. Ele deixou como conselho aos futuros interessados pela história que se

---

[373] Benedito Carneiro Bastos Barreto (1896-1947) mais conhecido como Belmonte, tornou-se um dos mais importantes cartunistas de São Paulo na década de 1930. A partir de 1925 passou a ilustrar as charges do Jornal Folha da Tarde com o personagem Juca Pato que o tornaria reconhecido na história da imprensa brasileira. Também escreveu e ilustrou diversos trabalhos para diversas revistas do Rio de janeiro e São Paulo. Além de criar personagens, Belmonte também ilustrou livros de Monteiro Lobato e uma edição brasileira de "Primo Basílio", de Eça de Queirós. (BANCO de Dados Folha. *Belmonte, o criador do Juca Pato*. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/belmonte.htm.)

[374] TAUNAY, Afonso de. O bandeirsmo e os primeiros caminhos do Brasil. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA, São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol.p.18.

[375] ELLIS JUNIOR, Alfredo Ellis. O Bandeirismo na Economia do século XVII. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA, 1946, São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 56.

dediquem a um trabalho pautado em suas necessidades efetivas e menos numa aventura intrépida dos ascendentes bandeirantes e monçoeiros. “Lição para o presente e para o futuro, mas que pertence igualmente a História, na parte em que a História é mestra da vida”.

> O primeiro passo para integração no mundo de nossa cultura de todo o imenso território que constitui o coração deste continente sul-americano, nasceu da aventura, e pode-se dizer que foi, todo ele, uma teimosa e magnífica aventura. Era tão inevitável que assim sucedesse.
> O que resta fazer, porém, para completar esse esforço, não poderá ser obra de aventura. Exigirá, provavelmente, o trabalho atento de algumas gerações de homens pacientes, metódicos e modestos. Nascerá das nossas legítimas necessidades e das nossas possibilidades efetivas, não de projetos espetaculares, bons apenas para a declamação e lisonja.
> Significará uma luta penosa e de resultados talvez remotos, mas que há de ser realizado, porque somente com sua realização nos mostraremos verdadeiramente dignos do esplendido legado das bandeiras e das monções.

A preocupação em deixar novas reflexões e estímulos para pesquisas futuras desses autores evidencia que as motivações dos organizadores e dos intelectuais envolvidos no Curso estendia-se a impulsionar novas discussões sobre a questão do bandeirismo, e a divulgar através do material gerado, conteúdos que viessem a complementar estudos futuros sobre o passado bandeirante.

## 3.3 Novos caminhos para a historiografia do bandeirismo

Entre as conferências publicadas, um dos pontos em comum nos discursos proferidos são as indicações dos historiadores de que muito ainda havia a ser estudado sobre a história das bandeiras paulistas pelas gerações futuras. A começar por Afonso de Taunay, que como visto anteriormente, estimulava nos ouvintes questionamentos sobre o quanto havia para desvendá-lo. Sobre a importância de estudos referentes ao caminho do mar, Taunay esclarecia:

> Os estudiosos, que se detiveram a pesquisar os assuntos atinentes a este capítulo primacial da expansão geográfica do Brasil de sobra sabem quão escassos, senão quase sempre insignificantes, mesmo, são os informes, de ordem topográfica, acerca da imensa maioria dos trajetos de jornadas bandeirantes.[376]
> [...]
> Precisará o historiador do Caminho do mar relembrar a sequência dos numerosíssimos milésimos em que os edis de São Paulo viviam aflitos com os

[376] TAUNAY, Afonso de. O bandeirsmo e os primeiros caminhos do Brasil. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA, São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 9

> desmanchos daquilo que era o seu único meio de acesso ao Mar e ao Mundo civilizado, ora cortado pela inundações do Rio Grande e o Rio Pequeno, ora pela corrida dos aterrados e a queda das toscas pontes.[377]

Em Alfredo Ellis Jr. o incentivo é dado através de uma breve aula teórica sobre o que vinha ser o conceito de história:

> Não podemos restringir o conceito de História a uma simples cronologia, isto é, a um relato de acontecimentos mais ou menos episódicos, recheado de nomes, de datas, de batalhas, de alvarás, de leis, de cartas régias de titulares, de monarcas, de generais, etc., cousas empilhadas desordenadamente, mais destinadas a fatigar a memória do estudante a tornar fastidioso o assunto para o curioso.
> História não é isso, que se resume em mera reportagem !!
> [...]
> Isso seria apenas uma obra cronológica, jamais histórica.
> [...]
> A História também não pode unicamente se resumir na parte política e superficial da vida de um povo. Os acontecimentos políticos são meras conseqüências de fenômenos mais profundos, que precisam ser analisados. Isso seria uma reconstituição incompleta, sob todos os pontos de vista.
> Com isso, temos que a História é uma reconstituição de uma época do passado de um povo e, para esse fim, o historiador tem que buscar elementos em todos os ramos do saber humano.[378]

Joaquim Ribeiro aproveita o espaço para discutir a importância do estudo do Folklore assim como o de outras disciplinas. A pesquisa folclórica do bandeirismo teria papel relevante, pois auxiliaria no direcionamento de novas interpretações que mereciam ser examinadas e discutidas. O autor defende a importância da continuidade dos estudos sobre a cultura bandeirante ao afirmar:

> O bandeirismo não é apenas um tema do passado. É sobretudo, uma tentação para pesquisa e para interpretação retrospectiva.
> Não há erudito e estudioso de nossa vida histórica que não tenha se voltado, com interesse e amor, para o período das bandeiras.[379]

Complementou seu argumento com uma crítica a demora do folclorismo tornar-se aceito como ciência entre os estudos das bandeirantes:

---

[377] TAUNAY, Afonso de. O bandeirsmo e os primeiros caminhos do Brasil. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA, São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p.15.

[378] ELLIS JÚNIOR, Alfredo Ellis. O Bandeirismo na Economia do século XVII. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 57.

[379] RIBEIRO, Joaquim. Problemas Fundamentais do Folklore dos Bandeirantes. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 107.

> Durante muito tempo, durante muitos séculos, imperaram fortes preconceitos contra os estudos populares.
> Achava-se, desarrazoadamente, que os fatos folclóricos, humildes e insignificantes, não mereciam atenção da ciência.
> [...]
> A ciência estuda a realidade tal como se apresenta, sem restrições e sem preconceitos contra este ou aquele aspecto.
> Se existe o mito, a superstição, o uso e o costume do povo, cumpre a ciência explicar esses dados imediatos da realidade. [380]

O advento da democracia, segundo o autor, permitiu o surgimento de um novo estado de coisas e que tais preconceitos em relação as tradições usos e costumes populares fossem dissolvidos, admitindo o Folclore como uma das novas ciências. "Justamente por isso podemos repetir que o Folclore é, na verdade, uma ciência de vanguarda." [381]

O intelectual carioca ainda defende que a pesquisa do folclorismo possibilitaria novos pontos de referência que permitiriam novas luzes acerca dos problemas fundamentais do mundo bandeirante. "Os fatos folclóricos guiam-nos as novas interpretações, que merecem, de fato, serem examinadas e discutidas." [382]

## 3.4 Os discursos que enriqueceriam o material de divulgação

Como visto durante toda esta dissertação, o foco principal de análise para esta pesquisa é o material de divulgação publicado ao término das conferências ainda nos fins de 1946. O material foi impresso pela indústria gráfica Siqueira uma das maiores editoras de produção e circulação de livros didáticos em São Paulo nas primeiras décadas da República. De acordo com Maria de Paula Gregório Razzini, os negócios da editora com o Estado incluíam desde a venda de "livros em branco", para escrituração administrativa, muitos destes localizados em escolas públicas; passavam pela aprovação e adoção de livros didáticos para o ensino elementar; e iam até a elaboração de obras importantes, como o *Annuario do Ensino do Estado de São Paulo*, cujo primeiro saiu em 1908. Adquirindo diferentes nomes ao longo das décadas, a editora e gráfica Siqueira esteve em funcionamento até a década de 1960.[383]

---

[380] RIBEIRO, Joaquim. Problemas Fundamentais do Folklore dos Bandeirantes. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p.108.

[381] Ibid. p. 108.

[382] Ibid. p. 109.

[383] RAZZINI, Maria de Paula Gregório. *A produção didática da Tipografia Siqueira:* caminhos de pesquisa. In: ENCONTRO DE NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 6., São Paulo, 2006. *Projeto Temático.* São Paulo: Portcom, 2006. p.1-11. Disponível em:

Os seis capítulos publicados não seguiram a ordem cronológica das palestras realizadas. O material inicia-se com a conferência de abertura de Afonso de Taunay e encerra-se com a conferência discursada por Sérgio Buarque de Holanda. Originalmente a comunicação de Sérgio Buarque foi à terceira realizada no evento, o que demonstra certo interesse dos responsáveis pela publicação em estabelecer uma ordem cronológica própria ao material. Com um discurso que interliga e se sobrepõe ao primeiro capítulo, a mudança da ordem nas conferências publicadas inseria no material uma organização própria aos fatos históricos discutidos, já que o tema escolhido pelo novo diretor do Museu Paulista retratava um período posterior, porém conexo as entradas e bandeiras.

De acordo com Danilo Ferreti, a conferência de Sérgio Buarque apresenta um tom geral marcadamente continuísta em relação à de Taunay e à tradição historiográfica regional de louvação da herança bandeirante. Continuísmo esse menos facilmente identificável em seus livros *Monções* e *Caminhos e Fronteiras* e talvez por isso pouco reconhecido pela historiografia atual, ainda voltada a ressaltar somente os inegáveis traços inovadores apresentados na obra do autor. Ainda segundo Danilo Ferreti, o continuísmo pode ser percebido, primeiramente, na tentativa de aproximar os fenômenos da bandeira e das monções, logo no início da conferência.[384]

> As Monções representam, em realidade, uma das expressões nítidas daquela força expansiva que parece ser uma constante histórica da gente paulista e que se revelara mais remotamente nas bandeiras. Força que depois impeliria pelos caminhos do sul os tropeiros de gado, e que, já em nossos dias, iria determinar o avanço progressivo da civilização do café.[385]

Ainda de acordo com o autor, Sérgio Buarque de Holanda, a seu modo, convergia com Taunay ao identificar uma linha evolutiva da história paulista e de apresentar explicitamente referências àquilo que seria uma identidade regional marcada pela energia, iniciativa e movimento. Contudo, diferente da tradição historiográfica regional e de Taunay, o autor de

---

http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/93651930601195823962278315147304600367.pdf. Acesso em: 23 out.2017.

[384] FERRETI, Danilo Zionni. Lições do Passado Bandeirante no “Curso de Bandeirologia”: Taunay e Sérgio Buarque de Holanda (1946). In: SEMINARIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 3., 2009, Ouro preto. *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?*. Ouro Preto: Edufop, 2009. p. 9.

[385] HOLANDA, Sérgio Buarque. As Monções. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 127.

*Monções* se esforçava em mostrar que juntamente à continuidade havia uma série de rupturas que diferenciavam significativamente o movimento das bandeiras e o das monções.[386]

Esta premissa é comprovada quando Sérgio Buarque afirmou considerar justo, assinalar certa ligação entre as bandeiras e Monções até certo momento de transição, onde ambos se encontram e se confundem. No entanto, esclareceu ao ouvinte/leitor as condições singulares que separaram os demais sertanistas dos mareantes e passageiros das canoas de comércio.

> Sirva esta aproximação de justificativa, ao menos de pretexto, para a intrusão do tema, e também do orador, num curso que pretende oferecer uma síntese do bandeirismo em suas várias feições e modalidades.[387]

Para Sérgio Buarque, as primeiras monções de Cuiabá deveriam recrutar a mesma personalidade rude existente na formação das Bandeiras no século XVII. Enquanto perdurou estas navegações a situação não mudaria. Porém, ao longo do tempo, ocorreram diferentes transformações na mentalidade dos sertanistas. A hipótese mais provável é que as longas jornadas fluviais serviram como ação disciplinadora sobre o ânimo tradicionalmente aventureiro dos homens sertanistas.

O emprego de meios de locomoção diversos e a complexidade de atitudes e condutas necessárias para a condução de cada um deles, também é um dos fatores que possibilita uma melhor compreensão das diferenças entre a primitiva bandeira e as monções de povoado, ou seja, para o autor, a distinção entre ambas está principalmente na questão do transporte fluvial.

> Naquela os rios constituem efetivamente obstáculo à marcha e as embarcações, em geral simples canoas de casca ou toscas jangadas, são apenas recurso ocasional do sertanista, utilizável onde a marcha a pé se tornou impossível. Nas monções, ao contrário, a navegação, disciplinadora dos movimentos, é que se torna regra comum, e a marcha a pé, ou a cavalo, ou em carruagem (na fazenda Camapoã, por exemplo), constitui exceção a essa regra.[388]

---

[386] FERRETI, Danilo Zionni. Lições do Passado Bandeirante no "Curso de Bandeirologia": Taunay e Sérgio Buarque de Holanda (1946). In: SEMINARIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 3., 2009, Ouro preto. *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?*. Ouro Preto: Edufop, 2009. p. 9.

[387] HOLANDA, Sérgio Buarque. As Monções. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p.128.

[388] Ibid. p.129.

No primeiro capítulo *O Bandeirismo e os Primeiros Caminhos do Brasil*, Taunay também retratou o período das Monções como uma conseqüência direta do surto de exploração das minas em Mato Grosso a partir de 1719.

> As novas da "fertilidade" das minas do Cuiabá alucinam as populações. Terra do ouro onde tão vil é o metal que os descobridores, a passarinhar, atiram com os grãos amarelos, para poupar chumbo! As noticias aos mais calmos estarrecem...
> (...)
> Base de todo este novo surto de exploração constituiu-se o remansoso local da penedia onde, vinham, as araras amolar os férreos e aduncos bicos, essa Araraitaguaba, de tão prestígios rememoração em nossos pastos.
> Enceta-se então a era dos monções regulares instigadas pela fama das "grandezas do Cuiabá".[389]

Para o historiador, a energia do aventureiro paulista perpassou o período das bandeiras e Monções fazendo com que após o fim das duas eras, os habitantes não recuassem de suas habitações das margens do Paraguai e do Guaporé.

> Continua a afluir a gente e este povoamento de Mato Grosso é talvez, a mais evidente demonstração da energia do aventurismo paulista.
> Que distancia imensa a vencer! E que viagem temerosa esta de Araitaguaba às margens do Coxipó.
> Caem em declínio as minas de Cuiabá e escasseiam as monções, mas nem por isto recuaram as quinas, chantadas pelos paulistas, às margens do Paraguai e do Guaporé. E legitimadas, graças à ciência e a argúcia do seu patrício o filho de Santos, aquem, imortalizou o Tratado da Côrtes, o irmão do primeiro inventor americano e inventor do aeróstato.[390]

Em relação à importância do rio Tietê na expansão do homem planaltino para outras regiões, de acordo, com Sérgio Buarque, o rio só obteve seu percurso enriquecido a partir do século XVIII com a decadência das bandeiras e na necessidade de um sistema de comunicações regulares com o centro do continente.

No entanto, para o amante das grandezas paulistas, Afonso de Taunay, o Tietê possuía importância ativa a partir do século XVI, quando os primeiros aventureiros ousaram a explorar novas possibilidades de arrecadação econômica:

> No conjunto das vias de penetração do Brasil meridional ignoto e selvagem, nenhuma de tão longínqua significação histórica se reveste quanto ao que ao Tietê tão notável realce empresta.

---

[389] TAUNAY, Afonso de. O bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA, São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 22

[390] Ibid. p. 23.

> Está o nome do grande rio indestrutivelmente ligado à história da construção territorial do nosso imenso ocidente.
> Muito mais antiga, por civilizados, a navegação frequente de suas águas de que a do São Francisco e do Amazonas, ninguém o ignora.[391]
> [...]
> Pelas águas do Tietê cada vez mais frequentes, descem as bandeiras cativadoras de índios e pesquisadoras do ouro.
> Por elas navegaram muitos dos primeiros devassadores da selava matogrossense e escaladores dos Andes, como Manoel de Campos Bicudo, e seu filho, Antonio Pires de Campos, o Paypirpa, Luiz Pedroso de Barros e tantos mais sertanistas, alguns ilustres e outros obscuros (...)[392]

Para Taunay, mesmo após o período das monções, o Tietê não perde a sua significância e permanece a contribuir para a sociedade, herdeira da aventura bandeirante:

> Cessam por completo os motivos da existência das monções, mas o Tietê, como querendo galardoar os epígonos daqueles de quem tantos sacrifícios exigira, veio oferecer compensação magnífica às agruras impostas aos seus antepassados.
> Dos seus desníveis violentos e do volume das águas revoltas nascem enormes fontes de energia captadas para o trabalho moderno. Desde muito coopera o velho Rio das Entradas para o desenvolvimento do maior centro industrial da nossa América.[393]
> [...]
> Decorrido mais de século e meio ocorreria a desforra dos homens. E esta completa, Viu-se o Tietê, dominado, a fluir pelo caminho importo pelo adversário a quem continuamente entrega, nas coroas de enormes turbinas, as dezenas de milhares de kilowatts por ele cobiçados.[394]
> [...]
> A gloria do passado reúne a utilidade do presente a caminho das conquistas inevitáveis de esplendoroso futuro.[395]

O tema da conferência de Sérgio Buarque também dialogou, em determinado momento, com o discurso de Alfredo Ellis Jr. que ilustrou o terceiro capítulo intitulado *O Bandeirismo na Economia do Século XVII.* Para o historiador paulista, as Monções fazem parte do período denominado *Bandeirismo Sedentário e Minerador*, no qual,a empreitada bandeirante após a descoberta do ouro,passa a seguir aspectos completamente diferentes daquele bandeirismo de apresamento e explorador. “Deixa de ser dinâmico, para ser pacífico,

---

[391] TAUNAY, Afonso de. O bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA, São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p.19.

[392] Ibid. p. 21.

[393] Ibid. p. 26.

[394] Ibid. p. 26.

[395] Ibid. p. 27.

estático, sedentário e povoador." [396] Ainda de acordo com Ellis Jr., esta forma de bandeirismo ultrapassou grande parte do território pertencente a Portugal no Tratado de Tordesilhas contribuindo para o recuo dos espanhóis do meridiano, que passaram a ocupar as regiões andinas. O historiador acrescenta que graças às Monções, as regiões de Goiás e Mato Grosso hoje fazem parte do território brasileiro.

> O bandeirismo estático e minerador, empregou não a "bandeira caçadora" do apresador, não a "bandeira povoadora" do colonizador, não a " Entrada" do pesquisador, mas a "Monção", que era uma grande massa de gente, homens, mulheres, crianças, velhos, etc., que, povoador como a já referida, se locomovia como em comboios, pela via fluvial, com data e itinerários certos, para os pontos de fixação junto às lavras, povoando largas zonas em torno delas, não só se entregando à atividade mineradora, mas, também, às correlatas.[397]

A partir destes preceitos compreende-se que a iniciativa de mudança na ordem da conferência de Sérgio Buarque de Holanda teve como finalidade ligar os pontos decorrentes das falas de Afonso de Taunay e Alfredo Ellis Jr. que identificam o período das monções como mais um desdobramento do bandeirismo, não ocorrendo, à mesma preocupação em acentuar as diferenças primordiais entre as duas atividades, assim como evidenciou Sérgio Buarque:

> Contudo, em acepção mais ampla, talvez um pouco arbitrária, que procure envolver, sob o mesmo rótulo, os vários movimentos tendentes, em parte, à dilatação das nossas fronteiras externas e sobretudo ao conhecimento, ao desbravamento e ao aproveitamento de nosso território, cabe-lhe um definido, um lugar – acrescente-se – que não pode ser pequeno e nem irrelevante.[398]

Entretanto, é de comum acordo entre os historiadores a relevância das monções no estabelecimento de territórios conquistados dos espanhóis. Para Sérgio Buarque, as monções representam fator importante no asseguramento da obra iniciada pelas bandeiras. Os monçoeiros garantiriam de forma plena e tranquila uma área de quilômetros quadrados ao território da Coroa portuguesa. Ainda segundo o historiador, a experiência dos práticos pilotos e proeiros das canoas das monções também contribuiriam para abertura das comunicações regulares entre Mato Grosso e o Pará, o que viria a criar mais uma linha de comércio para o

---

[396] ELLIS JÚNIOR, Alfredo Ellis. O Bandeirismo na Economia do século XVII. In: *CURSO DE BANDEIROLOGIA*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p.75.

[397] Ibid. p. 75.

[398] HOLANDA, Sérgio Buarque. As Monções. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 127.

sertão.[399] A função histórica dessa estrada fluvial de mais de dez mil quilômetros de comprimento, de acordo como autor, superaria quaisquer outras linhas de circulação natural de nosso território, até mesmo do próprio Rio São Francisco, assim como argumenta Taunay em sua defesa ao Rio Tietê.

## 3.5 A construção das cidades das Minas como contribuição para a formação do território brasileiro

A palestra de Sérgio Buarque também viria de encontro a outros temas presentes nas conferências como a fundação de cidades no Mato Grosso descrita por Virgilio Corrêa Filho.

De acordo com o autor matogrossense, após o surgimento e a povoação de Villa Rica e em decorrência da guerra dos Emboabas, os paulistas migraram para o oeste, e sem premeditada intenção iriam renovar nos sertões a mesma vocação urbanizadora que deram amostras no território das Minas Gerais. Esse fenômeno resultaria na formação das cidades de Cuiabá e Vila Boa de Goiás.[400]

No caso de Cuiabá, na segunda metade do século XVII, os homens oriundos das bandeiras planaltinas não possuíam o propósito inicial da busca pelo ouro. As empreitadas de Antonio Pires de Campos buscavam apenas novos territórios para apresamento de índios.

> Pelo Coxipó acima, porém, rastearam os selvícolas em retirada. E foram assalta-los sem êxito na paliçada à margem de um dos afluentes. Rechaçados, contra-marcharam, à espera de possíveis auxílios. Bandeiras e bandeiras comumente se cruzavam nas paragens remotas e assim poderia aguardar o indispensável socorro que evitasse maiores danos, quando não o fracasso total.
> [...]
> Ao mesmo tempo em que reconheciam o terreno circunjacente, para evitar surpresas hostis, começaram por desfastio a batear os cascalhos do leito do ribeirão. Não tinham propriamente bateia, mas para o primeiro ensaio bastava o prato de estanho de que se muniam para as refeições.
> Em pouco, luziu o primeiro granete, reconhecido pelo olhar experimentado de faiscador por ventura egresso das minas dos emboabas.[401]

De acordo com Virgilio Corrêa Filho, após a descoberta das minas, a atividade de apresamento foi relegada e deu lugar à exploração do território em busca das jazidas de ouro.

---

[399] HOLANDA, Sérgio Buarque. As Monções. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 145.

[400] CORRÊA FILHO, Virgílio. O Bandeirismo na Formação das Cidades. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA, 1946, São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p.44.

[401] Ibid. p. 44.

Comitivas começaram a chegar à região e acampamentos começavam a instalar-se sem a intenção de adquirir estabilidade no arraial.

> Não era uma cidade que delineava, mas movediço acampamento de cavadores dos veeiros fartos, que se abrigavam em ranchos efêmeros. As mudanças anteriores não fariam prever maior estabilidade do arraial.
> Todavia, a abundancia das minas fixou-o definitivamente no mesmo local onde a Sutil, sorocabano afortunado, se depara colheita fácil e copiosa do metal procurado.
> Serenadas as alucinações dos primeiros tempos, que repercutiam nas cidades litorâneas onde Cuiabá adquiriu fama estonteante, começou o arraial a cuidar dos seus traços urbanísticos, mediante melhor ordem no arruamento e construções destinadas a perdurar, de pau a pique, a principio, de grossas taipas, em seguida, ou adobes.[402]

Nas linhas descritas por Sérgio Buarque, a notícia das minas de Cuiabá despertou alvoroço em boa parte das pessoas, espalhando-se de forma exagerada a informação sobre as novas minas. Entretanto, assim como aponta Virgilio Corrêa Filho, o motivo inicial para a ida ao sertão não teria sido a busca pelo ouro. Mas o interesse em grandes contingentes de índios presentes naquela região.

> Durante a maior parte do século XVII, as terras a oeste do rio Paraná foram consideradas grandes reservatórios de índios domesticados ou brabos, que os índios iam prear para as suas lavouras.[403]
> [...]
> O primeiro paulista, porém, a alcançar as beiradas do rio Cuiabá foi Antonio Pires de Campos, e este ainda ia, não em busca de ouro, mas do gentio Coxiponé, que vivia naquelas paragens.
> O segundo foi Pascoal Moreira Cabral, que indo também à caça de índios, deparou casualmente, em 1718, com granetes de ouro cravados pelas barrancas do rio Coxipó-Mirim.
> [...]
> Deliberou então reunir os companheiros e levantou arraial no lugar onde mais tarde se erigia a capela de São Gonçalo. A faina aurífera principiou imediatamente. Como não viessem preparados para minerar, tiveram os expedicionários de improvisar os instrumentos.[404]

Ainda de acordo com o historiador paulista, devem-se às expedições de Fernão Dias Falcão e Pascoal Moreira Cabral os primeiros resultados positivos de uma empreitada

---

[402] CORRÊA FILHO, Virgílio. O Bandeirismo na Formação das Cidades. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA, 1946, São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p.46.

[403] HOLANDA, Sérgio Buarque. As Monções. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 132.

[404] Ibid. p. 133.

destinada a dilatar consideravelmente os domínios portugueses na América.[405]A chegada da notícia em São Paulo resultaria no êxodo de grande parte da população. Centenas de milhares de paulistas e emboabas chegaram ao arraial cuiabano nos primeiros anos de exploração.

No entanto, era difícil estabelecer qualquer ordem política e econômica, apesar dos esforços de Pascoal Moreira:

> Vivia aquela gente entregue as suas paixões, divididas em particularidades turbulentas e entre muitas vezes ao capricho de caudilhos da espécie dos terríveis irmãos Lourenço e João Leme da Silva. Outra coisa, aliás, não seria de esperar, dada a distância em que se encontrava o arraial e dadas as dificuldades de sua comunicação com São Paulo.[406]

Sérgio Buarque ainda acrescenta que os primeiros moradores do arraial cuiabano tiveram uma existência comparável ao dos índios caçadores e coletores estabelecendo um modo de vida andejo e inconstante. No entanto, o próprio exercício de mineração requeria uma fixação e sedentariedade, que se obtém, segundo o autor, através da concentração e reprodução em terreno limitado das indispensáveis fontes de subsistência.

Ao apresentar viés sociológico para a questão da exploração das jazidas de ouro e na formação das cidades, Afonso Arinos de Melo Franco argumentou que a migração em massa para a área de descoberta de ouro representava, consequentemente, a morte da bandeira e o inicio de uma ordem social estável. Isto valia não apenas para formação das cidades mineiras – tema central de sua conferência - mas das cidades sertanistas construídas posteriormente como Cuiabá é Goiás.

> Assim considerando o assunto para maior simplificação, concluímos que o encerramento do ciclo de escravização do índio e a abertura de ciclo de exploração do ouro não representarem apenas uma mudança de atividade econômica. Correspondem, também, a uma transformação do tipo de organização social, que sobre as atividades econômicas se baseia.[407]

No quarto capítulo intitulado, *A sociedade Bandeirante das Minas*, Afonso Arinos sustentou que, seguindo as atribuições históricas e sociológicas, a bandeira típica não deve ser

---

[405] HOLANDA, Sérgio Buarque. As Monções. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 133.

[406] Ibid. p.135.

[407] MELO FRANCO, Afonso Arinos de Melo. A Sociedade Bandeirante das Minas. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 81.

considerada como uma sociedade nômade. Ela era apenas um instrumento do qual a sociedade organizada se servia tentando ampliar o campo de seu potencial econômico.

> Desde que surge o ouro e o homem se fixa, vai perdendo a bandeira a sua função, na medida em que a vida social se estabelece progressivamente. Por consequência, considerada sob este ponto de vista, a expressão "sociedade bandeirante" encerra uma antinomia, um quase paradoxo, pois enquanto existe bandeira não há sociedade e quando esta se constitui aquela desaparece.[408]

O termo Sociedade Bandeirante é utilizado exclusivamente por Afonso Arinos e define a época transitória, na qual a coletividade em formação nasce dos elementos do bandeirismo que se encerra.

> A sociedade bandeirante existiu, no Brasil, naquele período e naquela região em que a organização social transportada do litoral para o sertão do ouro, começou a disciplinar o tumulto e anarquia reinantes, nos primeiros descobertos, pela colossal emigração de aventureiros e pela a ausência de poderes constituídos.[409]

Ou seja, a sociedade bandeirante é o inicio da aplicação e adaptação de instituições sociais e dos padrões culturais vigentes nas zonas civilizadas para as áreas até então desertas da mineração do ouro. Segundo o autor é importante perceber que houve no Brasil mais de uma sociedade bandeirante, que surgiam de acordo com as novas áreas de minérios que eram descobertas, como no caso de Goiás e Mato Grosso.

Em relação à formação da região das Minas, Afonso Arinos afirma que, depois de encerrado o ciclo da sociedade bandeirante, a civilização, da então capitania mineira, marcha para uma ascensão que só se interrompe com o declínio da era do ouro.

> Estava constituída a base sobre a qual o Brasil levantaria, no coração de seu território, a grande civilização mediterrânea partida das rudes bandeiras. Civilização, talvez a mais alta do Continente Americano naquele século, tão alta como o próprio Reino não conheceu na mesma época e que nós podemos resumir em duas grandes figuras de homem e de artista, que ainda enchem nossa comovida admiração: o poeta Dirceu, Tomaz Antonio Gonzaga, e o escultor Aleijadinho, Antonio Francisco Lisboa.[410]

Na premissa de Joaquim Ribeiro, as bandeiras exerceram decisivo papel na formação dos núcleos urbanos. Os bandeirantes não teriam se contentado apenas com a missão de

---

[408] MELO FRANCO, Afonso Arinos de Melo. A Sociedade Bandeirante das Minas. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 83.

[409] Ibid. p. 83.

[410] Ibid. p. 104.

devassadores dos sertões, mas seriam responsáveis também pela fundação de numerosas povoações, arraiais, vilas e cidades.

> E quando consideramos este problema, não podemos fugir a um curioso debate sobre a origem das cidades brasileiras.
> É um novo campo de polêmicas.
> Duas correntes de opinião disputam as preferências dos estudiosos.[411]

As duas correntes de acordo com o intelectual carioca dividiam-se entre os historiadores – em grande parte católicos – que explicavam o surgimento das cidades pelo fator religioso. "Em torno da capela, da igreja (afirmam) é que se desenvolve a 'urbs' brasileira," [412]e a segunda corrente que defendia a procedência do fator militar. "A cidade nasce ao lado do forte, do posto militar, da Fortaleza." [413]

No entanto, para Joaquim Ribeiro, nas áreas povoadas pelo bandeirismo nenhuma das duas teses poderia ser concebida. Na região do expansionismo bandeirante, grande parte das povoações, arraiais, vilas e cidades nasceu dos pousos – as rancharias[414] - ocupadas pelos desbravadores, e mais tarde, com o advento do ouro, dos núcleos de mineração.

## 3.6 A conflituosa relação entre bandeirantes, indígenas e Jesuítas

A conferência de Alfredo Ellis Jr. intitulada *O Bandeirismo na economia do século XVII* foi sem dúvida o capítulo em que mais se deu espaço para a discussão sobre a prática de apresamento indígena e a conflituosa relação entre bandeirantes e jesuítas. O autor sustentaria a sua tese a partir da equação de diferentes aspectos que desencadearam na necessidade da prática violenta contra os indígenas e no conflito direto com as missões jesuíticas.

Na análise de Alfredo Ellis Jr., o objetivo final dos agrupamentos humanos é o lucro. "Tudo na História gira em torno do que até hoje é o objetivo de todas as nossas ações" [415] O

---

[411] RIBEIRO, Joaquim. Problemas Fundamentais do Folklore dos Bandeirantes. In: *CURSO DE BANDEIROLOGIA*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 119.

[412] Ibid. p. 119.

[413] Ibid. p. 119.

[414] Segundo Joaquim Ribeiro, as rancherias consistiam nos locais de pouso que eram erguidos nos itinerários dos bandeirantes, geralmente localizados em lugar de boa água potável, de bons pastos, onde se procurava praticar a agricultura transitória da lavoura de milho.

[415] ELLIS JÚNIOR, Alfredo Ellis. O Bandeirismo na Economia do século XVII. In: *CURSO DE BANDEIROLOGIA*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 59.

lucro tanto agora, como no passado, só pode ser obtido através da produção. Desta forma, qualquer agrupamento só exerce uma função na razão direta da produção que realizaram ou realizam. Para esta produção, segundo o historiador paulista, é necessária uma equação algébrica, na qual cada um dos termos desta equação representa um fator com que conta o agrupamento humano, fazendo com que aumente ou diminua o seu valor econômico, e, portanto, a sua projeção no cenário da História, com consequências em número maior ou menor.[416] "Eis a equação: Produção T (ecologia) M (Mão de obra) C (capital) t (transporte) + c (consumo)." [417]

Ao aplicar a tese ao período das bandeiras paulistas, de acordo com o autor, a Capitania de São Vicente foi, num primeiro momento, prejudicada pela falta do fator T (ecologia), no ciclo do pau-brasil. No início do período açucareiro, teria despontado na frente na produção do açúcar, mas com o desenvolvimento da região Nordeste acabara perdendo a batalha econômica devido à inferioridade demográfica e dos recursos econômicos na região Vicentina. "Para S. Vicente, a miséria; para o Nordeste, a riqueza! Esse foi o binômio fatal que deveria presidir toda a História do Brasil." [418]

O nordeste, vitorioso da primeira batalha do açúcar[419], exerceria grande influência nos rumos tomados pela Capitania de São Vicente, interferindo nos aspectos políticos, sociais, étnicos e econômicos.

> [...] de modo que, os quadros que esta capitania exibiu na sua História aparente, são meras manifestações exteriores de fenômenos inaccessíveis, ocultos e de causas recessivas, que o historiador, verdadeiramente digno desse título deve descobrir. Alguém já teve olhos para isso?
> [...]
> A influência exercida pelo nordeste teria ocorrido através da escassez do fator M (mão-de-obra) na produção do açúcar:
> Onde o Nordeste poderia os encontrar?
> A) Na África
> B) No próprio nordeste
> C) Na Capitania Vicentina
> Dessas três fontes de abastecimento, a da Africa era insuficiente, pois só fornecia 4.000escravos anualmente, segundo Simonsen, citando Varnhagem.

---

[416] Ibid. p. 59.

[417] Ibid. p. 59.

[418] ELLIS JÚNIOR, Alfredo Ellis. O Bandeirismo na Economia do século XVII. In: *CURSO DE BANDEIROLOGIA*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 60.

[419] De acordo com o autor, a primeira batalha do açúcar representa o período de conflito econômico entre a região nordeste e a Capitania de São Vicente pelo monopólio da produção de açúcar ainda na primeira metade do século XVI.

> [...]
> No próprio Nordeste, o abastecimento teria sido diminuto, porque aí não houve apresamento, além de que as condições eram todas contrárias a busca de mão de obra.[420]

Seguindo a tese do historiador, diante desta necessidade, o bandeirismo apresador tornou-se uma fonte de subsistência na capitania Vicentina que, não possuindo outra fonte de riqueza, colocou-se a cargo de "exportar" mão-de-obra indígena para o Nordeste.

> Com esse raciocínio lógico e claro, temos que o bandeirismo de apresamento, com duas das suas principais causas de ordem econômica perfeitamente salientadas e visíveis, não foi um fenômeno voluntário, isto é, dependente da vontade dos idealizadores, mas um ato predeterminado pela economia da terra e pela economia alheia, as quais obrigavam aos vicentinos ao apresamento, se quisessem se manter vivos e civilizados.
> Com isso, se evidencia a natureza econômica da nossa grande epopeia!
> [...]
> É preciso que se compreenda, porém, que se apresamento houve é porque havia causas a determiná-lo.[421]

Para Alfredo Ellis Jr., o apresamento de índios para a mão-de-obra de suas próprias lavouras era uma justificativa insuficiente, na medida em que "essas lavouras eram pequenas mais uma jardinagem do planalto piratiningano e no litoral, como concluíram pesquisas originais sobre aminha direção [...]" Nas linhas seguintes, o historiador paulista reforça mais uma vez o seu argumento:

> Essas pesquisas, mencionadas acima, em vários milhares de inventários publicados, nos ensinaram que no Planalto não ficaram essas centenas de milhares de índios apresados. Senão ficaram aqui, para onde teriam ido? É claro, a resposta não pode ser outra! Foram exportados. Era uma exportação, a única que só podia ser feita pelo Planalto piratiningano, porque o escravo, se locomovendo por si, varava a barreira da Serra do Mar, muralha que se antepunha entre o Planalto e o litoral.
> Mercadoria nenhuma poderia ser exportada através desse antolho natural, tão adusto e bravio era ele.[422]

Devido às dificuldades geográficas de estabelecer um comércio direto de exportação com a Metrópole, segundo Alfredo Ellis Jr., a única mercadoria possível a ser produzida pelo Planalto era o escravo índio e a única maneira de produzi-lo era na atividade de apresar. Deste

---

[420] ELLIS JÚNIOR, Alfredo Ellis. O Bandeirismo na Economia do século XVII. In: *CURSO DE BANDEIROLOGIA*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 64.

[421] Ibid. p. 65.

[422] Ibid. p. 67.

modo, o autor defende mais uma vez em seu discurso, que o apresamento teve como única finalidade a necessidade econômica e jamais uma motivação aventureira.

A partir de 1640, a situação de euforia econômica que proporcionou o apresamento indígena entraria em declínio, o que de acordo com o autor, ocorreu pelas seguintes razões: a restauração portuguesa e promulgação de D. João VI para delimitação das fronteiras; a extinção da atividade jesuítica nas proximidades do Planalto com a destruição das províncias que serviam como abastecimento de indígenas; restauração nordestina pelos portugueses e o fim do monopólio fornecedor de escravos; e o fim da lavoura açucareira no nordeste na segunda metade do século XVII. Com declínio do apresamento, surgiram outras formas de bandeirismo que pudessem gerar novas fontes de renda.

> Sim, porque uma vez que havia sido estancada a fonte de renda planaltina, seria preciso que os habitantes da região apelassem para outro meio que lhes outorgasse recursos.
> Como iriam os planaltinos suprir suas necessidades de grupo humano civilizado? O ouro só foi descoberto no fim do século!
> Os planaltinos, pois, tiveram que recorrer a outras atividades. Uma delas, foi a expansão colonizadora. Vemos, assim, que esta não foi senão consequência do declínio do apresamento. Tivesse este continuado até o fim dos seiscentismo, no mesmo diapasão, em teve lugar na primeira metade do século XVII, a evolução histórica teria sido muito diferente![423]

No que diz respeito aos relatos dos jesuítas sobre a extrema violência dos bandeirantes nas regiões administradas pelas missões, Alfredo Ellis Jr. argumentou que os relatos mostram uma visão imparcial dos fatos ocorridos nas invasões bandeirantes nas reduções jesuíticas do Guairá. Em livro publicado em 1948 - cujo estudo é resultante de sua tese para a vaga na cátedra da Universidade de São Paulo ainda em 1939 e que serviu de base para sua conferência no Curso de Bandeirologia - o historiador paulista deixaria explícita a sua desvalorização dos documentos deixados pelos jesuítas, na qual relatam os massacres sofridos nas missões.

> Eu estou na firme crença de que, sem embargo de tudo isso, os jesuítas não eram "anjinhos".
> Eles combatiam os paulistas como o máximo ardor e estavam sempre melhor armados que seus inimigos. Estou certo que a causa deles não era melhor, e que a noção que Calogeras espalhou de que eles eram os grandes caluniados da história do Brasil, não é verdadeira.
> O futuro me dará razão! Estou certo disso!
> Tenho acertado muitas profecias em história! Esta não será a última![424]

---

[423] ELLIS JÚNIOR, Alfredo Ellis. O Bandeirismo na Economia do século XVII. In: *CURSO DE BANDEIROLOGIA*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p.72.

[424] ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Meio século de Bandeirismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948. p. 103.

Em sua tese, os verdadeiros documentos que relatam de forma imparcial o apresamento bandeirante só puderam passar pelo crivo dos historiadores a partir da publicação dos documentos feita por Whashington Luís ainda na década de 1920.

> Os Jesuítas eram homens intelectual e moralmente superiores.
> Quanto a isso, não tenho a menor dúvida! Estou também certo de que um espírito de bondade, e de caridade cristã, coroava todas as virtudes, que de muito bom grado, reconheço em todos eles.
> Como intelectualmente superiores aos rudes desbravadores das selvas e caçadores de índios, que foram os paulistas, possuíam os jesuítas todos os elementos históricos para a reconstituição das epopéias sertanejas das províncias do Guairá, Itati, Tape e Uruguai e o fizeram segundo os seus pontos de vista. Só hoje, graças à publicação dos documentos paulistas, levada a efeito por ordem à publicação dos documentos paulistas, levada a efeito por ordem do eminente estadista que é o benemérito Washington Luís – passo dos mais acertados para a elucidação do nosso passado – podemos deitar um pouco de luz imparcial aos feitos de nossa história. Infelizmente, porém, os nossos antepassados eram de um laconismo espartano, coisa que atribuo à falta de cultura, em que viviam os mesmos.[425]

Ellis Jr. afirmava compreender a forma "emotiva" como os jesuítas documentaram os fatos ocorridos comparando a sua participação ativa na revolução constitucionalista de 1932:

> E não podiam os jesuítas deixar de ser humanos e, nestas condições, apaixonados defensores do ponto-de-vista indianófilo, não podiam escrever imparcialmente! Isso é humano e compreensível! Ninguém pode recriminá-lo por isso!
> Em seu lugar, talvez, eu me mostrasse ainda mais parcial, no que tivesse de escrever. Já tive, aliás, oportunidade de manifestar-me, quando ainda esbraseado pelo calor das trincheiras de 32! E com que paixão o fiz, a despeito de toda a minha imparcialidade! Creio que os reverendos de Santo Inácio também assim agiram, quando, molhando suas penas nas lágrimas vertidas com sincera piedade e no sangue do índio americano das reduções,ainda quente depredações, levadas ao efeito pelos paulistas, tiveram de escrever os relatos, que tem servido de base ao juízo das posteridade sobre a luta travada no vale do rio Paraná.[426]

Tal pensamento sobre os jesuítas é o mesmo utilizado em sua palestra no Curso de Bandeirologia. Na conferência o historiador apontou o paradoxo existente no fato da Companhia de Jesus ter contribuído de forma inconsciente para a indústria bélica do apresamento.

> Sim, porque sem eles o apresamento não teria existido ou teria tido muito menor vulto, se realizando apenas com índios selvagens. Não forneceram eles, os jesuítas, produto semi-manufaturado, já reunido nas reduções e semi-civilizado, para

[425] Ibid. p. 105.

[426] Ibid. p. 105.

> indústria bélica das viagens paulistas? Não amansavam eles os índios que os paulistas iam apresar? Não eram eles, os jesuítas, que lapidavam e aprimoravam a matéria prima indígena da qual se serviam os paulistas como única mercadoria de sua exportação?
> Logo, eles foram parte na indústria! Suprimamo-los e a indústria não teria existido ou teria sido muito mais resumida e diferente.[427]

Ao finalizar sua conferência, o autor ainda defendeu que o bandeirismo apresador foi de suma importância para o estabelecimento das fronteiras do Brasil. Sem a ação violenta do bandeirante, apresando índios e destruindo as reduções jesuíticas do Paraná, espanhóis e jesuítas teriam dominado a região do Paranaguá.

> Suprimamo-lo, e os jesuítas teriam cortado as nossas ligações com o sul e os três Estados do nosso extremo sulino, teriam feito parte de Paraguai gigantesco, dentro do vice-reinado espanhol do Prata.
> Pergunta-se: S. Paulo teria resistido à expansão jesuítico espanhola, vitoriosa no Paraná?[428]

Nas outras conferências as relações e conflitos entre bandeirantes e indígenas também é mencionada, porém não se torna o cerne da questão como no caso do autor de *Meio século de bandeirismo*. De acordo com Afonso Arinos de Melo Franco, a relação entre índios e brancos com a chegada dos colonizados no litoral não deve ser subestimada, nem tampouco apreciada, porém as guerras entre cristãos e bárbaros constituíram apenas um ponto culminante do processo civilizador no decorrer do século XVI, não em todo ele.

No século XVII, a civilização europeia, já representada pelo bandeirante, envolveu-se em dois grandes choques com os povos hostis: destruição dos quilombos negros, principalmente o de Palmares e o extermínio das tribos indígenas, a qual denominou de Guerra dos Bárbaros. Entretanto, segundo o autor, esses embates não possuem a mesma importância no processo evolutivo da nossa civilização quanto à expansão geográfica bandeirante, a qual devesse a criação de condições que tornaram possível, após o descobrimento das minas de ouro, de uma sociedade civilizada em pleno coração da América do Sul.[429]

---

[427] ELLIS JÚNIOR, Alfredo Ellis. O Bandeirismo na Economia do século XVII. In: *CURSO DE BANDEIROLOGIA*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p.68.

[428] Ibid. p. 76.

[429] MELO FRANCO, Afonso Arinos de Melo. A Sociedade Bandeirante das Minas. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 80.

Na conferência de Joaquim Ribeiro, as distinções entre índios e bandeirantes surgiram como parte do problema sociológico presente na historiografia das bandeiras paulistas. O intelectual carioca critica a tese de Oliveira Vianna, na qual refere-se à divisão da sociedade bandeirante nos tempos coloniais. Segundo o autor fluminense, o branco, o mestiço e o negro estavam divididos em três classes distintas: escravos (negros), foreiros (mestiços) e senhores (brancos). Para Joaquim Ribeiro, esta divisão de classes não passa de uma ilusão de Vianna, pois nunca houve esta classe intermediaria formada pelos mestiços. Existiam apenas duas classes: dominadores (brancos) e dominados (negros e índios).

Para Virgílio Correa Filho, os conflitos entre as Coroas de Espanha e Portugal pelos territórios ao sul, impulsionaram a expansão que devastou toda a região por onde os bandeirantes passaram: "[...] levando tudo de roldão, fossem aldeamentos, fossem vilarejos com povoadores brancos, de mistura como os nativos catequizados. Nada poupariam os temerários vingadoras das afrontas sofridas por sua Pátria humilhada."[430]

No entanto, situa o apresamento indígena e o ataque as reduções jesuíticas como uma ação negativa do início formação das cidades.

> Em colunas já numerosas e experimentadas, acometeram, mais tarde, a província da Guairá, cuja população aprisionaram. Desceram às missões do Uruguai, onde conheceram tremendo revés. Saltaram o Paraná. Destruíram Santiago de Xerez e aldeias circunjacentes, no atual Estado de Mato Grosso.
> E refluíam, de cada expedição, com milhares de selvícolas reduzidos ao cativeiro. É a fase despovoadora do bandeirismo.
> Ação negativa, portanto, na fundação das cidades.[431]

O que podemos concluir a partir das discussões presentes neste tópico, é que apesar da proposta de novos ares para a historiografia do bandeirismo, no que se refere a temática da relação com o indígena, atribuir ao bandeirante a sua parcela de culpa na dizimação de centenas de tribos indígenas e no extermínio de parte da cultura desses povos, ainda era um tema negado por esses historiadores que permaneciam a justificar a ação violenta do bandeirante paulista como mera necessidade econômica a partir do qual "os fins justificam os meios".

Alfredo Ellis Jr. é o exemplo mais evidente neste material da dificuldade dos intelectuais das primeiras do século XX em reconhecer o quanto a empreitada bandeirante foi

---

[430] CORRÊA FILHO, Virgílio. O Bandeirismo na Formação das Cidades. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA, 1946, São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 34.

[431] Ibid. p. 36.

violenta e crucial para a história dos povos indígenas, assim como dar a devida relevância aos documentos deixados pelos jesuítas que, como fonte, demonstram um outro lado desta historiografia do bandeirismo.

## 3.7 O discurso de heroicização do bandeirante paulista

Ainda no início do século XX, período em que a escrita da história era produzida primordialmente no interior dos institutos históricos, grande parte dos escritores presentes no IHGSP, defendia que a diferenciação do homem bandeirante dava-se a partir da mistura dos primeiros colonizadores portugueses com a população local.[432] Segundo Marcel Lapuente Mahl, a partir das duas matrizes - portugueses e índios – estes intelectuais visualizaram a existência de uma nova raça, representada com características positivas, superlativas e laudatórias.

> Desse modo, os portugueses seriam os desbravadores aventureiros, que superaram as dificuldades impostas pela natureza com a perspectiva de lançar as bases de uma nova civilização. Já os indígenas, destacadamente os guaianás – que tiveram, aliás, sua existência questionada por alguns escritores do período– eram bondosos e afeitos à força civilizadora do branco, oferecendo a pureza necessária para o caldeamento. Finalmente, o amálgama destes dois grupos raciais, pretensamente isolados no planalto do Piratininga, teria formado, aos olhos dos membros do instituto, uma verdadeira raça paulista de características eugênicas, uma vez que se excluía dessa mistura original a presença do sangue negro, alvo das considerações negativas aos olhos dos teóricos raciais.[433]

Esta propagação de uma raça bandeirante serviria, segundo o autor, como base para uma simbologia positiva e laudatória do povo paulista. A construção simbólica representou um ponto de equilíbrio entre as teorias raciais europeias (ver no primeiro capítulo) e a realidade miscigenada brasileira, na medida em que não negava a existência de grupos hierarquizados distintos, mas considerava um indivíduo miscigenado passível de desenvolvimento econômico, social e intelectual.[434]

---

[432] MAHL, Marcelo Lapuente. O Paulista e o Outro: A Construção de Uma identidade Racial no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940). In: FERREIRA, Antonio Celso (Org.); MAHL, Marcelo Lapuente (Org.). *Letras e Identidades*: São Paulo no Século XIX, Capital e Interior. São Paulo: Annblume, 2008. p. 37.

[433] Ibid. p. 37.

[434] MAHL, Marcelo Lapuente. O Paulista e o Outro: A Construção de Uma identidade Racial no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940). In: FERREIRA, Antonio Celso (Org.); MAHL, Marcelo

Ao se depararem com a realidade miscigenada do país, os intelectuais presentes no IHGSP, encontraram na figura do mameluco uma forma de destacar o povo paulista no panorama étnico brasileiro. Com respaldo nas teorias raciais, ainda de acordo com Lapuente Mahl, os sócios do Instituto definiram fronteiras claras, fundamentadas na existência do sangue bandeirante, distinguindo-se em relação aos demais estados da federação e fortalecendo sua preponderância política, econômica e cultural. Esta forma de pensamento reproduziu-se entre os intelectuais brasileiros até meados da década de 1930, na qual indicavam a existência de uma pureza racial paulista da elite paulista, resultado do relativo isolamento ao qual o Estado ficou submetido até o século XIX.

O grande cerne deste pensamento pode ser visto na obra *Raça de Gigantes* de Alfredo Ellis Jr., publicada em 1926. Como vimos no capítulo anterior, à obra concentrou-se em tratar do aspecto racial do bandeirante, voltando-se a estudar dois tipos formadores: o português e o índio. O historiador paulista também deu continuidade à tradição regional de louvação do mestiço como sendo o mameluco fruto da mestiçagem do dólico-moreno lusitano e dos índios guaianás, apresentando o paulista como essencialmente mestiço.[435] De acordo com historiador Danilo Ferreti:

> Na sua visão, a mestiçagem paulista havia sido a única do Brasil a formar um tipo realmente superior. Nos termos da antropologia da época, o mameluco bandeirante seria fruto de uma "sub raça" nova, por criar um tipo original que não retornou a nenhum dos tipos formadores (índio e português), e eugênica, pois dotada em doses elevadas de fecundidade e longevidade. Sem romper com o paradigma racista, Ellis Jr. realizava um elogio da mestiçagem paulista, identificando nela a principal explicação para o progresso de São Paulo e a superioridade do tipo regional.[436]

O discurso de distinção do homem bandeirante como raça de características peculiares que o distinguia dos outros povos da colônia foi resgatado de forma velada nos discursos dos intelectuais presentes no material das conferências. Apesar de utilizar a abertura da

---

Lapuente (Org.). *Letras e Identidades*: São Paulo no Século XIX, Capital e Interior. São Paulo: Annblume, 2008. p. 38.

[435] FERRETTI, Danilo Zionni. *A Construção da paulistanidade.* Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). 2004. 377 f. Tese (doutorado em história social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. p. 348.

[436] Ibid. p. 350.

conferência para exaltar a grandiosidade da "raça de gigantes" [437], Alfredo Ellis Jr. não se prendeu como vimos, ao tema em questão. Entretanto, outros intelectuais como Virgilio Corrêa Filho e Joaquim Ribeiro dedicaram parte da sua palestra a discutir a influência racial na formação do homem desbravador, heróico e aventureiro no qual se tornou o bandeirante paulista.

De acordo com a premissa de Virgilio Corrêa Filho, a palavra bandeirismo representa a manifestação máxima da energia racial reveladas por tendências individualistas presentes nos homens do planalto. Ainda segundo o matogrossense, o bandeirismo também espelha o mesmo ímpeto aventureiro, que havia impulsionado os portugueses nas expedições marítimas no século XVI.

> Outros povos lhe receberiam a flama inspiradora, que iluminou de vivos clarões a alvorada esplendente do Renascimento, interpretada às maravilhas pelo seu épico imortal.
> A raça, porém, não se extinguiu animada pelo poema luminoso.
> E antes que a Metrópole decaia de sua posição gloriosa, mas afinal sacudida pelo brio atávico, recuperasse a perdida soberania, a sua colônia preparou-se para lhe compensar os ultrajes do jugo desmoralizador.[438]

No Brasil, este ímpeto aventureiro seria reproduzido por seus descendentes, ou seja, os bandeirantes que tentariam imitar as proezas das viagens realizadas pelos navegantes, porém de maneira diversa. Com o surgimento das bandeiras, reuniriam-se lutadores impávidos que combatiam com perseverança e impetuosidade as adversidades sofridas.

> Peninsulares transplantados, mamelucos resultantes do cruzamento da índia com o branco, mestiços de varia tonalidade, todos se abrasavam nos fecundos anseios de empreendedores de algaras, de cuja realização participavam de boa mente.
> E assim penetraram, pelos seus feitos inigualáveis, na História da formação do Brasil.[439]

---

[437] "Assim, como esse aspecto material da minha atividade profissional, concentrada no estudo do passado, existe bem viva a chama de ideal que me empolga de viver unicamente a perscrutar, como um eterno enamorado, o passado imortal de minha terra e de minha gente. Sim, dessa terra monumental na qual tive a sublime mercê de nascer. Dessa terra abençoada, na qual viveram, sofreram, se mortificaram, escreveram sublimes epopeias, muitos dos maiores, cujos restos mortais desapareceram nesta terra admirável que é o nosso maravilhoso Planalto. Sim, dessa terra augusta, que foi regada em abundância pelas lágrimas de nossa gente, pelo suor laborioso de nossos pais, pelo sangue de nossos avoengos. Sem essa gente prodigiosa cuja 'raça de gigantes' foi protagonista de tantos capítulos homéricos que se escalam tumultuosamente na nossa evolução pelos séculos. Sem embargo desse entusiasmo que faz dinamicamente animado o exercício da minha modesta profissão, a linha rígida de absoluta honestidade que tracei nos meus estudos e nas minhas pesquisas, não se perturba jamais [...]" (ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Meio século de Bandeirismo*. São Paulo: Companhia Nacional, 1948).

[438] CORRÊA FILHO, Virgílio. O Bandeirismo na Formação das Cidades. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA, 1946, São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 33.

Da herança indígena ganharam o tino de direcionamento para que sem instrumentos específicos explorassem a vegetação pelos picos, serras e rios:

> Em sentido transversal, de inúmeras incursões conservaram-se vestígios ou provas documentais, que evidenciam a argúcia exploradora dos bandeirantes, capazes de cruzarem o continente sul-americano de leste a oeste, como atestou o périplo inigualável de Antonio Raposo, ao marinhar pelas encostas andinas, donde teria regressado por águas amazônicas, ao completar, por terra, o circuito, através do território matogrossense.[440]

Opondo-se explicitamente a ideia de raça bandeirante, Joaquim Ribeiro faria em sua conferência críticas abertas aos defensores desta teoria que, segundo ele, não passa de "mera licença semântica" [441]

> O facto verídico, incontestável, histórico e comprovado é a existência de intensa mestiçagem entre elementos ibéricos e elementos ameríndios, localizados no planalto paulista.
> O fato antropológico predominante, portanto, foi o mestiço, o mameluco, como foi chamado o filho de branco com a índia da terra.
> Esta mestiçagem racial determinou, consequentemente, aculturações de tradições, usos e costumes das duas raças em contato.
> A pesquisa sobre o folclore dos bandeirantes confirma essa assimilação.[442]

Criticou veementemente a tese de Gilberto Freyre em *Casa Grande Senzala*, a qual ignora a importância do elemento mameluco na história paulista e atribui ao nomadismo dos bandeirantes certa influência semítica na antiga população de São Paulo.

> O argumento de que se vale Gilberto Freyre para sustentar a predominância de semitas em São Paulo, não me parece sugestivo.
> A que ele atribui a localização de semitas, judeus e cristãos novos nos planaltos do sul?
> Afirma que tendo ido o Santo ofício à Pernambuco e à Bahia, é de supor que os elementos de sangue semita acorressem para o sul do país.
> Ora, o argumento é fraquíssimo.[443]

---

[439] CORRÊA FILHO, Virgílio. O Bandeirismo na Formação das Cidades. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA, 1946, São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 35.

[440] Ibid. p. 37.

[441] RIBEIRO, Joaquim. Problemas Fundamentais do Folklore dos Bandeirantes. In: *CURSO DE BANDEIROLOGIA*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 109.

[442] Ibid. p. 109.

[443] RIBEIRO, Joaquim. Problemas Fundamentais do Folklore dos Bandeirantes. In: *CURSO DE BANDEIROLOGIA*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p.110.

De acordo com Joaquim Ribeiro, a tese de Gilberto Freyre não possuía base convincente, pois a mobilidade bandeirante era resultante apenas de duas influências: do influxo ameríndio através do mameluco e da própria ecologia do planalto. A tese do autor carioca consistia em que, os ameríndios, cuja característica consiste no permanente migracionismo pela América, transmitiram ao mameluco a aptidão para a constante mobilidade. Os mamelucos tinham essa característica como vocação.

No plano da ecologia, estudos geográficos comprovariam que os habitantes do Planalto possuíam esqueleto mais desenvolvido que os demais devido à influência do fosfato e carbonato de cálcio dos terrenos calcários, presentes nas águas da região. Baseado nessas interferências, o biótipo predominante no planalto paulista era do homem de alta estatura, habituado a longas caminhadas, um homem longilíneo. Foram apenas essas características – influxo ameríndio e as condições ecológicas – que tornaram o homem bandeirante com um tipo físico próprio, capaz de suportar as grandes dificuldades mata à dentro.

> Estes são os únicos dados objetivos que possuímos sobre o homem das bandeiras.
> A hipótese de uma raça bandeirante é destituída de qualquer sentido objetivo.
> A tese do largo influxo de sangue semita na população bandeirante também o é.

Apesar de estar na contramão da tese de raça bandeirante defendida por muitos intelectuais daquele período que construíram a base de suas carreiras dentro do IHGSP, Joaquim Ribeiro, da mesma forma que seus colegas, também relegou a presença do negro na composição racial do pioneiro paulista. No último tópico da conferência intitulado *a submersão do mundo bandeirante* o autor destacou as causas que levaram ao declínio das bandeiras paulistas[444], entre elas, e segundo o autor, a fundamental, refere-se ao momento em que o sangue mameluco foi misturado e "contaminado" com o do escravo africano.

> Enfim, o bandeirante desapareceu no momento em que o sangue mameluco, ameríndio se diluiu, contaminado pelo sangue negro-africano de escravos trazidos de fora.
> A bandeira foi, antes de tudo, o índio, o mameluco.
> A fazenda foi, principalmente, o negro, o mulato.
> Eis aí as causas fundamentais da grande submersão.[445]

---

[444] Entre as causas estavam o abandono do nomadismo e o início da vida sedentária, a substituição da atividade extrativa pela atividade agrícola fundando a monocultura do café, que por sua vez resultou a substituição da propriedade pelo latifúndio.

[445] RIBEIRO, Joaquim. Problemas Fundamentais do Folklore dos Bandeirantes. In: *CURSO DE BANDEIROLOGIA*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 124.

Em Afonso Arinos, a heroicização é formulada de maneira distinta da individualidade racial do bandeirante. O intelectual mineiro apelaria para as questões morais, a necessidade desses homens de romperem laços de moralidade, como comportamentos civilizados, até mesmo o abandono da própria família para seguir pelo sertão em busca das minas de ouro:

> O paulista que se atirava ao sertão tinha de levar leves a alma e o corpo. Esmagava dentro de si as emoções como Fernão Dias, que partiu com a mulher enferma, dizendo que a deixaria ainda quando ela se encontrasse em artigo de morte. Esta dureza moral era imposta pela necessidade de romper quaisquer laços, quaisquer compromisso com as doçuras civilizadas que ficavam na ponta da última vila. Ao lado desta, impunha-se também uma grande dureza física, que levava o bandeirante a tratar o corpo com franciscano desprendimento. [446]

Ainda segundo o autor, a história da civilização no interior de países como Brasil, Argentina e Estados Unidos, antes de ser relatos sobre lutas entre povos mais fortes contra os mais fracos, é a narrativa da conquista de um imenso território por ousados pioneiros. "Luta do homem contra o deserto, da qual a palavra "sertão", segundo alguns filólogos, ficou como lembrança do nosso idioma agreste, a que Mario de Andrade chamou certa vez 'língua do ao.'"[447]

Nos meados dos anos 1980, em uma pequena entrevista concedida na introdução de seu livro, a Historiadora Luiza Volpato (1986) respondeu sobre a questão das Entradas e Bandeiras ainda ser considerado um dos grandes temas da História do Brasil e merecedor de tanta atenção historiográfica[448]. Segundo Volpato tem como justificativa:

> O bandeirante, na quase totalidade dos estudos feitos sobre ele, tem sido apresentado como um forte, como um homem dotado de bravura suficiente para enfrentar os perigos da guerra da selva, capaz de enfrentar perigos sem fim e, além disso, arrogante e independente o bastante para desafiar o rei. Mesmo nos textos escritos pelos jesuítas, os quais, muitas vezes, tinham o objetivo de denegrir a imagem do bandeirante, é reforçada a ideia de que ele era forte e arrogante. Essas qualidades têm sido importantes na transformação do bandeirante em herói e símbolo.[449]

---

[446] MELO FRANCO, Afonso Arinos. A Sociedade Bandeirante das Minas. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol. p. 89.

[447] Ibid. p. 80.

[448] VOLPATO, Luiza Rio Ricci. *Entradas e Bandeiras* - Coleção: História Popular. São Paulo: Global, 1986. p. 11.

[449] VOLPATO, Luiza Rio Ricci. *Entradas e Bandeiras* - Coleção: História Popular. São Paulo: Global, 1986. p.11.

Sobre a construção simbólica da imagem do bandeirante como herói feito pela historiografia, Luiza Volpato argumenta que o bandeirante muitas das vezes é ainda apresentado como nos livros didáticos: o grande responsável pelas dimensões continentais do país. As ilustrações presentes nos livros mostram uma figura sertanista caracterizada com botas de cano alto, chapéu de aba larga, gibão acolchoado com uma escopeta ou um bacamarte na mão. É reproduzida a visão construída nas primeiras décadas do século: um homem heróico, bravo, que vencendo inúmeras dificuldades.

Nas palavras de Amilcar Torrão Filho esta imagem mítica do bandeirante constitui-se das seguintes características:

> No caso do bandeirante, suposto ancestral das elites modernas e progressistas de São Paulo, cria-se a imagem de um ser dotado de força, determinação e independência, que não obedecia a reis ou papas em busca de seus "ideais". Em obras de divulgação didática as características físicas destes bandeirantes não se assemelham a de nenhum homem, mas a heróis; criou-se a imagem idealizada de homem forte, corpulento sábio e com um ar de profeta bíblico. Essa adjetivação atribui-lhe sabedoria e conhecimento fora da alçada de homens comuns.[450]

É a partir desta imagem – como podemos analisar nos parágrafos acima - que ainda persistirá alguns dos discursos presentes no supradito Curso. Imagem esta pautada em transmitir um ancestral de raça privilegiada, oriunda da exclusiva mistura do europeu e do indígena. Capaz de salientar uma historicidade pautada em um povo forte, de características próprias, apto a construir uma nação da amplitude do Brasil.

## 3.8 Tradições e novas perspectivas

Os discursos apresentados ao longo desse capítulo foram se diluindo ao longo da segunda metade do século XX e abrindo espaço para novas perspectivas que traziam um novo olhar sobre a expansão territorial durante os séculos XVI e XVII. Estudos contemporâneos mostravam um outro lado da narrativa, colocando no centro da análise os relatos de índios e jesuítas, muitas vezes principais vítimas da empreitada bandeirante. Entre essas obras, merece

---

[450] TORRÃO FILHO, Amilcar. *A sétima porta da cidade:* memória, esquecimento e ressentimento na História de São Paulo. *Revista História & Perspectivas*, São Paulo, v.1, n.31, p.127- 152. 2004. p. 140.

destaque neste capítulo a obra *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo* de John Manuel Monteiro.

Publicada na década de 1990, a obra é considerada como um ponto de partida para abordagens histórico-antropológicas que permitiram novas compreensões sobre o lugar dos índios em nossa história. A trajetória acadêmica de John Monteiro caminhava junto ao desenvolvimento de uma historiografia que passou a considerar os índios como sujeitos históricos, questionando as antigas concepções que lhes reservavam o lugar de vítimas passivas dos processos de conquista e colonização.[451]

Na análise de John Manuel Monteiro[452], na busca por assegurar um lugar de destaque para seus ascendentes na história nacional, estudiosos paulistas das primeiras décadas do século XX menosprezaram o contexto histórico do período colonial em suas interpretações sobre o sentido e a evolução do chamado bandeirantismo.

De acordo com o historiador, ocorreu por parte desses historiadores a adoção de uma convenção em que se dividia o movimento em fases distintas, abrangendo o "bandeirismo defensivo", o apresamento, o movimento colonizador, as atividades mercenárias e a busca de metais e pedras preciosas. Entretanto, em seu entendimento, por mais pretextos e resultados variados que marque a trajetória dessas expedições, a penetração dos sertões girava em torno de um mesmo motivo: a necessidade crônica da mão-de-obra indígena para o aumento das atividades agrícolas dos paulistas[453].

O que teria mudado ao longo do século foram às condições de apresamento, determinada pelas variáveis de orientação geográfica, das distâncias percorridas, dos custos operacionais e das formas divergentes de reação dos indígenas abordados.

> Com o intuito de expandir a base produtiva da Colônia, os paulistas passaram a introduzir na esfera colonial índios em números crescentes, e provenientes de terras cada vez mais remotas. Esta massa de novos cativos, por sua vez, destituída de qualquer vínculo histórico com as terras que passavam a habitar, ocuparia a base de uma sociedade colonial, definindo-os nos termos das relações sociais que moveriam o novo sistema de produção.[454]

---

[451] ALMEIDA. Maria Regina Celestino de. John Manuel Monteiro (1956-2013): um legado inestimável para a Historiografia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n.65, p. 399-403, maio. 2013. p. 399.

[452] MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo.* São Paulo: Companhia da Letras, 1994. p. 57.

[453] Ibid. p. 57.

[454] MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo.* São Paulo: Companhia da Letras, 1994. p. 76.

Ainda de acordo com o historiador, a partir do século XVII as expedições de apresamento para o interior e o comércio de escravos índios em São Paulo adquiriram novos aspectos quantitativos e qualitativos. No decorrer de 1600 foram ampliados e aperfeiçoados os métodos de apropriação de mão-de-obra nativa utilizados nos últimos anos do século XVI. As expedições passaram a projetar distâncias mais dilatadas, integrando-se ao emergente circuito comercial entre capitanias.

Outro ponto a ser revisto pelo historiador é a premissa presente em grande parte da historiografia paulista do início do século XX, que defendia que o surto de apresamento pelo bandeirante entre o período de 1628-1641 relacionava-se a demanda por escravos no litoral açucareiro. Para ele tal demanda justifica-se muito mais pelo desenvolvimento da economia do Planalto do que pelo comércio de sustentação da mão-de-obra no ciclo do açúcar.

> Sem dúvida, alguns – talvez muitos – cativos tomados pelos paulistas chegaram a ser vendidos em outras capitanias. Mas este comércio restrito não explica nem a lógica nem a escala do empreendimento bandeirante. As evidências fazem crer que o abastecimento dos engenhos foi um aspecto conscientemente distorcido pelos jesuítas da época, justamente porque fornecia elementos substantivo para seu pleito com os paulistas.[455]

Ainda de acordo com John Manuel Monteiro, a versão convencional da historiografia brasileira sustentava que as grandes expedições contra as reduções jesuíticas coincidiram com uma crise aguda de mão-de-obra no Nordeste açucareiro, decorrente das invasões holandesas e da interrupção no tráfico de escravos africanos, em consequência da perda de Angola.

> Porém, este argumento é deficiente no seu recorte cronológico, pois a expedição de Raposo Tavares saiu alguns anos antes da invasão de Pernambuco e é bem anterior à tomada de Luanda. Mesmo assim, é verdade que, embora a indústria açucareira empregasse o trabalho indígena para a execução de determinadas tarefas, o número de índios disponíveis decresceu nos primeiros anos do século XVII.[456]
> [...]
> Na verdade, os escravos índios que foram "exportados" de São Paulo representariam apenas o excedente da economia do planalto.[457]

O historiador ainda refuta que, o ciclo de recrutamento de mão-de-obra indígena fechou-se no decorrer dos anos de 1600 com a convergência entre os interesses minerais e a

---

[455] Ibid. p. 76.

[456] Ibid. p. 77.

[457] Ibid. p. 78.

busca por cativos. Até o fim do século, quando o apresamento foi substituído integralmente pela mineração, a frequência das expedições afetavam e refletiam as necessidades e a estrutura da economia do planalto.

> No início, antes da destruição sistemática do Guarani, os colonos permaneceram restritos à pequena agricultura, ou a exportação de modestas quantidades de carne ou marmelada, atividades que requeriam pouca mão-de-obra. Ao se aumentar rapidamente e a população cativa, através dos assaltos às aldeias e missões Guarani, possibilitaram-se maiores empreendimentos agrícolas, com a exploração intensiva de trabalhadores indígenas. A crise no abastecimento, iniciada em 1640 e agravada paulatinamente, obrigou muitos colonos a adotar outras estratégias produtivas, tais como a criação de gado, que maximizava a mão-de-obra disponível.[458]

No que diz respeito à conflituosa relação entre paulistas e jesuítas, John Manuel Monteiro argumenta que no início do século XVII, a presença jesuítica nos primeiros anos não se revestiu de semelhante ameaça. O Guairá abrangia um vasto território e até a década de 1620, a população liberta era maior do que a pertencente às missões. A partir de 1628, o quadro começava a mudar devido aos efeitos acumulados das expedições de apresamento, do processo de aldeamento e das doenças contagiosas, o que limitou o campo de atuação dos apresadores, que passaram a voltar os seus olhos para a população indígena aglomerada nas missões.[459]

> De acordo com um jesuíta da época, no início os paulistas respeitavam a presença dos padres, mas, com o aumento de sua cobiça, passaram a atacar as reduções. O problema, segundo ele, era que os mesmos paulistas consideravam a região como seu território exclusivo. Porém, o principal motivo dos assaltos, concluiu este jesuíta, residia na simples vontade dos colonos em adquirir índios "baratos".[460]

Na premissa do historiador, os intelectuais que contribuíram para o que chamamos aqui de historiografia do bandeirismo, defenderam por décadas o discurso de que os paulistas teriam investido contra as reduções, pois elas ofereceriam mão-de-obra já transformada e disciplinada pelos jesuítas, sendo estes indígenas melhor condicionados para o ritmo de trabalho exigido nos engenhos nordestinos. Para ele tal noção subestima a importância da horticultura Guarani, anterior ao contato jesuíta, superestima a eficácia de um projeto aculturativo dos jesuítas. Os portugueses haviam se interessado pelos Guaranis desde a

---

[458] MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo.* São Paulo: Companhia da Letras, 1994. p. 98.

[459] Ibid. p. 69-70.

[460] Ibid. p. 70.

primeira metade do século XVI, principalmente pelas notícias sobre a agricultura praticada pelos indígenas. Mesmo após a chegada dos jesuítas, a prioridade dos paulistas continuaria a ser o ataque as aldeias não controladas pelos padres.

> Finalmente, a partir das evidências da documentação jesuítica, produzida as vésperas da invasão paulista, fica patente que as reduções do Guairá não chegaram a se caracterizar como prósperas e disciplinadas comunidades utópicas que, posteriormente, configurariam o empreendimento jesuítico do Paraguai. De fato, as investidas periódicas de paulistas e espanhóis constituíram apenas um entre vários problemas que impediam o desenvolvimento das missões.[461]

A bandeira de 1628 comandada por Raposo Tavares assaltou diversas aldeias guaranis, logo almejando as reduções jesuíticas. Segundo o historiador, tal objetivo foi atingido através de formas de violência nuas e cruas. Até 1632 as sucessivas invasões destruíram grande parte das aldeias guarani e virtualmente todas as reduções Guairá. Milhares de cativos foram introduzidos em São Paulo e uma pequena parte negociada em outras capitanias.

> Segundo relato de um jesuíta, o método usual dos paulistas consistia em cercar a aldeia e persuadir seus habitantes, usando de força ou de ameaças, a acompanhar os colonos de volta para São Paulo. Um destino terrível reservava-se às aldeias que ousassem resistir. Nestes casos, os portugueses "entram, matam, queimam e assolam [...] e casos houve em que se queimaram povoações inteiras só para terror e espanto dos que ficaram vizinhos."

Os pontos levantados pelo historiador John Manuel Monteiro até aqui apresentados, contrapõem-se diretamente aos argumentos defendidos por Alfredo Ellis Júnior no capítulo intitulado *O Bandeirismo na Economia do Século XVII* do Curso de Bandeirologia. Sem sombra de dúvidas, Ellis Jr. fez parte da historiografia convencional a qual John Manuel refere-se em sua obra, historiografia esta que tinha como hábito amenizar a intensidade dos relatos dos jesuítas e justificar a perseguição e o massacre aos indígenas como mera necessidade econômica.

Ao longo deste capítulo observamos os principais argumentos destes intelectuais sobre as chaves temáticas que mais tiveram destaque no material do Curso de Bandeirologia. Percebe-se em alguns pontos a tentativa de mostrar ao público leitor/ouvinte novas atribuições a uma historiografia já reconhecida, mas que muito ainda poderia ser explorada. Em outros casos, evidenciamos a continuidade de um discurso gerido desde as primeiras décadas no IHGSP e nas linhas dos consagrados livros publicados sobre as Entradas e

---

[461] MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo.* São Paulo: Companhia da Letras, 1994. p. 70.

Bandeiras como *Vida e Morte Bandeirante* de Alcântara Machado e *História Geral das Bandeiras Paulistas* de Afonso de Taunay.

O que demonstra que estes intelectuais apesar do clima de renovação cultural causado pelo advento da democracia, ainda permaneciam mergulhados nas publicações consagradas sobre o tema das Bandeiras, muitas delas escritas pelos mesmos. Por este motivo, apesar da proposta de novas discussões para o tema, acredita-se que muitas vezes o que prevalecia eram os argumentos já conhecidos e que embasaram durante décadas a historiografia do bandeirismo.

Novos estudos continuavam surgindo a respeito do tema, como o caso dos livros de Joaquim Ribeiro e Sérgio Buarque de Holanda, no entanto, estas novas análises sobre o período das bandeiras paulistas nasciam ainda sob a égide de obras tradicionais e já consagradas no cenário de publicações brasileiras. Desta forma, trazer novos ares a historiografia do bandeirismo não representava abolir por completo as antigas hipóteses e teses já presentes sobre o tema. Mas sim, aliar a elas novas questões que possibilitassem o incentivo da continuidade das pesquisas sobre o bandeirismo

## 3.9 As Ilustrações de Belmonte presentes no material de divulgação

Benedito Carneiro Bastos Barreto (1896-1947) nasceu na capital paulista e tornou-se um dos grandes cartunistas e caricaturistas brasileiros, tendo seu pseudônimo reconhecido internacionalmente. Conhecido como Belmonte, o desenhista teve seus traços publicados entre os jornais e revistas mais importantes do país, nas décadas de 1920 e 1930. Trabalhou nos periódicos *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite* e nas revistas do Rio de Janeiro e São Paulo como: *Alvorada*, *Careta*, *D.Quixote*, *Kosmos*, *Cigarra*, *Vida Paulista*, *O Queixoso*, *Frou-Frou* e o *Cruzeiro*.[462]

Seu personagem Juca Pato tornaria-se sua principal marca e uma representação das críticas e aspirações da classe média paulistana. Concentrava seus ataques sobre a corrupção e a arrogância dos ricos, apresentando-se como defensor dos fracos.[463] O personagem foi publicado pela primeira vez em 1925 pelo jornal Folha da Noite e ganhou grandes proporções

---

[462] ARROYO, Leonardo. Prefácio. In: BELMONTE. *No tempo dos Bandeirantes*. Coleção Paulistica. São Paulo: Governo do Estado, 1980. p. 11

[463] BANCO de Dados Folha. *Belmonte, o criador do Juca Pato*. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/belmonte.htm.

no Estado de São Paulo: “havia nome de bar e restaurante, marca de cigarro, graxa de sapato, vinho, água sanitária, pacote de café, aperitivo de bar e até letra de samba com o nome Juca Pato.”[464]

Em entrevista à revista o Cruzeiro, em 1933, Belmonte explicou o surgimento do personagem como uma manifestação pública sobre reforma constitucionalista de 1924:[465]

> “Juca” nasceu do arrolhamento da imprensa. Foi a caricatura de um protesto.. Quando o Isidoro fez sua “bagunça” em 24, a imprensa foi amordaçada. Era mister dar-se uma voz ao povo, e o melhor meio, para escapar ao rigor dos Cerberos era crear-se uma allegoria. “Juca Pato” surgiu como expressão do povo que precisava dizer alguma coisa, criticar outras e não podia. E o fructo do velho adágio “ridendo castigat mores.”
> Mas o “Juca” de 24 nasceu chorando. De facto, nesse tempo, como hoje, não há muitos motivos para a gente rir.
> Era verdade. No tempo em que a bizarra creatura veio ao mundo, ella não ria. Falava no “Ignacio”, e Ignacio era Isidoro, como num fantástico rei. D. Sebastião, o esperado, capaz de remediar os nossos males. E “Juca” chorava...[466]

Em poucos anos de carreira, Belmonte ganhou projeção nacional e internacional, colaborando como caricaturista e cronista em jornais como o *A.B.C* de Lisboa, *Le Rire* de Paris e *Caras y Caretas* de Buenos Aires.[467] Suas charges ferinas sobre a Segunda Guerra correram o mundo. Às vésperas da rendição alemã, em 1945, o ministro da Propaganda de Hitler, Goebbels, em uma transmissão radiofônica, fez críticas a Belmonte por um álbum seu de caricaturas em que ridicularizava os nazistas.

Além de criar personagens, Belmonte também ilustrou livros de Monteiro Lobato e uma edição brasileira de *Primo Basílio*, de Eça de Queirós. Ao atuar como pesquisador, fez as ilustrações do livro Povos e Trajes da América *Latina*, de Egon Schaden.

O desenhista também publicou diversos livros de crônicas e álbuns de caricaturas, entre eles *No Tempo dos bandeirantes*, ensaio histórico publicado pelo Departamento de

---

[464] Ibid. p. 1

[465] Movimento também conhecido como Segundo 5 de julho, irrompido em Sergipe Amazonas e São Paulo. Foi dominado com rapidez nos dois primeiros estados, mas em São Paulo os rebeldes controlaram a capital por três semanas e só então se deslocaram para o interior, onde, aliados a revolucionários gaúchos, viriam a formar a Coluna Prestes. Informações retiradas: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Revolta de 5 de julho de 1924*. Dicionário de Verbetes CPDOC. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/REVOLTA%20DE%205%20DE%20JULHO%20DE%201924.pdf

[466] HELIOS. Como Nasceu Juca Pato. *Revista O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 16 set. 1933. Edição 0043, p. 7.

[467] ARROYO, Leonardo. Prefácio. In: BELMONTE. *No tempo dos Bandeirantes*. Coleção Paulistica. São Paulo: Governo do Estado, 1980. p. 11.

Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo em 1937. Esta obra, como o nome já apresenta, tem como proposta reconstituir a vida cotidiana da Vila de São Paulo seiscentista de uma forma didática e ilustrada pelos desenhos de sua autoria. De acordo, com Leonardo Arroyo, tanto a descrição como a ilustração foram baseadas na documentação existente nos arquivos sobre Padre Manuel da Nóbrega e nas Atas da Câmara de São Paulo, publicadas na década de 1920. Entretanto, o cartunista esclarece na introdução da obra a sua falta de ambição em catalogá-la como um estudo histórico, mas como um ensaio para os apreciadores da história de São Paulo.

> Este livro... não é, propriamente, um livro de História, infalível e definitivo. Poder-se-ia, antes, classificá-lo na categoria dos livros subsidiários, se é que este trabalho merece classificação. Pareceu-me, contudo, quando o planejei, o escrevi e o ilustrei, que um livro deste gênero poderia ser útil aos espíritos curiosos das tradições de sua terra, aos literatos que desejem tratar do seiscentismo paulista e aos artistas que se proponham fixar na tela ou no «Whatman» episódios deste ciclo de nossa História, tão fascinante e ainda tão obscuro. Como, porém, não é possível a infalibilidade em assuntos históricos, o autor receberá como graças todas as correções que a critica fizer aos seus prováveis erros e cochilos... Quanto aos historiadores, estou certo de que perdoarão o humorista curioso que, com tanta semcerimônia, mas com a melhor das intenções, lhes invadiu os domínios.[468]

De acordo com a tese de Diogo Roiz, as ilustrações presentes em *No Tempo dos Bandeirantes* possuem o mesmo padrão utilizado nos desenhos publicados no Curso de Bandeirologia em 1946. Ainda segundo o historiador, no supradito material, além dos seis desenhos centrais que perpassam cada um dos capítulos, destacados em página inteira, Belmonte também ilustrou uma capa para a página inicial de cada conferência publicada, além da apresentação de desenhos menores para o inicio de cada texto, denominados pelo historiador como "vinhetas". O mesmo padrão segundo o autor aparecia em seu livro publicado em 1937, com exceção dos desenhos de página inteira, pois a grande maioria possuía o formato de pequenas vinhetas.[469]

Apesar da profissão de chargista e crítico da política brasileira, Belmonte demonstrava grande interesse pelos estudos da história colonial do país. Em artigo publicado em 1940 pelo

---

[468] BELMONTE. *No tempo dos Bandeirantes*. Coleção Paulistica. São Paulo: Governo do Estado, 1980. p. 9.

[469] ROIZ, Diogo da Silva. *A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual":* projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). 2013. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. p. 176.

jornal Correio Paulistano, o cartunista dissertou sobre a história das missões jesuíticas no Brasil.

> É sabido que, durante o século XVII, mesmo nos fins do século anterior, os missionários hespanhoes que se entregavam à catechese dos selvícolas nas terras do Novo Mundo, semearam por todo o sul do território innumeras reducções e casas de doutrina.
> [...]
> Contra innumeras dessas reducções investiram, annos a fio, os bandeirantes paulistas, em ataques violentos que só cessaram quando os ignacianos hespanhoes transpuzeram o rio Paraná e foram, com seus índios, estabelecer-se na outra margem, nas bandas do Paraguay.
> [...]
> E do passado esplendor, pouca coisa ficou. Nas terras do Rio Grande do Sul, porém, ainda se erguem vastos paredões de pedra, com maravilhosos portaes esculpidos, em ruínas dentro das selvas – restos conservadores daquillo que se chamava: povos da missões orientaes. Essas ruínas, porém, têm um passado, e em torno dellas perpassam sombras de um período de luta, de sacrifício, de denuncia – sombras escuras de missionários, nas suas botainas negras...sombra de capitães-generaes agitando tricórnios e desembainhando espadas...sombras de guaranys bravios fazendo silvar flexas empennachadas, sombras de arcabuceiros chocalhando polvarinhos nas nas setteiras dos baluartes... sombras de bandeirantes estrondando escopetas e recebendo flexaços.[470]

Percebe-se nos trechos do artigo citado que o cartunista paulista não propunha em seu discurso uma defesa, muito menos uma justificativa para a ação bandeirante diante das reduções jesuíticas que ocuparam regiões sul do país no século XVII. O autor apresentou uma narrativa preocupada em situar a realidade dos fatos, talvez uma característica oriunda de sua função jornalística.

No que diz respeito ao material referente ao Curso de Bandeirologia como um referencial didático ilustrado por Belmonte, podemos argumentar que tal prática tornou-se recorrente a partir das primeiras décadas do século XX seguindo a premissa dos manuais escolares produzidos naquela época. Segundo Ivete Batista da Silva Almeida, os manuais escolares eram produtos distribuídos nas instituições de educação básica e que repercutiam em diferentes aspectos do conhecimento e da cultura, assim como meio para a divulgação de um projeto político e ideológico.[471]

Ainda segundo a historiadora, os manuais brasileiros de história durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX não possuíam um trabalho voltado para o uso

---

[470] BELMONTE. Os sete povos das missões. *Correio Paulistano*. São Paulo, 20 mar, 1940. Edição 25779, p. 4.

[471] ALMEIDA, Ivete Batista da Silva Almeida. História e representações: O Brasil nos manuais escolares portugueses de História e Geografia – 1930-1945. *Exedra - Revista Científica Esec*, Coimbra, v.1, p. 101-110, 2013. p.104.

de imagens. A grande maioria dos manuais não trazia imagens impressas, e em alguns casos, estas se limitavam a uma função de redundância na relação com o texto, não acrescentando nenhum sentido suplementar.

> A imagem repete a mensagem do texto, porém pode haver um volume maior ou menor de informação em um dos dois, uma vez que seria impossível que tivessem conteúdos idênticos. Já na relação de colaboração ou complementaridade, o significado não se encontra totalmente em nenhum dos dois texto ou imagem – mas sim na relação entre ambos.[472]

Os manuais seguiam a perspectiva de uma história dos heróis, organizados a partir de uma narrativa factual cujas imagens limitavam-se ao retrato dos considerados heróis da história, mártires da formação da nação como jesuítas e bandeirantes, assim como foto reproduções de heróis da luta pela independência do Brasil durante o período colonial e imagens dos governantes brasileiros dos períodos monárquicos e do republicano.[473]

No período do Estado Novo, segundo Angela de Castro Gomes, o regionalismo, o qual o regime tinha intenção de propagar – como vimos no primeiro capítulo – consagrava uma espécie de federalismo cultural que precisava ser divulgado entre a população, principalmente a escolar, pois de acordo com a autora, conhecendo bem suas diferenças, as pessoas poderiam entendê-las como uma riqueza em comum.

O mapa do Brasil foi dividido em cinco regiões - Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste – e seriam enriquecidas por imagens que relacionassem de forma clara, dando vida e despertando o orgulho da população brasileira. O bandeirante foi inserido no trabalho de Percy Lau[474], criador dos desenhos que passaram a ilustrar os atlas e livros escolares, dialogando a memória visual de grande parte do povo brasileiro.[475]

---

[472] Ibid. p. 104.

[473] Ibid. p. 104.

[474] Desenhista, ilustrador e pintor, Percy Lau (1903-1972) nasceu no Peru, porém residiu Brasil de 1921 até a data de seu falecimento. Foi durante 30 anos ilustrador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística produzindo inúmeros desenhos destinados à secção “Tipos e Aspectos” da Revista Brasileira de Geografia, publicada trimestralmente pelo IBGE.

[475] GOMES, Angela Maria de Castro. Através do Brasil: O território e seu povo. In: GOMES, A.M.C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (coord). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002. p. 180.

> Em lugar dos símbolos políticos visualizados como estimuladores do separatismo, a União iria cultivar outros símbolos, não mais estaduais e sim regionais, criando uma identidade conjunta para todos os estados e, a partir dela, uma identidade para toada a nação. O regionalismo do Estado Novo, materializado no próprio mapa que traçava as regiões geográficas do país, era a base de um novo nacionalismo que compreendia o Brasil como formado por uma multiplicidade de elementos naturais étnicos, econômicos e culturais que constituíam a sua grandeza.[476]

Como vimos no terceiro capítulo, à proposta de Honório de Sylos a respeito do Curso de Bandeirologia era publicar as conferências como um material para fins pedagógicos destinado a um público estudantil. Não é possível definir o público alvo desta publicação, certamente estudantes em fase secundarista já ingressos nas universidades e apreciadores da história nacional, entretanto, é possível compreender que a produção do material seguiu os parâmetros utilizados na edição de manuais escolares e livros didáticos das primeiras décadas do século XX.

Apesar de um discurso que buscava trazer novos ares para historiografia do bandeirismo, é evidente a forte influência da utilização das imagens de Belmonte, como forma de enaltecer a heroicidade do bandeirante e trazer para o leitor uma visualização do personagem discutido nos textos publicados.

Segundo Diogo Roiz, os seis desenhos que preenchem a página inteira de cada um dos capítulos mantiveram certa autonomia com relação aos textos, apesar de na maioria dos casos, representarem momentos das narrativas, principalmente nos textos que efetuaram um elogio à empresa bandeirante e às tradições do passado paulista.[477] Ainda de acordo com a tese do historiador, os seis desenhos que narram a trajetória do bandeirante vicentino saindo de São Paulo, pelo Tietê, e indo para os sertões em busca de índios, ouro e pedras preciosas, sugerem uma complementaridade do livro *No Tempo dos Bandeirantes* publicado em 1937, desta forma as ilustrações possuem uma lógica de sucessão em que foram apresentados pelo autor, e editados no livro.

> Evidentemente, a hipótese é plausível, mas não é suficiente para circunstanciar toda a complexidade dos desenhos e dos textos do curso. Devemos ter como base que tanto os desenhos como os textos, ainda que feitos em momentos diferentes, apresentaram um debate tenso, complexo difícil e em movimento dinâmico naqueles

---

[476] Ibid. p. 180.

[477] ROIZ, Diogo da Silva. *A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual":* projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). 2013. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. p. 181.

> anos iniciais da década de 1940, e que, provavelmente, os próprios autores não tivesses o conhecimento completo de todas as ramificações dos debates em curso.[478]

Também podemos elencar que além da forte influência da tradição dos manuais escolares na produção e organização do material publicado após o encerramento do Curso de Bandeirologia, não devemos desmerecer o papel publicitário que a divulgação deste material possuía.

Partindo do princípio de Roland Barthes, no qual, em uma publicidade, a significação da imagem, é certamente intencional, e que, são em certos atributos do produto que formam a priori os significados da mensagem, e estes significados devem ser transmitidos tão claramente quanto possível.[479] O uso de legendas nas imagens de Belmonte nos possibilita compreender a utilização de mensagens lingüísticas ao leitor que recebe ao mesmo tempo a imagem perceptiva e cultural.

Ainda, segundo Barthes, ao nível da mensagem simbólica, a mensagem lingüística orienta a interpretação constituindo uma espécie de barreira que impede a proliferação dos sentidos conotados, seja em direção a regiões demasiadamente individuais – limitando o poder de projeção da imagem – quanto a direção de valores disfóricos.[480]

Ainda de acordo com Barthes, fora da publicidade, a fixação pode ser ideológica, e esta é sem dúvida sua função principal:

> [...] o texto conduz o leitor por entre os significados da imagem, fazendo com que se desvie de alguns e assimile outros; através de um dispatching, muitas vezes sutil, ele o teleguia em direção a um sentido escolhido a priori. Em todos esses casos de fixação, a linguagem tem, evidentemente, uma função elucidativa, mas esta elucidação é seletiva; trata-se de uma metalinguagem aplicada não à totalidade da mensagem icônica, mas unicamente a alguns de seus signos; o texto é realmente a possibilidade do criador (e, logo a sociedade) se exercer um controle sobre a imagem: a fixação é um controle, detém uma responsabilidade sobre o uso da mensagem, frente ao poder de projeção das ilustrações; o texto tem um valor repressivo em relação á liberdade dos significados da imagem; compreende-se que seja ao nível do texto que se dê ao investimento da moral e da ideologia de uma sociedade.[481]

---

[478] ROIZ, Diogo da Silva. *A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual":* projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). 2013. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. p.182.

[479] BARTHES, Roland. A retórica da Imagem. In: *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 28.

[480] Ibid. p. 33.

[481] BARTHES, Roland. A retórica da Imagem. In: *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 33.

As pequenas legendas abaixo das ilustrações de página inteira, direcionam de forma curta e enfática ao leitor do material de divulgação, aquilo que deve ser compreendido através das ilustrações de Belmonte. A última ilustração do material, presente no capitulo Monções de Sérgio Buarque de Holanda, mostra o bandeirante caminhando sobre o mapa do Brasil colonial, portanto suas vestimentas características e uma arma. A legenda "A mobilidade Bandeirante" indica ao leitor atentar ao fato de que o homem planaltino foi capaz de percorrer todo o território brasileiro, chegando a região do Mato-grosso, parte final do mapa do Brasil. A bota do pé esquerdo posicionada, estrategicamente em cima dessa região, remete ao início do texto de Sérgio Buarque, no qual, como vimos no terceiro capítulo, refere-se ao papel das bandeiras no surgimento das monções naquela região.

A ilustração que compõe o capítulo de Virgílio Corrêa Filho sobre o bandeirismo na formação das cidades, traz como legenda o título do capítulo e enquadra no fundo da imagem o mapa do Brasil colonial. O que chama atenção é que a figura do bandeirante de pé, vestido caracteristicamente como no perfil relatado nos livros da época, preenche mais uma vez todo o espaço do mapa como se perpetuasse a presença do bandeirante por toda a formação do território brasileiro.

No capítulo de Alfredo Ellis Jr. sobre a atividade de apresamento de indígenas, a legenda "Daí o bandeirismo apresador da Capitania vicentina..." indica ao leitor a intenção de Belmonte em demonstrar como eram feitas as atividades de caça a mão de obra indígena. Sempre muito bem indumentado, com botas de cano alto e chapéu de aba larga, o bandeirante segura a sua garrucha de postura ereta, enquanto o companheiro de caça em posição de ataque segura um punhal e um corrente que servirá para o apresamento da "caça'.

O que essas descrições também demonstram é que havia uma preocupação por parte do desenhista em transmitir ao leitor um imaginário de acordo com as características que haviam se propagado durante as primeiras décadas do século XX, sobre como seriam as vestimentas e indumentárias utilizadas pelos homens sertanistas. A preocupação com o vestuário bandeirante também esteve presente em seu livro publicado em 1937, no qual em muitas das páginas o autor reproduziu figuras dos coletes e armaduras usadas pelos sertanistas nas atividades de caça ao índio.

> Vivendo numa vila pobre, escassa de recursos pela situação topográfica em que se colocou, nem por isso se descuidam os paulistas da elegância de seus trajes.[482]
> [...]
> Mas a arma bandeirante por excelência é a escopeta que, segundo o autorizadíssimo Bluteau, é uma arma mais curta e de menor bala que a espingarda e carabina e de coronha mais curta. Há, todavia, quem prefira a espingarda; outros a clavina, ou o arcabuz, ou o bacamarte. Às vezes, pistolas.
> À cinta, o adereço de espada e adaga, com seus talabartes e talins. Ao lado, o frasco de osso de botar pólvora. E a fôrma de fazer munições os pelouros com as barras ou arrobas de chumbo. No corpo, como defesa, o gibão de armas, ou armas de algodão, ou armas de vestir — que é um gibão ou ferragoulo recheado de algodão como um acolchoado e que porá o bandeirante a salvo de flechadas.[483]

A partir dessas considerações podemos afirmar que a participação de Belmonte no material de divulgação do Curso de Bandeirologia teve como finalidade além de trazer um perfil didático a publicação, seguindo o modelo dos tradicionais manuais escolares da década de 1930, também a premissa de compor ao material um viés de representação de uma imagem proposta a partir das conferências produzidas pelo referido Curso. Apesar de em alguns casos, as ilustrações não estarem conectadas com o conteúdo dos capítulos, podemos considerar que, a proposta era tornar visível ao leitor à imagem que os organizadores propunham passar com a publicação do material.

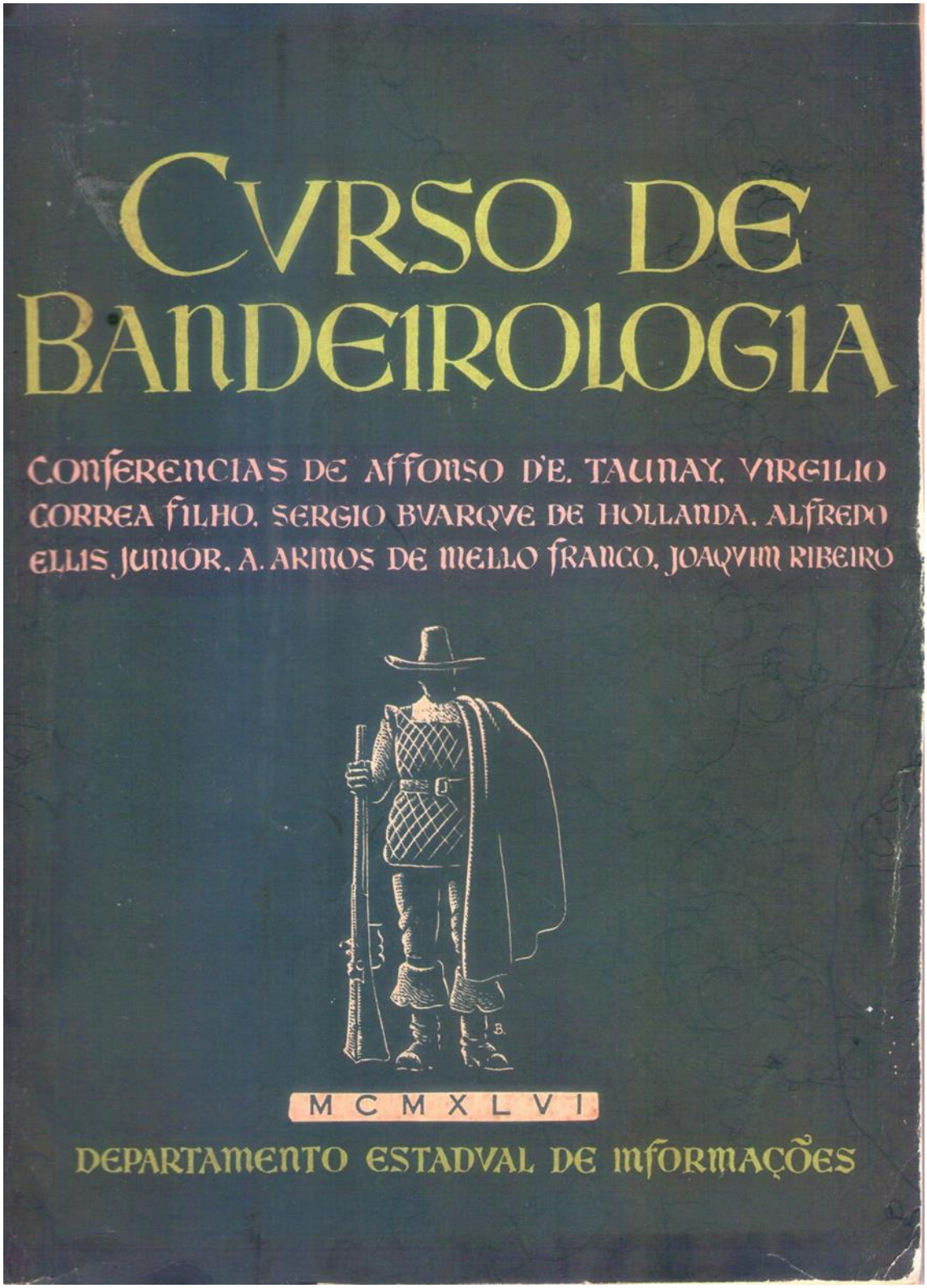
---

[482] BELMONTE. *No tempo dos Bandeirantes*. Coleção Paulistica. São Paulo: Governo do Estado, 1980.p. 191.

[483] Ibid. p. 248.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capa do material ilustrada por Belmonte.

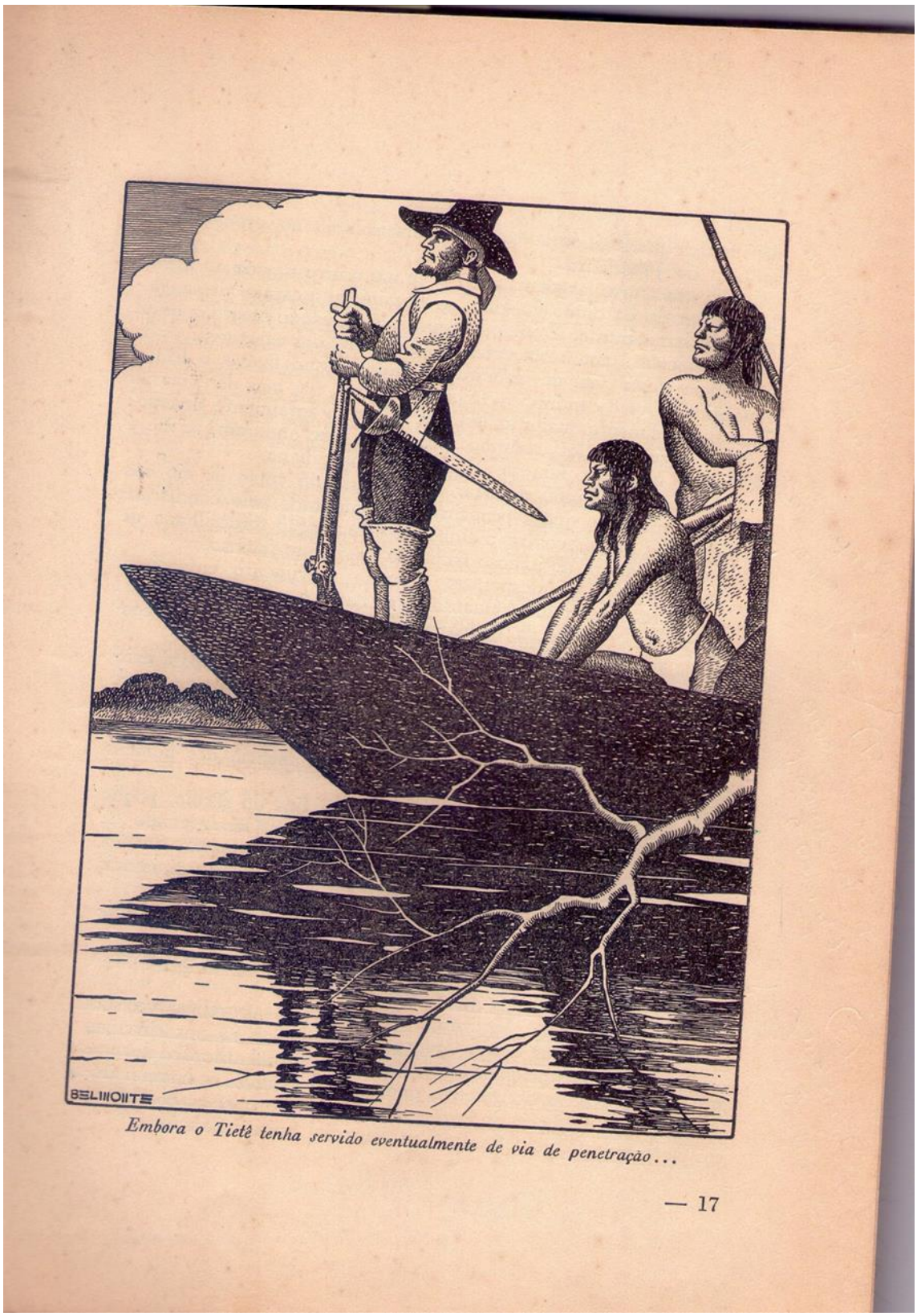



Fonte: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol, il.

Figura 2 – Contra-capa do material de divulgação.

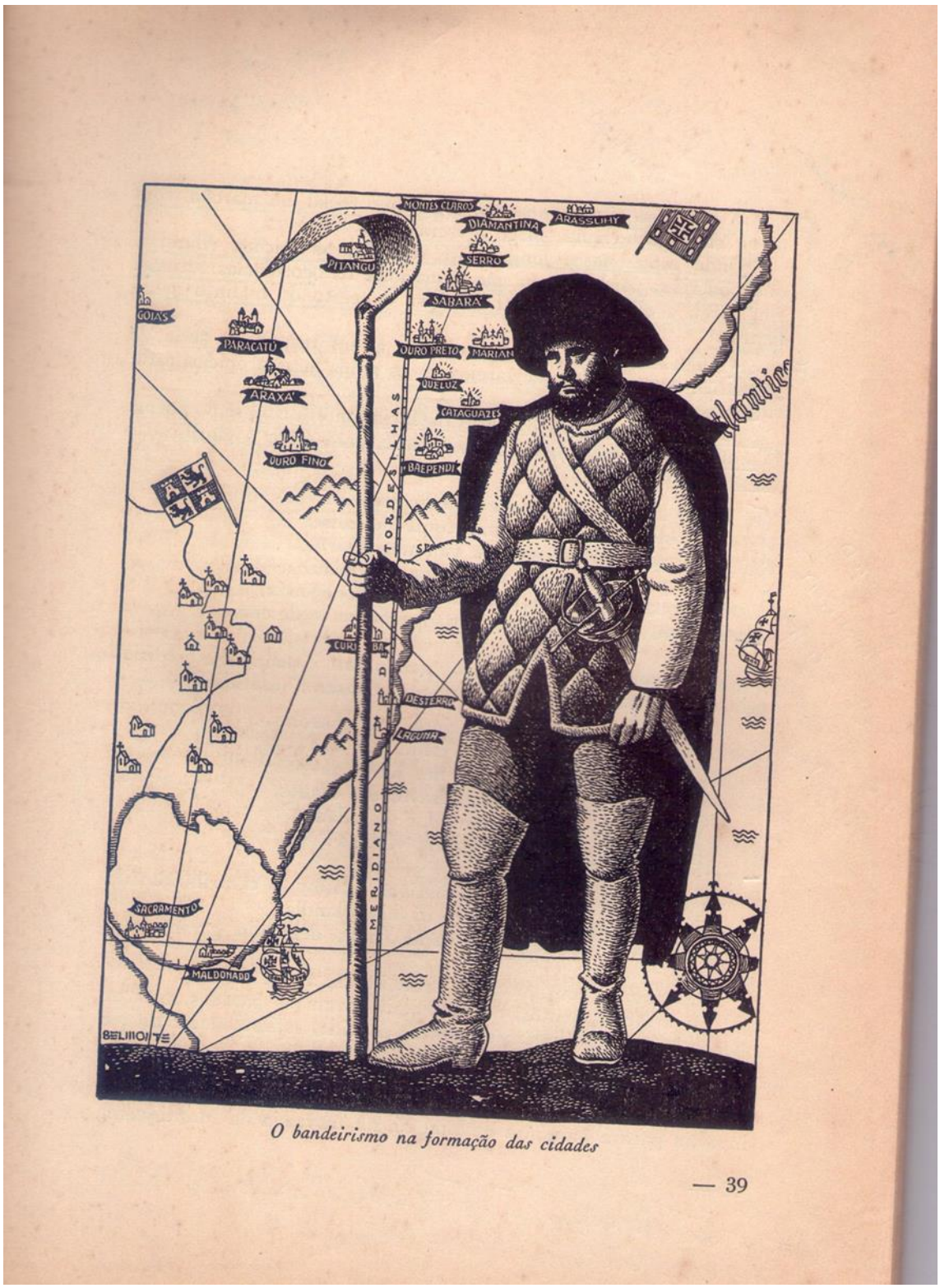
Fonte: CURSO DE BANDEIROLOGIA São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol, il.

Figura 3 – Ilustrações de página inteira que preenchem cada capítulo: Esta representa os pioneiros a percorrerem o Rio Tietê e ilustra o texto de Afonso de Taunay.



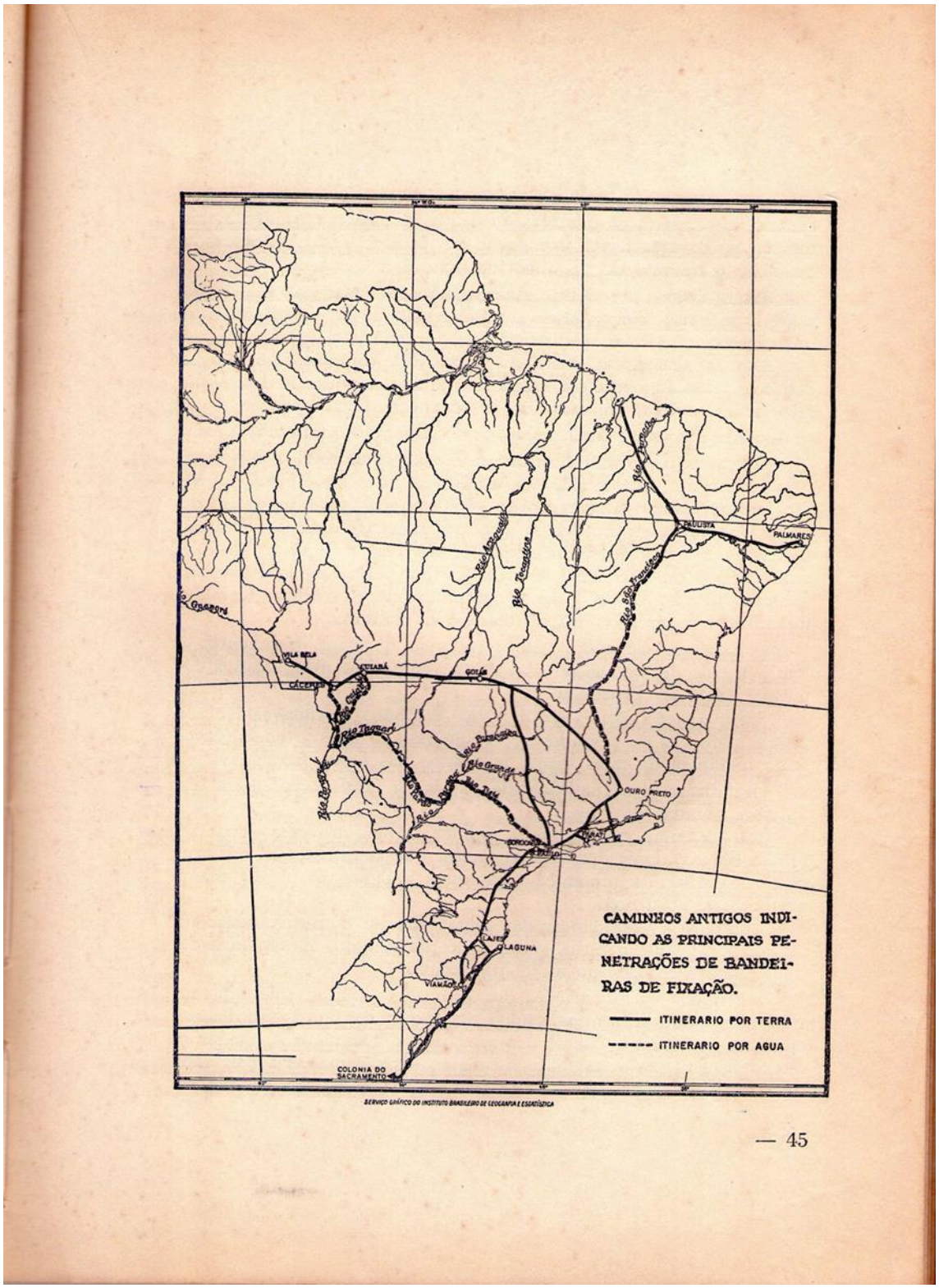

Fonte: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol, p.17, il.

Figura 4 – Outra característica: o uso recorrente de mapas para ilustrar a amplitude do percurso bandeirante no Brasil Colonial.




Fonte: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol, p.39, il.

Figura 5 – Mapa ilustrativo no capítulo de Virgilio Corrêa Filho sobre a formação das cidades.




Fonte: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol, p.45, il.

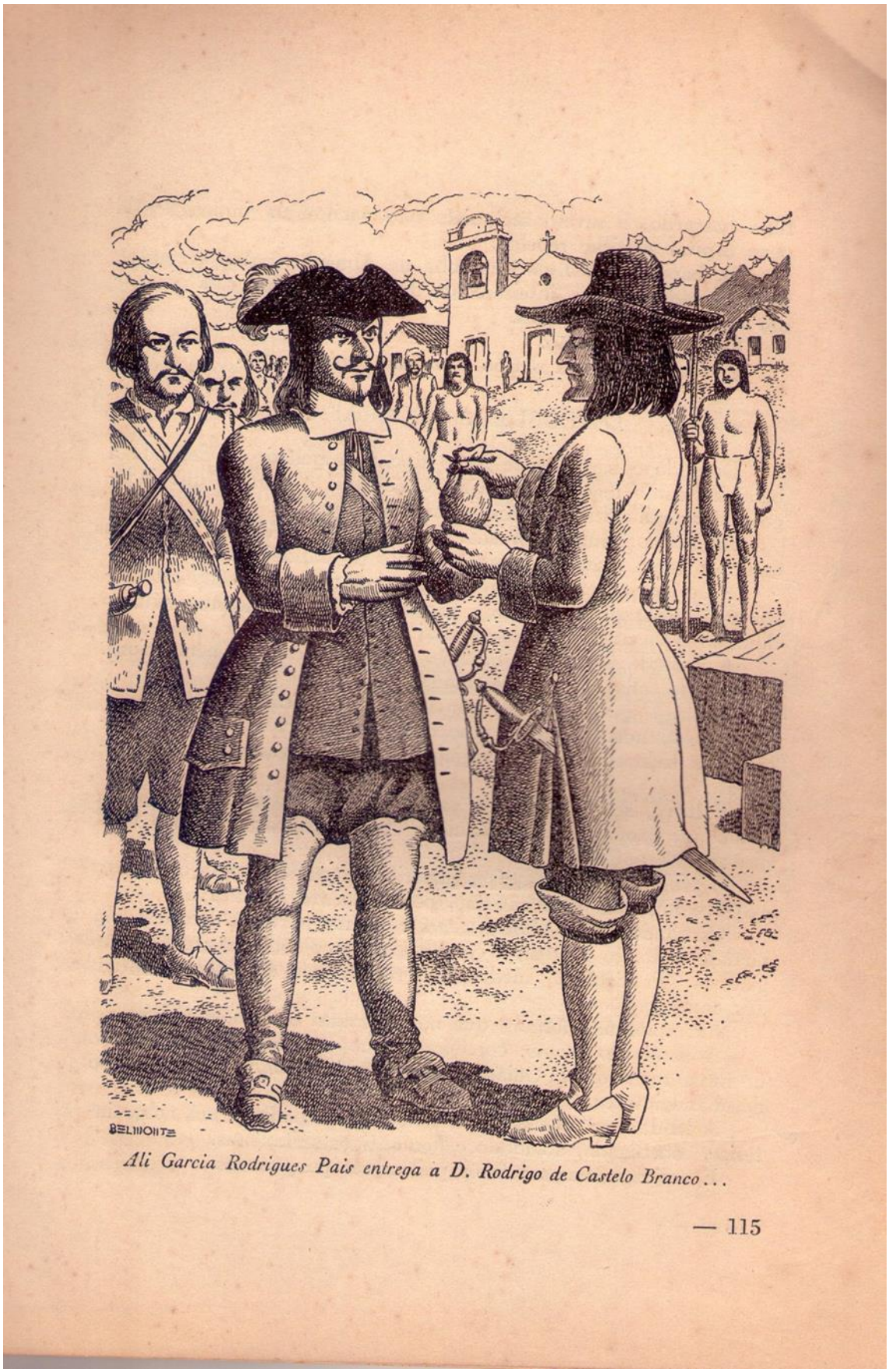
Figura 6 – A pose imponente do Bandeirante vigiando o alto da serra mineira.

Fonte: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol, p.66,il.

Figura 7 – O bandeirante na atividade de apresamento indígena: atenta-se para a preocupação em elaborar de maneira impecável as vestimentas dos personagens, o olhar de concentração e a postura ereta do personagem, passando a mensagem de imponência e confiança.

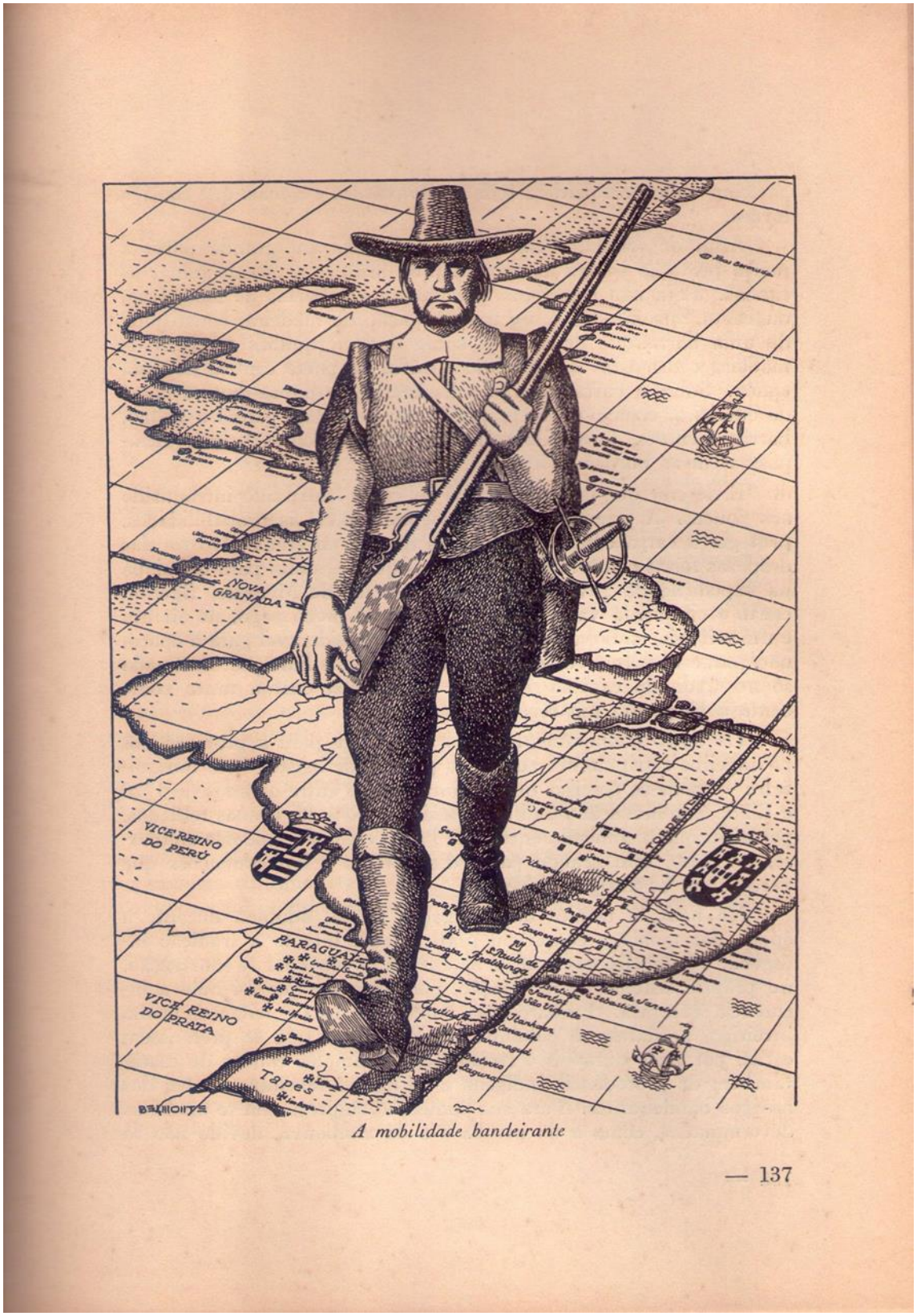
Fonte: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol, p. 95, il.

Figura 8 – Representação das negociações que ocorriam entre os chefes bandeirantes.




Fonte: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol, p. 115. il.

Figura 9 – O Bandeirante caminhando sobre o mapa do Brasil colonial: representando a mobilidade bandeirante. Percebe-se que a bota direita está prestes a pisar na região do Matogrosso representando a sua extensão até o limite da fronteira e sua importância na formação das cidades naquela região.




Fonte: BELMONTE. A mobilidade bandeirante. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol, p.137, il.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentadas e aprofundadas as questões nos três capítulos desta dissertação, cabem, agora, breves considerações finais, cujo intuito é duplo: efetuar um resumo sintético conectando tudo o que aqui foi levantado e problematizado, além de, retornando ao quadro de objetivos e hipóteses que suscitaram a elaboração deste trabalho acadêmico, averiguar se foram de fato ratificados ou se o desenvolvimento desta pesquisa historiográfica acabou por redimensionar a hipótese inicial.

Primeiramente, conforme foi visto, o interesse pelos estudos bandeirantes surgiu a partir da busca por novas formas de repensar o Brasil que, desde o século XIX, ganharam força a partir da geração de 1870 e o "bando de ideias novas" que, segundo alguns contemporâneos, afetaram ao cenário das letras. Foi a partir destes novos questionamentos embasados nas novas teorias que surgiam na Europa no final do século XIX que o círculo de letrados brasileiro passou durante as décadas seguintes a produzir um grande número de publicações, no qual, a história colonial tornava-se um tema recorrente.

A abertura dos Institutos Históricos regionais a partir da segunda metade do século XIX serviria de espaço oficial para que estes estudos fossem produzidos, assim como,palco principal para as discussões de como deveriam repensar a história do Brasil. A regionalidade de cada instituto desencadeava a produção de estudos cuja ênfase primeira era dada a relevância de seu respectivo estado na construção do todo nacional.

No caso de São Paulo, o símbolo bandeirante tornou-se o principal representante de uma cultura histórica paulista, correspondendo às exigências dos grupos que pretendiam manter e fortalecer suas posições na hierarquia social. Como argumenta Marcelo Lapuente Mahl, na procura pela história regional projetavam-se nestes estudos as ações e pessoas que serviam de exemplos dignos para a história paulista, sendo o exemplo mais elucidativo as discussões sobre raça e o movimento bandeirante.[484]

Em pleno desenvolvimento urbanístico e industrial, São Paulo, no início do século XX, era cenário no qual muitos de seus intelectuais buscavam as origens paulistas, o que representava um investimento grupal na "invenção" de certa tradição, assim como a

[484] MAHL, Marcelo Lapuente. O Paulista e o Outro: A Construção de Uma identidade Racial no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940). In: FERREIRA, Antonio Celso (Org.); MAHL, Marcelo Lapuente (Org.). *Letras e Identidades*: São Paulo no Século XIX, Capital e Interior. São Paulo: Annblume, 2008.p.12

identificação subjetiva com o passado regional. Identificação esta que se tornava o porto seguro para a força proveniente da modernização que os cercava.

Na década de 1920, no auge do desenvolvimento político e econômico do Estado, as séries de iniciativas impulsionadas por Washington Luís visavam ao uso da história como forma de enaltecer a grandiosidade regional de São Paulo. Como vimos no primeiro capítulo, o prefeito paulista também era membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, escreveu diversos trabalhos sobre a história da cidade e foi um dos principais responsáveis por toda remodelação sofrida pelo Museu Paulista, aliado ao presidente da instituição à época, Afonso de Taunay.

As iniciativas tomadas por Washington Luís alinhavam-se ao impulso de uma série de marcos simbólicos que produziram sentimentos, e que ao serem acolhidos pela população, incorporaram a consciência regional ao nacional. Segundo Silvia Lopes Raimundo, as décadas de vinte e trinta testemunharam o processo de resgate e transformação dos primeiros colonos em símbolos do Estado de São Paulo. "A partir de então, este personagem da história paulista passou a frequentar o cotidiano dos nascidos no estado, nomeando praças, ruas colégios e clubes." [485] Os estudos sobre o movimento das bandeiras no Brasil colonial também seriam utilizados nesse período como destaque da singularidade do habitante de São Paulo e seu papel na conquista e na ocupação do território brasileiro.

Como salienta Angela de Castro Gomes, já nas décadas de 1930 e 1940, os textos históricos foram produzidos, em muitos casos, como resultado de um longo processo oriundo tanto de um cuidadoso planejamento, quanto pelo estímulo dos fatos imprevistos. Entretanto, em ambos os casos, o autor já estaria em sua fase de maturidade profissional e intelectual, "são políticos e diplomatas famosos, professores e jornalistas reconhecidos que vão escrever sobre a História do Brasil."[486] Esses autores são ainda, de acordo com a historiadora, homens que conservaram uma paixão pela pesquisa em arquivos e bibliotecas. Pertencentes em sua maioria aos Institutos Históricos, estes intelectuais desfrutaram a partir da década de 1930 de sua consolidação profissional, como no caso de Afonso de Taunay e Alfredo Ellis Júnior e Virgílio Correa Filho.

Na década de 1930, floresce no Brasil o mercado editorial de livros entre o eixo Rio - São Paulo. Este cenário de expansão na edição de livros dividia-se entre as coleções

---

[485] RAIMUNDO, Silvia Lopes. Bandeirantismo e identidade Nacional: Representações geográficas do Museu Paulista. *Revista Terra Brasilis*, Rio de Janeiro. v. 6, p. 77-103, 2004. p.3

[486] GOMES. Angela Maria de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 76.

direcionadas a apresentarem o debate político da época e outras voltadas a desvendar as perspectivas mais variadas sobre a realidade brasileira. Como argumenta Heloísa Pontes, algumas coleções abririam espaço para a discussão de questões políticas e sociais, com um apelo mais ideológico do que erudito. Porém, outras coleções escolheriam um caminho à margem da política chamando a atenção dos intelectuais brasileiros[487]. Denominadas como *as Brasilianas*, as coleções de estudos brasileiros ganharam destaque a partir da década de 1930 e final da década de 1950. Os intelectuais de maior relevância naquele período tiveram seus mais diferentes estudos publicados nestas coleções.

Estudos sobre a história bandeirante também permeariam estas coleções, como destacamos a obra *Folklore dos Bandeirantes* do historiador carioca Joaquim Ribeiro, que propunha através da perspectiva do folclorismo resgatar a cultura popular paulista remanescente do período das bandeiras.

As mudanças políticas ocorridas em meados da década de 1940 possibilitariam novas questões à historiografia do bandeirismo. Como vimos, as medidas tomadas pelo Interventor Federal Macedo Soares e o Diretor do Departamento Estadual de informações Honório de Sylos impulsionavam uma política cultural do Estado de São Paulo através de uma série de iniciativas que propunham um resgate da cultura histórica de São Paulo. Como argumenta Sanchez Costa, o Estado apesar de ser um dos principais detentores da consciência histórica de uma determinada sociedade, no entanto, não é capaz de controlar por completo nem monopolizar a cultura histórica dos cidadãos. Muitos outros agentes participam da configuração das representações sociais do passado, entre eles recebem destaque os profissionais de história.[488]

No entanto, é importante salientar que nesta perspectiva, o Estado tinha a finalidade de promotor e não de controlador cultural. A proposta do Estado, na figura do Interventor Federal Macedo Soares era de realizar uma série de ações culturais que movimentassem os círculos sociais de São Paulo e reavivassem a memória histórica dos cidadãos.

No que diz respeito ao segundo capítulo desta pesquisa, vimos que a figura de José Carlos de Macedo Soares não possuía apenas uma relevância política no recente cenário político-democrático brasileiro. Membro de forte influência nas principais instituições

---

[487] PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das "Coleções Brasilianas", nas Décadas de 1930, 40 e 50. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 56-89, 1988. Disponível em: http://www.anpocs.org. Acesso em: 30 dez. 2016. p. 59.

[488] COSTA, Fernando Sanchez. *La Cultura Histórica*. Una Aproximación deferente a La Memória Colectiva. *Revista Pasado y Memoria*, Espanha, n.8, p.267-286, 2009. p.279.

acadêmicas do país, o ex-embaixador do regime getulista foi figura decisiva em muitos dos fatos políticos que ocorreram durante as décadas de 1920 e 1930 no Estado de São Paulo. Sua notável presença nas grandes instituições do país como IHGB, o IHGSP, a Academia Brasileira de Letras e o IBGE deram a Macedo Soares o privilégio de integrar os círculos políticos e sociais, dos quais fazia parte a elite intelectual brasileira.

Este papel de destaque e grande influência nos mais importantes círculos de sociabilidade do país lhe permitiriam relações estreitas com os principais nomes da intelectualidade brasileira, recebendo muitas vezesagradecimentos por sua interferência no desenvolvimento destes intelectuais nas instituições de saber histórico. Temos como exemplo, Virgilio Correa Filho que atribuiu em suas memórias à influência de Macedo Soares em sua entrada tanto no Conselho Nacional de Geografia quanto no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O autor matogrossense tornou-se reconhecido por seus estudos acerca da história de Mato Grosso que enfatizavam a importância das bandeiras paulistas na fundação das primeiras cidades e na expansão da fronteira do país.

Havia também intelectuais de outras regiões, como o caso do mineiro Afonso Arinos de Melo Franco, figura de forte presença política e que se dedicavaa produções líricas sobre a história das Minas Gerais, no qual o bandeirante tornar-se-ia personagem importante, além de apresentações em conferências, nas quais a história da cidade mineira recebia destaque, principalmente sobre a contribuição das bandeiras paulistas nos primeiros passos dados na formação das cidades.

As trajetórias intelectuais de Virgilio Correa Filho e do mineiro Afonso Arinos de Melo Franco demonstram que não foram apenas os intelectuais paulistas que recorreram à imagem heróica e desbravadora do bandeirante como forma de salientar os méritos de sua região na história da formação do Brasil como nação. Certas abordagens historiográficas, por muitas vezes, ao discorrer sobre a história do bandeirismo vigente nas primeiras décadas do século XX, detiveram-se nos estudos produzidos pelos intelectuais de raízes paulistas ou que construíram suas carreiras desde jovens na cidade de São Paulo, como o caso da tríade Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Júnior e Sérgio Buarque de Holanda.

O que devemos levar em consideração é que, por ocasião do Curso de Bandeirologia, as posições políticas variadas diante do regime político que vigorava no país, também vieram a contribuir para a busca por se singularizar através da escrita da história no processo de reconhecimento dos agentes que atuaram na formação do território nacional, possibilitando também o desenvolvimento econômico. No caso de Virgilio Corrêa Filho, a legitimação da atuação bandeirante na formação do Estado de Matogrosso representava a conexão com um

passado épico da história da nação, como também assegurava ao Estado um futuro nas mesmas proporções de São Paulo, cujo progresso e civilização eram atribuídos às qualidades raciais de seu povo, descendente direto dos bandeirantes.[489]

Por esses motivos foram ressaltados nesta pesquisa o papel simbólico do bandeirante a partir da perspectiva de autores de outras regiões, assim como a tentativa de esclarecer a escolha desses intelectuais para integrarem o material de divulgação publicado em detrimento de outros intelectuais de grande importância no cenário paulista como no caso, por exemplo, de Cassiano Ricardo e Sérgio Milliet.

No entanto, a tríade tradicional que veio a formular a historiografia do bandeirismo deste período, não perdeu seu devido valor histórico e sua significância nesta dissertação. Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, como vimos no segundo capítulo, apesar das diferenças nas formas de análise do período colonial, estiveram interligados tanto na relação pessoal entre mestre e discípulos, quanto nas linhas que serviram de inspiração direta ou indiretamente. As obras de Capistrano de Abreu foram recorrentes na construção intelectual desses autores e serviram como referência para os primeiros passos na caminhada rumo à história das bandeiras paulistas.

O terceiro capítulo nos permite compreender a repercussão do evento nos principais jornais do eixo Rio de Janeiro e São Paulo. Percebe-se, primeiramente, a preocupação sobre o uso dos Departamentos Estaduais de Informações mesmo com as reformas sucessivas ocorridas após o fim do regime ditatorial de Vargas. A apreensão sobre possíveis resquícios do antigo Departamento de Imprensa e Propaganda perdurarem dentro do sistema democrático restabelecido tornou-se tema de discussões dos periódicos da época, e talvez as chuvas de iniciativas tomadas pelo novo Departamento tivessem a função de demonstrar para a imprensa e para a população suas intencionalidades voltadas para o âmbito democrático com um contato direto com o público a partir de atividades culturais.

O uso das notas publicadas pelos jornais como fonte nesta pesquisa auxiliaram na compreensão de dados que contribuem para análise de todo o andamento do evento durante os sete meses de realização. A dinâmica do Curso, as datas e os horários das conferências, a repercussão da participação dos conferencistas convidados, mas principalmente o público alvo que o evento teria alcançado. Segundo as notícias publicadas pelos jornais da época, podemos identificar que os ouvintes das conferências restringiam-se em sua maioria a outros

---

[489] GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Mato Grosso:* O estigma da barbárie e a identidade regional. *Revista Textos de História*, Brasília. v. 3, n. 2, p. 48-81,1995. p.72.

intelectuais, políticos e jornalistas, ou seja, membros de um mesmo círculo social restrito, uma elite letrada interessada em discutir e propor novas formas de rememorar o passado bandeirante.

Apesar de abertas ao público e possuírem entrada franca, o que evidencia que a proposta dos organizadores do evento era fazer do Curso um acontecimento histórico-cultural que obtivesse a presença da sociedade e que as conferências servissem de instrumento de aprendizado sobre as origens do povo paulista, contudo, o que se percebe a partir das linhas publicadas por estes periódicos é que um público com interesses não apenas culturais sobre o tema das bandeiras, mas com a finalidade de prestigiar os seus pares, tornaram-se os principais ouvintes do evento.

A proposta da publicação de material após o término das conferências demonstra, utilizando a premissa de Sanchez Costa, a preocupação em tornar o Curso de Bandeirologia um instrumento de contribuição para moldar a consciência histórica dos jovens alcançando determinado público.[490]O recurso de ilustrar o material com os desenhos do renomado cartunista Belmonte, também demonstraram a intenção em dar ao material os moldes dos manuais escolares típicos das décadas de 1930 e 1940, que segundo Angela de Castro Gomes, visavam consagrar uma espécie de federalismo cultural que precisava ser divulgado entre a população, principalmente a escolar. A imagem do bandeirante foi inserida no trabalho de PercyLau, criador dos desenhos que passaram a ilustrar os atlas e livros escolares, incorporando a memória visual de grande parte do povo brasileiro.[491]

Apesar de apresentar certo tom didático, é necessário atentar para o papel de divulgação que a publicação também refletia. O material de divulgação publicado obteve a função de registro das conferências e de uma propagação dos assuntos discutidos para além dos ouvintes presentes no evento. Isto demonstra o uso da publicação como ferramenta para a institucionalização dos estudos sobre as bandeiras no período em questão, tanto por interesses políticos-regionais quanto pelos grupos de intelectuais que ministraram as conferências, objetivando não só novas discussões acerca da historiografia do bandeirismo, como também o incentivo para que pesquisas sobre as bandeiras continuassem a serem produzidas, motivadas pelo interesse nos diferentes assuntos discutidos no evento.Cabe ressaltar que o material

---

[490] COSTA, Fernando Sanchez. *La Cultura Histórica*. Una Aproximación deferente a La Memória Colectiva. *Revista Pasado y Memoria*, Espanha, n.8, p.267-286, 2009. p.280

[491] GOMES, Angela Maria de Castro. Através do Brasil: O território e seu povo. In: GOMES, A.M.C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (coord). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002. pp.157-209. p.180.

também adquiria o valor de realização concreta dos feitos culturais produzidos pela nova administração pública, figurando como registro das iniciativas tomadas durante o período de intervenção federal no estado de São Paulo.

Em relação ao conteúdo do material, a divisão por chaves temáticas nos permitiu compreender as convergências e as diferenças nos discursos destes intelectuais sobre as questões mais recorrentes na historiografia do bandeirismo. Sobre a formação do território brasileiro percebemos a construção das cidades nas áreas de mineração nas regiões de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás como o cerne da questão do discurso de parte dos historiadores presentes, ao defenderem a importância do bandeirante na formação do território brasileiro.

A formação das cidades mineradoras servirá como justificativa principal da importância da força bandeirante ao construir novos espaços de moradia em regiões até então não conquistadas e colonizadas nos sertões brasileiros. Como argumenta Virgilio Correa Filho, o bandeirante iria perpassar por diferentes regiões do Brasil sua vocação urbanizadora, da qual deram amostras primeiramente no território das Minas Gerais. Este seria o ponto chave desta temática que seria discutida por Virgilio Correa Filho, Afonso Arinos de Melo Franco, e que também seria lembrada nas conferências de Joaquim Ribeiro e Sérgio Buarque de Holanda.

Apesar de, como discutimos, possuir um viés historiográfico diferente dos demais conferencistas, Sérgio Buarque também iria enfatizar a importância da empreitada bandeirante destacando às expedições de Fernão Dias Falcão e Pascoal Moreira Cabral como os primeiros resultados positivos de uma expedição destinada a dilatar consideravelmente os domínios portugueses na América.

O historiador carioca Joaquim Ribeiro também faria parte do discurso de valorização da imagem exploratória do bandeirante ao salientar papel decisivo na formação dos núcleos urbanos. Os bandeirantes não teriam se contentado apenas com a missão de devassadores dos sertões, mas seriam responsáveis também pela fundação de numerosas povoações, arraiais, vilas e cidades.

No que diz respeito à temática acerca da relação entre bandeirantes e jesuítas, a ênfase dada aos argumentos defendidos por Alfredo Ellis Júnior baseados em seu livro *Meio século de bandeirismo*, tiveram como propósito elucidar as justificativas dadas por grande parte da historiografia nas primeiras do século XX que fundamentaram a violência empreendida na empreitada bandeirante contra os povos indígenas como mera necessidade de sobrevivência econômica diante das dificuldades de integrar os meios de produção que abasteciam a metrópole.

Por fim, a imagem heroicizada do bandeirante, como aponta Marcelo Lapuente Mahl, possuía desde o início do século XX, período em que a escrita da história era produzida primordialmente no interior dos institutos históricos, o discurso de defesa da diferenciação do homem bandeirante a partir da mistura dos primeiros colonizadores portugueses com a população local.[492]A partir das duas matrizes - portugueses e índios – estes intelectuais visualizaram a existência de uma nova raça, representada com características positivas, superlativas e laudatórias.

A partir desta premissa configuraram os principais estudos até meados da década de 1930, os quais indicavam a existência de uma pureza racial da elite paulista, resultado do relativo isolamento ao qual o estado ficou submetido até o século XIX. Este discurso de distinção do homem bandeirante como raça de características peculiares que o distinguia dos outros povos da colônia foi resgatado, por vezes de forma velada, nos discursos dos intelectuais presentes no material das conferências.

Como vimos, intelectuais como Virgilio Corrêa Filho e Joaquim Ribeiro dedicaram parte da sua palestra a discutir a influência racial na formação do homem desbravador, heróico e aventureiro no qual se tornou o bandeirante paulista. Apesar das divergências nos argumentos - Joaquim Ribeiro destituiu o conceito de raça bandeirante e atribuiu aos aspectos ecológicos os atributos físicos diferenciados dos bandeirantes -, ambos ainda pautaram-se em transmitir a imagem de um ancestral de raça privilegiada, oriunda da exclusiva mistura do europeu e do indígena.

Feita essa síntese das principais análises desenvolvidas ao longo desta dissertação, cabe, então, uma apreciação dos objetivos e da hipótese inicial, elaborados na fase em que este trabalho era apenas um nascente projeto de pesquisa. Os objetivos de delinear os moldes do uso do material de divulgação como ferramenta para a institucionalização dos estudos sobre as bandeiras no período em questão foram cumpridos, assim como identificar, através do Curso de Bandeirologia, a elaboração e utilização de argumentos, mobilizados nos discursos dos historiadores envolvidos, na direção de construir e reificar imagem heróica do bandeirante, e em debater a sua importância na formação do território brasileiro e sua relação com os indígenas.

---

[492] MAHL, Marcelo Lapuente. O Paulista e o Outro: A Construção de Uma identidade Racial no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940). In: FERREIRA, Antonio Celso (Org.); MAHL, Marcelo Lapuente (Org.). *Letras e Identidades*: São Paulo no Século XIX, Capital e Interior. São Paulo: Annblume, 2008.p.37.

Confirmou-se igualmente a hipótese de que os historiadores e intelectuais protagonistas do Curso de Bandeirologia apresentaram novas abordagens acerca do estudo das bandeiras através do referido curso, promovendo incentivo à continuidade das pesquisas e de novas produções bibliográficas, estimulando tais reflexões entre os ouvintes das conferências e os leitores do material ao fim publicado.

Aqui finalizamos trabalho acadêmico que teve como foco analítico a realização do Curso de Bandeirologia durante o ano de 1946. Resta acrescentar que, com esta dissertação, não se finda a produção de saber histórico sobre o objeto estudado. Muito pelo contrário, o conhecimento histórico baseia-se em um incessante superar, em função da descoberta de novas fontes documentais ou registros materiais, do levantamento de novas problemáticas ou da mobilização de outros suportes teórico-metodológicos ainda não explorados.

# REFERÊNCIAS

## Fontes consultadas:

ABERTURA do Curso de Bandeirologia. *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 maio. 1946. Caderno único, p. 11.

BELMONTE. Os sete povos das missões. *Correio Paulistano*. São Paulo, 20 mar, 1940. Edição 25779, p. 4.

CONFERÊNCIAS – Folklore dos Bandeirantes. *Jornal de Notícias*, São Paulo. 27 set. 1946. Edição 00139, p. 4.

CONFERÊNCIAS – Os últimos bandeirantes. *Jornal de Notícias*, São Paulo. 12 nov. 1946. Edição 000176, p. 5.

CURSO de Bandeirologia. *Jornal de Notícias*, São Paulo. 20 Nov. 1946. Edição 00182. p.5.

CURSO de Bandeirologia – o Bandeirismo na Unidade Nacional. *A Noite*, Rio de Janeiro. 2 Ago. 1946. Edição 12328, p. 4.

CURSO de Bandeirologia: Uma série de Conferências culturais em São Paulo – O Sr. Sérgio Buarque de Holanda falou sobre as Monções. *A Manhã (RJ)*, Rio de Janeiro, 1ago. 1946. Edição 01528, p. 5.

CURSO DE BANDEIRLOLOGIA. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 1 set. 1946. Edição 0155, p.6.

CURSO DE BANDEIROLOGIA, São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol.

A FASE construtiva do bandeirismo deriva da Mineração. Conferencia pronunciada ontem pelo Sr. Virgilio Corrêa Filho sobre o "Bandeirismo na Formação das Cidades". *Folha da Manhã*, São Paulo, 15 jun. 1946. Caderno único, p.5.

FOLHA DA MANHÃ, São Paulo, 16 nov. 1946. Caderno único, p.1.

HELIOS. Como Nasceu Juca Pato. *Revista O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 16 set. 1933. Edição 0043, p. 7.

A NOITE, Rio de Janeiro, 1 out. 1946. Edição 12379, p. 11.

RESPOSTA ao Estado de São Paulo*:* Carta enviada aquele matutino pelo Departamento Estadual de Informações. Transcrito em: Diário Carioca, Rio de Janeiro. 29 maio. 1946. Edição 05498, p. 8.

SESSÃO sobre a instalação do Curso de Bandeirologia. *Folha da Manhã*, São Paulo, 15 maio. 1946. Caderno único, p. 6.

TRASNFORMAÇÃO Oportuna. *Jornal de Notícias*, São Paulo, 19 Nov. 1946. Edição 000181, p.2.

**Ilustrações:**

BELMONTE. *Capa do Curso de Bandeirologia*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol, il.

BELMONTE. *Contra- Capa do Curso de Bandeirologia*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol, il.

BELMONTE. *Embora o Tietê tenha servido eventualmente de via de penetração*. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol, p.17,il.

BELMONTE. *O bandeirismo na formação das cidades*. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol, p.39,il.

BELMONTE. *Caminhos antigos indicando as principais penetrações de Bandeiras de fixação*. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol, p.45, il.

BELMONTE. *Daí o bandeirismo apresador da Capitania Vicentina*. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol, p.66,il.

BELMONTE. *Em que no Alto da Serra se postavam sentinelas e esculcas*. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol, p.95,il.

BELMONTE. *Ali Garcia Rodrigues Pais entrega a D. Rodrigo de Castelo Branco*. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol, p.115,il.

BELMONTE. A mobilidade bandeirante. In: CURSO DE BANDEIROLOGIA. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, 1vol, p.137,il.

**Livros, artigos, teses e dissertações:**

ACADEMIA DE LETRAS DE MATO GROSSO. *Biografia de Francisco de Aquino Correa.* Disponível em: http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-4/71-d-francisco-de-aquino-correa. Acesso em: 22 out.2017.

ACADEMIA DE MEDICINA DA SÃO PAULO. *Biografia Antônio Caetano de Campos*. Disponível em: academiamedicinasaopaulo.org.br. Acesso em: 26 jan.2018.

ACERVO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. *Biografia de Eugenio Egas (1863-1956)*. Disponível em: www.al.sp.gov.br/acervo-historico. Acesso em 12 jan. 2017.

_____. *Biografia de José Carlos de Macedo Soares*. p.41-45. Disponível em: www.al.sp.gov.br/acervo-historico/publicacoes/sumario/guia/document8.pdf . Acesso em: 29 jan. 2018

ACERVO DA ESCOLA CAETANO DE CAMPOS. *Biografia de Antônio Caetano de Campos*. Disponível em: http://www.caetanodecampos.com.br/diretores-e-professores-biografias. Acesso em: 26 jan.2018.

ALMEIDA, Ivete Batista da Silva Almeida. História e representações: O Brasil nos manuais escolares portugueses de História e Geografia – 1930-1945. *Exedra - Revista Científica Esec*, Coimbra, v.1, p. 101-110, 2013.

ALMEIDA. Maria Regina Celestino de. John Manuel Monteiro (1956-2013): um legado inestimável para a Historiografia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n.65, p. 399-403, maio. 2013.

ALONSO, Angela. Teorias para a Reforma. In: _____. *Ideias em movimento*: A geração 1870 no Brasil- Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.165-262.

ARAÚJO, Karina Anhezini de. *Um metódico à brasileira.* A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). 2006. 235 f. Tese (doutorado em história) - Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.

_____. *Como* se escreveu a história do Brasil nas primeiras décadas do século XX. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 21, n.34, p.474 - 483, julho, 2005.

ARAÚJO, Rejane. *DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda.* Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP. Acesso em: 09 jan.2018.

ARINOS FILHO, Afonso. Prefácio In: FRANCO, Afonso Arinos de Melo Franco. *Rosas de Ouro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
BANCO de Dados Folha. *Belmonte, o criador do Juca Pato*. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/belmonte.htm. Acesso em: 02 dez. 2017.

BELMONTE. *No tempo dos Bandeirantes*. Coleção Paulistica. São Paulo: Governo do Estado, 1980.

BIOGRAFIA de Firmiano Morais.
Disponível em: http://www.saopauloinfoco.com.br/firmiano-morais/. Acesso em: 29 jan.2018.

BIOGRAFIA de Luís Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1739-1797). Disponível em: http://portalmatogrosso.com.br . Acesso em: 10 set.2017.

CARDOSO, Luciene P. Carris. José Carlos de Macedo Soares e as instituições da Era Vargas: os casos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE

HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz*. Londrina: ANPUH, 2005. p.1-8. Disponível em: http://anais.anpuh.org/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0601.pdf Acesso em: 20 nov.2017.

CARVALHO, Paula Carolina de Andrade. *O Museu Sertório:* uma coleção particular em São Paulo no final do século XIX (primeiro acervo do Museu Paulista). ·Anais do Museu Paulista História e Cultura Material. . vol. 22 no.2 São Paulo Jul/Dec. 2014

CATROGA, *Fernando. Memória, História e Historiografia.* 1º edição. Coimbra: Quarteto, 2001.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Entendendo o Folclore e a Cultura Popular. *Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular*. Rio de Janeiro, p. 1-5, mar, 2002. Disponível em: http://www.cnfcp.gov.br/pdf/entendendo_o_folclore_e_a_cultura_popular.pdf Acesso em: 11 maio. 2017.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1982.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA COMTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). *Biografia de Armando de Sousa e Melo Araribóia* (1898-1975). Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arariboia-armando-de-sousa-e-melo. Acesso em: 18 out. 2017.

_____. *Biografia de Pedro Celestino Correia da Costa*. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br. Acesso em: 28 out.2017.

_____. *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Dossiê Arte e Cultura. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br. Acesso em: 20 out. 2016.

CORRÊA, Samuel A.A. (org). *Recordações Inéditas de Virgilio Corrêa Filho em seu Centenário*, Rio de Janeiro: s/ed, 1987**.**

COSTA, Marcos Antonio Silva. *Biografia Histórica:* A trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos de 1930 e 1980. 2007. 225 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007.

_____. Prefácio in: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Escritos Coligidos: Livro I, 1920-1949*. Marcos Costa (org). São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011.**p.**

COSTA, Fernando Sanchez. *La Cultura Histórica.* Una Aproximación deferente a La Memória Colectiva. *Revista Pasado y Memoria*, Espanha, n.8, p.267-286, 2009.

DAECTO, Marisa Midori. AnatoleLouis Garraux e o comércio de livros franceses em São Paulo(1860-1890*). Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, vol.28, n.55, jan. / jun., 2008. p. 85-106.

DARTON, Robert. *A Questão dos Livros:* Passado Presente e Futuro. São Paulo:

Companhia das Letras, 2010. p. 164-219.

_____. *Discourse and diffusion.Contributions to the History of Concepts.*Number. [S.I. ]: Number 1, v. 1, March, 2005. pp. 21-27.
.
ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Feijó e a primeira metade do século XIX.* São Paulo: Companhia Nacional, 1940.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Meio século de Bandeirismo*. São Paulo: Companhia Nacional, 1948.

FERREIRA, Antonio Celso. *A Epopéia Bandeirante:* Letrados, Instituições, Invenção e Histórica (1870/1940). 1ed. São Paulo: Unesp, 2001.

FERREIRA, Antonio Celso; LUCA, Tania Regina. O Tradicionalista Moderno. Washington Luís: Política, Espetáculo e letras Históricas. In: FERREIRA, Antonio Celso (Org.); MAHL, Marcelo Lapuente (Org.). *Letras e Identidades*: São Paulo no século XX, capital e interior. São Paulo: Annablume, 2008. p.11-26.

FERRETTI, Danilo Zionni. *A Construção da paulistanidade.* Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). 2004. 377 f. Tese (doutorado em história social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. Lições do Passado Bandeirante no "Curso de Bandeirologia": Taunay e Sérgio Buarque de Holanda (1946). In: SEMINARIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 3., 2009, Ouro preto. *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?*. Ouro Preto: Edufop, 2009. p.1-9.
FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2005.

FRANCO, Gilmara Yoshihara. A *construção da identidade Mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho – 1920-1940*. 2007. 134 f. Dissertação (mestrado em História, Região e Identidades) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.

FRANZINI, Fábio. *A sombra das Palmeiras:* A Coleção Documentos e as transformações da Historiografia nacional (1936-1959). 2006. 308 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. A História presente e a História ausente nos Volumes da Coleção Documentos Brasileiros (1936-1959*)*. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH RIO, 13., 2008, Seropédica - RJ. *Anais Eletrônicos*, Seropédica: ANPUH, 2008. p.1-9. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212973307_ARQUIVO_TextoFabioFranzini.pdf. Acesso em: 29 dez. 2016.

_____. *Escrever textos, editar livros, fazer história:* a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.9, p. 24 – 45, jan./jun. 2013.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Mato Grosso:* O estigma da barbárie e a identidade regional. *Revista Textos de História*, Brasília. v. 3, n. 2, p. 48-81,1995.

GOMES, Angela Maria de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Angela Maria de Castro. Através do Brasil: O território e seu povo. In: GOMES, A.M.C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (coord). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002. pp.157-209.

GONÇALVES, Márcia. A. Retratos Poliédricos do Brasil. In: _____. *Em Terreno Movediço*. Biografia e História na Obra de OctavioTarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 207-248.

GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. *Revista História*, São Paulo, v.24, n.2, p. 159-185, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/his/v24n2/a07v24n2. Acesso em 24 set. 2017.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Biografia de Augusto João Manoel Leverger*. Disponível em: https://ihgb.org.br. Acesso em: 27 out. 2017.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Revolta de 5 de julho de 1924.* Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/REVOLTA%20DE%205%20DE%20JULHO%20DE%201924.pdf

LEOTTI, Odemar. *Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT :* relações de poder, escrita, política, cientificidade e a invenção do mato-grossense moderno (1895 a 1934). 2013. 263 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Lessa, São Paulo, 2013.

KELLER, Vilma. *José Carlos de Macedo Soares*. Dicionário Biográfico online. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-carlos-de-macedo. Acesso em: 10 dez. 2017.

MAHL, Marcelo Lapuente. O Paulista e o Outro: A Construção de Uma identidade Racial no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940). In: FERREIRA, Antonio Celso (Org.); MAHL, Marcelo Lapuente (Org.). *Letras e Identidades*: São Paulo no Século XIX, Capital e Interior. São Paulo: Annblume, 2008. p. 27-48.

MARTINS. Gisele Venâncio. *Na trama do arquivo:* a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951). 2003. 340 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2003.

MENESES, Ulpiano. T. Bezerra. Museu Paulista. *Estudos Avançados*. São Paulo, vol.8 n. 22, p.573-578, Set /Dez., 1994.

MESGRAVIS. Laima. Prefácio in: TAUNAY, Afonso de Escragnolle. *São Paulo nos primeiros anos:* ensaios de reconstituição social; São Paulo no século XVI: história da Vila Piratininga. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra:* Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

MUSEU PAULISTA. *História do Museu Paulista.* Disponível em: http://www.mp.usp.br/o-museu/historia-do-museu-paulista. Acesso em: 18 jan. 2017.

NICODEMO, Thiago Lima. Sérgio Buarque de Holanda e a Dinâmica das Instituições Culturais no Brasil 1930–1960. In: MARRAS, Stelio. (Org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda.* São Paulo: EDUSP, 2012. p. 109-132.

_____. Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista História da Historiografia,*Ouro preto, n. 14, p. 44-61, abril, 2014.

MORAES, Eduardo jardim. Modernismo revisitado. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, FGV,v. 1, n. 2, p. 220-238, 1988.

PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das "Coleções Brasilianas", nas Décadas de 1930, 40 e 50. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 56-89, 1988. Disponível em: http://www.anpocs.org. Acesso em: 30 dez. 2016.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo Paulista de Vicissitudes de um imaginário. *Revista USP*, São Paulo, n. 13, p. 78-81,1992.

RAIMUNDO, Silvia Lopes. Bandeirantismo e identidade Nacional: Representações geográficas do Museu Paulista. *Revista Terra Brasilis*, Rio de Janeiro. Vol. 6, p. 77-103, 2004.

RAZZINI, Maria de Paula Gregório. *A produção didática da Tipografia Siqueira:* caminhos de pesquisa. In: ENCONTRO DE NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 6., São Paulo, 2006. *Projeto Temático.* São Paulo: Portcom, 2006.p. 1-11. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/93651930601195823962278315147304600367.pdf. Acesso em: 23 out.2017.

REIS, José Carlos. Afonso Arinos de Melo Franco e o medo da emergência do Monstro da lagoa brasileira. *Lócus Revista de História.* Juiz de Fora, vol. 9, n. 2, p.9-43, 2003.

RIBEIRO, Joaquim. *Folklore dos Bandeirantes*. Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1946.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste- influência da "Bandeira a formação social e política do Brasil.* 4ºed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1970.

ROMERO, Silvio. *Estudos sobre a Poesia Popular.* Rio de Janeiro: José Mindlin. 1888.

ROIZ, Diogo da Silva. *A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual":* projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). 2013. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

_____. *Os projetos de escrita da história de Alfredo Ellis Júnior e Sérgio Buarque de Holanda:* uma guerra de idéias no mundo dos letrados de São Paulo nos anos 1930 e 1940. *Revista de Teoria da História*, Mato Grosso do Sul, UFGD, Ano. 5, n.10, p. 10-46, dez., 2013.

_____. Usos do passado e escrita da história*:* o bandeirante e a história paulista em Alfredo Ellis Jr. *(1932-37).* Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 45, n.1, p.183-199, Abr. 2011.

SANTOS, Alessandra Soares. *Afonso Arinos Historiador: Uma Identidade para as elites Brasileiras.* 2006. 194 f. Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2006.

_____. *Identidades Nacionais e Cultura Popular na Historiografia de Afonso Arinos. Saeculum- Revista de História*, João Pessoa, n.29, p.463-478. jul./dez. 2013.

SCHAWARZCH, Lilia. *O espetáculo das raças.* Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Cia.das Letras,1993.

SILVA, Daniel Pinha. *Apropriação e recusa:* Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira na década de 1870. 2012. 215 f. Tese (Doutorado em história) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012.

TORRÃO FILHO, Amilcar. *A sétima porta da cidade:* memória, esquecimento e ressentimento na História de São Paulo. *Revista História & Perspectivas*, São Paulo, v.1, n.31, p.127- 152. 2004. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19133/10280. Acesso em: 15/12/2016.

VALE, Nayara Galeno. O “reitor catedrático” ou o “catedrático reitor”: Pedro Calmon e o Colégio Pedro II. In: SEMINÁRIO FLIMUNENSE DE PÓS-GRADUANDOS EM HISTÓRIA, 4., São Gonçalo, 2006. *Anais IV Seminário Fluminense de Pós-Graduandos em História- 2016 - UERJ/ UFFP*. Rio de Janeiro: ANPUH, 2016.p.1899-1910. Disponível em: http://anpuh.org.br/index.php/encontros-regionais/seminario-fluminense-de-pos-graduandos-em-historia/item/3972-anais. Acesso em: 12 set.2017.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 89-112, 1993.

VOLPATO, Luiza Rio Ricci. *Entradas e Bandeiras* - Coleção: História Popular. São Paulo: Global, 1986.

WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste.* A Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

WERNECK, Luana Aguiar. *Imprensa, partido e Universidade:* a trajetória intelectual de Alfredo Ellis Júnior. 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.